

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional



REPÚBLICA
PORTUGUESA

DEFESA NACIONAL



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Ficha Técnica

Título - Relatório de Atividades 2016 da DGRDN

Data de finalização - março 2017

Coordenação - Gabinete de Assessoria Técnica

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

Av. Ilha da Madeira, 1

1400-204 Lisboa

Tel.: (21)3028500

Fax: (21)3027221

E-mail: dgrdn@defesa.pt

URL: <http://www.portugal.gov.pt>



INDICE

Nota de Apresentação do Relatório 2016	5
Visão, Missão, Valores.....	7
QUAR 2016	8
Relatório de Autoavaliação	9
Avaliação dos Objetivos Operacionais (complementares) das Unidades Orgânicas	83
Listagem síntese de Programas e Ações do Relatório de Atividades/Glossário.....	122

Programas e Ações (*vertente qualitativa do Relatório - Resultados*)

01 Aperfeiçoar a Regulação do Sistema de RH	133
02 Promover o Aperfeiçoamento do Sistema de Qualificação da Defesa Nacional....	144
03 Recrutamento, Reserva e Efetivos Militares	152
04 Deveres Militares	158
05 Sistema de Incentivos e Reinserção Profissional	167
06 Comunicação Integrada para o Serviço Militar	173
07 Promover o Aperfeiçoamento do Sistema de Saúde Militar	178
08 Fomentar o Bem-Estar Social dos RH, apoiar os Deficientes Militares e os Antigos Combatentes	189
09 Armamento e Equipamento (Planeamento e Programação).....	196
10 Armamento e Equipamento (Indústria, Logística e Investigação e Desenvolvimento)....	200
11 Infraestruturas e Património (Infraestruturas)	204
12 Património Imobiliário do Estado afeto à Defesa Nacional	209
13 Rentabilização do Património Imobiliário afeto à Defesa Nacional	213
14 Acordo Bilateral de Defesa Portugal - EUA (Comissão Técnica).....	217



Direcção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

15 Turismo Militar	220
16 Qualidade e Ambiente (Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade)	223
17 Qualidade e Ambiente (Normalização e Catalogação)	231
18 Gerir os recursos da DGRDN	236
19 Acompanhar, analisar e controlar os Sistemas de Informação da DGRDN	244
20 Análise Jurídica e Contratual no âmbito da DGRDN	249
21 Apoiar o Serviço de Assistência Religiosa (Forças Armadas e Segurança)	254
22 Gestão e Planeamento Estratégico da DGRDN	257
23 Coordenar a elaboração dos instrumentos de gestão estratégica da DGRDN e execução de matérias no âmbito organizacional	260
24 Fomentar a Educação Física e o Desporto Militar	264
Anexos	268
Balanço Social 2016	
Execução orçamental 2016	
Relatório - Questionário de satisfação aplicado às entidades no que respeita ao nível de qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos contributos no domínio da cooperação com a EDA, NATO e a UE	
Organograma	



NOTA DE APRESENTAÇÃO

Nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro, o documento que agora se apresenta pretende retratar o nível de realização das ações e projetos no decorrer de 2016, considerando os programas e a estrutura orgânica atual. Consiste num instrumento de gestão essencial para retrospectivamente avaliar a obtenção das metas planeadas e da estratégia envolvida, cumprindo aquilo que o Plano de Atividades demarcou.

A missão, atribuições e competências da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN) aqui enquadradas fundamentam-se especialmente no Decreto Regulamentar n.º 8/2015, de 31 de julho (identifica a missão, as atribuições e o tipo de organização interna do serviço), na Portaria n.º 283/2015, de 15 de setembro (circunscreve a estrutura nuclear e as competências das respetivas unidades orgânicas) e nos despachos que definem e implementam a estrutura flexível da DGRDN (criação de divisões e equipa multidisciplinar).

O Relatório de Atividades 2016 inclui a vertente de responsabilização dos serviços públicos, quer através da integração do QUAR como do Relatório de Autoavaliação do serviço (Decreto-Lei n.º 66-B/2007 de 28 de dezembro).

Globalmente, afigura-se positivo o desenvolvimento das atividades previstas nos 24 programas, ainda que se tenha tido o cuidado em dar também resposta às solicitações inesperadas (ações/projetos não previstas), procurando no entanto cumprir a planificação previamente programada.

As principais áreas de atuação avaliadas quantitativa e qualitativamente da direção-geral elencam-se em seguida (estudos, propostas, procedimentos, produção e revisão legislativa):

- Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação;
- Profissionalização do serviço militar;
- Saúde Militar e Assuntos Sociais;
- Armamento e Equipamento;
- Infraestruturas, Património e Turismo Militar;
- Qualidade e Ambiente.

Avaliaram-se ainda outros serviços tais como a Assessoria Técnica à Direção, Equipa Multidisciplinar, Análise Jurídica e Contratual e o trabalho realizado pela Direção de



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Serviços de Gestão Financeira e Apoio, que operam na área do planeamento, da modernização, gestão de meios e organização.

Complementarmente, consideraram-se as ações desenvolvidas no âmbito desta direção-geral, o Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas e das Forças de Segurança, e a Comissão de Educação Física e Desporto Militar.

O orçamento executado em 2016 envolveu a verba de 143.013.428,62 € cujo detalhe se apresenta em anexo a este Relatório. Teve uma execução orçamental total de 96,70%.

Para terminar, elogia-se a participação e a cooperação de todos os dirigentes e trabalhadores da DGRDN, que garantiram, com profissionalismo e espírito de colaboração, que a direção-geral atingisse os objetivos e metas que empenhadamente se propôs alcançar no ano em análise.

Lisboa, 29 de março de 2017

Alberto Rodrigues Coelho
Diretor-Geral

(assinatura digitalizada)



VISÃO, MISSÃO E VALORES

V I S ã O

A DGRDN regula-se por um código de conduta organizacional assente em valores institucionais que têm em vista melhorar a eficiência e eficácia dos serviços prestados, ser uma estrutura profissional e atuante. Constitui-se ainda como um serviço de excelência da Administração Pública na preparação e execução da política superiormente determinada no que respeita aos recursos humanos, armamento, equipamento, património e infraestruturas da defesa

M I S S ã O

A DGRDN tem por missão conceber, desenvolver, coordenar e executar as políticas de recursos humanos, armamento, equipamentos, património e infraestruturas necessários à defesa nacional

V A L O R E S

Competência	Qualidade
Responsabilidade	Ética
Compromisso	Excelência
Renovação	Transparência
Isenção	Confiança



QUAR 2016

Quadro de Avaliação e Responsabilização

ANO:2016

 Ministério da Defesa Nacional
 Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

MISSÃO: A DGRDN, tem por missão conceber, desenvolver, coordenar e executar as políticas de recursos humanos, armamento, equipamentos, património e infraestruturas necessários à defesa nacional.

Objectivos Estratégicos

DESIGNAÇÃO									META 2016	TAXA REALIZAÇÃO
OE1 - Reforçar a eficiência da Gestão de Recursos Humanos, contribuindo para o desenvolvimento e sustentabilidade dos sistemas de Ensino e Saúde Militar. (saude-educação-formação) bem como para a profissionalização do serviço militar.										
OE2 - Contribuir para a definição de políticas no âmbito do armamento, bens, equipamentos, infraestruturas e investigação e desenvolvimento necessários às Forças Armadas e à Defesa Nacional, assim como, o planeamento, coordenação e execução dos processos que lhe são inerentes.										
OE3 - Promover a optimização dos procedimentos de gestão financeira da DGRDN.										
Eficácia									Peso	30%
OOP1 - (OE1) Elaborar um plano de intervenção estratégica no âmbito da formação da Defesa Nacional, com vista à obtenção da certificação da Formação Profissional ministrada.									Peso:	30%
INDICADORES	2015	META 2016	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
Ind.1 - Apresentação (em dias) de uma proposta do plano de intervenção estratégica no âmbito da formação da Defesa Nacional.	NA	359	7	335	100%	DEZ	339	120,83%	Superou	
OOP2 - (OE1) Elaborar um plano de comunicação no âmbito do Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas (PPCACDFA)									Peso:	30%
INDICADORES	2015	META 2016	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
Ind.2 - Apresentação (em dias) de proposta do plano para discussão e aprovação pelo Grupo Coordenador do PPCACDFA.	N/A	180	10	138	60%	DEZ	118	136,90%	Superou	
Ind.3 - Número de ações realizadas após implementação do Plano.	N/A	8	2	12	40%	DEZ	11	118,75%	Superou	
OOP3 - (OE1) Promover a formação dos recursos humanos afectos à DGRDN.									Peso:	40%
INDICADORES	2015	META 2016	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
Ind.4 - Percentagem de trabalhadores que receberam formação face ao número total de trabalhadores.	N/A	60%	10%	90%	100%	DEZ	47%	94,00%	Não atingiu	
Eficiência									Peso	30%
OOP4 - (OE2) Melhorar a eficiência operacional dos processos de aquisição, manutenção do armamento, bens e equipamentos.									Peso:	40%
INDICADORES	2015	META 2016	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
Ind.5 - Taxa de execução dos processos de aquisição, manutenção do armamento, bens e equipamentos processados via GESDOC.	N/A	75%	5%	100%	100%	DEZ	97%	122,00%	Superou	
OOP5 - (OE2) Coordenar a elaboração dos projetos NATO referentes à escola NCIS.									Peso:	30%
INDICADORES	2015	META 2016	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
Ind.6 - Taxa de execução dos projetos NATO face ao planeado, processados via CIRIS.	N/A	75%	10%	100%	100%	DEZ	75%	100,00%	Atingiu	
OOP6 - (OE3) Otimizar o sistema de apoio à gestão financeira e controlo interno.									Peso:	30%
INDICADORES	2015	META 2016	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
Ind.7 - Apresentação (em dias) de um sistema de gestão dos dados fornecidos pelo NSIP.	N/A	351	15	321	100%	DEZ	335	113,33%	Superou	
Qualidade									Peso	40%
OOP7 - (OE2) Garantir a qualidade da catalogação nacional.									Peso:	50%
INDICADORES	2015	META 2016	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
Ind.8 - Número médio de dias de resposta a 70% dos pedidos de catalogação nacionais e internacionais, não devolvidos e que se encontrem dentro dos parametros temporais definidos pelo comité OTAN/135.	N/A	18	2	10	100%	DEZ	10	125,00%	Superou	
OOP8 - (OE1) Potenciar a qualidade da monitorização dos efetivos militares.									Peso:	50%

Quadro de Avaliação e Responsabilização

INDICADORES	2015	META 2016	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind.9 - Grau de satisfação dos utilizadores da informação.		60%	10%	85%	50%	DEZ	50%	100,00%	Atingiu
Ind.10 - Grau de satisfação dos intervenientes no processo de recolha de informação face aos instrumentos utilizados.		60%	10%	85%	50%	DEZ	60%	100,00%	Atingiu

Recursos Humanos

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIO
Dirigentes - Direcção Superior	20	60	65	5
Dirigentes - Direcção intermédia e chefes de equipa	16	368	377	9
Técnico Superior - (inclui especialistas de informática)	12	1284	1350	66
Coordenador Técnico - (inclui chefes de secção)	9	18	17	-1
Assistente Técnico - (inclui técnicos de informática)	8	616	609	-7
Encarregado geral operacional	7			0
Encarregado operacional	6			0
Assistente operacional	5	195	207	12
Total		2541	2625	84

Recursos Financeiros

DESIGNAÇÃO	PLANEADOS	EXECUTADOS	DESVIO
Orçamento de funcionamento	12.685.706,00	9.421.446,48	3264260
Despesas c/Pessoal	8.072.368,00	6.913.846,31	1158522
Aquisições de Bens e Serviços	4.005.750,00	2.291.593,32	1714157
Outras despesas correntes	607.588,00	216.006,85	391581
PIDDAC	1.500.000,00	1.209.641,27	290359
Outros valores	133.711.527,00	132.382.340,87	1329186
TOTAL (OF+PIDDAC+Outros)	147.897.233,00	143.013.428,62	4883804

Indicadores _ Fonte de Verificação

- 1 - Proposta
- 2 - Proposta
- 3 - Documento comprovativo de ações realizadas
- 4 - Relatório
- 5 - Relatório
- 6 - Relatório
- 7 - Documento apresentado
- 8 - Relatório
- 9 - Relatório
- 10 - Relatório

Notas explicativas

Avaliação Final

Eficácia	33,82
Elaborar um plano de intervenção estratégica no âmbito da formação da Defesa Nacional, com vista à obtenção da certificação da Formação Profissional ministrada.	36,25
Elaborar um plano de comunicação no âmbito do Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas (PPCACDFA)	38,89
Promover a formação dos recursos humanos afectos à DGRDN.	37,60
Eficiência	33,84
Melhorar a eficiência operacional dos processos de aquisição, manutenção do armamento, bens e equipamentos.	48,80
Coordenar a elaboração dos projetos NATO referentes à escola NCIS.	30,00
Otimizar o sistema de apoio à gestão financeira e controlo interno.	34,00
Qualidade	45,00
Garantir a qualidade da catalogação nacional.	62,50
Potenciar a qualidade da monitorização dos efetivos militares.	50,00

Taxa de Realização Final	Nota Final
112,66	Bom



RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO



Glossário

Nos termos do artigo 4.º da Lei 66-B/2007, de 28 de dezembro, são consideradas as seguintes expressões:

Quadro 1 - Glossário

Competências	- O parâmetro de avaliação que traduz o conjunto de conhecimentos, capacidades de ação e comportamentos necessários para o desempenho eficiente e eficaz, adequado ao exercício de funções por dirigente ou trabalhador.
Dirigentes máximos do serviço	- Os titulares de cargos de direção superior do 1.º grau ou legalmente equiparado, outros dirigentes responsáveis pelo serviço dependente de membro do Governo ou os presidentes de órgão de direção colegial sob sua tutela ou superintendência.
Dirigentes superiores	- Os dirigentes máximos dos serviços, os titulares de cargo de direção superior do 2.º grau ou legalmente equiparados e os vice - presidentes ou vogais de órgão de direção colegial.
Dirigentes intermédios	- Os titulares de cargos de direção intermédia do 1.º e 2.º grau ou legalmente equiparados, o pessoal integrado em carreira, enquanto se encontre em exercício de funções de direção ou equiparadas inerentes ao conteúdo funcional da carreira, os chefes de equipas multidisciplinares cujo exercício se prolongue por prazo superior a seis meses no ano em avaliação e outros cargos e chefias de unidades orgânicas.
Indicadores de Desempenho	- Medida de um objetivo que se pretende alcançar ou atingir, de um recurso mobilizado, de um efeito obtido, de um elemento de qualidade, de uma variável de contexto.
Objetivos	- O parâmetro de avaliação que traduz a previsão dos resultados que se pretendem alcançar no tempo, em regra quantificáveis.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Serviço efetivo	- O trabalho realmente prestado pelo trabalhador nos serviços.
Serviços	- Os serviços da administração direta e indireta do Estado, da administração regional autónoma e da administração autárquica, incluindo os respetivos serviços desconcentrados ou periféricos e estabelecimentos públicos, com exceção das entidades públicas empresariais.
Trabalhadores	- Os trabalhadores da Administração Pública que não exerçam cargos dirigentes ou equiparados, independentemente do título jurídico da relação de trabalho, desde que a respetiva vinculação seja por prazo igual ou superior a seis meses, incluindo pessoal integrado em carreira que não se encontre em serviço de funções de direção ou equiparadas inerentes ao conteúdo funcional dessa carreira.
Unidades orgânicas	- Os elementos estruturais da organização interna de um serviço que obedeçam ao modelo e estrutura hierarquizada, matricial ou mista.
Utilizadores externos	- Os cidadãos, as empresas e a sociedade civil.
Utilizadores internos	- Os órgãos e serviços da administração direta e indireta do Estado e das administrações regional e autárquica, com exceção das entidades públicas empresariais.
Qualidade	- Conjunto de atributos e características de uma entidade ou produto que determinam a sua aptidão para satisfazer necessidades e expectativas da sociedade.
Indicadores	- Medida de um objetivo que se pretende alcançar ou atingir, de um recurso mobilizado, de um efeito obtido, de um elemento de qualidade, de uma variável de contexto. No entanto, são acima de tudo, instrumentos de informação com vista a apoiar os gestores a comunicar, a negociar ou a decidir. Representam uma grandeza, um número, uma



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

	cifra, um cálculo (n.º, % ou taxa) que permite objetivar o acontecimento ou uma situação e interpretá-los.
Eficácia	- Traduzem a relação entre o planeado e o alcançado em matéria de realizações. Em regra, a eficácia é medida por unidades físicas (v.g. n.º de ocorrências) ou monetárias.
Eficiência	- Relação entre os bens produzidos ou os serviços prestados e os recursos utilizados.



Nota Introdutória

O Relatório de Autoavaliação é um instrumento de gestão, que acompanha o Relatório de Atividades de 2016, por forma a dar cumprimento ao estabelecido no Artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual. Este documento tem como objetivo fazer a autoavaliação da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, analisando o seu desempenho, tendo em consideração os resultados alcançados relativos aos objetivos operacionais estabelecidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) de 2016.

O ano de 2016 foi marcado essencialmente pelo processo de consolidação, face à fusão entre a Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM) e a Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa (DGAIED) realizada em 2015, num contexto de novos desafios, e que o presente relatório presta agora contas das tarefas levadas a cabo e que não teriam sido possíveis de concretizar sem o esforço de cada um e de todos os colaboradores que no dia-a-dia contribuíram para o cumprimento da nova missão e atribuições confiadas à DGRDN e que a seguir se referem.

Assim, o presente relatório irá refletir o período de estabilização das diferentes unidades orgânicas inseridas na Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, determinadas e publicada na Portaria nº 283/2015, de 15 de Setembro.

O mesmo, tem ainda por base o cumprimento dos objetivos definidos no QUAR/2016, observação dos Recursos Humanos existentes e execução dos Recursos Financeiros envolvidos.

Neste sentido, com a finalidade de substanciar a elaboração deste relatório, foi solicitada aos responsáveis das várias Unidades Orgânicas, envolvidas no



cumprimento dos objetivos do QUAR, a apresentação de relatórios sobre o grau de cumprimento dos respetivos objetivos, assim como a justificação dos desvios.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN)

Estrutura orgânica da DGRDN

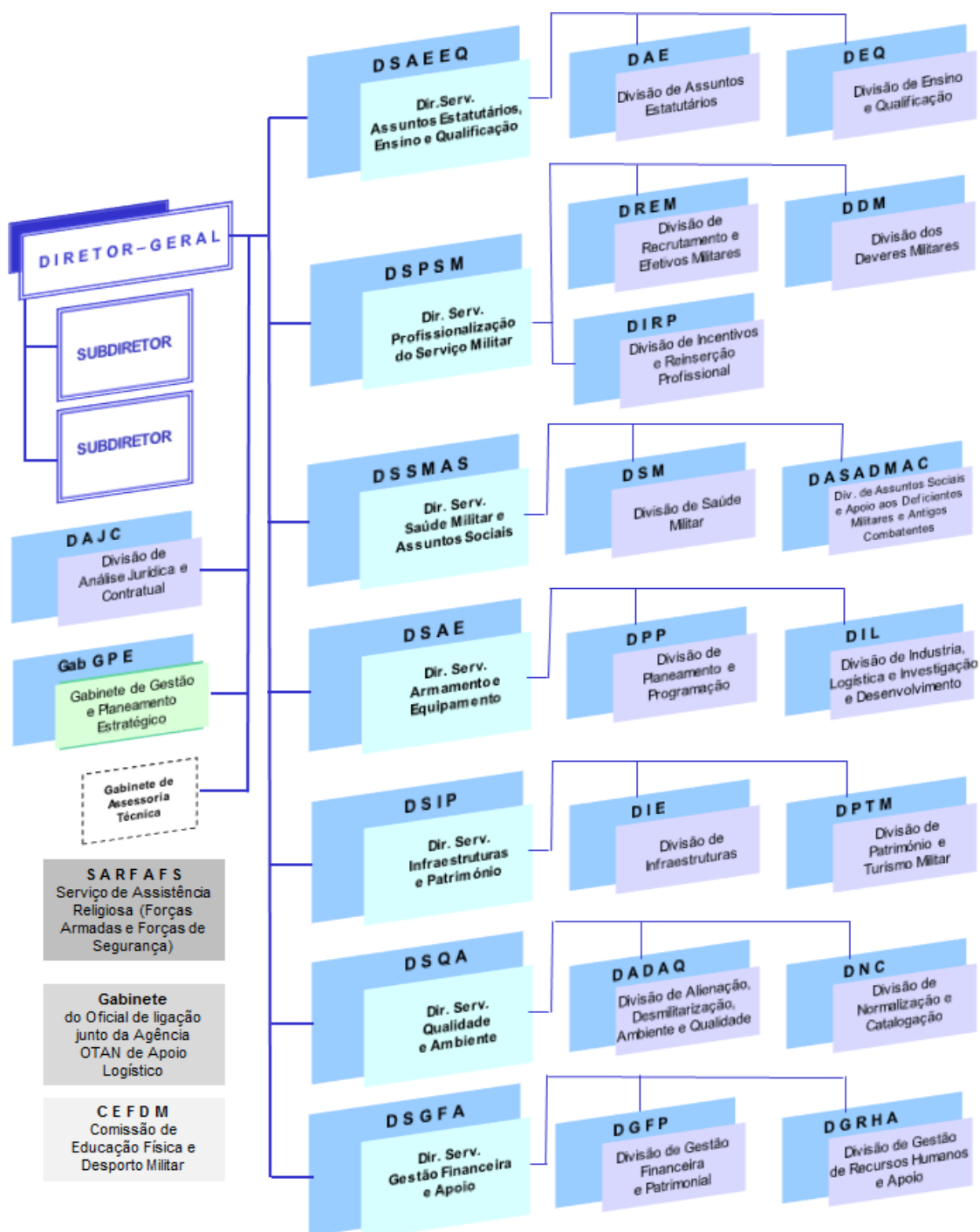
De acordo com o Decreto-Lei nº 183/2014, de 29 de dezembro, diploma que criou a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional e ao mesmo tempo extinguiu a DGPRM e a DGAIED, conjugado com o Decreto-Regulamentar nº 8/2015, de 31 de julho, que define a missão e atribuições, a Portaria nº 283/2015, de 15 de setembro que cria as unidades orgânicas fixas e as multidisciplinares, conjugados ainda com os Despachos que criam as unidades orgânicas flexíveis, todos publicados na 2ª série do Diário da República n.ºs 250, de 2014, 148 e 193 194 198 de 2015, respetivamente.

A DGRDN integra sete unidades orgânicas nucleares, designadas por Direções de Serviço, sendo a estrutura flexível composta por dezasseis Divisões e uma Equipa multidisciplinar, com as seguintes designações no seguinte organograma:



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
 RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Figura 1 - Organograma DGRDN





Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

- A **Direção de Serviços dos Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação**, (DSAEEQ), que compreende a Divisão de Assuntos Estatutários (DAE) e a Divisão de Ensino e Qualificação (DEQ);
- A **Direção de Serviços da Profissionalização do Serviço Militar** (DSPSM) compreende a Divisão de Recrutamento e Efetivos Militares (DREM), a Divisão de Deveres Militares (DDM) e a Divisão de Incentivos e Reinserção Profissional (DIRP);
- A **Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais** (DSSMAS) compreende a Divisão de Saúde Militar (DSM) e a Divisão de Assuntos Sociais e Apoio aos Militares e Antigos Combatentes (DASADMAC);
- A **Direção de Serviços de Armamento e Equipamento** (DSAE) compreende a Divisão de Planeamento e Programação (DPP) e a Divisão de Indústria, Logística e investigação e Desenvolvimento (DIL);
- A **Direção de Serviços de Infraestruturas e Património** (DSIP) compreende a Divisão de Infraestruturas (DIE) e a Divisão Património e Turismo Militar (DPTM);
- A **Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente** (DSQA) compreende a Divisão de Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade (DADAQ) e a Divisão de Normalização e Catalogação (DNC);
- A **Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio** (DSGFA) compreende a Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial (DGFP) e a Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Apoio (DGRHA);
- **Divisão de Análise Jurídica e Contratual** (DAJC);
- **Gabinete de Gestão e Planeamento Estratégico** (GAB/GPE) - Equipa Multidisciplinar.



Missão

- **Conceber, desenvolver, coordenar e executar as políticas de recursos humanos, armamento, equipamentos, património e infraestruturas necessários à Defesa Nacional**



**Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016**

Atribuições

- Estudar, propor e emitir pareceres e monitorizar a execução das medidas de política de recursos humanos — militares, militarizados e civis —, nomeadamente as relativas a estatutos, vínculos, carreiras e remunerações;
- Apoiar o Ministro da Defesa Nacional na direção da atividade interministerial de execução da política de defesa nacional e das Forças Armadas, em articulação com o Estado -Maior -General das Forças Armadas (EMGFA) e a Direção -Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN), nomeadamente quanto à mobilização e requisição;
- Exercer as competências de órgão central de recrutamento e divulgação, planeando, dirigindo e coordenando os processos estruturantes da profissionalização do serviço militar, nos termos da Lei do Serviço Militar, respetivo regulamento e demais legislação complementar;
- Planear, dirigir e coordenar as atividades relativas ao recenseamento militar e ao Dia da Defesa Nacional;
- Estudar, propor e monitorizar a execução de medidas de política de ensino, investigação e desenvolvimento e inovação, formação e qualificação profissional, assegurando a devida articulação com os sistemas nacionais;
- Estudar, propor e monitorizar a execução de medidas de política de saúde militar, assegurando a devida articulação com o sistema nacional;
- Estudar, propor e monitorizar a execução de medidas de política no âmbito do apoio social;
- Estudar, propor e monitorizar a execução de medidas de política de apoio e reabilitação dos deficientes militares, assegurando a devida articulação com o sistema nacional;
- Propor, avaliar e executar as políticas de apoio aos antigos combatentes;
- Conceber, desenvolver, coordenar e executar as políticas de armamento, bens, equipamentos, infraestruturas e investigação e desenvolvimento necessárias às Forças Armadas e à defesa nacional;
- Conceber, desenvolver, coordenar e executar a política ambiental da defesa nacional;
- Participar no processo de planeamento de forças e de edificação de capacidades militares, coordenando a formulação dos planos de armamento e de infraestruturas enquanto instrumentos de planeamento, com vista à elaboração das propostas de lei de programação militar;



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Atribuições

- Participar no processo de planeamento de forças e de edificação de capacidades militares, coordenando a formulação dos planos de armamento e de infraestruturas enquanto instrumentos de planeamento, com vista à elaboração das propostas de lei de programação militar;
 - Coordenar a elaboração das propostas de lei de programação militar e de programação das infraestruturas militares, de acordo com o ciclo de planeamento de defesa, assegurando a respetiva execução e controlo;
 - Planear, coordenar e executar as atividades relativas à gestão do ciclo de vida logístico do armamento, bens e equipamentos, no que se refere aos processos de aquisição, manutenção, alienação e desmilitarização;
 - Propor a concessão de autorizações para acesso e exercício das atividades de indústria e ou comércio de bens e tecnologias militares e proceder à supervisão da atividade das empresas do setor da defesa e ao controlo das importações e exportações de bens e tecnologias militares;
 - Planear, coordenar e executar as atividades relativas à aquisição, arrendamento, construção, manutenção, disposição e rentabilização das infraestruturas e demais património imobiliário afeto à defesa nacional, assegurando, designadamente, as competências legais da Unidade de Gestão Patrimonial do Ministério da Defesa Nacional (MDN);
 - Participar, coordenando a posição do MDN, na definição e execução das políticas de ordenamento do território e urbanismo, garantindo a salvaguarda dos interesses da defesa nacional em sede de produção, alteração, revisão e execução dos instrumentos de gestão territorial;
 - Participar na preparação e execução de medidas que envolvam a requisição, aos particulares, de coisas ou serviços;
 - Assegurar, no âmbito das suas atribuições e em articulação com a DGPDN, a representação em organizações e entidades internacionais e nacionais, definindo, propondo, coordenando e desenvolvendo protocolos, projetos e outras atividades de cooperação nos domínios dos recursos humanos, do armamento, dos equipamentos, do património e das infraestruturas da defesa nacional;
 - Assegurar, no âmbito das suas atribuições, a representação em organizações e entidades nacionais e internacionais, propondo, coordenando e desenvolvendo atividades de cooperação internacional na execução das políticas de defesa no domínio do armamento, equipamentos, infraestruturas e património;
 - Planear, coordenar e monitorizar, em articulação com os serviços e organismos do MDN, os ramos das Forças Armadas e outras entidades, as atividades relativas ao turismo militar, assegurando uma visão integrada do património da defesa nacional, apresentando e executando propostas de carácter educativo e formativo que valorizem a história e cultura portuguesas.
- previstas no nº 2 do artigo 2º do Decreto-Regulamentar nº 8/2015, de 31 de julho



Metodologia adotada

No ano de 2016, pretendeu-se dar continuidade à implementação de um conjunto de medidas relativas à otimização da gestão dos recursos disponíveis para a prestação eficaz e eficiente dos serviços e, simultaneamente promover o desenvolvimento de novos projetos que consubstanciam novas formas de relacionamento do organismo com o público-alvo.

No seguimento do exemplo aplicado nos anos anteriores, foi elaborado um modelo e disponibilizado a todas as unidades orgânicas, no sentido de recolher contributos necessários para a elaboração do **QUAR 2016** (definição de objetivos, metas e indicadores de medida associados e fontes de verificação de cada objetivo).

A informação assim obtida foi posteriormente sistematizada e harmonizada, objeto de reanálise e correção pelas unidades orgânicas, sendo posteriormente elaborado o documento final.

A coordenação do processo e a elaboração do relatório foram da responsabilidade do GAT - Gabinete de Assessoria Técnica.

As monitorizações realizaram-se quadrimestralmente (abril, agosto e dezembro), procedendo-se assim ao acompanhamento do grau de execução do QUAR, nomeadamente à identificação e análise dos desvios detetados.

De realçar ainda a aplicação do Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SIADAP), com base na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, contribui para a melhoria do desempenho e qualidade dos serviços da Administração Pública, para a coerência e harmonia da ação dos serviços, dirigentes e demais trabalhadores e para a promoção da sua motivação profissional e desenvolvimento de competências.



A avaliação do desempenho, dos serviços e dos recursos humanos, integra-se no ciclo anual de gestão e assenta em parâmetros de eficácia, eficiência e qualidade.

Com a finalidade de substanciar a elaboração deste relatório foi solicitada, aos responsáveis das várias Unidades Orgânicas envolvidas no cumprimento dos objetivos do QUAR, a apresentação de relatórios sobre o grau de cumprimento dos respetivos objetivos, assim como a justificação dos desvios verificados.

O presente relatório contém a informação indicada no nº 1 do artigo 15º, bem como a informação adicional prevista no nº 2 do supra referido normativo, tendo a seguinte estrutura:

- Estrutura Orgânica;
- A autoavaliação do QUAR (Resultados alcançados e desvios verificados);
- A Avaliação do Sistema de Controlo Interno;
- Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo de desenvolvimento;
- Avaliação Final



Autoavaliação

Resultados alcançados e desvios verificados

Foram definidos 3 **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS** (OE) que se encontram diretamente relacionados com as áreas de intervenção acima referidas.

Objetivo estratégico 1

- Reforçar a eficiência da Gestão de Recursos e contribuir para o desenvolvimento e sustentabilidade dos sistemas de Ensino e Saúde Militar, (saúde-educação-formação) bem como para a profissionalização do serviço militar.

Objetivo estratégico 2

- Contribuir para a definição de políticas no âmbito do armamento, bens e equipamentos, infraestruturas e investigação e desenvolvimento necessários às Forças Armadas e a Defesa Nacional, assim como, o planeamento, coordenação e execução dos processos que lhe são inerentes.

Objetivo estratégico 3

- Promover a otimização dos procedimentos de gestão financeira da DGRDN.

Objetivos Operacionais

Na construção do QUAR de 2016, procurou-se dar particular atenção a objetivos relacionados, com a imagem da DGRDN, traduzida na eficiência dos serviços aos cidadãos, na modernização administrativa, valorização dos recursos e redução da despesa.

Importa salientar que os resultados do QUAR que agora se apresentam, revelam não só a capacidade da DGRDN superar e cumprir os objetivos de eficácia (3), eficiência (3) e qualidade (2), que se propôs realizar em 2016, mas também a capacidade de



organização que pela sua missão e competências de atribuição, vocacionada para o apoio à governação, nas respetivas áreas, bem como para a operacionalização das Forças Armadas no âmbito do Dia da Defesa nacional (DDN).

OE1 - Reforçar a eficiência da Gestão de Recursos Humanos, contribuindo para o desenvolvimento e sustentabilidade dos sistemas de Ensino e Saúde Militar (saúde-educação-formação) bem como para a profissionalização do serviço militar.

- O1 (OE1) (Eficácia) Elaborar um plano de intervenção estratégica no âmbito da formação da Defesa Nacional, com vista à obtenção da certificação da Formação Profissional ministrada;
- O2 (OE1) - (Eficácia) Elaborar um plano de comunicação no âmbito do Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas (PPCACDFA);
- O3 (OE1) (Eficácia) Promover a formação dos recursos humanos afectos à DGRDN;
- O8 (OE1) (Qualidade) Potenciar a qualidade da monitorização dos efetivos militares.

OE2 - Contribuir para a definição de políticas no âmbito do armamento, bens, equipamentos, infraestruturas e investigação e desenvolvimento necessários às Forças Armadas e à Defesa Nacional, assim como, o planeamento, coordenação e execução dos processos que lhe são inerentes.

- O4 (OE2) (Eficiência) Melhorar a eficiência operacional dos processos de aquisição, manutenção do armamento, bens e equipamentos.
- O5 (OE2) (Eficiência) Coordenar a elaboração dos projetos NATO referentes à escola NCIS;
- O7 (OE2) (Qualidade) Garantir a qualidade da catalogação nacional.



OE3 - Promover a otimização dos procedimentos de gestão financeira da DGRDN.

- O6 (OE3) (Eficiência) Otimizar o sistema de apoio à gestão financeira e controlo interno;

Cumprimento dos Objetivos Operacionais

De destacar os indicadores que dos 6 objetivos operacionais acima referidos evidenciam desvios positivos e por isso superados. Nos restantes, dado os desvios apresentados, podemos concluir que 1 deles foi atingido, ficando o outro com um resultado aquém do esperado.

Objetivos Operacionais

Gráfico 1 – Percentagem de execução dos objetivos operacionais





Avaliação Global do Grau do Cumprimento dos Objetivos Operacionais

No mapa seguinte, apresenta-se um resumo da avaliação global relativa a 2016, indicando a taxa de realização de cada objetivo e indicador, bem como a taxa de realização por parâmetro (Eficácia, Eficiência e Qualidade) e avaliação final, tendo em conta as respetivas ponderações.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
 RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Quadro 2 – Avaliação global do grau de cumprimento dos objetivos operacionais da DGRDN

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN)														
	Objetivos Estratégicos (OE)													
	OE1. Reforçar a eficiência da Gestão de Recursos e contribuir para o desenvolvimento e sustentabilidade dos sistemas de Ensino e Saúde Militar, (saúde-educação-formação) bem como para a profissionalização do serviço militar.													
	OE2. Contribuir para a definição de políticas no âmbito do armamento, bens e equipamentos, infraestruturas e investigação e desenvolvimento necessários às Forças Armadas e a Defesa Nacional, assim como, o planeamento, coordenação e execução dos processos que lhe são inerentes.													
	OE3 - Promover a otimização dos procedimentos de gestão financeira da DGRDN.													
	Objetivos operacionais (OOP)	Peso Parâmetros	Peso objetivos nos parâmetros	Peso indicadores	META 2016	Tolerância	Valor crítico	Resultados	Taxa realização do Indicador	Classificação	Desvio/Indicador	Grau realização do OOP	Taxa execução dos parâmetros	Execução/peso do parâmetro
Eficácia	O1. (OE1) - Elaborar um plano de intervenção estratégica no âmbito da formação da Defesa Nacional, com vista à obtenção da certificação da	30%	30%								121%	113%	34%	113%



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
 RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

	Formação Profissional ministrada;													
	Ind.1 - Apresentação (em dias) de uma proposta do plano de intervenção estratégica no âmbito da formação da Defesa Nacional.			100%	359	7	335	339	120,83%	Superou	21%			
	O2. (OE1) - Elaborar um plano de comunicação no âmbito do Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas (PPCADCFA);		30%								130%			
	Ind.2 - Apresentação (em dias) de proposta do plano para discussão e aprovação pelo Grupo Coordenador do PPCADCFA.			60%	180	10	138	118	136,90%	Superou	37%			
	Ind.3 - Número de ações realizadas após implementação do Plano.			40%	8	2	12	11	118,75%	Superou	19%			
	O3. (OE1) Promover a formação dos recursos humanos afetos à DGRDN;		40%								94%			
	Ind. 4 - Percentagem de trabalhadores que receberam formação face ao número total de trabalhadores.			100%	60%	10%	90%	47%	94,00%	Não Atingiu	-6%			
Eficiência	O4. (OE2) - Melhorar a eficiência operacional dos processos de aquisição, manutenção do armamento,	30%	40%								122%	113%	34%	



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
 RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

	bens e equipamentos.														
	Ind.5 - Taxa de execução dos processos de aquisição, manutenção do armamento, bens e equipamentos processados via GESDOC.			100%	75%	5%	100%	97%	122,00%	Superou	22%				
	05. (OE2) - Coordenar a elaboração dos projetos NATO referentes à escola NCIS.		30%										100%		
	Ind.6 - Taxa de execução dos projetos NATO face ao planeado, processados via CIRIS.			100%	75%	10%	100%	75%	100,00%	Atingiu	0%				
	06. (OE3) - Otimizar o sistema de apoio à gestão financeira e controlo interno.		30%										113%		
	Ind.7 - Apresentação (em dias) de um sistema de gestão dos dados fornecidos pelo NSIP.			100%	351	15	321	335	113,33%	Superou	13%				
Qualidade	07. (OE2) - Garantir a qualidade da catalogação nacional.		40%	50%									125%	113%	45%
	Ind.8 - Número médio de dias de resposta a 70% dos pedidos de catalogação nacionais e internacionais, não devolvidos e que se encontrem dentro dos parâmetros temporais definidos pelo comité OTAN/135.				100%	18	2	10	10	125,00%	Superou	25%			
	08. (OE1) - Potenciar a qualidade da monitorização			50%									100%		



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
 RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

	dos efetivos militares.												
	Ind.9 - Grau de satisfação dos utilizadores da informação.		50%	60%	10%	85%	50%	100%	Atingiu	0%			
	Ind.10 - Grau de satisfação dos intervenientes no processo de recolha de informação face aos instrumentos utilizados.		50%	60%	10%	85%	60%	100%	Atingiu	0%			



Descrição da Concretização dos Objetivos Operacionais

Relatórios de concretização relacionados com cada objetivo operacional, apresentados pelos dirigentes de cada serviço a que foram atribuídos os objetivos do QUAR 2016.

Objetivos Operacionais de Eficácia

Objetivo O1: (OE1) Elaborar um plano de intervenção estratégica no âmbito da formação da Defesa Nacional, com vista à obtenção da certificação da Formação Profissional ministrada

- Ind.1 - Apresentação (em dias) de uma proposta do plano de intervenção estratégica no âmbito da formação da Defesa Nacional.

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
359	7	335	339	21%	120,83%	Superou

Fontes de Verificação:

Proposta de Plano de intervenção estratégica no âmbito da formação da Defesa Nacional.

Breve Análise:

Foi elaborada a caracterização do Sistema de Formação Profissional da Defesa Nacional que permitiu confrontar as metodologias utilizadas e resultados obtidos com as metodologias definidas e resultados esperados pelo Sistema Nacional de Qualificações identificando, assim, o espaço de melhoria, estabelecido em eixos de ação e tarefas, no Sistema de Formação Profissional da Defesa Nacional.



Síntese das Atividades:

Na prossecução da tarefa supra identificada foi, em primeiro lugar, identificada a necessidade de levantamento de dados que permitissem aferir o state of the art do sistema de formação da Defesa Nacional.

Neste sentido, foi elaborada e validada uma matriz de caracterização dos sistemas de formação profissional, submetido e preenchido pelos Ramos das Forças Armadas, que permitiu a aferição concreta dos sistemas e dos focus de intervenção necessários face aos objetivos definidos pelos Sistema Nacional de Qualificações (SNQ).

Com base na aferição do desvio entre o Sistema de Formação Profissional da Defesa Nacional e o SNQ foi elaborado um Plano de intervenção tendente a cumprir com o preconizado no Programa do XXI Governo Constitucional, alcançando o alinhamento integral entre sistemas de formação profissional.

Justificação do desvio:

A superação do objetivo definido teve como fundamento essencial:

1. O planeamento operacional definido e executado pelos Técnicos responsáveis pela tarefa que resultou num aproveitamento do tempo muito próximo do ideal.
2. O profundo conhecimento do setor da formação profissional e da realidade específica dos ramos das Forças Armadas detido pelos Técnicos responsáveis pela tarefa.
3. A constituição multidisciplinar e especializada da equipa de técnicos responsáveis pela tarefa, que contribuiu para uma análise multicritério.
4. A cooperação obtida por parte dos Ramos das Forças Armadas.

Recursos Humanos envolvidos:

1 Chefe de Divisão e 1 Técnico Superior



Objetivo O2: (OE1) Elaborar um plano de comunicação no âmbito do Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas (PPCADCFA)

- Ind.2 - Apresentação (em dias) de proposta do plano para discussão e aprovação pelo Grupo Coordenador do PPCADCFA.

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
180	10	138	118	37%	136,90%	Superou

Fontes de Verificação:

Ata da reunião do Grupo Coordenador do PPCADCFA realizada em 30 de abril de 2016, onde consta a aprovação da proposta do plano de comunicação.

Breve Análise:

A necessidade de elaborar um plano definidor de uma estratégia de comunicação do Programa (PPCADCFA) surgiu aquando da sua revisão, pelo respetivo Grupo Coordenador, que foi aprovada pelo Despacho n.º 11921/SEADN/2015, de 23 de outubro. Perante uma nova realidade, com um universo mais extenso de destinatários e contemplando novos comportamentos aditivos, considerou-se oportuno elaborar um plano de comunicação do Programa, que pudesse estabelecer a orientação estratégica para a sua implementação e identificar as ações concretas a desenvolver.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Síntese das Atividades:

Realização de reuniões, pesquisa, identificação da estratégia de divulgação, dos objetivos e das ações de divulgação, elaboração e apresentação do documento final.

Justificação do desvio:

Tratando-se de um novo Programa, aprovado em outubro de 2015, o Grupo Coordenador considerou a necessidade de definir, no imediato, uma estratégia de comunicação e aconselhou antecipar a conclusão do plano. Assim, aproveitou-se a reunião de 30 de abril, que tinha também outros assuntos em agenda, para aprovar o plano de comunicação em apreço.

Recursos Humanos envolvidos:

1 Chefe de Divisão e 2 Técnico Superiores

- Ind.3 - Número de ações realizadas após implementação do Plano.

Meta	Tolerância	Valor Critico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
8	2	12	11	19%	118,75%	Superou

Fontes de Verificação:

Relatório de Atividades 2016.



Breve Análise:

Uma vez aprovado o plano de comunicação, começou a divulgação do Programa (PPCACDFA) junto dos militares e dos trabalhadores civis e militarizados em U/E/O e foram dinamizadas diversas ações, tendo como principais objetivos estratégicos:

- . Alertar para a problemática dos comportamentos aditivos e dependências (CAD) nas FFAA;
- . Demonstrar que as FFAA se encontram atentas a têm desenvolvido trabalho nesta matéria;
- . Divulgar o Programa como documento de referência e orientador das ações a desenvolver no âmbito da prevenção dos CAD nas FFAA;
- . Potenciar a utilização do Programa por outras entidades/organismos externos ao universo da Defesa ou de outros países, nomeadamente do espaço da CPLP.

Síntese das Atividades:

Edição do novo Programa; sessões formativas integradas no Curso de Operadores de Prevenção de Alcoolismo e Toxicodependências (2); palestra realizada no Campo de Tiro de Alcochete (Força Aérea); disponibilização do Programa para consulta no link “Saúde Militar” do site do SPAD (Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa); divulgação do Programa nas apresentações (2) do ponto de situação do Compromisso FNAS (Fórum Nacional Álcool e Saúde); e ações preparatórias das “I Jornadas Defesa e Saúde - Comportamentos Aditivos e Dependências” (4)

Justificação do desvio:

Houve atividades solicitadas por terceiros que não constavam do planeamento e ao ser decidida superiormente a data para a realização das “I Jornadas Defesa e Saúde”, houve, igualmente, a necessidade de adotar várias ações preparatórias, logo em 2016, que não tinham sido planeadas.

Recursos Humanos envolvidos:

1 Chefe de Divisão e 2 Técnico Superiores



Objetivo O3: (OE1) Promover a formação dos recursos humanos afetos à DGRDN

- Ind. 4 - Percentagem de trabalhadores que receberam formação face ao número total de trabalhadores.

Meta	Tolerância	Valor Critico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
60%	10%	90%	47%	-6%	94,00%	Não Atingiu

Fontes de Verificação:

As fontes de verificação apoiaram-se (1) nos registos de formações pagas pela Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial; (2) nas inscrições submetidas para aprovação; (3) nos dados fornecidos pela informática no âmbito das formações acerca de aplicações/plataformas; (4) nos dados fornecidos pela Secretaria-Geral do MDN no que concerne à formação que geriu e que foi ministrada aos trabalhadores da DGRDN; e (5) nos dados fornecidos pela DSPSM no âmbito da formação inicial ministrada aos recursos humanos atribuídos ao Dia da Defesa Nacional.

Breve Análise:

A meta de 60% para a percentagem de trabalhadores que receberam formação face ao número total de trabalhadores não foi atingida, tendo-se verificado apenas o resultado de 47%.

Justificação do desvio:

O desvio negativo verificado pode-se justificar com a constatação de que:



1. Ocorreu uma redução na adesão voluntária dos colaboradores à formação;
2. Verificou-se que um número significativo de ações de formação onde estavam inscritos trabalhadores da DGRDN, não se concretizaram por não existirem formandos em número suficiente; e
3. Não ocorreu formação planeada, instrumentalizada através de um plano, que, ao existir potencia o comprometimento dos trabalhadores em se inscreverem e procurarem formação.

Atendendo ao anteriormente exposto, a resolução dos desvios negativos verificados no âmbito do objetivo da formação passa pela implementação de um sistema de gestão da formação no qual o plano de formação assume um papel central. Espera-se que, ao se salientar o plano de formação, se motivem os trabalhadores da DGRDN no sentido do compromisso para a inscrição e para a procura de conteúdos de formação. Adicionalmente, como medida paralela, a vertente de planeamento, referida anteriormente, pode ser complementada por uma procura e divulgação de conteúdos de formação mais heterogéneos e/ou especializados.

1 Chefe de Divisão e 1 Técnico Superior



Objetivos Operacionais de Eficiência

Objetivo O4 (OE2) Melhorar a eficiência operacional dos processos de aquisição, manutenção do armamento, bens e equipamentos.

- Ind.5 - Taxa de execução dos processos de aquisição, manutenção do armamento, bens e equipamentos processados via GESDÓC.

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
75%	5%	100%	97%	22%	122,00%	Superado

Fontes de Verificação:

Relatório.

Breve Análise:

A taxa de execução, dos processos de aquisição, manutenção do armamento, bens e equipamentos, processada via GESDOC, foi de 97%. Dos 2232 processos iniciados foram processados 2169, ficando assim a execução 17% acima do previsto (contando com os 5% de tolerância).

Síntese das Atividades:

Foram propostos e desenvolvidos protocolos, programas e projetos no âmbito da participação nacional na EDA e NATO, correspondendo à assinatura de Program Arrangements, nomeadamente para a participação nacional em projetos e programas internacionais aos quais Portugal aderiu;



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Foram desenvolvidos acordos de cooperação multinacional com vista a potenciar a eficiência e a redução de custos;

Foram lançados 2 processos de aquisição para o Exército, nomeadamente, aquisição de viaturas blindadas ligeiras 4 x 4 e aquisição de viaturas médias blindadas e não blindadas para Sistema SIC-T os quais contribuem para o incremento da capacidade de Proteção de Forças e capacidade de Comando e Controlo.

Decreto-Lei n.º 78/2016 de 23nov - 5.ª alteração Lista Militar Comum

Autorizados/Emitidos:

- 45 Certificados de Destino Final
- 507 Certificados de Garantia de Entrega
- 256 Certificados Internacionais de Importação
- 485 Certificados para Equipamento Militar
- 14 Licenças de trânsito
- 1 Intermediação
- 21 Licenças Globais
- 383 Licenças Individuais
- 2 Recusas

Justificação do desvio.

O desvio de +17% na taxa de execução dos processos de aquisição, manutenção do armamento, bens e equipamentos, no ano de 2016, deveu-se sobretudo à acentuada atividade relativa à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das suas atividades.

Recursos Humanos envolvidos:

No cumprimento do objetivo e respetivo indicador esteve envolvida toda a Direção de Serviços.

1 Diretor de Serviço; 2 Chefes de Divisão; 7 Técnicos Superiores e
1 Assistente Técnico



Objetivo O5 (OE2) Coordenar a elaboração dos projetos NATO referentes à escola NCIS.

- Ind.6 - Taxa de execução dos projetos NATO face ao planeado, processada via CIRIS.

Meta	Tolerância	Valor Critico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
75%	10%	100%	75%	0%	100,00%	Atingido

Fontes de Verificação:

Relatórios de acompanhamento do processo; Relatórios de aprovação de projetos; Informações de abertura de procedimentos; Relatórios de análise de propostas, Informações de adjudicação.

Breve Análise:

Foi disponibilizada informação relativa ao desenvolvimento do projeto da Escola para todos os relatórios do CANEC e assegurada a representação da DGRDN nas reuniões do Steering Committee.

Foram ainda concretizadas cinco reuniões do Grupo de Trabalho entretanto constituído para assuntos relacionados com a materialização da transferência da Escola, o Program Management Board.

Concretizou-se o procedimento pré-contratual da revisão do projeto e foi acompanhada a execução do trabalho, e promovidos os contatos com os projetistas para acertos finais.

O projeto final foi submetido à NATO e foi cumprida a respetiva aprovação.

O Caderno de Encargos para a contratação da empreitada de execução foi elaborado e submetido a aprovação superior.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Decorreram os procedimentos pré-contratuais para dois concursos públicos: Empreitada de Adaptação das Instalações da Messe, com uma estimativa de €380.000,00, e Empreitada de Construção do Edifício da Escola, com uma estimativa de €21.500.000,00.

A Empreitada de adaptação das Instalações da Messe foi adjudicada e iniciada a obra em 9 de novembro de 2016; a Empreitada de Construção do Edifício da Escola teve uma proposta de adjudicação no início de 2017.

Síntese e justificação das Atividades:

Cumpridas em tempo todas as atividades previstas para este objetivo, à exceção da adjudicação da empreitada do edifício da escola mas que acontecerá ainda em janeiro de 2017.

Recursos Humanos envolvidos:

1 Chefe de Divisão; 2 Técnico Superiores e
1 Militar (Sargento)



Objetivo O6 (OE3) - Otimizar o sistema de apoio à gestão financeira e controlo interno.

- Ind.7 - Apresentação (em dias) de um sistema de gestão dos dados fornecidos pelo NSIP.

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
351	15	321	335	13%	113,33%	Superado

Fontes de Verificação:

Documento apresentado.

- Mensagem de correio eletrónico a solicitar apoio à DSAF, da Secretaria-Geral, para a implementação do sistema de contabilização analítica no SIG (outubro de 2016);
- Folha em Excel com o sistema de gestão dos dados fornecidos pelo NSIP integrado no Sistema de Informação da DGRDN.
- Folha em Excel com a estrutura da contabilização analítica a transferir para o SIG.

Breve Análise:

O presente objetivo teve por finalidade implementar um sistema de gestão vocacionado para o controlo interno da execução dos projetos suportados pelo orçamento das Quotizações da NATO.

Síntese das Atividades:

Apuro dos projetos NATO em execução no território nacional.

Apuro das rubricas necessárias à execução dos projetos NATO em território nacional.



Solicitação de autorização à SG via correio eletrónico para a criação de uma contabilização analítica no SIG.

Implementação da contabilização analítica no sistema de informação da DGRDN como validação do presente objetivo e consequente teste à implementação do presente processo no SIG.

Após o carregamento do orçamento de 2017 em SIG foi carregado a contabilização analítica de forma a garantir a implementação do sistema **de apoio à gestão financeira e controlo interno em SIG**.

Recursos Humanos envolvidos:

1 Chefe de Divisão; 2 Técnicos Superiores

1 Técnico de Informática

Ações de melhoria adotadas:

Apoio à decisão e controlo interno da execução dos projetos NATO.

Objetivos Operacionais de Qualidade

Objetivo O7 (OE2) Garantir a qualidade da catalogação nacional.

- Ind.8 - Número médio de dias de resposta a 70% dos pedidos de catalogação nacionais e internacionais, não devolvidos e que se encontrem dentro dos parâmetros temporais definidos pelo comité OTAN/135.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
18	2	10%	10	25%	125,00%	Superado

Fontes de Verificação:

Relatório.

Breve Análise:

A meta definida previamente era 20 dias e não 18. O programa de catalogação SPCAT apenas permite controlar o número médio de dias de resposta em intervalos de 10: 10; 20; 30; 40: etc. O resultado final situou-se abaixo dos 10 dias, mas o SPCAT apenas nos indica que todos os pedidos foram respondidos até 10 dias. O resultado deve-se ao profissionalismo, experiência e dedicação dos Catalogadores do Centro Nacional de Catalogação.

Síntese das Atividades:

Análise prévia (pesquisa em várias bases de dados), atribuição de Nome Aprovado, Classe de material, Características, e posterior atribuição de NATO Stock Number aos pedidos recebidos, quer das Secções de Catalogação dos Ramos das Forças Armadas, quer dos “National Codification Bureaux” dos países estrangeiros que fazem parte do Sistema OTAN de Catalogação.

Justificação do desvio.

Profissionalismo, experiência e dedicação dos Catalogadores do Centro Nacional de Catalogação e a procura constante de melhoria do desempenho do Centro Nacional de Catalogação.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Recursos Humanos envolvidos:

1 Chefe de Divisão, 1 Técnico Superior e 4 Catalogadores

Objetivo O8. (OE1) - Potenciar a qualidade da monitorização dos efetivos militares.

•Ind.9 - Grau de satisfação dos utilizadores da informação.

Meta	Tolerância	Valor Critico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
60%%	10%	85%	50%	0%	100,00%	Atingido

Fontes de Verificação:

Relatório.

Breve Análise:

A reorganização do processo de recolha, tratamento e disponibilização de informação sobre efetivos permitiu um incremento significativo de melhoria no processo.

Síntese das Atividades:

Manutenção do processo de recolha e tratamento de informação apesar das alterações em termos de “legislação de suporte” do processo;
Diminuição dos tempos de tratamento e disponibilização de informação (com a criação de um repositório permanente de consulta)



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Justificação do Resultado:

O nível de automatização do tratamento e disponibilização da informação foi melhorado, mas há ainda margem para conseguir um incremento.

Recursos Humanos envolvidos:

1 Chefe de Divisão e 1 Técnico Superior

- Ind.10 - Grau de satisfação dos intervenientes no processo de recolha de informação face aos instrumentos utilizados.

Meta	Tolerância	Valor Critico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
60%	10%	85%	60%	0%	100,00%	Atingido

Fontes de Verificação:

Relatório.

Breve Análise:

A informação recolhida estabilizou (forma e conteúdo), o que permitiu a todos os envolvidos uma cabal compreensão das atividades a desenvolver e dos tempos de



execução. Para além disso, a qualidade da informação (a sua objetividade), passou a permitir um maior rigor na análise comparativa e evolutiva.

Síntese das Atividades:

Reconfiguração dos modelos de dados de recolha de informação;
Melhor articulação com os representantes dos ramos neste processo, que se mantiveram estáveis ao longo do período;

Justificação do Resultado:

O processo pode ainda ser mais automatizado, reduzindo o trabalho que está acometido aos representantes dos ramos

Recursos Humanos envolvidos:

1 Chefe de Divisão e 1 Técnico Superior

Ações de melhoria adotadas:

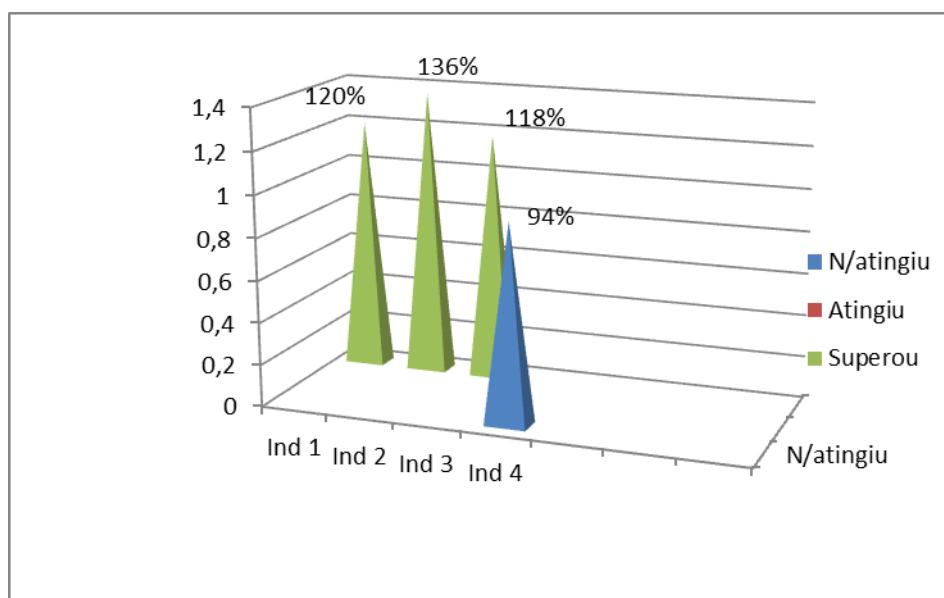
Novo modelo de dados;
Reorganização do processo de prestação de informação (circuito formal/circuito expedito);
Criação de repositório de informação.



Gráficos com o grau de concretização por parâmetros

Eficácia

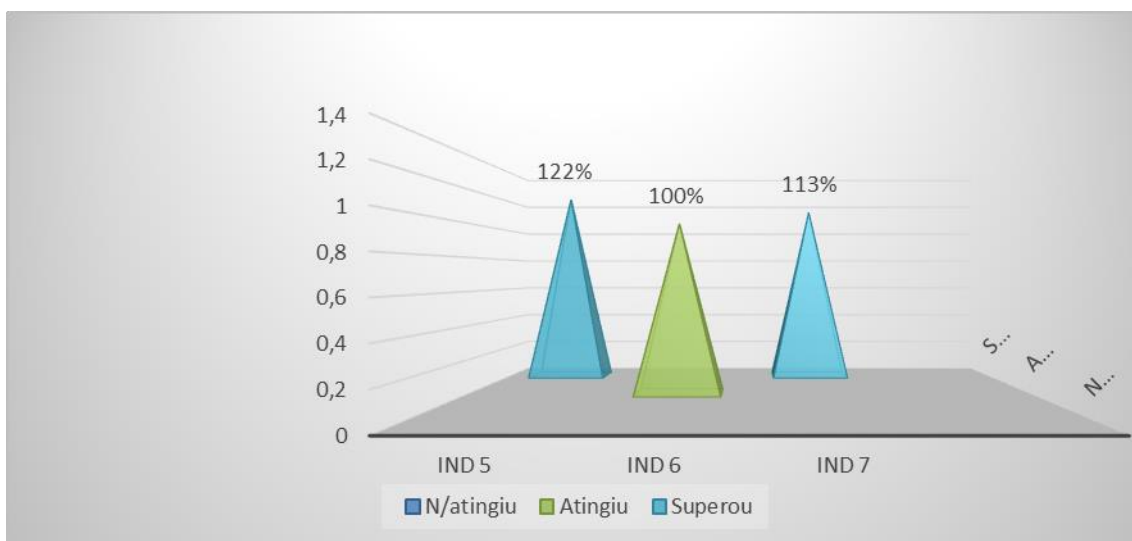
Gráfico 2 – Grau de concretização dos indicadores: Eficácia DGRDN





Eficiência

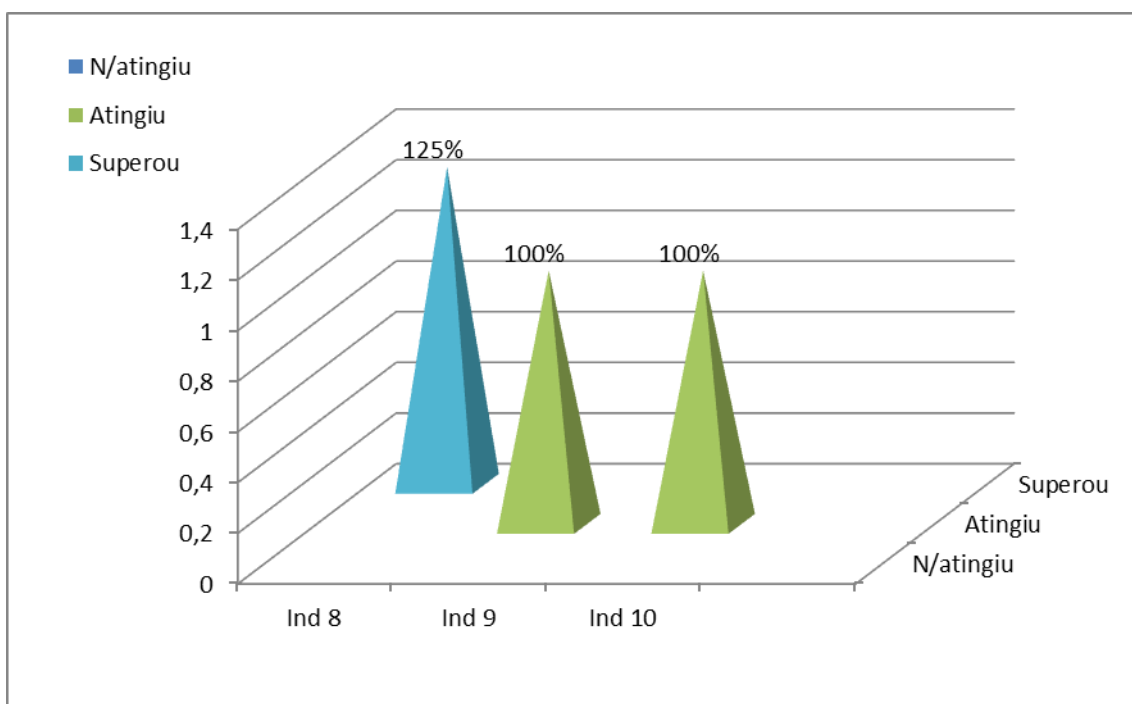
Gráfico 3 - Grau de concretização dos indicadores: Eficiência DGRDN





Qualidade

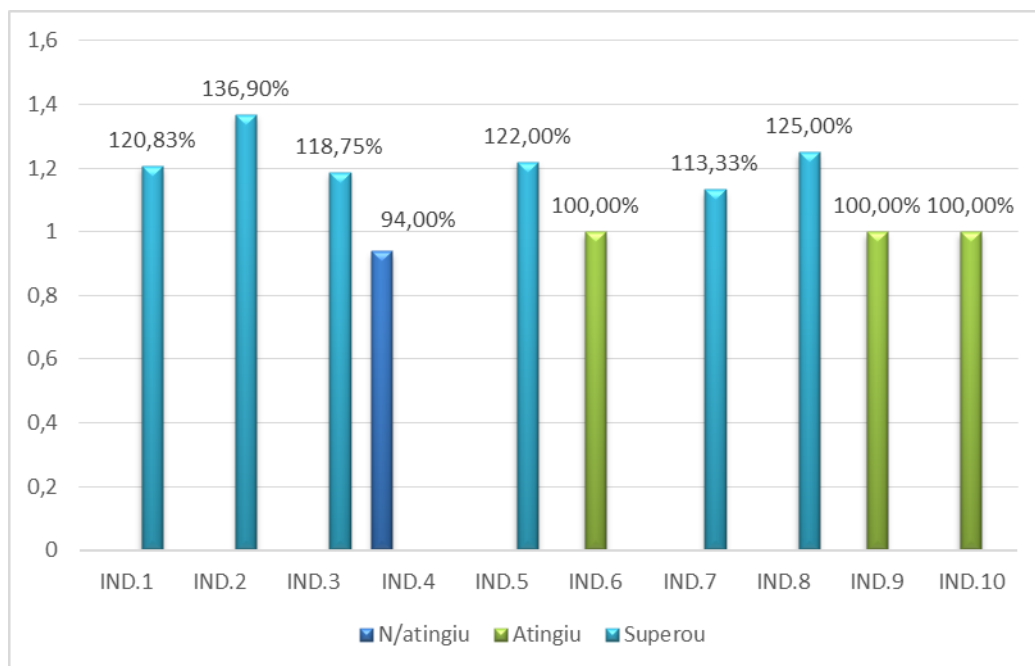
Gráfico 4 - Grau de concretização dos indicadores: Qualidade DGRDN





Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
 RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

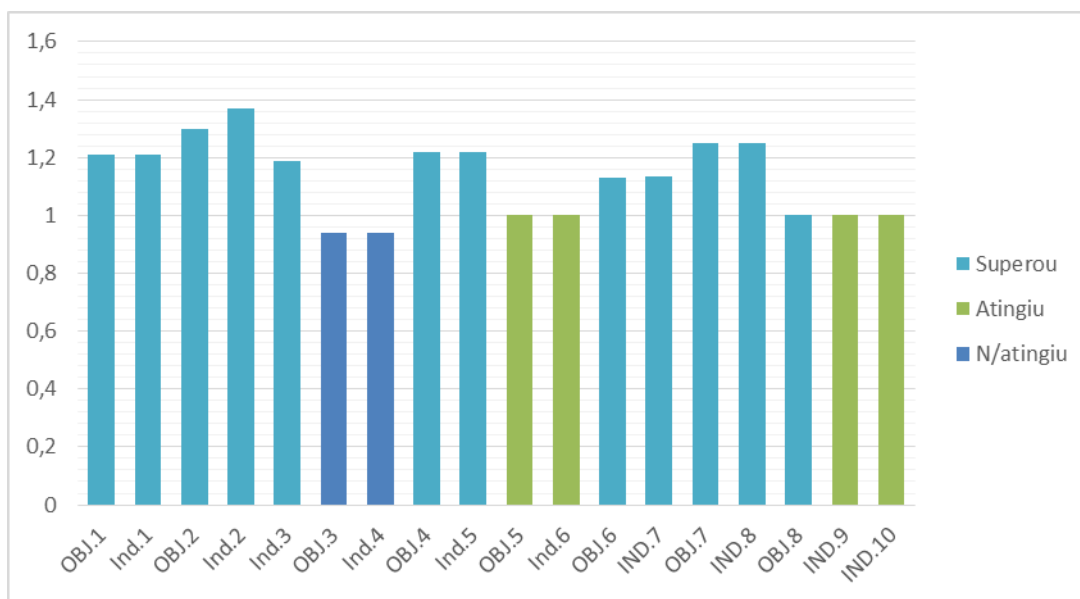
Gráfico 5 - Grau de concretização dos indicadores da DGRDN





Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Gráfico 6 – Grau de concretização dos objetivos e indicadores DGRDN





Recursos Humanos da DGRDN

Para o apuramento da assiduidade foi elaborado um mapa onde se encontra refletido o somatório dos recursos humanos planeados - em 01 de janeiro de 2016 - e os executados - à data de 31 de dezembro de 2016 - e para o efeito contribuíram os registos de entradas e saídas de pessoal na DGRDN, bem como os dados de assiduidade fornecidos pela plataforma de gestão da assiduidade SRH Plus.

Através da apresentação destes cálculos é possível aferir a pontuação planeada e a pontuação executada por carreiras e, consequentemente obter informações relativas à assiduidade dos dirigentes e trabalhadores para o cumprimento da missão, bem como identificar o nível de absentismo.

Quadro 3 – Cálculo dos pontos dos Recursos Humanos executados no ano de 2016

RH	Pontuação	Planeados	Executados	Desvio	Taxa de utilização	Taxa Desvio
Dirigentes superiores	20	60	65	5	108%	8%
Dirigentes Intermédios	16	368	377	9	102%	2%
Técnicos Superiores	12	1284	1350	66	105%	5%
Coordenadores Técnicos	9	18	17	-1	94%	-6%
Assistentes Técnicos	8	616	609	-7	99%	-1%
Assistentes Operacionais	5	195	207	12	106%	6%
Total		2541	2625	84	615%	15%

Partindo da pontuação atribuída para cada dirigente ou carreira, foram planeados 2541 pontos de acordo com a natureza dos recursos humanos existentes nesta Direção-geral aquando da realização do QUAR 2016, calculando os dias úteis de trabalho efetivo previsíveis 228, sem contabilização dos dias de férias, fins-de-



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

semana e feriados, destes foram executados 2625 pontos, o que significa um desvio de 84.

O desvio positivo deve-se ao facto de, no ano em apreço para o qual contribuíram a rotatividade de pessoal e o acréscimo no efetivo global da DGRDN (de 234 para 255).

Para este desvio positivo também contribuiu o facto de que muitos trabalhadores não gozaram na totalidade os períodos de férias que lhes foram atribuídos. Os desvios negativos devem-se sobretudo a ausências por doença e a licenças no âmbito da parentalidade.

Assim, em 31 de Dezembro de 2016, a DGRDN conta com um efetivo 255 elementos, que se distribuem da seguinte forma:

Quadro 4 – Distribuição dos trabalhadores por carreira/categoria

Carreira/Categoria	Quantidade
•Dirigentes - Direção Superior	3
•Dirigentes - Direção Intermédia	23
•Técnicos Superiores	109
•Pessoal Informático	7
•Assistentes Técnicos	72
•Assistentes Operacionais	41
•TOTAL	255

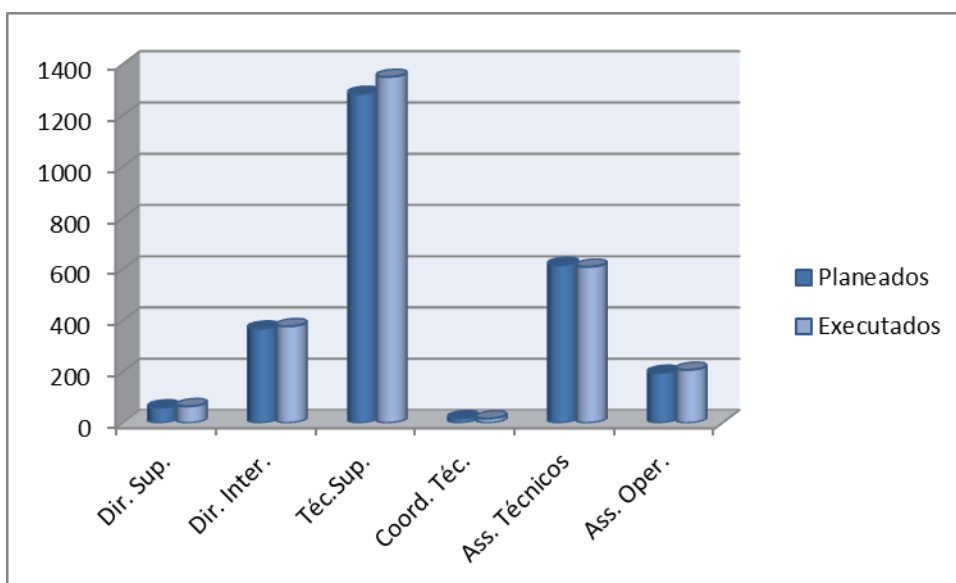
O número global de efetivos era de 255 trabalhadores, os quais se encontravam distribuídos por dois grupos de pessoal, 127 civis e 128 militares:

- 127 Pessoal Civil = 49,8 %
- 128 Pessoal Militar = 50,2 %.



RECURSOS HUMANOS - PLANEADOS E EXECUTADOS

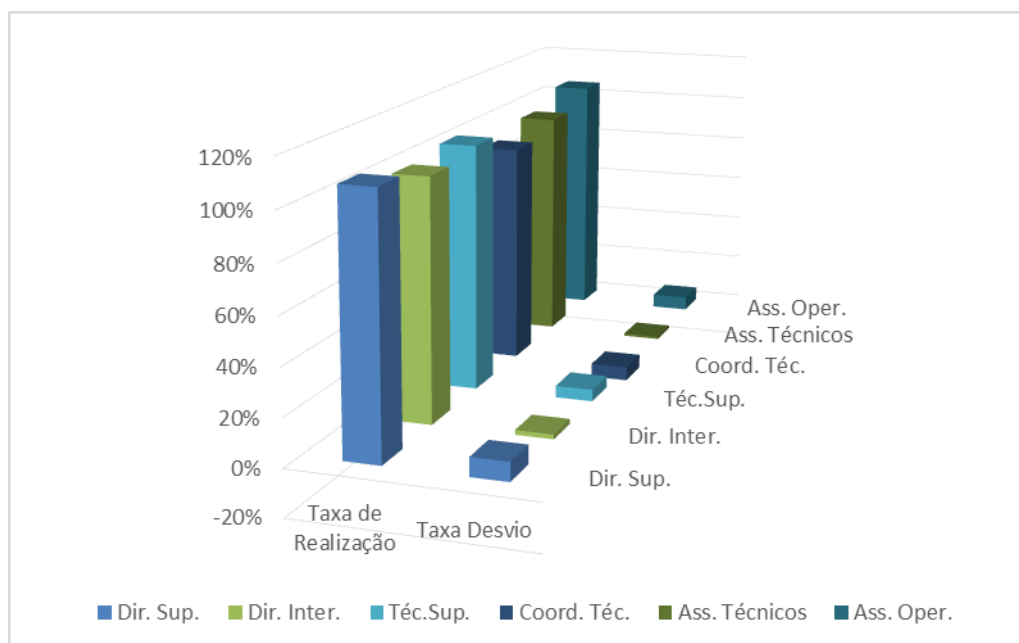
Gráfico 7 – Pontuação dos Recursos Humanos planeados e executados em 2016





RECURSOS HUMANOS - TAXA DE REALIZAÇÃO/DESVIOS

Gráfico 8 – Taxa de realização/desvios do cálculo dos Recursos Humanos



Quadro 5 – Quadro resumo do cálculo da execução da pontuação dos recursos Humanos em 2016

Planeados	Executados	Taxa de Execução%	Desvio%
2541	2625	103%	3%

Justificação dos desvios:

O desvio positivo dos dirigentes superiores, dirigentes intermédios e assistentes técnicos, deve-se ao fato de os mesmos não terem gozado as férias previstas. Estavam planeados 2 dirigentes superiores (2 Diretores-Gerais das 2 Direções-Gerais extintas), com a fusão passou a existir 1 Diretor-geral e 2 Subdiretores-gerais)



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Quadro 6 – Quadro síntese do tipo de ausência ao serviço ocorridos em 2016

Tipo de Ausências	Homens		Mulheres		Total	
Casamento	9	39,1%	14	60,9%	23	1,2%
Parentalidade	85	19,5%	351	80,5%	436	21,8%
Falecimento de Familiar	11	36,7%	19	63,3%	30	1,5%
Doença/Doença prolongada	670	64,5%	368	35,5%	1038	51,9%
Assistência a familiares	37	53,6%	32	46,4%	69	3,5%
Acidente serviço/Doença profissional	21	17,1%	102	82,9%	123	6,2%
Trabalhador estudante	63	53,8%	54	46,2%	117	5,9%
Outras	25	15,3%	138	84,7%	163	8,2%
Total de dias de Faltas [DF]	921	46,1%	1078	53,9%	1999	100,0%
Total de Trabalhadores [NT]	166	65,1%	89	34,9%	255	100,0%
Dias de Trabalho [DT] (NT*228)	37.848	65,1%	20.292	34,9%	58.140	100,0%
Taxa de Absentismo (DF/DT*100)	2,4%		5,3%		3,4%	

Análise da produtividade

O desempenho da DGRDN foi superior ao planeado, conforme ficou demonstrado pela taxa de execução do respetivo QUAR de 2016 de 113%, para uma taxa de utilização dos recursos humanos planeados, que se situou nos 103%, tendo em conta que dos 10 indicadores, 6 tem um desvio acima dos 100%.

Quadro 7 – Análise da produtividade da DGRDN em 2016

Índice	Fórmula de cálculo	Resultado
Taxa de concretização dos objetivos da DGRDN	Média Ponderada da realização dos objetivos de eficácia, eficiência e qualidade	113%
Taxa de realização dos Recursos Humanos	RH executados/RH planeados	103%
Índice de Produtividade	Taxa de concretização global dos objetivos/taxa de execução dos RH	1,1%



Realizando uma análise comparativa do índice de produtividade com o verificado em 2015 (1,2%) verifica-se que face aos recursos humanos disponíveis, a Direcção-Geral reflete um desempenho constante, fruto da aprendizagem adquirida ao longo dos anos com o QUAR, estabelecendo objetivos com metas mais realistas e consistentes.

Recursos Financeiros

Em termos orçamentais, a DGRDN é constituída por 17 orçamentos/atividades distintas, distribuídas da seguinte forma:

1. Orçamento de Funcionamento, incluindo aqui não só as Receitas Gerais, resultante da atividade 256, bem como as Receitas Próprias, decorrentes das atividades 258 e 244; o Departamento dos Antigos Combatentes (DAAC), o Dia da Defesa Nacional (DDN), a Divulgação, os Incentivos, o CIOFE, os PALOP's, a Estação Ibéria NATO, o Polo NSPA, o Turismo Militar e a OCDR;
2. Orçamento da Lei de Programação Militar (LPM);
3. Orçamento da Lei de Infraestruturas Militares (LIM);
4. Orçamento da Receita Quotizações NATO;
5. E por último, integrando um capítulo diferente, os Projetos de Investimento, ex-PIDDAC.

Para efeitos de monitorização do QUAR 3º Quadrimestre, a dotação orçamental corrigida da DGRDN para o ano 2016 é aquela que se expõe nos quadros abaixo.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Quadro 8 – Orçamento da DGRDN – 1 janeiro a 31 de dezembro de 2016

Valores em euros (€)

Designação	Dotação Corrigida	Executados	Taxa de Execução
Orçamento de funcionamento	12.685.706,00	9.421.446,48	74,27%
Despesas com o Pessoal	8.072.368,00	6.913.846,31	85,65%
Aquisição de bens e serviços	4.005.750,00	2.291.593,32	57,21%
Outras despesas correntes	607.588,00	216.006,85	35,55%
Ex-PIDDAC	1.500.000,00	1.209.641,27	80,64%
Outros valores ¹	133.711.527,00€	132.382.340,87	99,01%
Total (OF + PIDDAC + Outros)	147.897.233,00	143.013.428,62	96,70%

Quadro 9 – Resumo da execução dos Recursos Financeiros da DGRDN em 2016

Planeados	Corrigido	Executados	Taxa de execução (%)	Desvio
147.897.233,00€	192.451.553,00€	143.013.428,62€	96,70	4.883.804,38€

A DGRDN, relativamente ao ano de 2016, apresenta uma execução orçamental no montante de 143 013 428,62 €, o que representa 96,70% de execução do orçamento total aprovado.

No que diz respeito ao orçamento de funcionamento, verificou-se uma execução total da despesa, no montante de 9 421 446,48 €, dos quais, 8.706.691,28 € decorrem das Receitas Gerais e os restantes 714.755,20 € das Receitas Próprias. Em termos percentuais as Receitas Gerais representam 92,41 % da execução total da despesa do

¹ «Outros valores» inclui a dotação dos orçamentos da Lei de Programação Militar, Lei de Infraestruturas Militares, Quotizações NATO, bem como as aquisições de bens de capital das Receitas Próprias (atividade 236, 244 e 258), transferências para as ONG's e Quotas relativas à Saúde Militar e ao Desporto Militar.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

orçamento de funcionamento e os restantes 7,59% são relativos da execução das Receitas Próprias. Esta baixa execução apresentada ao nível das Receitas Próprias justifica-se por não ter sido arrecadada a totalidade de receita planeada para 2016.

A dotação corrigida apresenta um valor superior ao montante planeado devido ao reforço orçamental decorrente das atividades financiadas com recurso a verbas da Lei do Serviço Militar, autorizadas por Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional.

Quadro 10 - Orçamento da DGRDN por Orçamentos – 1 janeiro a 31 de dezembro de 2016

Valores em euros (€)

Centro Financeiro	Dotação Corrigida	Execução	Execução (%)
Atividades (DGRDN)	40.616.979,00	7.380.351,94	18,17
DAAC	1.172.928,00	825.574,13	70,39
DDN	1.484.990,00	1.329.867,27	89,55
Incentivos	232.900,00	231.836,46	99,54
CIOFE	171.883,00	129.815,66	75,53
Divulgação	313.000,00	275.000,00	87,86
PALOP's	69.939,00	48.620,76	69,52
EINATO	834.348,00	775.637,52	92,96
POLO NSPA	235.768,00	210.796,69	89,41
Turismo Militar	79.100,00	26.758,11	33,83
LPM	137.926.718,00	127.487.712,68	92,43
LIM	1.813.000,00	1.219.301,72	67,25
Receita Quotizações NATO	6.000.000,00	1.862.514,41	31,04
Ex-PIDDAC	1.500.000,00	1.209.641,27	80,64



A DGRDN, em 2016, como se pode constatar da análise dos quadros expostos:

1. Teve uma execução orçamental total de 96,70%.
2. As atividades decorrentes da Lei do Serviço Militar tiveram uma execução de aproximadamente 84,40 %.
3. Saliente-se ainda o facto, das despesas decorrentes das atribuições consagradas na Lei do Serviço Militar, na Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional, designadamente, os encargos referentes ao Recrutamento Militar, ao CIOFE, à organização e realização do DDN, bem como as verbas a atribuir de acordo com Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado, apoio prestado aos cidadãos Deficientes das Forças Armadas e dos cidadãos dos PALOP's, não se encontrarem, por decisão política, refletidas na proposta de orçamento aprovado. Todas as atividades que tem como fonte de financiamento as verbas da Lei do Serviço Militar foram realizadas.
4. A execução das atividades que decorrem do financiamento das verbas da Lei do Serviço Militar, designadamente, os encargos referentes à organização e realização do DDN totalizaram o montante de 1.329.867,27 €, o CIOFE no valor de 129.815,66 €, bem como as verbas a atribuir de acordo com o Regulamento de Incentivos à Prestação do Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado no valor de 231.836,46 €. O apoio prestado aos Cidadãos Deficientes das Forças Armadas e dos Cidadãos dos PALOP's no montante de 48.620,76 €.
5. O Departamento de Apoio aos Antigos Combatentes teve uma execução total de 825.574,13 €.
6. A Lei de Programação Militar apresentou uma execução de 92,43%, esta execução diz respeito às rendas de locação do EH101, C-295 e à manutenção do contrato FISS e manutenção de motores do EH-101. Releva-se que no final do ano, procedeu-se a uma transição de saldos no montante de 6.007.269,77 €



7. A Lei Orgânica n.º 6/2015 de 18 de maio, Lei de Infraestruturas Militares (LIM), estabelece as disposições sobre a gestão dos bens imóveis afetos à Defesa Nacional disponibilizados para rentabilização, tendo em vista a aplicação dos resultados obtidos no financiamento dos projetos nela previstos, tendo apresentado em 2016 uma taxa de execução de 67,25%.
8. Na Receita Quotizações NATO, foi programado um montante de 6M€, para fazer face às despesas inerentes aos projetos NATO em curso, as quais não ocorreram conforme o planeado, tendo-se verificado um baixa taxa de execução, na ordem dos 31,04%.

Análise “Custo-Eficácia”

Uma análise do custo - eficácia pretende avaliar em que medida o custo inerente ao desempenho global foi o menor possível. O desempenho da DGRDN foi ligeiramente superior ao planeado, conforme ficou demonstrado pela taxa de execução do QUAR de 113% em comparação com a taxa de utilização dos recursos financeiros (96,70%).



Sistema de Controlo Interno (SCI)

A Portaria nº 283/2015, de 15 de Setembro, expõe de forma clara as competências de cada unidade orgânica a par do determinado na Carta de Missão, prevista no Decreto-Regulamentar nº 8/2015, de 31 de julho, constituindo a base de avaliação do Sistema de Controlo Interno (SCI). O SCI dispõe de um conjunto de meios que permite efetuar o controlo da gestão interna do serviço particularmente pelo acompanhamento dos instrumentos de gestão (Planeamento de programas e ações através do Plano de Atividades, análise previsional de pessoal no Balanço Social, Relatório de Atividades e monitorizações do QUAR, bem como o recurso à lista de verificação disponibilizada (Quadro abaixo). Da análise da lista de verificação, verifica-se que a DGRDN cumpre grande parte dos requisitos enunciados, apesar de, formalmente, certos processos e instrumentos ainda não estejam totalmente implementados.

A DGRDN desenvolveu e agilizou a normalização de circuitos, procedimentos e minutas relativas aos documentos de apoio, existindo uma plataforma interna de gestão documental.

As impressoras instaladas na DGRDN são comuns, pré-definidas com escala de cinza e impressão frente e verso, cujo acesso se faz através do cartão pessoal de cada trabalhador, ficando registado o número de fotocópias/trabalhador.

A Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio (DSGFA), tem a seu cargo a *gestão do economato*. Existe uma aplicação, acedida pela rede interna, em que as unidades orgânicas solicitam os materiais de aprovisionamento, através de requisição de material, sendo entregue em dia fixo preestabelecido.

Na *gestão da assiduidade* está implementado o sistema de registo de assiduidade que se processa através da passagem do cartão pessoal, que regista a hora de entrada e saída de cada trabalhador, bem como o registo diário da situação em que cada trabalhador se encontra, no que se refere a ausências, nomeadamente, faltas e de licenças (sistema SRH PLUS).



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Não se encontra implementado um sistema de controlo interno no âmbito da contratação pública ou norma interna que defina responsabilidades dos respetivos intervenientes neste âmbito.

Contudo, está instituído informalmente um mecanismo de controlo interno que garante uma adequada segregação de funções no que tange aos atos de autorização, aprovação, execução e controlo da despesa. Para além do facto, destacamos a intervenção da Secretaria-Geral nesta matéria, como seja, nas fases do cabimento, compromisso e processamento de pagamento.

Quanto à elaboração do Plano de Gestão de Riscos, de Corrupção e Infrações Conexas para a DGRDN, foi constituído um grupo de trabalho sob a orientação da Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio, estando neste momento a proceder ao levantamento e a identificação dos riscos junto de todas as direções de serviço, com o objetivo de adotar medidas de prevenção.

Tem merecido da parte da DGRDN uma atenção especial o planeamento das necessidades de pessoal, dadas as restrições para contratação de novos elementos, apenas foram recrutados trabalhadores através da mobilidade interna.

A DGRDN em 2016 prosseguiu a empenhar-se, no sentido de reforçar o seu sistema de controlo interno, considerando que ainda se mantêm formas de controlo informais.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Inquérito Sistema de Controlo Interno (SCI)

Procedimentos	Aplicado			Observações e fontes de informação (evidências)
	S	N	NA	
1 - Ambiente de controlo				
1.1 A fiscalização interna do sistema de controlo interno é regida por lei?		X		
1.2 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?		X		
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?		X		Não existe equipa de controlo e auditoria autónoma
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, princípios de bom governo)?	X			Os valores éticos e de integridade que regem o serviços estão definidos no Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas (Lei nº 58/2008, de 9 de setembro)
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			O acesso à formação processa-se de acordo com as necessidades do serviço e motivação pessoal. Em preparação um plano de formação para 2017.
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			Realizam-se reuniões regulares de dirigentes e com despacho diário



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

1.7 O arquivo de documentos é organizado e permite a fácil localização?	X			A DGRDN dispõe de uma aplicação adquirida especificamente para a gestão documental.
2 - Estrutura organizacional				
2.1 - Existe um organograma legal da entidade? Corresponde ao organograma real?	X			Em atualização e distribuição interna sempre que necessário
2.2 - Existe uma definição clara de funções e responsabilidades por unidade orgânica e por cada dirigente e trabalhador?	X			As funções e atribuições de cada unidade correspondem rigorosamente àquelas que constam na legislação.
2.3 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			<i>A missão, atribuições e competências</i> da Direção-Geral da DGRDN fundamentam-se no Decreto Regulamentar n.º 8/2015, de 31 de julho (identifica a missão, as atribuições e o tipo de organização interna do serviço), na Portaria n.º 283/2015, de 15 de setembro (circunscreve a estrutura nuclear e as competências das respetivas unidades orgânicas) e nos despachos que definem e implementam a estrutura flexível da DGRDN (criação de divisões e equipa multidisciplinar)
2.4 Os colaboradores do serviço foram avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	X			SIADAP 2 e 3 - Tratando-se do ciclo bienal de 2015-2016, durante o ano de 2016, as principais ações desenvolvidas foram de monitorização do processo; Despacho n.º 16/DGRDN/2016 - Eleição da Comissão Paritária ciclos 2015/2016 e 2017/2018; Despacho n.º 17/DGRDN/2016 - Constituição do Conselho Coordenador de Avaliação; Despacho n.º 19/DGRDN/2016 - Constituição



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

				da Comissão Paritária. Aprovação do Regulamento do Conselho Coordenador de Avaliação.
2.5 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentam pelo menos uma ação de formação	X			46% (dos 255 trabalhadores 117 frequentaram ações de formação)
2.6 - São elaborados Planos de Atividade?	X			São elaborados anualmente e sempre nos prazos legais estipulados para o efeito
2.7 - São elaborados Relatórios de Atividade?	X			São elaborados anualmente com elevado grau de detalhe e no cumprimento dos prazos legais estipulados
3 - Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço				
3.1 Existe manual de procedimentos interno e/ou de contabilidade?	X			Existe apenas manual de procedimento da aplicação dos SIADAP
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			Direção
3.3 A realização de despesa ocorre sempre atendendo aos limites das dotações disponíveis?	X			Orçamento da DGRDN
3.4 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			É elaborado um plano anual de compras, tendo em conta as necessidades por unidade orgânica e de acordo com o orçamento da DGRDN



Direcção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

3.5 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?	X			Dentro da unidade orgânica e entre unidades orgânicas sempre que considerado adequado
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			Existe manual de viaturas e de fundo de maneo funcional
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			Existe um programa de gestão documental que recebe/envia os documentos dentro dos fluxos de informação inerentes às unidades orgânicas (GIlgenio)
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?		X		Constituído um grupo de trabalho para a elaboração do Plano da DGRDN (no entanto a DGPRM e a DGAIED possuíam esse documento)
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?			X	Ver resposta anterior
4 - Fiabilidade dos sistemas de informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			No âmbito das aplicações de gestão de recursos financeiros, a DGRDN utiliza a plataforma disponibilizada em modo partilhado pela SG/MDN e denominada SAP. A gestão documental possui aplicação adquirida no exterior. O controlo de assiduidade o SRH Plus. Outras áreas têm o suporte de aplicações produzidas internamente.
4.2 - As diferentes aplicações estão				As aplicações produzidas internamente



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

integradas permitindo o cruzamento de informação?		X		partilham um sistema integrado de credenciação, contudo, relativamente à manipulação dos dados, esta integração não se aplica pelo facto de tratarem informação díspar.
4.3 - Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			Os mecanismos relativos à fiabilidade da informação encontram-se integrados nas aplicações sob a forma de procedimentos internos, contudo recorre-se igualmente à decomposição da informação e conferência dos dados.
4.4 - A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			Através de relatórios
4.5 - Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X			Os requisitos de segurança definidos internamente assentam sobre os princípios da confidencialidade, integridade, disponibilidade e controlo de acessos. Ligada a estas premissas, existe uma cuidada política de cópias de segurança.
4.6 - A segurança na troca de informações e software está garantida?	X			As aplicações encontram-se protegidas por mecanismos de autenticação, evitando desta forma o acesso por utilizadores não autorizados.
5 - Pessoal				
5.1 - Quem tem competência para autorizar e quais as formalidades a cumprir na admissão de novos trabalhadores?	X			Quem tem competência é o Diretor-geral e sempre através de concurso ou mobilidade interna



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

5.2 - Existe para cada trabalhador um processo individual? Estão atualizados?	X			Cada trabalhador e dirigente tem um processo individual, sempre atualizado, devidamente numerado e onde são arquivados todos os documentos relacionados com os mesmos. Tem-se procedido à sua digitalização
5.3 - Está controlado o acesso a estes processos?	X			Os processos encontram-se em armários de arquivo sempre fechados à chave
5.4 - Existe controlo de horários?	X			O controlo é efetuado através de cartão magnético que regista as entradas e as saídas, havendo controlo sobre as horas de presença e as horas trabalhadas (SRH PLUS)
5.5 - A realização de trabalho suplementar está previamente autorizada e enquadrada legalmente?	X			Anualmente é elaborada uma informação acompanhada de despacho do Diretor-geral com a previsão eventual da necessidade de se realizar trabalho suplementar, normalmente para o motorista e secretária.
5.6 - É efetuado anualmente o Balanço Social do Serviço?	X			Anualmente o Balanço Social é elaborado dentro dos prazos legais.

Legenda: S - sim; N - não; NA - Não aplicável



Audição Externa e Interna

Inquéritos externos

Na área do **apoio aos antigos combatentes** relativamente à satisfação percebida pelos utentes das atividades realizadas, foi efetuada a consolidação da monitorização do atendimento presencial e telefónico, através da realização de inquéritos de satisfação. A qualidade do atendimento presencial e telefónico no Balcão Único da Defesa verificou uma ligeira subida no elevado padrão de qualidade traduzido num grau de satisfação dos utentes de 100% (muito bom - medido através da realização de 1.015 inquéritos realizados até ao final do mês de outubro). Foram efetuados 1.015 atendimentos presenciais e 3.332 atendimentos telefónicos.

A escala utilizada no questionário foi a seguinte: graus (Mau, insuficiente, suficiente, bom e muito bom).

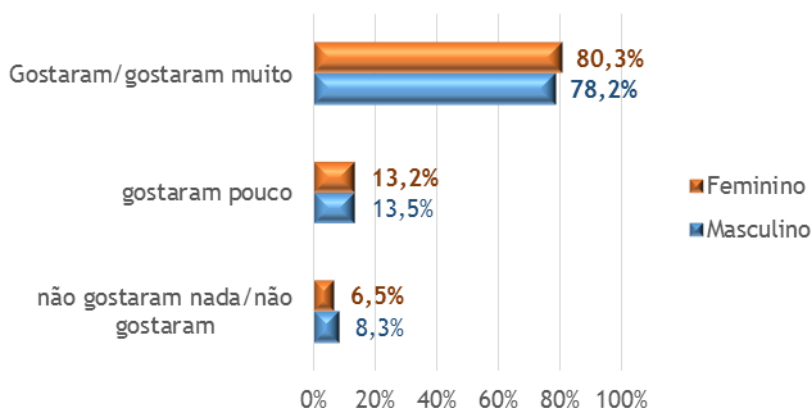
No que respeita à avaliação das ações relacionadas com o **Dia da Defesa Nacional**, tanto pelos seus objetivos como pela abrangência associada à sua implementação, constitui-se como campo fundamental para recolha de informação passível de enformar uma análise sobre a relação dos jovens com as Forças Armadas. Na edição de 2016 do Dia da Defesa Nacional foram introduzidas uma série de alterações no que respeita ao processo de inquéritos, designadamente ao nível dos conteúdos e da configuração de toda a plataforma de preenchimento e recolha de dados. Enquanto objeto de estudo e com vista a avaliar a forma como o Dia da Defesa Nacional é percecionado pelos jovens que nele participam, podemos dizer que os resultados gerais foram muito satisfatórios, uma vez que 80,3% das jovens e 78,2% dos jovens gostaram ou gostaram muito, e apenas 6,5% das jovens e 8,3% dos jovens formulam uma opinião negativa. Podemos assim concluir que em termos de género não se registaram diferenças significativas.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
 RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Gráfico 9

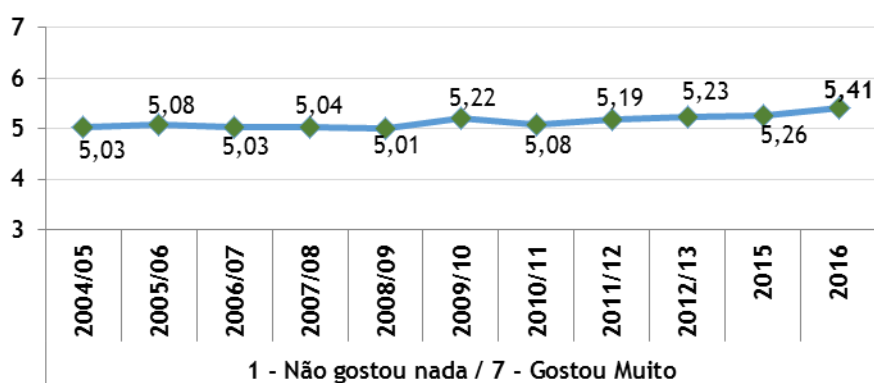
Opinião geral do Dia da Defesa Nacional



Se enquadrarmos estes valores de apreciação nos mais de 11 anos de implementação do Dia da Defesa Nacional, percebemos que as alterações que foram introduzidas não baixaram a atratividade, conseguindo até um valor (5,41%) superior aos registados anteriormente.

Gráfico 10

Evolução da apreciação geral do DDN - 2005-2016



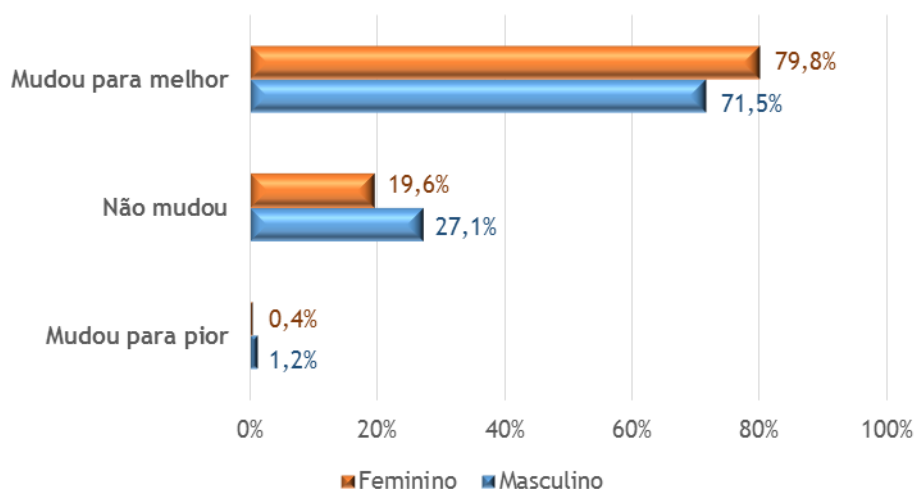
Relativamente à opinião dos jovens sobre as Forças Armadas após a participação no Dia da Defesa Nacional verifica-se que 79,8% das jovens e 71,5% dos jovens afirmam que a sua opinião mudou para melhor, ao passo que 0,4% das jovens e 1,2% dos jovens referem uma posição inversa. Estes dados demonstram, por isso, que o Dia da



Defesa Nacional tem efeito positivo em matéria de estruturação de opiniões e representações sobre as Forças Armadas e deve ser valorizado enquanto tal.

Gráfico 11

O Dia da Defesa Nacional e a opinião sobre as Forças Armadas

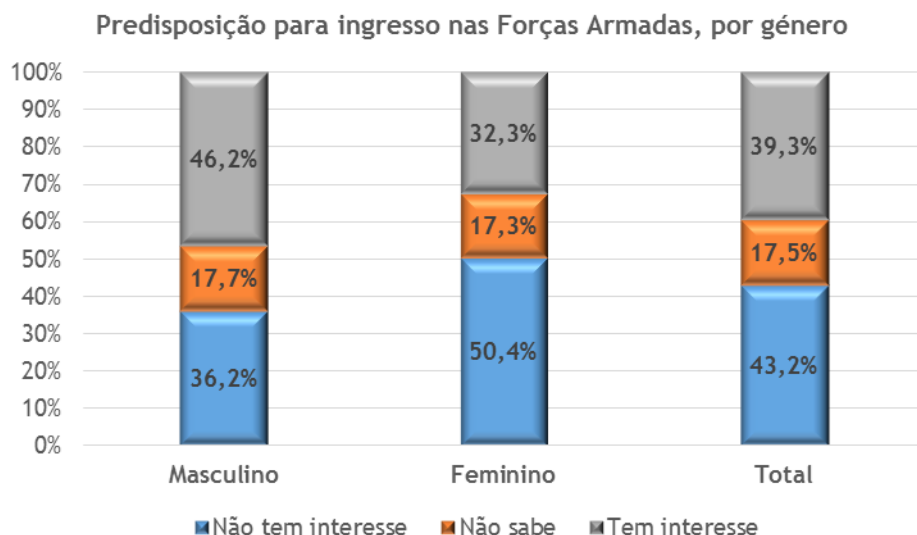


Predisposição para o ingresso nas Forças Armadas

No que respeita à predisposição dos jovens para ingressarem nas Forças Armadas, verifica-se que 43,2% dos jovens não manifestou interesse, 39,3% revelou predisposição para ingressar, enquanto 17,5% dos jovens não expressaram opinião. No que respeita a valores médios percentuais e por género verifica-se que as mulheres revelaram uma menor predisposição para ingressar (50,4%).



Gráfico 12



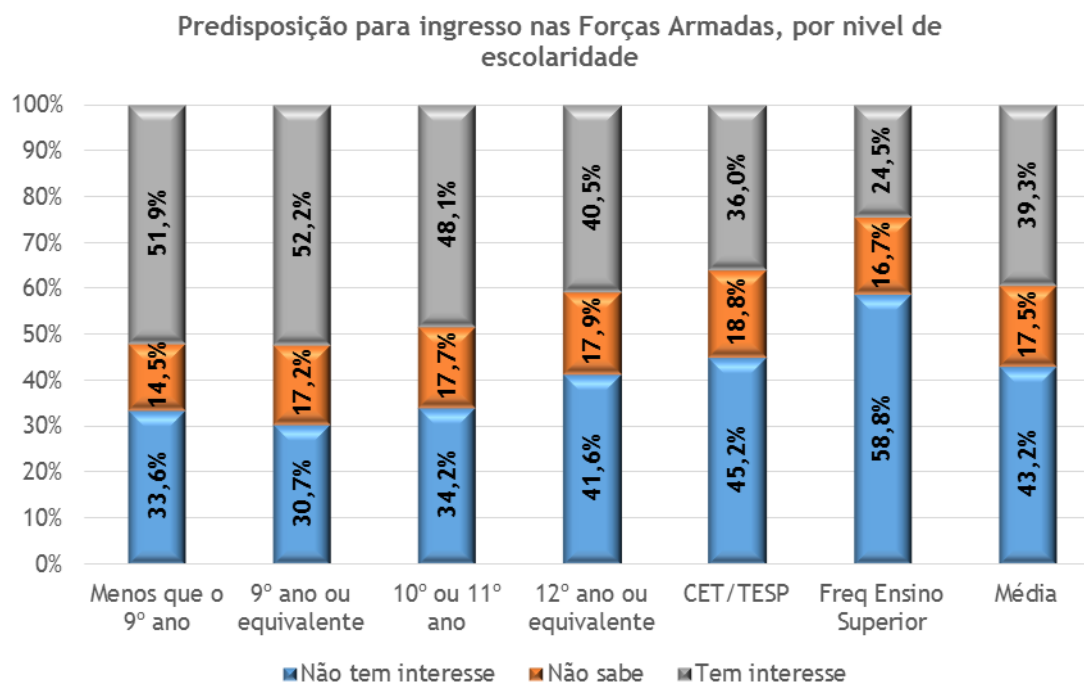
Analisando a variação da predisposição para ingresso nas Forças Armadas *em função da escolaridade*, podemos ver que a percentagem de jovens interessados em ingressar vai diminuindo à medida que a escolaridade aumenta.

Relevante é o facto de que 40,5% dos jovens que estão no 12º ano (e que são a maioria na população em estudo) ponderam esse ingresso, dado que permite olhar o futuro com algum otimismo.

No entanto, manifestar a intenção é diferente de a concretizar, pelo que caberá às Forças Armadas alguma ação potenciadora neste domínio.



Gráfico 13



Em síntese e como ideias de força, pode dizer-se que em matéria de apreciação do Dia da Defesa Nacional, este foi avaliado de forma muito positiva, tendo os valores de 2016 suplantado de alguma forma os de 2015, o que permite dizer que a reconfiguração do modelo de implementação está a ganhar alguma sustentação.

Outro aspeto no quadro das audições externas refere ao Questionário de satisfação aplicado às entidades no que respeita ao nível de qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos contributos no **domínio da cooperação com a EDA, NATO e a UE**.

A avaliação do serviço que é prestado a entidades externas é um processo de conhecimento de como as entidades avaliam os serviços prestados pela Direção de Serviços de Armamento e Equipamento (DSAE) e um mecanismo de correção e melhoria continua.



Para alcançar os objetivos da avaliação foi preparado pela primeira vez um pequeno questionário de preenchimento *on-line*, através do qual a DSAE/DPP pretende aferir o grau de satisfação dos seus “clientes”, em relação ao nível de qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos contributos no domínio da cooperação com a EDA, NATO e a UE.

Das 6 entidades contactadas, e no universo de 31 elementos, com quem a DSAE trata diretamente assuntos relacionados com a EDA, NATO e EU, apenas 9 elementos responderam ao questionário de satisfação, correspondendo o universo de respostas a 29%.

Ao analisar as respostas obtidas, não é só possível verificar se as entidades se encontram globalmente satisfeitas com o desempenho dos serviços prestados, verificar o grau de envolvimento com as mesmas assim como a projeção da imagem dos serviços prestados pela DSAE ao nível da EDA, NATO e UE, de forma a obter indicadores, para uma melhoria contínua dos serviços prestados e um maior envolvimento entre ambas as partes.

Tendo em conta os resultados do questionário, do ponto de vista quantitativo, e das questões 1 a 5, decorre que o nível médio de satisfação global é de 3 o que se traduz num desempenho satisfatório, do serviço prestado junto das entidades que se relacionaram com a DSAE.

Assim, de uma forma geral os 9 respondentes consideram-se satisfeitos com o desempenho desta DS.

O desenvolvimento deste trabalho encontra-se detalhado em Anexo ao presente Relatório.

Inquéritos internos

Relativamente aos inquéritos destinados ao pessoal da DGRDN para avaliação do grau de satisfação no serviço, aplicou-se um questionário para todos os trabalhadores.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

A escala contínua que mede o grau de satisfação é a seguinte: 1 (muito insatisfeito) a 6 (muito satisfeito).

O “Questionário de satisfação para trabalhadores” apresentado *on-line*, valorou os seguintes aspetos de satisfação: perceção geral dos colaboradores com a organização, gestão e sistemas de gestão, condições de trabalho, desenvolvimento da carreira, motivação, estilo de liderança, e, condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços. Foram distribuídos 255 questionários (considerando o nº de trabalhadores a 31 de dezembro) e respondidos 72 (28,2%). O quadro seguinte sintetiza os principais resultados percentuais obtidos.

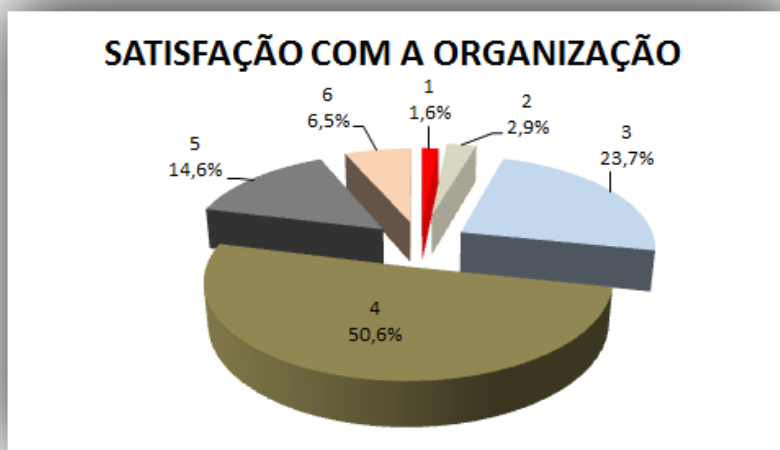
Quadro 11 – Questionário interno (resultados)

Grau de satisfação/Questões	NR	1	2	3	4	5	6	VALOR MÉDIO DA QUESTÃO
COM A ORGANIZAÇÃO	0,0%	1,6%	2,9%	23,7%	50,6%	14,6%	6,5%	3,9
GESTÃO E SISTEMAS DE GESTÃO	2,1%	2,1%	3,6%	19,7%	44,7%	18,2%	9,6%	4,0
CONDIÇÕES DE TRABALHO	0,2%	1,3%	2,6%	18,4%	43,0%	22,4%	12,1%	4,2
DESENVOLVIMENTO DA CARREIRA	0,0%	3,1%	3,9%	30,4%	44,2%	12,2%	6,2%	3,8
MOTIVAÇÃO	0,0%	3,2%	3,9%	27,9%	44,5%	12,3%	8,1%	3,8
ESTILO DE LIDERANÇA (Dirigentes Superiores)	0,0%	2,7%	4,7%	15,5%	46,2%	18,7%	12,2%	4,1
ESTILO DE LIDERANÇA (Dirigentes Intermédios)	11,4%	1,2%	5,1%	17,5%	40,4%	13,9%	10,5%	4,0
Higiene, Segurança, equipamentos e serviços	20,0%	1,0%	3,6%	15,6%	37,7%	14,5%	7,5%	4,1
SATISFAÇÃO GLOBAL	4,2%	2,0%	3,8%	21,1%	43,9%	15,9%	9,1%	4,0

A resposta à questão “satisfação com a organização” que se apresenta no gráfico abaixo, incide em sub-questões como a imagem da organização, seu desempenho global, nível de envolvimento dos trabalhadores na organização e missão do serviço e, envolvimento dos trabalhadores em atividades de melhoria.

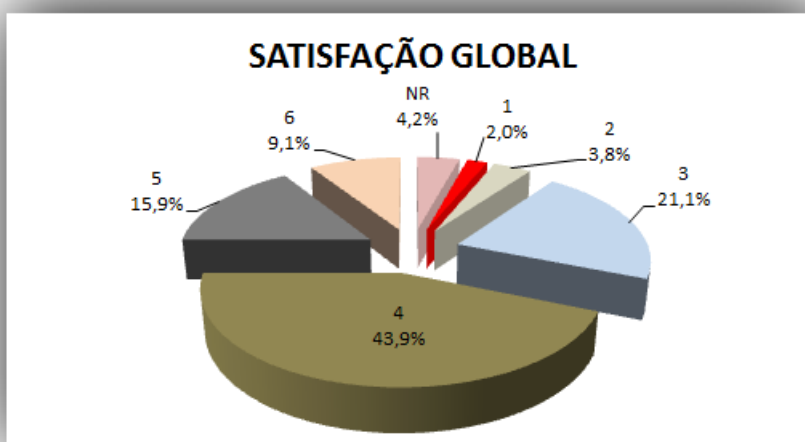


Gráfico 14



O resultado alcançado é bastante positivo considerando os valores dos graus 4, 5 e 6 (71,7%). Nas respostas a todas as questões base (8), os resultados de “satisfação global” são também positivos para os mesmos graus acima referenciados (68,9%).

Gráfico 15





Balanço Social

O Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, determinou para todos os serviços da Administração Pública Central, Regional e Local que tenham um mínimo de 50 trabalhadores, a realização do Balanço Social, que é um instrumento de gestão de avaliação e planeamento na área dos recursos humanos, procurando refletir dos diversos organismos públicos, uma visão clara e inequívoca da caracterização dos trabalhadores que os integram.

Em observância e no cumprimento do referido Decreto-Lei e inerentes dados estatísticos formais solicitados, o documento elaborado pela Direcção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN) comenta, confronta e informa a situação socioprofissional do serviço, de modo a obter o aperfeiçoamento qualitativo das funções realizadas, quantitativos e eventuais projeções.

A continuação de uma política de pessoal alicerçada no avanço organizacional em geral e nos dirigentes e trabalhadores em particular, tem-se marcado nomeadamente em:

- Melhoramento das condições gerais de trabalho, designadamente instalações e equipamentos;
- Valorização das pessoas contemplando o acesso à formação profissional como incentivo e aumento da motivação;
- Gestão e racionalização eficiente dos encargos com pessoal, considerando as verdadeiras necessidades de funcionamento.

Os efetivos em 31 de Dezembro de 2016 eram de **255 trabalhadores**.

Caracterização do **perfil profissional do pessoal da DGRDN**:

- Grupo de pessoal - civil e militar (ambos aprox. 50%);
- Grupos profissionais (dominância) - militar (47,1%) e técnico superior (25%);
- Tipo de funções exercidas (dominância) - técnicas (71%);



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

- Modalidade de vinculação - contrato de trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado - (42,8%);
- Colocação dos recursos humanos pela estrutura orgânica - DSPSM (26,2%);
- Sexo - masculino (65%);
- Idade - média 45 anos e meio;
(grupos etários dominantes: 50 a 54 anos - 21% e 40 a 44 anos - 16%)
- Antiguidade na AP - 22 anos (média);
- Habilitações - formação superior (55%);
- Assiduidade - 7,8 dias/faltas (média absentismo/trabalhador);
- Formação profissional - 10 h (média horas de formação/trabalhador).

O Balanço Social da DG constitui um documento próprio, já apresentado superiormente mas que se junta ao presente Relatório (vide Anexos).

Apreciação dos Objetivos Específicos das Unidades Orgânicas

Para além da avaliação detalhada do QUAR (objetivos estratégicos e decorrentes objetivos operacionais) já apresentada, as unidades orgânicas da DGRDN definem complementarmente outros objetivos específicos/operacionais que procuram cumprir (desenvolvimento em detalhe neste Relatório de Atividades). Sintetizam-se os resultados obtidos.

Quadro 12 – Objetivos específicos das UO

Unidade orgânica	Nº objetivos definidos	Nº de iniciativas	Atingidas	Superadas	Não atingidas
DSAEQ	6	15	4	9	2
DSPSM	8	19	12	4	3
DSSMAS	8	22	8	10	4
DSAE	6	10	6	4	0
DSIP	5	11	6	4	1



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

DSQA	6	11	3	4	4
DSGFA	3	3	0	2	1
DAJC	3	3	0	2	1
GAT	1	3	2	0	1
Totais	46	97	41	39	17

Considerando todas as iniciativas planeadas, foram atingidas e superadas 82,4% o que se pode considerar um resultado positivo.

Desenvolvimento de medidas para o esforço positivo do desempenho

Ações de melhoria

O ano de 2016 foi marcado pela consolidação da DGRDN sob o processo de fusão iniciado em 2015. Foi preocupação permanente a integração e otimização dos processos internos, numa lógica de orientação para a gestão por objetivos e para a melhoria contínua, através da introdução de modelos e ferramentas que potenciam a melhoria do desempenho da Direção-geral, bem como pela estabilização do seu quadro de recursos humanos.

A Direção-geral, gradualmente, por forma orientada através das suas unidades orgânicas foi alvo de implementação de medidas que permitissem o alinhamento de processos, funções e pessoas, nomeadamente no seguinte:

- Revisão de metodologias de trabalho e processos internos;
- Integração dos Sistemas de Informação existentes e implementação de novos processos assentes nas tecnologias de informação e comunicação;



- Racionalização dos planos de ocupação de imóveis através da agregação de serviços;
- Normalização dos processos e das atividades de gestão financeira e orçamental;
- Implementação de medidas no sentido de criar sinergias e eliminar recursos duplicados, mediante a gestão da mudança com o menor impacto possível nas pessoas.
- Investimento na motivação e qualificação dos colaboradores, nomeadamente através do desenvolvimento de um plano de formação orientado para as diversas áreas de atividade da DGRDN.
- Otimização dos recursos internos, com base em critérios de eficácia e eficiência, numa lógica de maximização de resultados e contenção de custos na Administração Pública, em consonância com as medidas de consolidação orçamental.

Comparação com o desempenho de serviços idênticos, no plano nacional e internacional que possam constituir padrão de comparação

Na Administração Pública não existe outro organismo que prossiga os mesmos objetivos, portanto, não existem organismos homogéneos com os quais a DGRDN se possa comparar.



Menção de proposta pelo dirigente máximo do serviço como resultado da autoavaliação

Conforme disposto no artigo 18.º, n.º 3, da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, compete ao dirigente máximo do serviço propor, como resultado da autoavaliação, a menção respeitante à avaliação final do serviço.

De acordo com o exposto no presente relatório quanto à apreciação quantitativa dos resultados alcançados, a avaliação final da DGRDN no que respeita à concretização do QUAR é de 113%. Em termos qualitativos a DGRDN, dos objetivos operacionais constantes do seu QUAR, superou 6, atingiu 1 e ficou 1 por atingir.

Quadro 13 – Autoavaliação da DGRDN

Objetivos	Eficácia	Eficiência	Qualidade
Ponderação	30%	30%	40%
Taxa de Realização	113%	113%	113%

Quadro 14 – Avaliação final quantitativa e qualitativa da DGRDN

Avaliação final do Serviço	Bom	Satisfatório	Insuficiente
Taxa Média de Realização	113%		

Assim, de acordo com o n.º 1 do artigo 18º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, conjugado com o n.º 2 do artigo 15.º do mesmo diploma legal, propõe-se a atribuição da menção de *Bom* para o desempenho da DGRDN, visto que superou/atingiu os objetivos mais relevantes.



Avaliação dos Objetivos Operacionais das Unidades Orgânicas



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Unidade Orgânica – Direção de Serviços de Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação

Objetivo 1 – Elaborar projetos de diplomas, acompanhar a respetiva aplicação, e elaborar pareceres técnicos na área de atribuições da Direção de Serviços de Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação.

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 Elaboração de projetos de diplomas no âmbito das competências da DAE	Concluídos para decisão superior dentro do prazo estabelecido	Antecipação do prazo estabelecido em 2 dias	Cumprir no prazo estabelecido	Ultrapassou o prazo estabelecido
	RESULTADOS	X		
2 Elaboração de pareceres técnicos e outros documentos de análise técnica no âmbito do EMFAR, da LSM e respetivo regulamento e do regime remuneratório	N.º de documentos produzidos no tempo médio de 10 dias úteis, exceto casos de exceção de complexidade	Menos 3 dias úteis	Cumprir no prazo de 10 dias úteis	Ultrapassou os 10 dias úteis
	RESULTADOS		X	



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Objetivo 2 – Efetivos Cíveis e Militarizados

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 Recolha e tratamento dos dados reportados relativos ao pessoal civil e militarizado das Forças Armadas. 1.1. Monitorização dos efetivos	Tratamento dos dados reportados no prazo de 10 dias úteis após a sua receção	Conclusão do tratamento dos dados 2 dias antes do prazo	Conclusão do tratamento dos dados no prazo de 10 dias úteis	Conclusão do tratamento em tempo superior a 10 dias úteis
	RESULTADOS	X		
2 Monitorização do Sistema Retributivo 2.1. Pessoal Militar 2.2. Pessoal Militarizado	N.º de documentos técnicos produzidos no tempo médio de 10 dias úteis, exceto casos de exceção de complexidade	Menos de 3 dias úteis	Cumprir no prazo de 10 dias úteis	Ultrapassou os 10 dias úteis
	RESULTADOS	----	----	----

Nota: Os resultados da Iniciativa 1 estão dependentes da colaboração de entidades externas através do cumprimento dos prazos por essas mesmas entidades e são suspensos desde a data do pedido de contributos até à data de receção dos mesmos.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Objetivo 3 – Representação do MDN nas questões relativas à Igualdade de Género.

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 Monitorização da/e execução das medidas constantes dos Planos Nacionais 1.1. Participação em reuniões convocadas pela PCM, CIG ou Gabinete	Elaboração das planificações setoriais para aprovação superior, 60 dias após publicação dos Planos Nacionais	Antecipação em 15 dias úteis do prazo estabelecido	Conclusão no prazo	Ultrapassou o prazo estabelecido
	Elaboração de notícias de reunião no prazo de 5 dias úteis	Menos de 3 dias úteis		
	RESULTADOS	X		
2 Monitorização da execução das medidas constantes dos Planos Nacionais referentes ao MDN	Elaboração dos Relatórios Semestral e Anual	Antecipação em 2 dias do prazo estabelecido	Conclusão no prazo	Ultrapassou o prazo fixado
	RESULTADOS	X		
3 Representação do MDN no NATO Committee on Gender Perspectives 3.1. Participação na reunião anual	Elaboração do Relatório Anual no prazo de 10 dias úteis após a realização da reunião	Conclusão do relatório 2 dias antes do prazo fixado	Conclusão do relatório no prazo fixado	Conclusão do relatório depois do prazo fixado
	RESULTADOS		X	

Nota: Os resultados das Iniciativas 1, 2 e 3 estão dependentes da colaboração de entidades externas através do cumprimento dos prazos por essas mesmas entidades e são suspensos desde a data do pedido de contributos até à data de receção dos mesmos.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Objetivo 4 – Promover a certificação da Formação Profissional ministrada no âmbito das Forças Armadas

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 Conceber e propor a criação de um Sistema de Gestão da Qualidade para a formação profissional ministrada na Defesa Nacional	Apresentar à consideração superior uma proposta de Sistema de Gestão da Qualidade Peso: 20%	Apresentação até 15dez.2016	Apresentação até 31dez.2016	Apresentação depois de 31dez.2016
	RESULTADOS	X		
2 Desenvolver plano de atividades para implementação do acordo de cooperação	Cumprir o Plano de Atividades Peso: 30%	Cumprir 60%	Cumprir 50%	Cumprir menos de 50%
	RESULTADOS	X		
3 Acompanhar e monitorizar a implementação dos processos de certificação da formação profissional ministrada pela Defesa Nacional	Aumentar o número de ações de formação certificada Peso: 50%	Aumento de 20%	Aumento de 10%	Não alteração
	RESULTADOS		X	



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Objetivo 5 – Acompanhar a implementação da reforma Defesa 2020 no sistema de ensino superior militar

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 Regulamentação do IUM e UPM	Apresentação das propostas de diploma Peso 40%	Antecipação em 2 dias do prazo fixado	Apresentação nos prazos fixados	Ultrapassou o prazo estabelecido em 2 dias
	RESULTADOS	X		
2 Regulamentação do nível 5 de formação e criação do ciclo de estudos de Doutoramento em Ciências Militares	Apresentação das propostas de diploma Peso 40%	Antecipação em 2 dias do prazo fixado	Apresentação nos prazos fixados	Ultrapassou o prazo estabelecido em 2 dias
	RESULTADOS	X		
3 Elaboração de estudo sobre composição sociodemográfica e expectativas profissionais dos alunos dos EESPUM	Apresentação relatório Peso 20%	Apresentação até 31 outubro	Apresentação até 31 de dezembro	Não apresentou
	RESULTADOS			X



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Objetivo 6 – Promover o desenvolvimento da oferta educativa do ensino básico e secundário de matriz militar desenvolvida no âmbito da Defesa Nacional

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 Regulamentação subsequente no âmbito da reforma dos EMEs	Apresentação das propostas de diploma Peso 40%	Antecipação em 2 dias do prazo fixado	Apresentação nos prazos fixados	Ultrapassou o prazo estabelecido em 2 dias
	RESULTADOS	X		
2 Monitorizar a atividade desenvolvida no âmbito da reforma dos EMEs	Relatório Peso 30%	Elaboração de relatório até 30 outubro	Elaboração de relatório até 30 de novembro	Elaboração de relatório após 30 de novembro
	RESULTADOS		X	
3 Desenvolvimento da componente da Formação Profissional de matriz militar - IPE	Apresentar à consideração superior uma proposta de reestruturação do modelo pedagógico de âmbito profissional Peso: 30%	Apresentação até 15set.2016	Apresentação até 30set.2016	Apresentação depois de 30set.2016
	RESULTADOS			X



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Unidade Orgânica – Direção de Serviços de Profissionalização do Serviço Militar

Objetivo 1 – Potenciar o processo de monitorização dos efetivos militares através da criação de um sistema de gestão e produção da informação

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 Assegurar a monitorização dos efetivos militares nos termos legalmente estabelecidos	Tratamento dos dados reportados no prazo de 15 dias após a sua receção	Conclusão do tratamento 2 dias antes do prazo	Conclusão do tratamento dos dados no prazo de 15 dias	Conclusão do tratamento dos dados após o prazo
	RESULTADOS	X		
2 Reconfiguração do processos de recolha e tratamento de informação associada aos efetivos, tendo por base o conceito de plataforma (onde a informação é registada pelos ramos e a análise é divulgada pela DGRDN)	Criação de uma plataforma de gestão e produção de informação	Ter a plataforma a funcionar em 250 dias	Ter a plataforma a funcionar em 270 dias	Conclusão deste processo depois deste prazo
	RESULTADOS			X



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Objetivo 2 – Desenvolver o conhecimento acerca dos militares que fazem parte do regime de voluntariado e de contrato

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 Desenvolver um estudo de caracterização sociodemográfica e de satisfação organizacional dos militares do RC	Conceção e implementação do estudo	Conclusão em 270 dias	Conclusão em 300 dias	Conclusão deste processo depois deste prazo
	RESULTADOS		X	
2 Criar sistema harmonizado de gestão da informação associada ao RV/RC	Inquérito sobre potencial de recrutamento (na participação no DDN)	Criação do sistema em 250 dias	Criação do sistema em 300 dias 270	Conclusão deste processo depois deste prazo
	Inquérito para o momento da incorporação			
	Inquérito para o momento da saída			
	RESULTADOS		X	



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Objetivo 3 - Promover a atualização e o estudo dos dados das reservas militares (de recrutamento e de disponibilidade)

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 Desenvolver o estudo sobre a reserva de recrutamento (configuração quantitativa e qualitativa) e identificar necessidades de atualização de dados	Estudo sobre o universo potencial de Recrutamento Militar Identificar informação (e fontes) para atualização da base de dados	Realizar o estudo até 120 dias após a receção dos dados	Realizar o estudo até 160 dias após a receção dos dados	Conclusão do processo depois deste prazo
	RESULTADOS		X	
2 Identificar a informação necessária à gestão da reserva de disponibilidade e promover a sua integração	Desenvolvimento de estudo situacional sobre a matéria e apresentação de proposta de plano funcional para a criação de uma Base de dados	Realizar o estudo 200 dias	Realizar o estudo 230 dias	Conclusão do processo depois deste prazo
	RESULTADOS		X	



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Objetivo 4 - Promover a harmonização e eficiência dos processos de recrutamento militar, através de uma crescente implementação do Órgão Central de Recrutamento e Divulgação.

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 Desenvolvimento de uma análise situacional dos processos associados ao recrutamento	Produção de relatório sobre configuração, estruturas, capacidades e necessidades de recrutamento dos ramos	Realizar o estudo até 120 dias após a receção dos dados	Realizar o estudo até 160 dias após a receção dos dados	Conclusão deste processo depois deste prazo
	RESULTADOS		X	
2 Conceção e implementação do plano de atividades da Comissão de Planeamento e Coordenação do Recrutamento Militar	Proposta de plano de atividades	Apresentar proposta em 60 dias	Apresentar proposta em 90 dias	Conclusão deste processo depois deste prazo
	RESULTADOS	X		
3 Desenvolvimento de proposta de plataforma integrada de informação (e comunicação) associada ao recrutamento militar	Apresentação de proposta	Apresentar proposta em 290 dias	Apresentar proposta em 320 dias	Conclusão deste processo depois deste prazo
	RESULTADOS		X	



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Objetivo 5 – Promover o modelo de Comunicação Integrada para o Serviço Militar

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 Criar um repositório estruturado de Informação	Prazo de conclusão Peso – 40%	Concluída até 30ago16	Concluída até 30out16	Após 30 out
	RESULTADOS		X	
2 Criar um Portal Web para o Serviço Militar	Prazo de conclusão Peso – 40%	Concluída até 30set16	Concluída até 30dez16	Após 30 dez
	RESULTADOS		X	
3 Criar a Intranet do Serviço Militar	Prazo de conclusão Peso – 20%	Concluída até 30set16	Concluída até 30dez16	Após 30 dez
	RESULTADOS		X	



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Objetivo 6 – Desenvolver o conhecimento da população portuguesa acerca das várias vertentes da Defesa Nacional, do papel das Forças Armadas e do Serviço Militar

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 Atualização do Programa da 13. ^a edição do DDN	Proposta de Programa Peso – 50%	Concluída até 30out16	Concluída até 30nov16	Após 30 nov
	RESULTADOS		X	
2 Participação em eventos de dimensão nacional nas áreas da juventude, da formação e do emprego	N.º de Participações Peso – 20%	Mais de 2	1	0
	RESULTADOS		X	
3 Potenciar a participação de entidades e instituições não militares no DDN	N.º de Participações Peso – 30%	Mais de 3	1	0
	RESULTADOS		X	



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Objetivo 7 – Reforçar a empregabilidade dos militares dos regimes de voluntariado e de contrato

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 Potenciar as qualificações dos militares e ex-militares para o mercado de trabalho	N.º de horas de formação realizadas Peso – 60%	Aumento em 10% face ao ano anterior	Mesmo n.º de horas face ao ano anterior	N.º de horas inferior face ao ano anterior
	RESULTADOS	X		
2 Fomentar o empreendedorismo junto dos militares e ex-militares	N.º de ações realizadas dedicadas ao empreendedorismo Peso – 40%	Mais de 2 ações	1 ação	Nenhuma ação
	RESULTADOS	X		



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Objetivo 8 – Alargar os serviços de reinserção à zona Norte do País

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 Apresentar o projeto de adequação das instalações	Apresentação do projeto Peso – 60%	Apresentar projeto até 30 de abril	Apresentar projeto até 30 de junho	Não apresentar projeto
	RESULTADOS			X
2 Iniciar empreitada de adequação das instalações	Início da empreitada Peso – 40%	Iniciar a empreitada até 30 de setembro	Iniciar a empreitada até ao final do ano	Não iniciar empreitada
	RESULTADOS			X



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Unidade Orgânica – Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais

Objetivo 1 – Apoiar o Sistema de Saúde Militar

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 Realizar e colaborar na realização de estudos no âmbito do Sistema de Saúde Militar	N.º de estudos realizados Peso: 50%	>4	1-4	0
	RESULTADOS		X	
2 Conceber o sistema de informação da Saúde Militar	A associar a cronograma de desenvolvimento do projeto Peso: 50%	Realizado até 30nov16	Realizado entre 30nov16 e 31dez16	Iniciativa não realizada em 2016
	RESULTADOS		X	

Objetivo 2 – Caracterizar os Recursos Humanos e monitorizar as atividades desenvolvidas pelas estruturas que integram o Sistema de Saúde Militar

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 Caracterização qualitativa e quantitativa dos Recursos Humanos alocados às estruturas que integram o Sistema de Saúde Militar/2015	Relatório de caracterização/2015 Peso: 50%	Elaborado até 30mai16	Elaborado entre 30mai16 e 31dez16	Iniciativa não realizada em 2016
	RESULTADOS		X	



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

2	Caracterização das atividades realizadas no âmbito da Saúde Militar em 2016	Relatório de atividades/2015 Peso: 50%	Elaborado até 30jun16	Elaborado de 30jun16 a 31dez16	Iniciativa não realizada em 2016
		RESULTADOS		X	

Objetivo 3 – Coordenar e monitorizar o Programa de Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 Realização de reuniões ordinárias do GC/PPCADCFA	N.º de reuniões ordinárias Peso: 15%	>4	1-4	0
	RESULTADOS		X	
2 Coordenar o processo de uniformização do normativo comum aos 3 Ramos das FFAA no âmbito do PPCADCFA	Elaboração de normativo comum aos 3 Ramos das FFAA no âmbito do PPCADCFA Peso: 15%	Elaborado até 30set16	Elaborado entre 30set16 e 31dez16	Iniciativa não realizada em 2016
	RESULTADOS			X
3 Elaboração do Relatório Atividades/2015 no âmbito do PPCADCFA	Relatório de Atividades/2015 Peso 15%	Elaborado até 31mai16	Elaborado entre 31mai16 e 31dez16	Iniciativa não realizada em 2016
	RESULTADOS		X	



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

4	Elaboração do Plano de Atividades/2017 no âmbito do PPCACDFA	Plano de Atividades/2017 Peso: 15%	Elaborado até 15dez16	Elaborado entre 15dez16 e 31dez16	Iniciativa não realizada em 2016
		RESULTADOS			X
5	Ações de divulgação estratégica do PPCACDFA ao CPOG	N.º de ações realizadas Peso: 10%	N/A	1	0
		RESULTADOS			X
6	Ações de divulgação estratégica do PPCACDFA ao CPOS	N.º de ações realizadas Peso: 10%	N/A	1	0
		RESULTADOS			X
7	Ações de divulgação do PPCACDFA nos Cursos de Operadores de Prevenção de Alcoolismo e Toxicodependências	N.º de ações realizadas Peso: 10%	>2	1-2	0
		RESULTADOS	X		
8	Promover a cooperação com entidades parceiras no âmbito da Prevenção de Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências	N.º de atividades de cooperação desenvolvidas Peso: 10%	>2	1-2	0
		RESULTADOS	X		



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Objetivo 4 – Promover a cooperação com os Países da CPLP no âmbito da Saúde Militar

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 Organização do Fórum de Saúde Militar CPLP/ 2016	Organização da III Edição do Fórum Peso: 50%	N/A	Realizado	Não realizado
	RESULTADOS		X	
2 Colaborar em projetos de CTM no âmbito da CPLP	N.º de projetos Peso: 50%	>1	1	0
	RESULTADOS	X		

Objetivo 5 – Garantir a atualização permanente dos dados de caracterização dos deficientes militares, tendo em conta os indicadores de incapacidade e deficiência definidos no âmbito da OCDE

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Assegurar, em articulação com as entidades fornecedoras de dados, o sistema de informação de suporte à base de dados dos deficientes militares	Data de entrega do Relatório Anual	30 nov	31 dez	Após 31 dez
	RESULTADOS	X		



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Objetivo 6 - Propor medidas que contribuam para a melhoria das condições de vida dos Deficientes Militares

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 Funcionamento, em pleno, de uma linha telefónica dedicada exclusivamente ao Plano de Ação para Apoio ao Deficientes Militares (PADM)	Data de conclusão Peso: 50%	29 fev	31 mar	Após 31 mar
	RESULTADOS	X		
2 Monitorizar e avaliar a execução do Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares (PADM)	Nº de iniciativas desenvolvidas Peso: 50%	3	2	<2
	RESULTADOS	X		

Objetivo 7 - Melhorar o padrão de serviço – áreas da saúde e assuntos sociais

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 Atingir um padrão de serviço que possibilite fixar um período razoável para elaboração de projetos de medidas legislativas, bem como de informações e pareceres (comum)	Demora média Peso: 25%	<6 dias úteis	>=6<10 dias úteis	>=10 dias úteis
	RESULTADOS	X		



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

2	Reduzir tempo de resposta a solicitações institucionais e a particulares (comum)	Prazo de elaboração de respostas a solicitações institucionais e a particulares Peso: 25%	<5 dias úteis	>=5<8 dias úteis	>=8 dias úteis
	RESULTADOS		X		
3	Incrementar a frequência de ações de formação especializada (comum)	Nº de ações de formação especializada frequentadas Peso: 10%	2	1	0
	RESULTADOS		X		
4	Elaborar conteúdos para divulgação das iniciativas e temáticas da Saúde Militar e dos Assuntos Sociais, quer na Intranet quer na Internet do MDN no Portal da DGRDN	Número de propostas de conteúdo Peso: 40%	4	2-4	< 2
	RESULTADOS			X	



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Objetivo 8 – Melhorar o índice de satisfação dos antigos combatentes em relação ao modo como são atendidos no Balcão Único da Defesa (BUD)

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Medir a satisfação dos antigos combatentes	NÍVEL DE SATISFAÇÃO PERCEBIDA = $\frac{\text{Resposta Inquérito Satisfação} \times 0,25}{\text{Total de respostas} \times 4} \times 100$	> 92 %	92 %	< 92 %
	RESULTADOS	X		



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Unidade Orgânica – Direção de Serviços de Armamento e Equipamento

Objetivo 1 – Coordenar e executar as políticas de armamento e equipamento necessárias às Forças Armadas e à Defesa Nacional, atento o previsto na Lei de Programação Militar.

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 Atualização dos projetos dos Serviços Centrais na ferramenta de Gestão de Projetos	Taxa de projetos atualizados no EPM	Mais de 61% dos projetos atualizados no quadrimestre	Entre 40% e 60% dos projetos atualizados no quadrimestre	Menos de 39% dos projetos atualizados no quadrimestre
	RESULTADOS		X	
2 Otimização da coordenação e execução da Lei de Programação Militar	Nº de pareceres, pontos de situação, informações e relatórios elaborados em apoio à coordenação e execução da LPM	Elaborados mais do que 10 documentos no quadrimestre	Elaborados entre 6 e 9 documentos no quadrimestre	Elaborados menos do que 5 documentos no quadrimestre
	RESULTADOS		X	



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Objetivo 2 – Implementar os processos mais adequados para a aquisição e manutenção do armamento e equipamentos.

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 Elaborar pareceres técnicos, relatórios, estudos, informações no âmbito das tecnologias militares/produtos relacionados com a defesa	Nº de pareceres, pontos de situação, informações e relatórios elaborados	X > 12	X = 12	X < 12
	RESULTADOS	X		
2 Elaborar pareceres técnicos, relatórios, estudos, informações no âmbito dos programas em curso nas agências internacionais	Nº de pareceres, informações e relatórios elaborados	X > 12	X = 12	X < 12
	RESULTADOS	X		



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Objetivo 3 – Desenvolver os protocolos, projetos e outras atividades de cooperação nos domínios do armamento e dos equipamentos da Defesa Nacional com Entidades Internacionais

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 Avaliação do nível de qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos contributos no domínio da cooperação com a EDA e a UE	Nível de satisfação dos utilizadores internos e externos	Nível de satisfação > 4	Nível de satisfação entre 3 e 4	Nível de satisfação < 3
	RESULTADOS		X	
2 Avaliação do nível de qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos contributos no domínio da cooperação com a NATO	Nível de satisfação dos utilizadores internos e externos	Nível de satisfação > 4	Nível de satisfação entre 3 e 4	Nível de satisfação < 3
	RESULTADOS		X	



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Objetivo 4 - Emitir as licenças e os certificados inerentes à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades de comércio e indústria

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 Emissão de licenças e certificados inerentes à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades de comércio e indústria.	% de licenças e certificados emitidos face aos pedidos de licenças e certificados aprovados.	> 95 %	Entre 90 % e 95 %	< 90 %
	RESULTADOS	X		
2 Emissão de licenças e certificados inerentes à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades de comércio e indústria cumprindo os prazos legais	N.º de dias para a emissão de licenças e certificados.	< 14	Entre 14 e 45	> 45
	RESULTADOS	X		



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Objetivo 5 - Elaborar e propor medidas de política, doutrina e procedimentos relativos ao apoio logístico das Forças Armadas²

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 Elaboração e propostas de medidas de política, doutrina e procedimentos relativos ao apoio logístico	% de documentos elaborados face aos solicitados	> 80 %	Entre 70 % e 80 %	< 70 %
	RESULTADOS	N.A	N.A	N.A
2 Resposta em tempo útil a solicitações no âmbito da política, doutrina e procedimentos relativos ao apoio logístico	N.º de dias para a resposta às solicitações no âmbito da política, doutrina e procedimentos relativos ao apoio logístico	< 20	Entre 20 e 25	> 25
	RESULTADOS	N.A	N.A	N.A

² Por opção da gestão topo da DGRDN, o apoio logístico a ser acompanhado por outra Direção de Serviços, não havendo resultados a apresentar por parte da DSAE. De salientar que, nem sempre haverá necessidade de alterar as medidas de política, doutrina e procedimentos relativos ao seu apoio logístico.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Objetivo 6 - Promover e coordenar, em cooperação com as FA e, no aplicável, com o Ministério da Administração Interna, em estreita colaboração com a i&D, os planos e projetos de investigação e desenvolvimento nas áreas tecnológicas de interesse para a defesa nacional

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 Avaliação do nível de qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos projetos de i&D nacionais	Nível de satisfação dos stakeholders.	Nível de satisfação > 4	Nível de satisfação entre 3 e 4	Nível de satisfação < 3
	RESULTADOS		X	
2 Avaliação do nível de qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos projetos de i&D internacionais	Nível de satisfação dos stakeholders	Nível de satisfação > 4	Nível de satisfação entre 3 e 4	Nível de satisfação < 3
	RESULTADOS		X	



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Unidade Orgânica – Direção de Serviços de Infraestruturas e Património

Objetivo 1 – Transferência para Portugal da Escola NATO de Comunicações e Sistemas de Informação (NCISS)

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 Submissão à NATO do projeto final	Data de submissão	Até final de janeiro 2016	Até final 1º trimestre 2016	2º trimestre 2016
	RESULTADOS		X	
2 Lançamento dos procedimentos pré-contratuais de empreitada/serviços	Data de execução	Até final do 1º trimestre 2016	1º semestre 2016	2º semestre 2016
	RESULTADOS		X	

Objetivo 2 – Gestão das infraestruturas NATO

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 Proceder ao levantamento das necessidades urgentes	Data de execução	Até final do 1º quadrimestre 2016	Até final do 1º semestre 2016	Até final de 2016
	RESULTADOS	X		
2 Proceder ao suprimimento das necessidades identificadas	Taxa de execução ao nível da realização física = (n.º de atividades realizadas / n.º de atividades planeadas) x 100	Realização >= 90%	Realização >= 75%	Realização < 25%
	RESULTADOS	X		



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Objetivo 3 – Unidade de Gestão Patrimonial

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 Recolha e tratamento de dados junto das entidades tuteladas pelo MDN respeitante aos imóveis afetos à defesa Nacional	Apresentação da informação quando solicitada	Apresentação em prazo inferior a 1 dia	Apresentação no prazo de 1 dia	Apresentação em prazo superior a 1 dia
	RESULTADOS		X	
2 Esclarecer as dúvidas e os procedimentos quanto ao cumprimento das disposições legais sobre o pagamento de rendas pela ocupação de património imobiliário do Estado	Esclarecimentos prestados no prazo de 2 dias	Esclarecimentos prestados no prazo inferior a 2 dias	Esclarecimentos prestados no prazo de 2 dias	Esclarecimentos prestados no prazo superior a 2 dias
	RESULTADOS	X		

Objetivo 4 – Salvaguarda dos interesses da Defesa Nacional nos instrumentos de gestão territorial

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 Elaboração de pareceres sobre os projetos apresentados	Pareceres concluídos dentro do prazo estabelecido por entidades externas	Concluiu antes do prazo estabelecido	Concluiu dentro do prazo estabelecido	Concluiu após o prazo estabelecido
	RESULTADOS		X	



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

2 Participar nas reuniões de concertação	N.º de reuniões de concertação em que participou com parecer vinculativo do MDN	Participou em 100% das reuniões	Participou em 90% das reuniões	Participou em menos de 90% das reuniões
	RESULTADOS		X	

Objetivo 5 – Satisfação dos requisitos legais necessários à prévia rentabilização de imóveis

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 Promover a avaliação de imóveis e enviar para homologação da Direção-geral do Tesouro e Finanças (DGTF)	Avaliações homologadas	100% de avaliações homologadas	90% de avaliações homologadas	Menos de 90% das avaliações homologadas
	RESULTADOS			X
2 Promover a regularização jurídico-cadastral dos imóveis disponíveis para rentabilização	Tempo de preparação do processo	Preparação do processo num prazo inferior a 3 dias	Preparação do processo no prazo de 3 dias	Preparação do processo num prazo superior a 3 dias
	RESULTADOS		X	
3 Promover a certificação energética dos imóveis a rentabilizar	Número médio de dias que o processo está com o técnico	O processo está com o Técnico durante uma média de um dia	O processo está com o Técnico durante uma média de dois dias	O processo está com o Técnico durante uma média superior a dois dias
	RESULTADOS	X		



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Unidade Orgânica – Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente

Objetivo 1 – Definição das políticas de divulgação das áreas da Qualidade e do Ambiente da Defesa Nacional

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 Elaboração da política de divulgação interna até final do 1º quadrimestre de 2016.	Proposta apresentada	Antes de 30 de abril de 2016	Em 30 de abril de 2016	Posterior a 30 de abril de 2016
	RESULTADOS			X
2 Elaboração da política de divulgação externa até final do 1º quadrimestre de 2016.	Proposta apresentada	Antes de 30 de abril de 2016	Em 30 de abril de 2016	Posterior a 30 de abril de 2016
	RESULTADOS			X

Objetivo 2 – Elaboração e/ou revisão das Diretivas da Qualidade e Ambiental para a Defesa Nacional

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 Elaboração da “Diretiva da Qualidade para a Defesa Nacional”	Proposta apresentada	Antes de 30 de dezembro de 2016	Em 30 de dezembro de 2016	Após 30 de dezembro de 2016
	RESULTADOS			X
2 Revisão da “Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional”	Proposta apresentada	Antes de 30 de dezembro de 2016	Em 30 de dezembro de 2016	Após 30 de dezembro de 2016
	RESULTADOS			X



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Objetivo 3 – Elaboração dos processos de alienação e desmilitarização de material de guerra

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 Elaboração do contrato para desmilitarização de material explosivo oriundo das FFAA	Proposta apresentada	Antes de 31 de janeiro de 2016	Até 15 de março de 2016	Após 15 de março de 2016
	RESULTADOS		X	
2 Elaboração e execução dos projetos de alienação de material de guerra	Proposta apresentada	Mais de 4 processos em execução	Entre 2 e 4 processos em execução	Apenas um processo em execução
	RESULTADOS		X	

Objetivo 4 – Elaboração de Processos de Ratificação. Coordenar e gerir o sistema de normalização de defesa nacional, fomentar a normalização dos sistemas, equipamentos, produtos e infraestruturas de interesse para as Forças Armadas nos domínios técnico, administrativo, logístico e operacional, perseguindo objetivos de interoperabilidade

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 Contribuir para a elaboração dos Processos de Ratificação	Propostas externas / Propostas ratificadas	Taxa de execução do plano anual plena	Taxa de execução do plano anual Externos 90%	Taxa de execução do plano anual Externos <90%
	RESULTADOS	X		



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Objetivo 5 – Ao nível internacional (NATO & EDA), coordenar e gerir o sistema de normalização de defesa nacional, fomentar a normalização dos sistemas, equipamentos, produtos e infraestruturas de interesse para as Forças Armadas nos domínios técnico, administrativo, logístico e operacional, perseguindo objetivos de interoperabilidade

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 Participar nas reuniões do Committee for Standardization (CS) e dos Grupos de Trabalho - Materiel Standardization Group (MSG), Materiel Standardization and Harmonization Team (MSHT)	N.º de reuniões convocadas (CS, MSG e MSHT)/ N.º de reuniões participadas	Participação em todas as reuniões	Participação em 50% das reuniões	Participação em menos de 50% das reuniões
	RESULTADOS		X	
2 Assegurar a resposta nacional aos documentos solicitados pelos grupos de trabalho MSG/MSHT	Documentos solicitados pelo MSG/MSHT	Envio dos documentos antes do prazo fixado pelo MSG/MSHT	Envio dos documentos no prazo fixado pelo MSG/MSHT	Envio dos documentos fora do prazo fixado pelo MSG/MSHT
	RESULTADOS	X		



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Objetivo 6 – Garantir a qualidade da Catalogação nacional

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 Proceder à catalogação dos pedidos nacionais e internacionais dentro dos parâmetros temporais definidos pelo Comité OTAN AC/135	Número médio de dias de resposta a 70% dos pedidos de catalogação	< 20 dias	20 dias	> 20 dias
	RESULTADOS	X		
2 Proceder à catalogação dos pedidos internacionais dentro dos parâmetros de qualidade definidos pelo Comité OTAN AC/135	Percentagem de rejeições dos pedidos de catalogação internacionais	< 20%	20%	> 20%
	RESULTADOS	X		



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Unidade Orgânica – Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio

Objetivo 1 – Otimizar o sistema de apoio à gestão financeira e controlo interno

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Criar um sistema de informação para a gestão do NSIP	Data de criação de um sistema de Gestão do NSIP	<30-11-2016	[30-11-2016 a 31-12-2016]	>31-12-2016
	RESULTADOS	X		

Objetivo 2 – Melhorar a qualidade e produtividade dos serviços

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Implementar o Sistema Integrado de Gestão Orçamental da DGRDN	Prazo de implementação do Sistema Integrado de Gestão Orçamental da DGRDN	<30-06-2016	[30-06-2016 a <30-09-2016]	>31-12-2016
	RESULTADOS	X		

Objetivo 3 – Melhorar a qualificação dos colaboradores

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Satisfazer as necessidades formativas dos colaboradores da DSGFA com a definição de um Plano de Formação	% de execução do Plano de Formação aprovado	>50%	[50% a 30%]	<30%
	RESULTADOS			X



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Unidade Orgânica – Divisão de Análise Jurídica e Contratual

Objetivo 1 – Assegurar o apoio técnico-jurídico a todos os assuntos submetidos pela Direção

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Elaboração de estudos, informações e pareceres técnico-jurídico	Tempo Médio de Resposta (TMR) ³ de 14 dias úteis ⁴ , exceto casos de elevada complexidade	TMR < 14 dias	TMR = 14 dias	TMR > 14 dias
	RESULTADOS	X		

Objetivo 2 – Harmonizar os procedimentos internos de contratação pública

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Elaboração de projeto de regulamento interno	Apresentação do projeto de regulamento até ao final do 2.º trimestre de 2016	Antes de 30 de junho de 2016	Até 30 de junho de 2016	Depois de 30 de junho de 2016
	RESULTADOS			X

³ TMR = somatório tempos resposta / n.º total de estudos/informações/pareceres produzidos.

⁴ A contagem do prazo interrompe-se sempre que for solicitada intervenção de um órgão ou serviço externo à DAJC.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Objetivo 3 – Assegurar a conformidade legal e regularidade financeira dos contratos e atos geradores de despesa pública

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Instrução e remessa dos atos e contratos ao Tribunal de Contas para fiscalização prévia	75% dos contratos ou outros instrumentos geradores de despesa visados pelo TC ⁵	> 75% contratos visados pelo TC	75% contratos visados pelo TC	< 75% contratos visados pelo TC
	RESULTADOS	X		

⁵ N.º de contratos e atos visados / N.º de contratos e atos remetidos ao TC para fiscalização prévia. Aplicável aos contratos e atos cujo procedimento de formação tenha sido assegurado ou apoiado pela DAJC.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Unidade – Gabinete de Assessoria Técnica ao Diretor

Objetivo 1 – Manter atualizados e otimizados os principais instrumentos de gestão e apoio à decisão da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (Plano de Atividades, Relatório de Atividades e Balanço Social)

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 Elaborar o Plano de Atividades 2017	Apresentar o Plano no prazo previsto	outubro 2016	novembro 2016	dezembro 2016
	RESULTADOS		X	
2 Elaborar o Relatório de Atividades 2015	Apresentar o Relatório no prazo legalmente previsto (<i>alterado por força do OE 2016</i>)	Até 15 de março 2016	Até 31 março 2016	Após 31 março 2016
	RESULTADOS			X
3 Elaborar o Balanço Social 2015	Apresentar o Balanço Social no prazo legalmente previsto	Até 15 de março 2016	Até 31 março 2016	Após 31 março 2016
	RESULTADOS		X	



Listagem síntese de Programas e Ações

Glossário



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Programa 01

Aperfeiçoar a Regulação do Sistema de RH

Unidade responsável – Direção de Serviços de Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação/Divisão de Assuntos Estatutários

Ações

01-01	Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR)
01-02	Carreiras e Regime Estatutário do Pessoal Civil
01-03	Regime Estatutário do Pessoal Militarizado
01-04	Regimes Retributivos
01-05	Suplementos, Subsídios, Gratificações e outros Abonos
01-06	Diplomas de enquadramento superior da estrutura das Forças Armadas
01-07	Lei do Serviço Militar
01-08	Representação do MDN na CIG
01-09	Representação do MDN no âmbito da RCSNU 1325
01-10	NATO Committee on Gender Perspectives (NCGP)
01-11	Apoio à elaboração de Legislação no âmbito dos RH
01-12	Apoio à elaboração de Legislação Orgânica e outros diplomas legais
01-13	Representação do MDN no âmbito das competências da DAE
01-14	Audição das associações socioprofissionais
01-15	Assessorias exteriores
01-16	Regulamentação de Uniformes de Empresas de Segurança Privada
01-17	Assistência Religiosa das Forças Armadas
01-18	Consultadoria

Programa 02

Promover o aperfeiçoamento do Sistema de Qualificação da Defesa Nacional

Unidade responsável – Direção de Serviços de Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação/Divisão de Ensino e Qualificação

Ações

02-01	Formação Profissional nas Forças Armadas – Qualificação dos militares do RV/RC
02-02	Certificação das Entidades formadoras do EMGFA e Ramos
02-03	Profissões regulamentadas no âmbito da Defesa Nacional
02-04	Representação da Defesa nos Conselhos Setoriais para a Qualificação (Sistema Nacional de Qualificação – ANQEP)
02-05	Apoio à coordenação da implementação do Acordo de Cooperação Interministerial nas áreas de Educação e Formação no âmbito das Forças Armadas
02-06	Representações do MDN no âmbito do Ensino e Qualificação
02-07	Ensino Superior Público Militar
02-08	Ensino não Superior ministrado nas Forças Armadas
02-09	Coordenação nacional da iniciativa europeia de intercâmbio de oficiais durante a sua formação militar inicial “Erasmus Militar”
02-10	Formação em organismos internacionais e estrangeiros
02-11	Representação nacional em Organismos e Instituições Internacionais no âmbito do Ensino e Qualificação
02-12	Desenvolvimento de estudos temáticos sobre a participação das mulheres nas missões internacionais de apoio e manutenção de paz
02-13	Regulamentação do nível 5 de nível superior no âmbito do processo formativo para ingresso na categoria de Sargentos
02-14	Consultadoria



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Programa 03

Recrutamento, Reservas e Efetivos Militares

Unidade responsável – Direção de Serviços de Profissionalização do Serviço Militar/Divisão de Recrutamento e Efetivos Militares

Ações

03-01	Potenciar o desenvolvimento da política de recrutamento militar
03-02	Promover o desenvolvimento da atratividade do recrutamento normal
03-03	Recrutamento Especial
03-04	Recrutamento Excecional
03-05	Reserva de Recrutamento
03-06	Reserva de Disponibilidade
03-07	Monitorização dos Efetivos Militares
03-08	Planeamento das Forças no âmbito da NATO
03-09	Desenvolvimento de estudos situacionais e prospetivos sobre o modelo de profissionalização do serviço militar
03-10	Consultadoria

Programa 04

Deveres Militares

Unidade responsável – Direção de Serviços de Profissionalização do Serviço Militar/Divisão dos Deveres Militares

Ações

04-01	Gestão operacional do Dia da Defesa Nacional
04-02	Gestão do processo de Convocação
04-03	Gestão do Sistema de Transportes
04-04	Administração dos recursos humanos alocados às Equipas de Divulgação
04-05	Gestão dos Centros e Núcleos de Divulgação
04-06	Monitorização e supervisão do Programa do DDN
04-07	Estabelecimento de Parcerias
04-08	Controlo do cumprimento do dever militar de comparência ao DDN
04-09	Gestão da situação militar dos cidadãos
04-10	Gestão do sistema de atendimento no âmbito dos deveres militares
04-11	Simplificação de procedimentos e desmaterialização de processos no âmbito do DDN
04-12	Cooperação no âmbito do DDN com organizações e entidades nacionais e internacionais
04-13	Consultadoria

Programa 05

Sistema de Incentivos e Reinserção Profissional

Unidade responsável – Direção de Serviços de Profissionalização do Serviço Militar/Divisão de Incentivos e Reinserção Profissional

Ações

05-01	Gestão estratégica do processo de Apoio à Fase de Transição
05-02	Adequação dinâmica do sistema de incentivos à realidade conjuntural
05-03	Potencialização das qualificações dos militares e ex-militares do Regime de Contrato
05-04	Implementação dos novos serviços do CIOFE decorrentes da sua promoção a Centro de Qualificação para o Ensino Profissional (CQEP)
05-05	Fomento do empreendedorismo junto dos militares e ex-militares
05-06	Cooperação no âmbito da Reinserção Profissional com organizações e entidades nacionais e internacionais
05-07	Consultadoria



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Programa 06

Comunicação Integrada para o Serviço Militar

Unidade responsável – Direção de Serviços de Profissionalização do Serviço Militar

Ações

06-01	Estruturação da Comunicação Integrada para o Serviço Militar
06-02	Criação do Repositório Estruturado de Informação
06-03	Criação da Identidade Visual para o Serviço Militar
06-04	Comunicação Externa – Canal Web – Portal do Serviço Militar
06-05	Comunicação interna – Corporate TV
06-06	Comunicação interna/externa – Boletim informativo “Serviço Militar”
06-07	Cooperação no âmbito da Comunicação integrada para o Serviço Militar com organizações e entidades nacionais e internacionais
06-08	Consultadoria

Programa 07

Promover o Aperfeiçoamento do Sistema de Saúde Militar

Unidade responsável – Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais/Divisão de Saúde Militar

Ações

07-01	Consolidação do novo Sistema de Saúde Militar
07-02	Vigilância Epidemiológica
07-03	Divulgação de informação sobre a Saúde Militar
07-04	Grupo OTAN/Saúde
07-05	Normalização na área da Saúde
07-06	Quadros Especiais das áreas da Saúde
07-07	Representação da SM a nível internacional fora do âmbito da OTAN
07-08	Participar em Comissões e GT no âmbito da Saúde Militar
07-09	Saúde Mental
07-10	Coordenação do Programa para a Prevenção e Combate às Toxicodependências nas Forças Armadas
07-11	Segurança, Higiene e Segurança no Trabalho (SHST)
07-12	Consultadoria

Programa 08

Fomentar o Bem-Estar Social dos RH, apoiar os Deficientes Militares e os Antigos Combatentes

Unidade responsável – Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais/Divisão de Assuntos Sociais e Apoio aos Deficientes Militares e Antigos Combatentes

Ações

08-01	Medidas de política de proteção social
08-02	Ação Social Complementar e assistência na doença aos deficientes militares
08-03	Reabilitação dos deficientes militares
08-04	Qualificação de deficientes das Forças Armadas
08-05	Participação em Comissões e GT no âmbito dos Assuntos Sociais
08-06	Medir a satisfação dos antigos combatentes
08-07	Consultadoria



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Programa 09

Armamento e Equipamento (Planeamento e Programação)

Unidade responsável – Direção de Serviços de Armamento e Equipamento/Divisão de Planeamento e Programação

Ações

09-01	Cooperação internacional
09-02	Planos de Edificação de Capacidades Militares
09-03	Lei de Programação Militar
09-04	Apoio à Gestão de Projetos

Programa 10

Armamento e Equipamento (Indústria, Logística e Investigação e Desenvolvimento)

Unidade responsável – Direção de Serviços de Armamento e Equipamento/Divisão de Indústria, Logística e Investigação e Desenvolvimento

Ações

10-01	Licenciamento
10-02	Controlo
10-03	Estratégia no âmbito da Logística
10-04	Estratégia de I&D
10-05	Gestão de Projetos em I&D

Programa 11

Infraestruturas e Património - Infraestruturas

Unidade responsável – Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Infraestruturas

Ações

11-01	Transferência para Portugal da Escola NATO de Comunicações e Sistemas de Informação (NCISS)
11-02	Gestão das Infraestruturas NATO em Portugal
11-03	Construção/manutenção de infraestruturas
11-04	Preparação do ciclo de planeamento NATO
11-05	Consultadoria

Programa 12

Património imobiliário do Estado afeto à Defesa Nacional

Unidade responsável – Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Património e Turismo Militar

Ações

12-01	Cumprir as competências da Unidade de Gestão Patrimonial
12-02	Representar o MDN na elaboração dos instrumentos de gestão territorial
12-03	Representar o MDN na secção especializada permanente do Património Arqueológico e Arquitetónico do Conselho Nacional de Cultura
12-04	Cartografia e Cadastro



**Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016**

Programa 13

Rentabilização do Património imobiliário afeto à Defesa Nacional

Unidade responsável – Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Património e Turismo Militar

Ações

13-01	Identificar os imóveis excedentários e assegurar a sua rentabilização
13-02	Satisfazer os requisitos legais necessários à prévia rentabilização de imóveis
13-03	Informação
13-04	Protocolos
13-05	Receitas da Lei de Infraestruturas Militares
13-06	Consultadoria

Programa 14

Acordo Bilateral de Defesa Portugal – Estados Unidos da América (Comissão Técnica)

Unidade responsável – Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Património e Turismo Militar

Ações

14-01	Reuniões da Comissão Técnica
14-02	Projetos de infraestruturas
14-03	Comissão Bilateral Permanente
14-04	Infraestruturas de uso partilhado ou de uso comum
14-05	Ambiente

Programa 15

Turismo Militar

Unidade responsável – Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Património e Turismo Militar

Ações

15-01	Iniciar a estruturação da valência
15-02	Associação de Turismo Militar

Programa 16

Qualidade e Ambiente (Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade)

Unidade responsável – Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente/Divisão de Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade

Ações

16-01	Inventariação dos edifícios, infraestruturas e equipamentos do MDN com amianto
16-02	Implementação de Sistemas de Gestão Ambiental
16-03	Cooperação institucional nacional e internacional no âmbito do ambiente
16-04	Coordenação do Prémio Defesa Nacional e Ambiente
16-05	Coordenação do Plano de Ação Ambiental da Diretiva Ambiental
16-06	Aplicação do regulamento REACH na Defesa Nacional
16-07	Apoio ao cumprimento da legislação ambiental aplicável à Defesa Nacional
16-08	Integração de critérios ambientais nos processos aquisitivos
16-09	Implementação de medidas de eficiência energética e a utilização de renováveis em edifícios, infraestruturas e equipamentos do MDN
16-10	Coordenação da Qualidade na Defesa Nacional



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

16-11	Exercício da Garantia Governamental da Qualidade (GGQ)
16-12	Certificação de Sistemas de Gestão da Qualidade enquadrados com as Normas NATO/AQAP
16-13	Implementação de técnicas LEAN na DGRDN
16-14	Representação nos fora nacionais e internacionais da Qualidade
16-15	Desmilitarização de munições e explosivos oriundos das Forças Armadas
16-16	Alienação de material de guerra das Forças Armadas

Programa 17

Qualidade e Ambiente (Normalização e Catalogação)

Unidade responsável – Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente/Divisão de Normalização e Catalogação

Ações

17-01	Elaboração dos Processos de Ratificação
17-02	Representação do MDN no âmbito das competências do Materiel Standardization Group (MSG), Materiel Standardization and Harmonization Team (MSHT)
17-03	Representação do MDN no âmbito das competências do Committee for Standardization (CS) da NATO
17-04	Assegurar a resposta aos documentos no âmbito dos grupos de trabalho MSG e MSHT
17-05	Garantir a qualidade da Catalogação nacional (1)
17-06	Garantir a qualidade da Catalogação nacional (2)
17-07	Garantir a atribuição dos Códigos de Organização (CORG)
17-08	Garantir a atribuição de Números da Abastecimento Provisórios (NAP)
17-09	Garantir os carregamentos SIG/DN
17-10	Traduzir para língua portuguesa conteúdos do “NATO Master Catalogue of References for Logistics” (NMCRL)

Programa 18

Gerir os recursos da DGRDN

Unidade responsável – Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio/Divisão de Gestão Financeira, Recursos Humanos e Apoio Geral

Ações

18-01	Gerir os recursos financeiros da DGRDN
18-02	Gerir os recursos patrimoniais
18-03	Análise e Controlo da execução orçamental
18-04	Reportes Financeiros
18-05	Gestão de economato
18-06	Gerir os Recursos Humanos afetos à DGRDN
18-07	Contribuir para o desenvolvimento e motivação dos trabalhadores da DGRDN (Formação)
18-08	Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho na Administração Pública (SIADAP)
18-09	Modernização e simplificação administrativa da DGRDN
18-10	Prestar as informações que sejam solicitadas pelos diversos Serviços Centrais do MDN e Serviços da A.P.
18-11	Consultadoria

Programa 19

Acompanhar, analisar e controlar os Sistemas de Informação da DGRDN

Unidade responsável – Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio/Divisão de Gestão Financeira, Recursos Humanos e Apoio Geral

Ações

19-01	Gestão e Controlo de Pessoal
19-02	Sistema de Gestão de Documentos



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

19-03	Sistema de Informação e Gestão (SIG)
19-04	SIADAP (Informatização)
19-05	Base de Dados do Sistema de Informação de Organização do Estado (SIOE)
19-06	Gestão das Bases de Dados
19-07	Desenvolvimento de soluções informáticas
19-08	Gestão dos Sistemas de Informação

Programa 20

Análise Jurídica e Contratual no âmbito da DGRDN

Unidade responsável – Divisão de Análise Jurídica e Contratual

Ações

20-01	Contratação Pública no âmbito da Defesa
20-02	Legislação e Regulamentos em matérias específicas
20-03	Consultadoria

Programa 21

Apoiar o Serviço de Assistência Religiosa (Forças Armadas e de Segurança)

Unidade responsável – Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas e das Forças de Segurança

Ações

21-01	Atividades do SARFAFS em Portugal
21-02	Atividade internacional do SARFAFS
21-03	Atividades editoriais da SARFAFS

Programa 22

Gestão e Planeamento Estratégico da DGRDN

Unidade responsável – Gabinete de Gestão e Planeamento Estratégico

Ações

22-01	Análise e apreciação de documentos transversais à DGRDN
22-02	Ações externas da DGRDN

Programa 23

Coordenar a elaboração dos instrumentos de gestão estratégica da DGRDN e execução de matérias no âmbito organizacional

Unidade responsável – Gabinete de Assessoria Técnica à DIR

Ações

23-01	Controlo de execução da atividade da DGRDN
23-02	Divulgar e produzir informação de interesse da DGRDN
23-03	Estrutura de Pilotagem e Técnica no âmbito da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Programa 24

Fomentar a Educação Física e Desporto Militar

Unidade responsável – Comissão de Educação Física e Desporto Militar

Ações

24-01	Campeonatos Nacionais de Desporto Militar
24-02	Política Desportiva Militar
24-03	Torneios e Campeonatos Mundiais de Desporto Militar
24-04	Conselho Internacional de Desporto Militar (CISM)



GLOSSÁRIO*

Objetivos estratégicos – resultados globais a atingir pela DGRDN para o desempenho da sua missão (função social). Materializam-se no QUAR e no PA através de Programas.

Estratégia – meios e processos considerados pelo serviço para a prossecução dos objetivos definidos (orientações de gestão, recursos, distribuição de responsabilidades...).

Programa – conjunto interdependente de atividades e projetos (ações) com vista a alcançar um ou vários objetivos estratégicos previamente enunciados pela Direção-Geral.

Ação – modo ou processo de atuação (concreto, pragmático) dos programas, através da realização de projetos ou de diversos tipos de atividades. Enunciam-se para cada uma os resultados esperados a obter.

Atividade – conjunto de tarefas que concorrem articuladamente para a realização de um ou mais objetivos de cada serviço, que afeta recursos e possibilita identificar resultados.

Tipificação das atividades:

- *periódicas* (ocasionais; sazonais);
- *correntes* (rotineiras, de execução permanente e indispensáveis para a produção de serviços numa área pré determinada: jurídica, pessoal, contabilidade...);
- *manutenção* (de conservação e/ou apoio a serviços, equipamentos, programas informáticos (...)) concorrendo para o seu normal funcionamento).

Projeto – forma de ação ou processo organizativo temporário e delimitado no tempo (início/fim), que mobiliza recursos (humanos, financeiros materiais), possui um núcleo responsável criado para o efeito (gestor/equipa) e procura uma solução concreta e específica para uma necessidade (objetivos).

Os projetos distinguem-se normalmente das atividades (cf. anteriormente definidas) pela sua natureza, i. é., serem originados para um fim particular e possuírem um «ciclo de vida» (definição, concepção, planeamento, implementação, conclusão e avaliação).

A *complexidade dos projetos* é em regra “proporcional” ao grau crescente de envolvimento de diversos fatores, nomeadamente: meios (humanos, financeiros), duração prevista, organismos envolvidos, dificuldades de gestão e riscos previsíveis (bloqueios, constrangimentos, situações adversas).

Avaliação – apreciação (qualitativa e quantitativa) do grau de execução das ações, de acordo com os resultados esperados previamente enunciados.

QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilidade (Objetivos estratégicos e operacionais do serviço - Avaliação)

* Explicitação de conceitos aplicados nos Planos e Relatórios de Atividades da DGRDN



Atividades executadas (resultados)



PROGRAMA 01

Aperfeiçoar a Regulação do Sistema de RH



Programa 01

Aperfeiçoar a Regulação do Sistema de RH

Unidade responsável – *Direção de Serviços de Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação/Divisão de Assuntos Estatutários*

Ações

01-01 Estatuto dos Militares das Forças Armadas.

Objetivo

Realizar estudos, emitir pareceres e participar na preparação de projetos de diploma de desenvolvimento do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio.

Tipo de ação – Projeto **Natureza da ação** – ES

Outras entidades intervenientes – GabMDN/EMGFA/Ramos

Subações

1. Elaboração de diplomas regulamentares nos termos do Despacho n.º 86/2015, de 18 de junho, de S. Ex.ª o MDN..
2. Elaboração de pareceres no âmbito do EMFAR.

Resultados

Elaboração de parecer sobre o projeto de diploma que define a composição, competências, funcionamento e o processo eleitoral dos conselhos de classes da Marinha, adaptando à criação do posto de cabo-mor (Decreto-Lei n.º 29/2016, de 24 de junho).

Elaboração do projeto de Decreto-Lei que regula a carreira horizontal dos militares das Forças Armadas e acompanhamento do processo legislativo.

Elaboração de um estudo visando a elaboração do regime dos quadros especiais das áreas de saúde em articulação com o GABMDN, EMGFA e ramos das Forças Armadas;

Emissão de parecer sobre o projeto de Regulamento da Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas (Portaria n.º 301/2016, de 30 de novembro);

Emissão de parecer sobre o projeto de Portaria que altera a data de ingresso na categoria de praça do QP da Marinha (Portaria n.º 300/2016, de 29 de novembro);

Emissão de parecer sobre a proposta de Decreto-Lei que altera o Decreto-Lei n.º 130/2010, de 14 de Dezembro, (regime de contrato especial);

Parecer sobre projeto de Lei n.º 340/XIII/2ª, de 28 de outubro de 2016 - Proposta de alteração do EMFAR originária da CDU.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

01-02 Carreiras e Regime Estatutário do Pessoal Civil

Objetivo

Estudar, propor soluções no âmbito dos regimes de vinculação, de carreiras e regime retributivo do pessoal civil das Forças Armadas.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – ES

Outras entidades intervenientes – GabMDN/EMGFA/Ramos/serviços centrais do MDN

Subações

1. Elaboração de um projeto de diploma que consagra o regime do pessoal do ISN.
2. Emitir pareceres sobre os mapas de pessoal civil das Forças Armadas.

Resultados

Elaboração do projeto de Decreto-Lei que fixa o regime especial da carreira de tripulante das embarcações salva-vidas do Instituto de Socorros a Náufragos - Decreto-Lei n.º 37/2016, de 12 de julho;

Elaboração do projeto de Despacho MDN/MF sobre concursos da carreira de tripulante das embarcações salva-vidas do Instituto de Socorros a Náufragos;

Análise do Pedido de Parecer Prévio efetuado pelo Instituto Hidrográfico ao abrigo do Artigo 90.º n.º 1 da alínea e) do Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril, no âmbito do procedimento concursal para o respetivo mapa de pessoal (Divisão de Centro de Dados Técnico-Científicos);

Elaboração de pareceres relativos aos mapas de pessoal civil do EMGFA e IUM, Força Aérea e Exército;

Elaboração de um projeto de despacho que fixa o procedimento a observar pelos diferentes organismos tendo em vista a aprovação dos mapas de pessoal pela tutela.

01-03 Regime Estatutário do pessoal militarizado

Objetivo

Estudar, propor e monitorizar medidas no âmbito da aplicação do regime estatutário do pessoal militarizado da Marinha e da Polícia Marítima.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – ES

Outras entidades intervenientes – GabMDN/EMGFA/Ramos

Subações

1. Promover e coordenar estudos sobre a configuração e desenvolvimento das carreiras do pessoal militarizado.
2. Emitir pareceres sobre os mapas de pessoal militarizado.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Resultados

Emissão de parecer sobre o projeto de alteração da Portaria n.º 258/82, de 11 de março, que fixa os quantitativos dos efetivos de cada categoria dos grupos do quadro do pessoal militarizado da Marinha (QPMM) republicando-a.

Análise e informação do pedido de parecer prévio no âmbito do Concurso para ingresso no curso de formação de agentes da Polícia Marítima (artigo 68.º alínea d) da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro) – Utilização da reserva de recrutamento.

Emissão de parecer relativo às seguintes propostas da AMN:

- a) Projeto de portaria que aprova o QPPM – alteração do efetivo;
- b) Projeto de decreto-lei que visa alterar o Estatuto do Pessoal da Polícia Marítima;
- c) Projeto de despacho que regula o processo de promoção por distinção, previsto no Regulamento Disciplinar da Polícia Marítima.

Concurso para ingresso no Curso de Formação de Agentes da Polícia Marítima, iniciado através do Aviso n.º 14433/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 241, de 10 de dezembro de 2015, tendo sido autorizado, para 2016, o provimento de um total de 20 lugares na categoria de Agente Estagiário – Análise relativa à eventual utilização da restante reserva de recrutamento que não foi acionada em 2016 permanecendo válida até 13 de janeiro de 2018, nos termos conjugados do estatuído no Artigo 40.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua redação atual e do Artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 53/97, de 9 de dezembro.

A Emissão de parecer sobre a proposta de admissões de pessoal para o QPMM para o ano 2016.

01-04 Regimes Retributivos

Objetivo

Elaborar propostas e projetos relativos aos sistemas retributivos do pessoal militar, militarizado e civil das Forças Armadas e monitorizar a respetiva aplicação.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – ES

Outras entidades intervenientes – GabMDN/EMGFA/Ramos

Resultados

Não teve desenvolvimentos.

01-05 Suplementos, Subsídios, Gratificações e outros Abonos

Objetivo

Desenvolver e participar nos estudos relativos à revisão dos suplementos remuneratórios e abonos gerais e específicos atinentes à condição militar, adequando-os aos princípios



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

consagrados na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP).

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – ES
Outras entidades intervenientes –

Subações

1. Adaptação da atribuição de suplementos dos militares aos princípios consagrados no Decreto-Lei n.º 25/2015, de 06 de fevereiro.

Resultados

Não teve desenvolvimentos.

01-06 Diplomas de enquadramento superior da estrutura das Forças Armadas

Objetivo

Colaborar na elaboração de propostas e projetos regulamentares.

Tipo de ação – Projeto **Natureza da ação** – CAT
Outras entidades intervenientes – GabMDN/CCEM/Ramos/Outras entidades

Subações

1. Elaboração de um projeto de diploma que altere o regime de capacidade eleitoral passiva harmonizando-o com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 5/2015, de 29 de agosto, ao art.º 33.º da Lei de Defesa Nacional.

Resultados

Elaboração do projeto de Decreto-Lei que regula a concessão da licença especial aos militares que concorram às eleições para órgãos de soberania, de governo próprio das regiões autónomas e do Poder Local ou para o Parlamento Europeu e acompanhamento do processo legislativo.

Documento com o levantamento de tarefas decorrentes da aprovação do Conceito estratégico de defesa nacional, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 5 de abril.

01-07 Lei do Serviço Militar

Objetivo

Apreciar e elaborar propostas de alteração e aperfeiçoamento da LSM, respetivo Regulamento e demais legislação complementar.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – ES
Outras entidades intervenientes – GabMDN/EMGFA/Ramos

Resultados



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Não teve desenvolvimentos.

01-08 Representação do MDN na CIG

Objetivo

Assegurar a representação do MDN no Conselho Consultivo da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG).

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CIN

Outras entidades intervenientes – GabMDN/CIG/Equipa Interdepartamental para a Igualdade de Género e várias entidades

Subações

1. Acompanhar a implementação dos Planos Nacionais pelos organismos que integram a Equipa Interdepartamental para a Igualdade de Género do MDN.
2. Monitorização do Plano Sectorial de Ação para a Igualdade do MDN, aprovado por Despacho de 28Fev.2014, de S. Ex.^a a SEADN.

Resultados

Participação em todas as reuniões convocadas pela CIG no âmbito dos diversos Planos.

Realização de reuniões com a Equipa Interministerial para acompanhamento e monitorização das medidas programadas para 2016.

Elaboração da planificação para 2016 e de relatórios de monitorização semestral e de execução anual (2015) e posterior envio à tutela.

01-09 Representação do MDN no âmbito da RCSNU 1325

Objetivo

Coordenar, no âmbito do MDN, a operacionalização do II Plano Nacional de Ação para a Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança (2014-2018).

Assegurar a representação do MDN no Gabinete do Ministro da Presidência.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CIN

Outras entidades intervenientes – GabMDN/CIG/Equipa Interdepartamental para a Igualdade de Género/PNA 1325 e várias entidades

Subações

1. Representação do MDN no âmbito II PNA 1325, aprovado pela RCM n.º 50/2014, de 26 de agosto.
2. Acompanhamento da implementação do Plano pelo EMGFA, ramos e demais serviços envolvidos. Monitorização do Plano Setorial do MDN, aprovado por Despacho de 03Out.2014, de S. Ex.^a a SEADN.
3. Colaboração com o Gabinete.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Resultados

Participação em todas as reuniões convocadas.

Elaboração do planeamento de atividades para 2016, da respetiva monitorização semestral e elaboração do relatório de atividades referente ao ano 2015. Posterior envio à tutela.

Realização de reuniões de trabalho com o EMGFA e os ramos com vista à elaboração da documentação solicitada.

01-10 NATO Committee on Gender Perspectives (NCGP)

Objetivo

Assegurar a representação do MDN no Comité sobre Perspetiva de Género da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CII

Outras entidades intervenientes – GabMDN/NATO/EMGFA e Ramos

Subações

1. Responder às solicitações do NCGP e dos países-membros.
2. Preparação e envio do relatório anual.

Resultados

Representação do MDN na reunião do Comité, realizada no Quartel-general da NATO, em Bruxelas, de 31 de maio a 03 de junho.

Elaboração do relatório da atividade para posterior envio à tutela.

01-11 Apoio à elaboração de Legislação no âmbito dos RH

Objetivo

Colaborar na produção legislativa no âmbito dos recursos humanos da Defesa Nacional.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – EMGFA/Ramos/SGMDN/DGPDN

Subações

1. Elaboração de um projeto de DL que visa aprovar o regime jurídico dos adidos militares, dos cargos internacionais e das missões militares.

Resultados

Não teve desenvolvimentos.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

01-12 Apoio à elaboração de Legislação Orgânica e outros diplomas legais

Objetivo

Apoio aos Ramos, aos Órgãos e Serviços Centrais e aos organismos tutelados pelo MDN na elaboração e aperfeiçoamento da sua legislação orgânica e outros diplomas legais.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – GabMDN/EMGFA/SCS/Ramos

Resultados

Análise do projeto de Decreto-Lei n.º 3/2017, de 6 de janeiro -- Regime de Aposentação de Militares e Polícias;

Análise do pedido do Arsenal do Alfeite SA relativo à conversão de contratos de trabalho a termo certo em contratos de trabalho sem termo;

Análise do Projeto de Decreto-Lei referente à extinção da MM – Gestão Partilhada, E.P.E.;

Pedidos de Parecer Prévio relativos a processos de Cedências de Interesse Público para o Hospital das Forças Armadas (Pólo de Lisboa e Pólo do Porto);

Análise do projeto de alteração do Estatuto Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I.P., (IASFA);

Análise do regime de atribuição de Subsídio de Alimentação nas Messes Militares do Exército;

Portaria prevista no nº 11 do artigo 99º da Lei do Trabalho em funções públicas – mobilidade intercarreiras de trabalhador civil da Força Aérea.

01-13 Representação do MDN no âmbito das competências da DAE.

Objetivo

Assegurar a representação do MDN em comissões, grupos de trabalho e outros, no âmbito das suas competências específicas.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CIN

Outras entidades intervenientes –

Resultados

Representação do MDN nas reuniões da Secção Interministerial do Conselho Consultivo da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG).



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

01-14 | Audição das associações socioprofissionais

Objetivo

Participar em processos de audição das associações de militares e de militarizados em matérias relativas aos respetivos estatutos profissionais e de negociação coletiva com organizações representativas dos trabalhadores dos organismos dependentes do MDN.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – ES
Outras entidades intervenientes – GabMDN/EMGFA/Ramos

Subações

1. Realização de reuniões.
2. Elaboração de notas de reunião e de relatórios.
3. Atualização e divulgação dos dados relativos às Associações no portal da DGRDN e comunicação dos mesmos ao EMGFA e aos ramos.

Resultados

As subações 1 e 2 não tiveram desenvolvimentos.

Comunicação ao EMGFA e ramos das Forças Armadas dos dados relativos às Associações.

01-15 | Assessorias exteriores

Objetivo

Participar em ações inseridas no âmbito da cooperação bilateral instituída com países terceiros, no domínio das competências atribuídas à DSAEEQ.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CII
Outras entidades intervenientes – DGPDN

Resultados

Participação numa reunião de cooperação bilateral com o Brasil, através da realização de uma apresentação sobre Igualdade de Género.

01-16 | Regulamentação de Uniformes de Empresas de Segurança Privada

Objetivo

Dar parecer no âmbito do procedimento de aprovação dos modelos de uniforme das entidades autorizadas a prestar serviços de segurança privada.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT
Outras entidades intervenientes – MAI/Ramos

Resultados

Conclusão de 31 processos de aprovação/alteração do Modelo de Uniforme do Pessoal Vigilante das empresas de segurança privada.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

01-17 | Assistência Religiosa das Forças Armadas

Objetivo

Reestruturação do Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas e de Segurança (RCM n.º 26/2013) e respetivo acompanhamento.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – ES

Outras entidades intervenientes – GabMDN/SEADN, EMGFA, Ramos e MAI

Nota – Dependente de articulação com o MAI.

Subações

1. Prestar apoio técnico-jurídico ao Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas e Forças de Segurança.

Resultados

Emissão de parecer relativo à abertura de concurso para recrutamento de capelães;

Preparação e participação na reunião do Conselho consultivo da Assistência Religiosa realizada no dia 21 de setembro e elaboração da ata respetiva;

Elaboração de pontos de situação a remeter à tutela;

Análise de carta da Aliança Evangélica Portuguesa sobre discriminação religiosa nas Forças Armadas.

01-18 | Consultadoria

Objetivo

Apreciar requerimentos e exposições dos cidadãos em sede de procedimento administrativo no âmbito da área de atribuições da DAE.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CON

Outras entidades intervenientes – Ramos e várias entidades

Resultados

Verificação de requisitos de propostas de promoção por distinção, a título póstumo;

Pedidos de revisão/reintegração na carreira militar/reposicionamento remuneratório;

Transição de militarizados. Tabela Remuneratória única;

Pedidos de análise de preterições na passagem à situação de reserva;

Denúncia anónima - Regime remuneratório dos militares das Forças Armadas - cálculo da remuneração de reserva;



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Exposição Coletiva relativa a subsídio de residência;
Carta com pedido de revisão da carreira;
Requerimento com pedido de integração no quadro do pessoal civil militarizado do Exército;
Resposta ao requerimento apresentado um Sargento-mor PQ, na reserva, com pedido de reconstituição de carreira.

01-np | **Atividades/projetos não previstos**

Resultados

Análise da proposta de Lei do Orçamento do Estado de 2017;
Análise do projeto de Estatuto dos Militares da GNR;
Análise comparativa dos Estatutos dos Militares das Forças Armadas, GNR//Estatuto Profissional do Pessoal com Funções da Polícia de Segurança Pública.

Legenda (natureza das ações)

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.



PROGRAMA 02

**Promover o Aperfeiçoamento
do Sistema de Qualificação da
Defesa Nacional**



Programa 02

Promover o Aperfeiçoamento do Sistema de Qualificação da Defesa Nacional

Unidade responsável – Direção de Serviços de Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação/Divisão de Ensino e Qualificação

Ações

02-01	Formação Profissional nas Forças Armadas - Qualificação dos militares do RV/RC
-------	--

Objetivo

Conceber e implementar a reforma da Formação Profissional das Forças Armadas, de forma a potenciar a sua harmonização com os sistemas nacionais

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – EMGFA/Ramos/Entidades certificadoras e formadoras/ANQ/IEFP

Subações

1. Monitorizar os resultados das ações dos sistemas formativos das Forças Armadas;
2. Assegurar apoio técnico aos ramos nos processos de harmonização dos seus modelos formativos (direto ou por intermédio das estruturas técnicas nacionais);
3. Conceber e implementar sistemas de ensino a distância – E-Learning e B-Learning;
4. Contribuir para a alteração dos documentos legislativos que enquadram a formação profissional (EMFAR, LSM, RLSM, Regulamento de Incentivos, etc.);
5. Emitir pareceres técnicos sobre diplomas de alteração nos sistemas formativos nacionais.

Resultados

Foi efetuada a caracterização relativamente à formação profissional desenvolvida pelas FA, de forma a se obter um conhecimento mais detalhado acerca da existência de formação certificada nos ramos;

Elaborado o plano de atividades e respetivo cronograma para o triénio de 2017-2019 com os objetivos estratégicos relativos à certificação da formação dos militares em RV/RC;

Elaborada e apresentada uma proposta de política de Defesa Nacional ao nível da certificação da formação, de nível não superior, para os militares em RV e RC, de modo a obterem o ensino secundário e o nível 4 de qualificação profissional.

02-02 Certificação das Entidades formadoras do EMGFA e Ramos

Objetivo

Implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade da formação nas Entidades Formadoras da Defesa Nacional, tendo em vista a sua certificação.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – Ramos/ANQEP/DGERT/IEFP



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Subações

1. Fazer um levantamento dos processos e sistemas de certificação de entidades formadoras de âmbito nacional ou sectorial;
2. Desenvolver e apresentar uma proposta de configuração do sistema;
3. Desenvolver os trabalhos necessários à implementação e monitorização da Gestão da Qualidade nas entidades formadoras da Defesa Nacional.

Resultados

Elaborado um plano de atividades e respetivo cronograma para o triénio de 2017-2019, de modo a se concretizar com os objetivos estratégicos relativos à certificação da formação dos militares em RV/RC.

02-03 Profissões Regulamentadas no âmbito da Defesa Nacional

Objetivo

Assegurar a conceção e implementação das políticas sectoriais para as Profissões Regulamentadas.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – DGRDN\AMN\ISN\Outras entidades

Subações:

1. Assegurar a representação nas Comissões Técnicas para o Mergulho Profissional e Nadador-Salvador;
2. Acompanhar e providenciar o apoio técnico na conceção e elaboração do regime legal enquadrador;
3. Acompanhar a implementação e monitorização no âmbito das Profissões Regulamentadas da Defesa Nacional.

Resultados

Assegurada a representação do MDN na CTSA.

Assegurado o acompanhamento e aconselhamento técnico-jurídico no processo de regulamentação da Lei n.º 68/2014, de 29 de agosto.

Assegurado o acompanhamento técnico-jurídico relativo ao processo de revisão da Lei n.º 68/2014, de 29 de agosto.

02-04 Representação da Defesa nos Conselhos Setoriais para a Qualificação (Sistema Nacional de Qualificação – ANQEP)

Objetivo

Assegurar a representação da Defesa Nacional nos Conselhos Setoriais para a Qualificação considerados estratégicos para o EMGFA e Ramos.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – EMGFA e Ramos

Subações

1. Analisar todas as propostas que são objeto de discussão/aprovação em conselho;



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

2. Desenvolver e apresentar propostas no âmbito da Defesa Nacional

Resultados

Assegurada a representação e monitorização dos trabalhos realizados reuniões dos Conselhos Sectoriais para a Qualificação da ANQEP e análise das propostas de qualificação submetidas para a sua publicação no CNQ em estreita articulação com os Ramos das Forças Armadas.

02-05	Apoio à coordenação da implementação do Acordo de Cooperação Interministerial nas áreas de Educação e Formação no âmbito das Forças Armadas
--------------	--

Objetivo

Apoio à coordenação pela DGRDN das ações necessárias para a implementação do Acordo e consequente cumprimento dos objetivos neles assumidos.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – EMGFA/Ramos/ME/MTSS/ANQ/IEFP

Subações

1. Apoiar tecnicamente a Equipa de Coordenação do acordo;
2. Desenvolver proposta de plano de atividades para o ano de 2016;
3. Acompanhar o processo de implementação do acordo

Resultados

Elaborada e apresentada proposta de revisão do Acordo de Cooperação Interministerial nas Áreas de Educação e Formação no âmbito da Defesa Nacional, aprovado em 2014.

02-06	Representações do Ministério da Defesa Nacional no âmbito do Ensino e Qualificação
--------------	---

Objetivo

Assegurar a representação do MDN em comissões, grupos de trabalho e outros, no âmbito das suas competências específicas.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CIN

Outras entidades intervenientes –

Resultados

Realizadas reuniões na área do ensino e formação dos Ramos bem como com entidades responsáveis pelo sistema de formação profissional nacional no sentido de promover e agilizar os processos de certificação da formação ministrada nas Forças Armadas, bem como de potenciar o grau de certificação da formação ministrada.

02-07	Ensino Superior Público Militar
--------------	--

Objetivo

Potenciar a eficiência do sistema de ensino superior militar e a respetiva acreditação



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT
Outras entidades intervenientes – Universidades/MEC-DGES

Subações

1. Emissão de pareceres técnicos sobre o edifício legislativo e funcionamento do IUM e respetivas unidades orgânicas de ensino e ID&I, tendo em vista a sua acreditação;
2. Apoio técnico-jurídico na configuração do IUM;
3. Apoio técnico-jurídico na regulamentação nas matérias do ensino superior militar decorrentes da revisão do EMFAR.
4. Acompanhamento, monitorização e apoio técnico-jurídico do modelo de governação comum;
5. Assegurar o apoio técnico ao Conselho do Ensino Superior Militar.

Resultados

Assegurado o acompanhamento e aconselhamento técnico-jurídico no processo de regulamentação do DL 249/2015, de 28 de outubro.

Foi efetuado o acompanhamento das atividades inerentes à regulamentação no seguimento da aprovação do DL 249/2015, de 28 de outubro.

02-08 Ensino não Superior ministrado nas Forças Armadas

Objetivo

Acompanhar e monitorizar a implementação da reforma do ensino militar não superior ministrado nas Forças Armadas

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT
Outras entidades intervenientes – EMGFA\Ramos\MEC\Outras entidades

Subações

1. Acompanhar e providenciar o apoio técnico-jurídico ao processo de regulamentação dos EMEs (estatutos e regulamentos);
2. Acompanhar e monitorizar o funcionamento do ensino militar não superior;

Resultados

Recolhidos e analisados os principais indicadores estatísticos da oferta educativa do ensino básico e secundário nos Estabelecimentos Militares de Ensino (EMEs) e elaboração de relatórios técnicos sobre o modelo de ensino em vigor nos mesmos;

Efetuada o acompanhamento e monitorização dos resultados académicos obtidos nos EMEs.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

02-09	Coordenação nacional da iniciativa europeia de intercâmbio de oficiais durante a sua formação militar inicial "Erasmus Militar"
--------------	--

Objetivo

Assegurar a participação nacional nas reuniões internacionais, bem como a coordenação dos subsequentes trabalhos nacionais.

Tipo de ação – Projeto **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – EMGFA/Ramos/DGPDN/MNE

Resultados

Assegurada a representação e acompanhamento das reuniões efetuadas no âmbito do "Erasmus Militar".

02-10	Formação em organismos internacionais e estrangeiros
--------------	---

Objetivo

Proceder à divulgação de cursos promovidos por entidades internacionais e estrangeiras. Coordenar e providenciar a prévia marcação das vagas necessárias à participação em cursos, congressos, estágios e reuniões internacionais.

Divulgar a documentação respeitante a estas realizações (JSSG - Joint Service Sub-Group NTGWG/IT&ED - NATO Training Group / Individual Training and Education Developing NBC - Nuclear, Biological and Chemical)

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – DIV

Outras entidades intervenientes – EMGFA/Ramos/SG-MDN/DGPDN/CNPCE/outras

Subações

1. Elaboração do Plano Anual de formação;
2. Gestão dos pedidos de formação;
3. Desenvolvimento do estudo de avaliação da execução do processo

Resultados

Efetuada o planeamento e disseminação da oferta formativa das entidades formadoras NATO (NSO e NDC) para o ano 2017.

02-11	Representação Nacional em Organismos e Instituições internacionais no âmbito do Ensino e Qualificação
--------------	--

Objetivo

Assegurar a representação nacional no âmbito do Ensino e Qualificação.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – EMGFA e Ramos

Resultados

Assegurada a participação em reuniões e seminários na área do ensino e formação de modo a efetuar o acompanhamento das melhores práticas adotadas a nível nacional.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

02-12	Desenvolvimento de estudos temáticos sobre a participação das mulheres nas missões internacionais de apoio e manutenção de paz
--------------	---

Objetivo

Produzir informação que permita compreender o processo da integração das mulheres nas missões internacionais.

Tipo de ação – Projeto **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – DGRDN e Ramos das Forças Armadas

Subações

1. Definição do projeto de estudo;
2. Conceção dos instrumentos de recolha de informação;
3. Elaboração de relatório.

Resultados

O estudo sobre a participação das mulheres em missões internacionais, pretende produzir uma caracterização desta participação, numa perspetiva de evolução histórica da mesma, nomeadamente através do enquadramento nos teatros em que a mesma ocorreu, aferindo a evolução quantitativa do envolvimento das mulheres nas missões internacionais, numa perspetiva integrada relativamente às áreas onde as mulheres desempenharam funções.

Visa ainda analisar o envolvimento das mulheres numa ótica funcional relativamente à missão, isto é, identificando as razões que levam as militares do sexo feminino a participar em missões internacionais, assim como dar resposta à forma como os processos de integração decorrem. Concretizando, o estudo procura explicar, de que maneira a integração das mulheres é influenciada pelo tipo de funções desempenhadas, pelo tipo de vínculo com a instituição, pelo posto, pela cultura organizacional e pela família.

Neste sentido, foi elaborada a proposta de Estudo, definindo os objetivos pretendidos com o mesmo, tendo sido validada.

Na sequência da aprovação do estudo e dos seus objetivos, foi elaborados os indicadores e instrumentos adequados, dando origem a um inquérito que, após ser validado, foi aplicado a todo o universo identificado – 135 inquéritos elaborados e aplicados.

Neste momento, encontramos-nos na fase de tratamento dos dados para que possa ser elaborado o relatório contendo as conclusões alcançadas.

02-13	Regulamentação do nível 5 de nível superior no âmbito do processo formativo para ingresso na categoria de Sargentos.
--------------	---

Objetivo

Conceção e apoio técnico no processo de conceção, implementação, harmonização e monitorização do processo formativo na Categoria de Sargentos.

Tipo de ação – Projeto **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – EMGFA e Ramos das Forças Armadas



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Subações

1. Proceder à adaptação do DL 43/2014, que cria os Cursos de Técnico Superior Profissional (CTSP) à realidade do Ensino Superior Militar através da elaboração de Decreto-Lei que acautele as especificidades do Ensino Superior Militar.
2. Regulamentação orgânica da Unidade Politécnica Militar bem como dos Planos de Estudos dos novos Cursos de Formação de Sargentos, conferentes do nível 5 de qualificação superior, como requisito para o ingresso na categoria de Sargentos.
3. Implementar, harmonizar e monitorizar o processo de formação de ingresso na categoria de Sargentos fundado no nível 5 de qualificação superior.

Resultados

Assegurado o acompanhamento e aconselhamento técnico-jurídico no processo de regulamentação do DL 249/2015 e DL 43/2014.

Elaborada e apresentada proposta de diploma de criação da UPM e de CFS (CTSP).

02-14 Consultadoria

Objetivo

Elaborar informações, estudos e pareceres, preparar respostas a requerimentos, exposições e pedidos de informação, no âmbito do Ensino, Qualificação e Formação e certificação profissional, quando solicitados.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CON

Outras entidades intervenientes –

Resultados

Elaboradas informações sobre estudos e pareceres no âmbito do Ensino e Qualificação.

Legenda (natureza das ações)

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.



PROGRAMA 03

Recrutamento, Reservas e Efetivos Militares



Programa 03

Recrutamento, Reservas e Efetivos Militares

Unidade responsável – Direção de Serviços de Profissionalização do Serviço Militar/Divisão de Recrutamento e Efetivos Militares

Ações

03-01 Potenciar o desenvolvimento da política de recrutamento militar

Objetivo

Promover a harmonização e eficiência dos processos de recrutamento militar, através de uma crescente implementação do Órgão Central de Recrutamento e Divulgação.

Tipo de ação – Atividade corrente

Natureza da ação – CAT

Outras entidades intervenientes – Ramos das FA e Centro de Dados da Defesa.

Subações

1. Desenvolvimento de uma análise situacional dos processos associados ao recrutamento (configuração; estruturas; capacidades; necessidades; resultados);
2. Apoio à conceção e implementação do plano de atividades da Comissão de Planeamento e Coordenação do Recrutamento Militar;
3. Apoio à definição de uma política integrada de comunicação do serviço militar (vertente recrutamento: análise de conteúdo da atual mensagem de recrutamento);
4. Conceção de plataforma integrada de informação (e comunicação) associada ao recrutamento militar;

Resultados

Relativamente a esta atividade foram desenvolvidas todas as ações relacionadas com o estudo situacional (recolha e análise de informação) dos processos de recrutamento. Foi ainda estruturada a plataforma de informação associada ao recrutamento militar mas a sua execução foi adiada.

03-02 Promover o desenvolvimento da atividade do recrutamento normal, tendo em vista a satisfação das necessidades das Forças Armadas

Objetivo

Potenciar a obtenção de efetivos militares para o regime de voluntariado e de contrato

Tipo de ação – Atividade corrente

Natureza da ação – CAT

Outras entidades intervenientes – Ramos das FA.

Subações

1. Desenvolver um estudo sobre o potencial de atividade de cada ramo em termos profissionais (no âmbito da participação dos jovens no DDN);
2. Conceber e implementar processos de recolha e tratamento de informação associada às fases do recrutamento: da candidatura à incorporação (para avaliação de processos e de expectativas);
3. Promover a atualização do estudo das desistências/saídas dos militares RV/RC, nomeadamente no período de formação;
4. Assegurar o funcionamento dos processos de recurso das provas de classificação e seleção;



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

5. Emissão de pareceres técnicos relativos às propostas de admissão para o regime de voluntariado e de contrato;

Resultados

Foram desenvolvidos estudos de aferição do potencial de recrutamento dos ramos que se constituem como contributo para o desenvolvimento de um plano de comunicação.
Foram assegurados os processos de análise tendo em vista a obtenção das autorizações necessárias para a realização das admissões. Neste âmbito foram ainda apresentadas propostas (legislativas) de reconfiguração deste processo.
Foi também estruturado o projeto de recolha de informação: Profissionalização 360º, cuja implementação (em coordenação com os ramos) ocorrerá em 2017.

03-03 Recrutamento Especial

Objetivo

Contribuir para a melhoria do processo de recrutamento especial

Tipo de ação – Atividade corrente

Natureza da ação – CAT

Outras entidades intervenientes – DGRDN/DSAEEQ, ramos das FA e outras entidades.

Subações

1. Estudo situacional sobre os atuais processos de concurso (configuração e n.º de candidaturas);
2. Desenvolvimento de estudo de caracterização de perfil de candidaturas e perfil de incorporações (quem são; motivações; fatores de escolhas);
3. Colaborar na apreciação das propostas dos CEM de cada ramo das FA relativas ao número de vagas para admissão aos cursos, tirocínios ou estágios para ingresso nas várias categorias dos QP;

Resultados

Foram assegurados os processos de análise tendo em vista a obtenção das autorizações necessárias para a realização das admissões. Neste âmbito foram ainda apresentadas propostas (legislativas) de reconfiguração deste processo.
O estudo (de caracterização e motivações) não foi executado porque não houve acesso aos dados necessários.

03-04 Recrutamento Excecional

Objetivo

Estabelecer as linhas de orientação geral a adotar em caso de Recrutamento Excecional.

Tipo de ação – Atividade corrente

Natureza da ação – CAT

Outras entidades intervenientes – Ramos das FA e demais entidades com intervenção direta e indireta Recrutamento Excecional.

Subações

1. Promover a definição dos conceitos e dos processos que lhe estão associados;
2. Estudo situacional sobre necessidades/fontes de informação para sustentar a configuração do processo;



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Resultados

Foi desenvolvido o estudo situacional de suporte para a configuração do processo de operacionalização do recrutamento excecional (identificação de dados; de estrutura; configuração de base de dados de gestão).

03-05 Reserva de Recrutamento

Objetivo

Garantir o estudo dos dados da reserva de recrutamento e promover a sua atualização

Tipo de ação – Atividade corrente

Natureza da ação – CAT

Outras entidades intervenientes – Centro de dados da defesa; Ramos das FA; outros ministérios

Subações

1. Manter atualizado o estudo sobre a reserva de recrutamento (configuração quantitativa e qualitativa).

Resultados

A reserva de recrutamento foi carregada.
Foi desenvolvido um processo que permita a sua análise e disponibilização (controlada) para efeitos de operacionalização da divulgação da profissão militar.

03-06 Reserva de Disponibilidade

Objetivo

Conceber e gerir um sistema de informação sobre a reserva de disponibilidade com base nos dados fornecidos pelos ramos das Forças Armadas

Tipo de ação – Atividade corrente

Natureza da ação – CAT

Outras entidades intervenientes – Ramos das FA; centro de dados da defesa

Subações

1. Identificar a informação (e as fontes da mesma) necessária à gestão da reserva de recrutamento e promover a sua integração e atualização;
2. Desenvolver um estudo de caracterização da reserva de recrutamento (configuração qualitativa e quantitativa) que forneça contributos para a gestão de Recursos Humanos e apoiar o desenvolvimento da política de reinserção profissional;

Resultados

Esta ação não foi devidamente desenvolvida porque os dados não estão integrados (pelos Ramos) numa base de dados.
O que se fez foi preparar (em termos concetuais) a sua configuração no âmbito do processo de gestão e monitorização dos efetivos militares.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

03-07 Monitorização dos Efetivos Militares

Objetivo

Promover a atualização permanente do registo de efetivos do pessoal das Forças Armadas, nos diferentes regimes, situações e formas de prestação de serviço. Comparar os efetivos autorizados através de diploma legal com os efetivos existentes. Proceder à análise estatística dos efetivos militares.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – EMGFA e Ramos

Subações

1. Assegurar a existência de procedimentos de monitorização trimestral dos efetivos militares;
2. Desenvolvimento de estudos situacionais e evolutivos sobre os efetivos militares que contribuam para o diagnóstico de necessidades de admissão;
3. Conceção e implementação de uma plataforma integrada de gestão, tratamento e divulgação da informação sobre efetivos militares.

Resultados

Os processos de monitorização e análise de dados foram devidamente desenvolvidos. Ao mesmo tempo foi configurado todo um novo processo de carregamento, gestão e disponibilização de informação que, se for aprovado, será implementado em 2017.

03-08 Planeamento das Forças no âmbito da NATO

Objetivo

Colaborar com a DGPDD, EMGFA e Ramos no âmbito do ciclo de planeamento das forças, nomeadamente através da participação nas respetivas reuniões de trabalho.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – DGPDN, EMGFA e Ramos

Subações

1. Representação da DGPRM nas atividades relacionadas com a NATO Annual Defense Review - DPQ.

Resultados

Atividade executada nos termos que estão definidos para o efeito.

03-09 Desenvolvimento de estudos situacionais e prospetivos sobre o modelo de profissionalização do serviço militar

Objetivo

Promover a sustentabilidade do modelo de profissionalização do serviço militar

Tipo de ação – Atividade corrente

Natureza da ação – CON

Outras entidades intervenientes – Ramos; entidades académicas externas; outras unidades orgânicas da DGRDN



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Subações

1. Desenvolvimento de estudos no âmbito do Dia da Defesa Nacional que permitam:
 - Monitorizar a atratividade do evento e contribuir para a sua melhoria;
 - Caracterizar a relação dos jovens com as Forças Armadas (representações) e medir a atratividade da profissional militar;
2. Estudo de caracterização sociodemográfica dos militares do Regime de Contrato e de satisfação com percurso profissional desenvolvido;
3. Promover um debate interno sobre problemas, desafios e potencialidades da profissionalização do serviço militar;
4. Contribuir para o desenvolvimento de um repositório estruturado de informação sobre a profissionalização do serviço militar, tendo em vista a promoção do seu tratamento;

Resultados

Foi desenvolvido o estudo de monitorização do DDN e de caracterização das representações/atitude dos jovens face às Forças Armadas;

Foi desencadeado o estudo de caracterização sociodemográfica e caracterização organizacional dos militares RC, até à fase de carregamento dos dados em base de dados. Como houve atraso na aplicação nos ramos a elaboração do relatório final passou para o primeiro trimestre de 2017, assim como todo o debate que lhe está associado.

03-10 Consultadoria

Objetivo

Elaborar informações, estudos e pareceres, bem como preparar respostas a requerimentos, exposições e pedidos de informação, no âmbito do Recrutamento Militar, quando solicitados.

Tipo de ação – Atividade corrente

Natureza da ação – CON

Outras entidades intervenientes –

Resultados

Foram respondidas todas as solicitações neste domínio, sejam de outras entidades públicas ou mesmo da tutela.

Legenda (natureza das ações)

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.



PROGRAMA 04

Deveres Militares



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Programa 04

Deveres Militares

Unidade responsável – Direção de Serviços de Profissionalização do Serviço Militar/Divisão dos Deveres Militares

Ações

04-01 | Gestão operacional do Dia da Defesa Nacional

Objetivo

Assegurar a concretização das medidas de política no âmbito dos Deveres Militares.
Otimizar o modelo do Dia da Defesa Nacional.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – Comissão para o Planeamento e Conceção do Dia da Defesa Nacional.

Subações

1. Supervisão e coordenação da 12.^a edição do DDN.
2. Planeamento da 13.^a edição do DDN.
3. Apoio técnico e administrativo-logístico à Comissão para o Planeamento e Conceção do DDN.
4. Supervisionamento da execução do DDN.

Resultados

Foi estabelecido 1 protocolo de cooperação no âmbito do Dia da Defesa Nacional, na área do programa e conteúdos do DDN.

Foram realizadas reuniões da Comissão para o Planeamento e Conceção do DDN e foi organizada uma Reunião de Coordenação com os Comandantes das Unidades onde estão sediados os Centros de Divulgação do DDN e com os representantes das parcerias institucionais na área dos conteúdos.

Foi elaborado o planeamento da 13.^a edição do DDN que terá lugar em 30 localidades do país, iniciando-se a 09 de janeiro e decorrerá até 07 de dezembro, envolvendo 136 499 cidadãos e 40 unidades militares dos 3 ramos das Forças Armadas.
No âmbito da supervisão da execução do DDN foram realizadas 94 visitas aos diferentes Centros de Divulgação do DDN.

Foi realizada uma experiência piloto em 12ago16 (Vila Real) para cidadãos emigrantes portugueses de férias em Portugal.

Foi realizada uma experiência piloto em 19 e 20ago16 (Rio de Janeiro) para cidadãos portugueses residentes no Rio de Janeiro.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

04-02 | Gestão do processo de Convocação

Objetivo

Assegurar a gestão do processo de convocação dos cidadãos para o DDN.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes: Ramos das FA e demais entidades previstas na Matriz dos *Stakeholders* do OCR.

Subações

1. Preparação e envio para o Centro de Dados da Defesa dos dados necessários para a edição dos Editais de Convocação.
2. Envio dos Editais de Convocação para afixação nos locais legalmente previstos.
3. Publicação *online* dos Editais de Convocação e sua atualização.
4. Disponibilização digital das Requisições de Transporte.
5. Produção e envio via correio das cartas recordatórias.

Resultados

Com base nos dados de identificação e registo civil procedeu-se ao recenseamento de 136 499 cidadãos nascidos em 1998 (110 mil residentes no continente, 7 mil nas ilhas e 19 mil no estrangeiro sendo 69 mil masculinos e 65 mil femininos) e que foram convocados para cumprir o dever militar de comparência ao Dia da Defesa Nacional na 13.^a edição.

Para a preparação da 13.^a edição do DDN não foram impressos Editais de Convocação, tendo estes sido gerados em pdf por uma aplicação criada para o efeito que os enviou, por correio eletrónico, para cada um dos 308 municípios, salvaguardando-se assim a desmaterialização de procedimentos prevista no âmbito do Plano Funcional do OCRD. Concomitantemente, os editais foram disponibilizados online (conforme previsto), tendo sido consolidado a disponibilização dos editais online dinâmicos e interativos.

No ano de 2016 relativo à 12.^a edição do DDN, foram impressas e enviadas 116 676 cartas recordatórias

04-03 | Gestão do Sistema de Transportes

Objetivo

Assegurar o transporte para o DDN.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes: Secretaria-Geral do MDN, ramos das FA e outras entidades.

Subações

1. Supervisionamento do Sistema de Transportes.
2. Colaboração no preparo de eventual procedimento de ajuste direto ou concursal para a contratualização de serviços de transporte.
3. Coordenação da implementação do sistema de requisição de transporte digital.
4. Elaboração do Plano de Transportes para o DDN 2016.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Resultados

No âmbito do planeamento para a 12.^a edição do DDN promoveu-se uma racionalização do sistema de transportes tendo como foco uma gestão mais sustentável acomodando as diretivas do Roteiro Nacional de Baixo Carbono (RNBC), conforme determinadas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 93/2010, de 26 de Novembro, seguindo a orientação estratégica Europeia na sequência da elaboração do Roteiro Europeu de Baixo Carbono. No mesmo sentido procurou-se promover a mobilidade sustentável, em particular através do uso do transporte público afeto às redes rodoviárias e ferroviárias locais mediante a utilização da Requisição de Transporte (introduzida na 10.^a Edição).

Desta forma, 22% dos 116 676 cidadãos convocados passaram a apresentar-se diretamente nos Centros de Divulgação, 41% passaram a ter direito a requisição de transporte e apenas 37% foram transportados de autocarro da sede do município para o local de convocação através de operadora contratada centralmente pela DGRDN.

A implementação da Requisição de Transporte tornou necessária a articulação com várias transportadoras de âmbito nacional e local, designadamente, Área Metropolitana de Lisboa, Porto e Braga, Zona do Algarve – EVA, Instituto de Mobilidade Terrestre, ANTROP e ARP. Dado o sucesso desta iniciativa e procurando promover a desmaterialização da Requisição de Transporte, obviando a necessidade de envio desta ao cidadão junto com a carta recordatória, numa estratégia de redução de custos, foi consolidada a aplicação online capaz de, mediante a solicitação do cidadão, gerar as Requisições de Transporte em pdf e enviá-las para o endereço eletrónico do cidadão. Este sistema entrou em funcionamento na 11.^a edição do DDN.

Em termos de execução orçamental a implementação das Requisições de Transporte correspondeu a 129 345,00€ e o sistema de transporte baseado em autocarro 360 400,00€.

Ao nível do planeamento do Sistema de Transporte para 2017, manteve-se o sistema implementado na 12.^a edição, 30 locais de convocação. Assim, dos 117 810 cidadãos convocados 22% passam a apresentar-se diretamente no local de convocação, 41% recorrem a Requisição de Transporte e 37% a autocarro.

04-04 Administração dos recursos humanos alocados às Equipas de Divulgação

Objetivo

Enquadrar e gerir os recursos humanos alocados às Equipas de Divulgação.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes: Ramos das FA.

Subações

1. Gestão dos divulgadores no âmbito das jornadas do DDN.
2. Gestão da formação dos divulgadores.
3. Apoio administrativo-logístico aos divulgadores.

Resultados

Foram constituídas 5 Equipas de Divulgação que dinamizaram as jornadas nos 5 circuitos criados para a 12.^a edição (Alfa, Bravo, Charlie Delta e Echo). Durante toda a atividade foi garantido o apoio administrativo-logístico aos divulgadores.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

No mês de dezembro foi dada formação aos divulgadores nas áreas dos conteúdos e comportamentais.

04-05 | Gestão dos Centros e Núcleos de Divulgação

Objetivo

Planear, coordenar e supervisionar o processo administrativo-logístico dos locais de divulgação.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes: Ramos das FA.

Subações

1. Coordenação e monitorização do apoio logístico das U/E/O às atividades do DDN.
2. Coordenação e supervisão do apoio logístico das U/E/O aos divulgadores.
3. Gestão dos bens e serviços necessários ao funcionamento dos locais de divulgação.

Resultados

Foi garantida a coordenação e monitorização efetiva do apoio logístico das U/E/O às atividades do DDN.

Foi garantida a coordenação e supervisão efetiva do apoio logístico das U/E/O aos divulgadores.

Em todo o tempo foi garantido o apoio em bens e serviços necessários ao funcionamento dos locais de divulgação.

04-06 | Monitorização e supervisão do Programa do DDN

Objetivo

Promover a atualização dinâmica do Programa do DDN, bem como a sua supervisão pedagógica.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT e outras

Outras entidades intervenientes: Ramos das FA e demais entidades previstas na Matriz dos *Stakeholders* do OCR.

Subações:

1. Monitorização dos instrumentos de recolha de informação, especialmente os suportados na utilização da plataforma tecnológica em uso no DDN (*tablets*), que permitam em tempo útil conhecer e avaliar o modo diário de funcionamento das jornadas, bem como as incidências e ocorrências verificadas.
2. Supervisão pedagógica da edição em curso, presencialmente e remotamente através das ferramentas indicadas em 1.
3. Estudo, planeamento e proposta de um Plano de Melhorias em conformidade com o sistema de qualidade a implementar.

Resultados

Foi consolidada a aplicação que permite recolher um conjunto de indicadores relativamente



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

ao decurso das atividades do DDN. No final do dia estes indicadores são enviados para a DGRDN, sendo depois objeto de análise para posterior envio para os ramos das FA e parceiros institucionais.

04-07 Estabelecimento de Parcerias

Objetivo

Potenciar a participação de entidades e instituições não-militares no âmbito da Defesa Nacional nas jornadas do DDN.
Promover a adesão à participação económica e/ou financeira de parceiros exteriores ao âmbito da Defesa Nacional na ótica de uma redução de custo e otimização dos resultados.

Tipo de ação – Atividade corrente

Natureza da ação – CAT

Outras entidades intervenientes: Ramos das FA e demais entidades previstas na Matriz dos Stakeholders do OCR.

Subações:

1. Conceção e produção de um *portfolio* com informação sobre as atividades do DDN, dirigido às parcerias não-militares no âmbito da Defesa Nacional.
2. Conceção e produção de uma brochura contendo os indicadores principais (estatística do universo abrangido, experiências anteriores e casos de sucesso, etc) com relevo para parceiros externos, bem como um “caderno de encargos tipo relativo à sua participação.
3. Promoção e negociação da participação das entidades referidas.

Resultados

Durante o ano de 2016 foi formalizado 1 protocolo de cooperação com a Câmara Municipal de Sintra.

04-08 Controlo do cumprimento do dever militar de comparência ao DDN

Objetivo

Assegurar o processo de controlo do cumprimento do dever militar de comparência ao DDN.

Tipo de ação – Atividade corrente

Natureza da ação – Execução.

Outras entidades intervenientes: Ramos das FA.

Subações

1. Controlo das presenças ao DDN.
2. Emissão de Cédulas Militares.

Resultados

No que respeita à taxa de cumprimento da 12.ª edição do DDN, levando em consideração que foram recenseados 136 499 estiveram presentes ao DDN 99 893 cidadãos (73,2%), foram dispensados 10720 (7,9%) e Isentos 373 (0,3%) a taxa de cumprimento foi de 81,4%.

No âmbito do controlo de presenças efetuado nos Centros de Divulgação do DDN, foram emitidas 99 893 Cédulas Militares às quais se terá de somar as 11 575 emitidas a nível de BackOffice (Dispensas e 2ª Vias) o que corresponde a 111 468 Cédulas



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

04-09 | Gestão da situação militar dos cidadãos

Objetivo

Assegurar a tramitação dos processos de adiamento, dispensa e isenção à comparência no DDN em conformidade com o estipulado na Lei do Serviço Militar, respetivo regulamento e demais legislação complementar.

Tipo de ação – Atividade corrente

Natureza da ação – Execução.

Outras entidades intervenientes: Ramos das FA e Comissão Nacional dos Objetores de Consciência.

Subações

1. Gestão dos pedidos de adiamento ao DDN.
2. Gestão dos pedidos de dispensa do DDN.
3. Acompanhamento dos pedidos de atribuição do estatuto de objetor de consciência.
4. Gestão dos cidadãos faltosos assegurando a análise dos motivos apresentados e marcação de novas datas.
5. Emissão de declarações de situação militar e de 2.ª via da cédula militar.
6. Atualização dos dados dos cidadãos sujeitos aos deveres militares.

Resultados

Em 2016, ao nível do BackOffice foram tratados 29454 processos relativos à 12.ª edição do DDN (mais 4 666 que o ano anterior), de acordo com a seguinte distribuição:

- Processos de Dispensa: 10 720 (+4 321)
- Processos de Adiantos: 5453 (-1 537)
- Emissão de Cédulas Militares: 11 575 (+3 459)
- Emissão de Declarações de Situação Militar: 473 (-99)
- Processos de Isenção de Deveres Militares: 852 (-270)
- Foram dadas respostas a 20 797 emails (ddn@defesa.pt) (-948)
- O Call-Center do Balcão Único da Defesa/DDN cumpriu a sua missão de atendimento telefónico e presencial:
 - 13 446 chamadas atendidas (- 3974 – taxa de tratamento de 92%(+3%))
 - 11 444 atendimentos presenciais (+ 74).

04-10 | Gestão do sistema de atendimento no âmbito dos deveres militares

Objetivo

Assegurar a uniformização de procedimentos no âmbito do atendimento relacionado com os deveres militares em conformidade com o estipulado na Lei do Serviço Militar, respetivo regulamento, demais legislação e normas técnicas em vigor.

Tipo de ação – Atividade corrente

Natureza da ação – Execução.

Outras entidades intervenientes: Ramos das FA; Instituto Português do Desporto e da Juventude; Comissão Nacional dos Objetores de Consciência.

Subações

1. Garantir a atualização das Normas Técnicas no âmbito do atendimento relativo aos deveres militares.
2. Divulgação das Normas Técnicas.
3. Solicitar ao Centro de Dados da Defesa a atribuição de permissões de acesso ao SIPORG.
4. Propor atualizações ao SIPORG no âmbito dos deveres militares.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

5. Implementação de atualizações ao nível dos procedimentos eletrónicos no âmbito do atendimento dos deveres militares.

Resultados

Durante 2016 foi supervisionada a atividade de atendimento ao público efetuada ao nível do Balcão Único da Defesa sendo emanadas um conjunto de diretivas por e-mail com o intuito de uniformizar o atendimento.

Foram efetuados os pedidos de permissão de acesso ao SIPORG necessários mediante requerimento da DGRDN e por necessidades de serviço interno ou por solicitação do Centro de Recrutamento da Armada, do Exército, e Força Aérea).

Por indefinição do SI a vigorar (SIPORG vs SIGRHV) não foi efetuada qualquer atualização às Normas Técnicas, nem qualquer divulgação das mesmas.

04-11	Simplificação de procedimentos e desmaterialização de processos no âmbito do DDN
--------------	---

Objetivo

Melhorar a qualidade de serviços prestados ao cliente nos processos atinentes ao DDN.

Tipo de ação – Projeto **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes: Ramos das FA e demais entidades previstas na Matriz dos Stakeholders do OCR.

Resultados

Ao nível do atendimento foi consolidada a desmaterialização do processo de registo e arquivo de correspondência, passando esta a ser registada e tratada através da Gestão Documental:

- Registada no NPA – 5926 (+143)
- Regista na DDM (resultante de email) – 4617 (+1835)

Ao nível do atendimento foi consolidado a desmaterialização do processo de emissão das Requisições de Transporte e o processo de emissão e envio dos Editais de Convocação para os Municípios.

Foi desenvolvida a medida Simplex para desmaterialização da Cédula Militar para entrar em vigor a 01jan2017.

04-12	Cooperação no âmbito do Dia da Defesa Nacional com organizações e entidades nacionais e internacionais
--------------	---

Objetivo

Representação da DGRDN em ações de cooperação no âmbito dos processos relacionados com os deveres militares.

Tipo de ação – Atividade corrente

Natureza da ação – CII e CIN

Outras entidades intervenientes – Ramos das FA e demais entidades com intervenção direta nos macroprocessos do Serviço Militar no Quadro de Gestão Estratégica do OCR.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Resultados

A DSPSM participou ainda em reuniões com os Adidos Militares sempre que solicitado.

04-13 Consultadoria

Objetivo

Elaborar informações, estudos e pareceres, bem como preparar respostas a requerimentos, exposições e pedidos de informação, no âmbito do DDN, quando solicitados.

Tipo de ação – Atividade corrente

Natureza da ação – CON

Outras entidades intervenientes –

Resultados

Neste ano foi prestada toda a colaboração, sempre que solicitado, nas áreas transversais a esta Direção-Geral.

Legenda (natureza das ações)

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.



PROGRAMA 05

Sistema de Incentivos e Reinserção Profissional



Programa 05

Sistema de Incentivos e Reinserção Profissional

Unidade responsável – Direção de Serviços de Profissionalização do Serviço Militar/Divisão de Incentivos e Reinserção Profissional

Ações

05-01 | Gestão estratégica do processo de Apoio à Fase de Transição

Objetivo

Assegurar a concretização das medidas de política no âmbito da Reinserção Profissional. Elaborar e propor documentos estruturantes, com linhas de orientação estratégica, relativos ao processo de Reinserção Profissional.

Tipo de ação – Atividade corrente

Natureza da ação – CAT

Outras entidades intervenientes – Ramos das FA.

Subações

1. Implementar um pólo do CIOFE na cidade do Porto.
2. Garantir a existência de Recursos Humanos para implementação de uma nova equipa no pólo do Porto.

Resultados

Projeto suspenso por decisão superior.

05-02 | Adequação dinâmica do sistema de incentivos à realidade conjuntural

Objetivo

Monitorizar a aplicação do Regulamento de Incentivos, assegurando a sua adequação às características do seu público-alvo e a toda a legislação com que se inter-relaciona.

Tipo de ação – Atividade corrente

Natureza da ação – CAT

Outras entidades intervenientes – DSAEEQ; Ramos das FA; Entidades Formadoras; Entidades Empregadoras; Organizações não-governamentais; Consultoras; IEFEP, IP; ANQEP, IP; Ramos; Ministério da Educação; Ministério da Economia e Emprego;

Subações

1. Análise dos impactes no Regulamento de Incentivos das alterações legislativas que ocorram em matérias com ele conexas.
2. Promoção de ações de divulgação dos incentivos junto do público-alvo.
3. Divulgação de Normas de Orientação Técnica relativamente à aplicação do Regulamento de Incentivos junto dos Ramos das FA.
4. Desenvolvimento de ações de (in)formação sobre os incentivos em U/E/O militares.

Resultados

Efetuar-se 43 ações de divulgação dos serviços do CIOFE. Foram realizados 40 workshops sobre o Regulamento de Incentivos abrangendo, 1775 militares e ex-militares do



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

RC.
Foi elaborada uma nova proposta do RIPSM enviada à tutela a 06 de outubro a coberto do ofício n.º 9230.

05-03	Potenciação das qualificações dos militares e ex-militares do Regime de Contrato
--------------	---

Objetivo

Contribuir para que a formação adquirida pelos militares na formação inicial, ao longo do seu percurso profissional ou no final da prestação do serviço militar seja rentabilizada.

Tipo de ação – Atividade corrente

Natureza da ação – CAT

Outras entidades intervenientes – DSAEEQ, Entidades Formadoras; Entidades Empregadoras; Organizações não-governamentais; Consultoras; IEFP, IP; ANQEP, IP; Ramos; Ministério da Educação; Ministério da Economia e Emprego.

Subações

1. Garantir o acesso dos militares e ex-militares do RC a ações de formação certificada pertencentes ao Sistema Nacional de Qualificações, assentes em Unidades de Formação de Curta Duração disponibilizadas por entidades parceiras que recorrem aos Fundos Sociais Europeus.
2. Garantir o acesso a formações especializadas que conferem acesso a certificações para o desenvolvimento de determinadas atividades profissionais (profissões regulamentadas).
3. Organização de formação comportamental que permita potenciar a empregabilidade.
4. Divulgar os apoios à obtenção de habilitações académicas.
5. Protocolar com entidades formadoras e instituições de ensino superior, condições mais vantajosas no acesso a formação.

Resultados

Foram efetuadas 15 UFCDs que totalizaram 625 horas de formação e abrangeram 326 formandos em duas áreas: Línguas Estrangeiras e Recursos Humanos.
Há ainda a considerar o significativo incremento do n.º de horas de formação certificada disponibilizada (cerca de 37,7% mais horas de formação face a 2015) que confere acesso a uma certificação profissional. Foi assim possibilitado o acesso a mais 2677 horas de formação distribuídas por áreas como a Qualificação de Vigilante, Certificado de Aptidão Motorista, entre outras.

Foram realizados os seguintes workshops:

- Workshop “Superior Aqui Vou Eu!” – Concluí o Secundário e Agora?
- Workshop “Queres Completar o Ensino Secundário?” – Como posso concluir o Ensino Secundário?
-

Complementarmente foram ainda realizadas as seguintes ações de sensibilização e formação:

- LinkedIn – Vem aprender a otimizar o teu perfil!
- Workshop Europass – Vem aprender a construir o teu CV Europeu
- Defesa JobCamp - Dedicado ao desenvolvimento de estratégias de procura de emprego
- Parâmetros Legais da Profissão de Vigilante/Segurança Privado
- Workshop Guarda-Costas – Queres saber o que o que precisas para ser vigilante de proteção e acompanhamento pessoal?
- Trabalhar na NATO e UE – Queres trabalhar para a NATO ou UE?(2 edições)



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Foram estabelecidos 14 protocolos com instituições do ensino superior e recolhidas 183 novas candidaturas ao subsídio do pagamento de propinas.

05-04 Implementação dos novos serviços do CIOFE decorrentes da sua promoção a Centro de Qualificação para o Ensino Profissional (CQEP)

Objetivo

Alargar a atividade do CIOFE à área de Reconhecimento, Validação e Certificação de competências.

Tipo de ação – Projeto

Natureza da ação – CAT

Outras entidades intervenientes – DSAEEQ; Ramos das FA; Entidades Formadoras; Entidades Empregadoras; Organizações não-governamentais; Consultoras; IEFP, IP; ANQEP, IP; Ministério da Educação; Ministério da Economia e Emprego.

Subações

1. Adequação das instalações do CIOFE à atividade de CQEP.
2. Formação e estabilização da equipa CIOFE de forma a garantir o cumprimento dos resultados estipulados pela ANQEP, I.P.
3. Divulgação do CIOFE enquanto CQEP junto dos ramos das FA.
4. Constituição da capacidade de itinerância do CIOFE.

Resultados

Foi contratada uma técnica-superior para desenvolver a área de orientação e aconselhamento de carreira.

05-05 Fomento do empreendedorismo junto dos militares e ex-militares

Objetivo

Incentivar o autoemprego como estratégia de apoio à fase de transição.

Tipo de ação – Atividade corrente

Natureza da ação – CAT

Outras entidades intervenientes – Ramos das FA; Entidades Formadoras; Entidades Empregadoras; Organizações não-governamentais; Consultoras; IEFP, IP; ANQEP, IP; Ministério da Educação; Ministério da Economia e Emprego.

Subações

1. Implementação da Segunda Edição do programa *Defesa Empreende*.
2. Alargamento do programa *Defesa Empreende* a outras entidades parceiras.
3. Promoção da instalação dos Centros de Incubação Empresarial da Defesa em Lisboa e no Porto.

Resultados

No âmbito do apoio à criação do próprio emprego foi implementada a 2.ª edição do programa «Defesa empreende». Este programa destinado a fomentar o empreendedorismo junto dos militares e ex-militares do RC, foi lançado no dia 15 de janeiro. Seguiram-se 16 ações de divulgação e a produção e envio de 200 cartazes para as diferentes U/E/O e serviços de emprego e formação do IEFP. Recolheram-se 42 candidaturas das quais foram selecionadas



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

para irem a júri 39.

Antes da avaliação das ideias foi disponibilizado aos promotores sessões de preparação. Nesse sentido, antes da apresentação diante de um júri foram efetuadas sessões de preparação em Lisboa, nas instalações da Start-up Lisboa, e no Porto, no Centro de Apoio Social (CAS) do Porto. Decorrentes das sessões de júri foram aprovados 28 projetos com destino à fase de capacitação. Nesta fase que decorreu em instalações do Instituto de Apoio Social das Forças Armadas (IASFA) participaram 16 projetos em Lisboa (CAS Oeiras) e 12 projetos no Porto (CAS Porto). Finda a fase de capacitação decorreram novamente sessões de júri que resultaram na passagem de 15 projetos para a fase seguinte. Destes projetos que continuam em acompanhamento, 8 continuam ativos, 2 projetos pediram a suspensão do apoio por gravidez das promotoras, 5 desistiram e 2 projetos da edição anterior continuam em acompanhamento (ver Relatório Intercalar - Defesa Empreende 2016, 2.ª edição).

Organizou-se ainda um curso denominado «Da ideia ao Negócio» nas instalações do CIOFE.

05-06 Cooperação no âmbito da Reinserção Profissional com organizações e entidades nacionais e internacionais

Objetivo

Representação da DGPRM em ações de cooperação no âmbito dos processos relacionados com a Reinserção Profissional.

Tipo de ação – Atividade corrente

Natureza da ação – CII e CIN

Outras entidades intervenientes – Ramos das FA e demais entidades com intervenção direta no macroprocesso Reinserção Profissional previstas no Quadro de Gestão Estratégica do OCR.

Resultados

Em desenvolvimento.

05-07 Consultadoria

Objetivo

Elaborar informações, estudos e pareceres, bem como preparar respostas a requerimentos, exposições e pedidos de informação, no âmbito da Reinserção Profissional, quando solicitados.

Tipo de ação – Atividade corrente

Natureza da ação – CON

Outras entidades intervenientes –

Resultados

66 pareceres elaborados.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

05-np	Atividades/projetos não previstos
--------------	--

Resultados

Preparação da proposta de um Decreto-Lei que institui Regimes de Contrato de Duração variável enviado à tutela a 6 de outubro a coberto do ofício n.º 9230
--

Legenda (natureza das ações)

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.



PROGRAMA 06

Comunicação Integrada para o Serviço Militar



Programa 06

Comunicação Integrada para o Serviço Militar

Unidade responsável – Direção de Serviços da Profissionalização do Serviço Militar

Ações

06-01 Estruturação da Comunicação Integrada para o Serviço Militar

Objetivo

Estruturar e inserir organicamente o estudo, planeamento, coordenação e execução da promoção e divulgação da temática da Defesa Nacional, das Forças Armadas e do Serviço Militar segundo uma ótica de comunicação integrada.

Tipo de ação – Projeto **Natureza da ação** – CAT e outras

Outras entidades intervenientes – Ramos das FA e demais entidades previstas na Matriz dos Stakeholders do OCRD.

Subações

1. Atualização e revisão parcelar do Plano de Comunicação integrada para o Serviço Militar

Resultados

Foi elaborada e apresentada uma proposta global (não executada porque as verbas não foram disponibilizadas a tempo).

06-02 Criação do Repositório Estruturado de Informação

Objetivo

Conceber a estrutura, e estabelecer através de estudo, as formas de operacionalização de um repositório estruturado de informação sobre o serviço militar que permita apoiar e documentar as atividades de comunicação relativas ao serviço militar, contribuindo em extensão para o apoio à decisão.

Tipo de ação – Projeto **Natureza da ação** – CAT e outras

Outras entidades intervenientes – Ramos das FA e demais entidades previstas na Matriz dos Stakeholders do OCRD.

Subações

1. Conceção e entrada em produção da Plataforma de Comunicação Integrada
2. Conceção e entrada em produção da Plataforma técnica e operacional
3. Interligação dos números 1 e 2 com o Repositório Estruturado de Informação

Resultados

Entrou em produção a Plataforma de Comunicação Integrada.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

06-03 Criação da Identidade Visual para o Serviço Militar

Objetivo

Aumentar a visibilidade do Serviço Militar caracterizando-o, positivamente junto aos públicos-alvo, num contexto de coerência transversal aos seus intervenientes institucionais.

Tipo de ação – Projeto **Natureza da ação** – CAT e outras

Outras entidades intervenientes – Ramos das FA e demais entidades previstas na Matriz dos Stakeholders do OCRD.

Subações

1. Conceção e produção de peças de aplicação da IV para o SM (Kit de uso geral – folder+suporte usb)

Resultados

Foi criada a IV básica (cores, logotipo e aplicações) para o Serviço Militar.

06-04 Comunicação Externa – Canal Web – Portal do Serviço Militar

Objetivo

Potenciar a visibilidade e o conhecimento sobre o Serviço Militar, através de informação direcionada aos públicos-alvo no domínio externo, disponibilizando cumulativamente novos serviços, em canais de comunicação suportados na utilização da internet.

Tipo de ação – Projeto **Natureza da ação** – CAT e outras

Outras entidades intervenientes – Ramos das FA e demais entidades previstas na Matriz dos Stakeholders do OCRD, público em geral.

Subações

1. Conceção do sitio web “DDN”.
2. Conceção e entrada em produção da página DDN na rede social Facebook.

Resultados

Entrou em produção a página do DDN na rede social Facebook.

06-05 Comunicação Interna – Corporate tv

Objetivo

Promover e potenciar o conhecimento interno dos macroprocessos do Serviço Militar no Quadro de Gestão Estratégica do OCRD

Tipo de ação – Projeto **Natureza da ação** – CAT e outras

Outras entidades intervenientes – Ramos das FA e demais entidades com intervenção direta nos macroprocessos do Serviço Militar no Quadro de Gestão Estratégica do OCRD.

Subações

1. Conceção e produção do canal Dia da Defesa Nacional da Corporate TV

Resultados



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Entrou em produção o canal de Corporate TV - Dia da Defesa Nacional com distribuição para os 5 centros em funcionamento simultâneo.

06-06 | Comunicação interna/externa – Boletim informativo “Serviço Militar”

Objetivo

Promover e potenciar o conhecimento interno e externo dos macroprocessos do Serviço Militar no Quadro de Gestão Estratégica do OCRD

Tipo de ação – Projeto **Natureza da ação** – CAT e outras

Outras entidades intervenientes – Ramos das FA e demais entidades com intervenção direta nos macroprocessos do Serviço Militar no Quadro de Gestão Estratégica do OCRD, público em geral.

Subações:

1. Conceção, edição e produção de 12 edições mensais do boletim de notícias “SERviço MILITAR” (versões webletter e pdf).

Resultados

Foi concluída a fase de conceção do boletim, incluindo a sua remodelação segundo as normas básicas de Identidade Visual para o Serviço Militar entretanto definidas.

06-07 | Cooperação no âmbito da Comunicação Integrada para o Serviço Militar com organizações e entidades nacionais e internacionais.

Objetivo

Representação da DGRDN em ações de cooperação no âmbito da Comunicação Integrada para o Serviço Militar.

Tipo de ação – Atividade corrente

Natureza da ação – CII e CIN

Outras entidades intervenientes – Ramos das FA e demais entidades com intervenção direta nos macroprocessos do Serviço Militar no Quadro de Gestão Estratégica do OCRD.

Resultados

Início de estudo sobre a inclusão da CIG nas atividades do DDN.

06-08 | Consultadoria

Objetivo

Elaborar informações, estudos e pareceres no âmbito da Comunicação para o Serviço Militar, quando solicitados.

Tipo de ação – Atividade corrente

Natureza da ação – CON

Outras entidades intervenientes – Ramos das FA e demais entidades com intervenção direta nos macroprocessos do Serviço Militar no Quadro de Gestão Estratégica do OCRD



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Resultados

Foram executados os pareceres relativos à revisão da imagem gráfica do DDN (logotipo e identificação de CDDNs)
--

Legenda (natureza das ações)

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.



PROGRAMA 07

Promover o Aperfeiçoamento do Sistema de Saúde Militar



Programa 07

Promover o Aperfeiçoamento do Sistema de Saúde Militar

Unidade responsável – Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais/Divisão de Saúde Militar

Ações

07-01 Consolidação do novo Sistema de Saúde Militar

Objetivo

Participar, colaborar e desenvolver os estudos necessários à reestruturação da Saúde Militar.

Tipo de ação – Projeto **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – Ramos e EMGFA (DIRSAM/HFAR)

Subações

1. Participação no estudo de medidas de política de Saúde Militar e acompanhamento da respetiva implementação
2. Monitorização das atividades desenvolvidas pelas várias estruturas que integram o Sistema de Saúde Militar (SSM)
3. Caracterização quantitativa e qualitativa dos recursos da Saúde Militar, através do Sistema de Informação da Saúde Militar
4. Acompanhamento da aplicação do Protocolo celebrado entre o MDN e o MS relativamente ao internato médico, desenvolvendo as atividades cometidas neste âmbito ao MDN
5. Promoção da articulação entre o SSM e o Serviço Nacional de Saúde, bem como com entidades públicas e privadas no âmbito da saúde

Resultados

Recolha e desenvolvimento de suportes de informação estatística no domínio da Saúde Militar e prestação de contributos para o Anuário Estatístico da Defesa Nacional neste domínio

Acompanhamento da aplicação do Protocolo celebrado entre o MDN e o MS relativamente ao internato médico, desenvolvendo as atividades cometidas neste âmbito ao MDN, designadamente no que concerne à avaliação das necessidades formativas, mudanças de áreas de especialização de internos, de estabelecimentos de colocação e de suspensão do internato médico para satisfação de necessidades de âmbito operacional

Elaboração de projeto de revisão do Protocolo celebrado entre o MDN e o MS relativamente ao internato médico (em apreciação na ACSS)

Participação em reuniões e prestação de contributos sobre o novo regime de faturação e liquidação de encargos praticado nos estabelecimentos do SSM e sobre o fornecimento aos DFA de produtos de apoio, dispositivos médicos e medicamentos pelo Laboratório Militar

Análise e prestação de contributos relativamente à Pergunta nº 505/XIII/2ª “Carência de pessoal na Unidade de Tratamento Intensivo de Toxicodependências e Alcoolismo das Forças Armadas”

Análise e parecer sobre pedidos de cedência de interesse público para movimentação de



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

médicos de hospitais EPE do SNS para o HFAR

07-02 | Vigilância Epidemiológica

Objetivo

Cooperação Civil-Militar em matéria de Saúde Pública, com vista ao conhecimento, prevenção, deteção e controlo de doenças que, pelas características epidemiológicas, constituem sérios riscos para o pessoal das FFAA e dos Serviços e demais estruturas do MDN, podendo comprometer a missão.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CIN

Outras entidades intervenientes – INEM, DGS, IPS, INFARMED, SNPC, CVP, SNB, RAutónomas, EMGFA (DIRSAM/HFAR), Ramos

Subações

1. Acompanhamento do SINAVE (Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica)
2. Promoção da cooperação com entidades parceiras em situações de pandemia

Resultados

Sem desenvolvimento

07-03 | Divulgação de informação sobre a Saúde Militar

Objetivo

Assegurar a divulgação de informação no domínio da saúde militar e respetiva atualização no Portal da DGRDN.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – DIV

Outras entidades intervenientes –

Subações

1. Atualização da informação acerca do Sistema de Saúde Militar Português no “ALMANAC of Medical Corps Worlwide”, publicado pelo Medical Corps International Forum
2. Divulgação de informação remetida por entidades internacionais pelos diversos interessados
3. Atualização dos conteúdos no domínio da Saúde Militar no Portal da DGRDN
4. Clipping de informação noticiosa acerca da Saúde Militar

Resultados

Atualização da informação acerca do Sistema de Saúde Militar Português no “ALMANAC of Medical Corps Worlwide”, publicado pelo Medical Corps International Forum

Divulgação de informação remetida por entidades internacionais, designadamente sobre ações de formação, pelos diversos interessados, principalmente EMGFA e Ramos

Atualização da informação relativa ao FSM/CPLP constante do link *Saúde Militar* do sítio do SPAD/DGPDN



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

07-04 Grupo OTAN/Saúde

Objetivo

Acompanhamento da doutrina da OTAN imposta pelo novo conceito estratégico da Aliança com base na experiência e conhecimento adquiridos através da participação nos vários Grupos de Trabalho da OTAN no âmbito da Saúde Militar.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CIN
Outras entidades intervenientes – Ramos

Subações

1. Coordenação da representação da SM no Plenário do COMEDS
2. Coordenação da representação da SM no MMSG
3. Coordenação da representação da SM no MMSOPWG
4. Coordenação da representação da SM no NBCMEDWG
5. Coordenação da representação da SM no MEDSTDWG
6. Coordenação da representação da SM no âmbito da Cooperação Civil-Militar

Resultados

Acompanhamento da doutrina OTAN no domínio da Saúde Militar, através da sistematização da informação, e coordenação da representação portuguesa no Plenário do Committee of Medical Chiefs (COMEDS)

07-05 Normalização na área da Saúde

Objetivo

Participação no processo de ratificação e acompanhamento da implementação dos STANAG's da área da Saúde Militar.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CIN
Outras entidades intervenientes – EMGFA, Ramos

Subações

1. Elaboração de pedidos de parecer a enviar aos Ramos e preparar processos para ratificação do DGRDN
2. Atualização da base de dados relativa aos STANAG's
3. Organização do Arquivo de documentação relacionada com a OTAN, no âmbito da SM
4. Coordenação da atividade inerente à custódia do STANAG 2908 – *Preventive Measures for an Occupational Health Programme*

Resultados

Elaboração de pedidos de parecer a enviar aos Ramos e preparação dos processos para ratificação do DGRDN, através da elaboração de informações.

07-06 Quadros Especiais das áreas da Saúde

Objetivo

Desenvolver e participar em estudos com vista a regulamentar o regime dos quadros especiais das áreas da saúde, nomeadamente no que respeita ao recrutamento, ensino e formação nas



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

áreas da Saúde Militar.

Tipo de ação – Projeto **Natureza da ação** – CAT
Outras entidades intervenientes –DCRE

Subações

Participação no GT que estudou a regulamentação das carreiras dos quadros especiais das áreas de Saúde nas Forças Armadas, elaboração de diversos documentos e prestação de apoio técnico-jurídico ao GT

Resultados

Participação no GT que estudou a regulamentação das carreiras dos quadros especiais das áreas de Saúde nas Forças Armadas, elaboração de diversos documentos e prestação de apoio técnico-jurídico ao GT na preparação das reuniões e dos restantes trabalhos

07-07 Representação da SM a nível internacional fora do âmbito da OTAN

Objetivo

Colaborar na definição das políticas da Saúde Militar fora do âmbito da OTAN.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CII
Outras entidades intervenientes – DGPDN, EMGFA, Ramos das FA

Subações

1. Organização e participação no III Fórum de Saúde Militar da CPLP e coordenação da atividade desenvolvida por este Fórum, que incluiu a proposta de um projeto de Regimento Interno e de uma projeto de Estratégia da CPLP para a Saúde Militar
2. Colaboração em ações de cooperação técnico-militar no domínio da saúde
3. Participação na atividade do CIMM (Comité Internacional da Medicina Militar) e acompanhamento da sua atividade

Resultados

Organização e participação no III Fórum de Saúde Militar da CPLP e coordenação da atividade desenvolvida por este Fórum

Participação na elaboração do projeto de Regimento Interno e da Estratégia da CPLP para a Saúde Militar

Preparação e realização da visita dos delegados do FSM/CPLP ao Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência

Participação na elaboração da Proposta de Programa de Intercâmbio de Militares para Formação e Investigação em Saúde Militar (apresentada no III FSM/CPLP) e no respetivo Plano de Formação para 2017, em articulação com o EMGFA/DIRSAM

Análise das candidaturas recebidas no âmbito do Plano de Formação para 2017 e prestação de apoio administrativo durante o processo

Prestação de esclarecimentos relativamente ao pedido de concessão de vagas de formação apresentado pela República da Guiné-Bissau



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Colaboração em ações de cooperação técnico-militar no domínio da saúde, designadamente em reuniões na DGPDN

Participação no Congresso anual do CIMM (Comité Internacional da Medicina Militar) e acompanhamento da sua atividade

Participação no GT - Seguro de Saúde para militares em CTM (coordenação da DGPDN)

Prestação de contributo no domínio da Saúde Militar para a VI reunião de cooperação estratégica Portugal-Brasil

Prestação de contributos no domínio da Saúde Militar no âmbito das relações bilaterais (Paraguai, Ucrânia, Argélia, Turquia, Grécia, Tunísia, Reino Unido e Cuba)

07-08 Participação em Comissões e GT no âmbito da Saúde Militar

Objetivo

Participação nas reuniões e atividades decorrentes de diferentes Comissões e Grupos de Trabalho (GT) em representação do MDN ou DGRDN/MDN, designadamente:

- Conselho Supremo da Cruz Vermelha Portuguesa.
- Estrutura Coordenadora de Assuntos Ambientais.
- Grupo Multisectorial VIH/SIDA.
- Conselho Nacional do Internato Médico.
- Conselho Nacional para a Infecção VIH/SIDA.
- Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA.
- Comissão Técnica de Acompanhamento da Reforma da Saúde Mental.
- Comissão Técnica do Conselho Interministerial para os Problemas das Drogas, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool e Subcomissões
- Fórum Nacional Álcool e Saúde

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CIN

Outras entidades intervenientes –

Resultados

Participação em Comissões e Grupos de Trabalho no âmbito da Saúde Militar, em representação do MDN ou DGRDN, designadamente:

- Conselho Supremo da Cruz Vermelha Portuguesa
- Conselho Nacional do Internato Médico
- Conselho Nacional para a Infecção VIH/SIDA
- Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA
- Comissão Técnica de Acompanhamento da Reforma da Saúde Mental
- Comissão Técnica do Conselho Interministerial para os Problemas das Drogas, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool e respetivas Subcomissões
- Fórum Nacional Álcool e Saúde



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

07-09 | Saúde Mental

Objetivo

Estudar e propor medidas de política de saúde mental. Colaborar na definição das políticas de apoio aos portadores de stress pós-traumático de guerra. Acompanhar a execução dos protocolos celebrados entre o MDN e as ONGs no âmbito da RNA. Participar no Projeto de “Redesenho do Processo de Qualificação como DFA”. Participar na implementação de um “Centro de Recursos em Stress”.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CIN

Outras entidades intervenientes – Ramos e entidades civis

Subações

1. Participação na Equipa de Projeto para o “Redesenho do Processo de Qualificação como DFA”
2. Acompanhamento da implementação da Reforma da Saúde Mental – Plano Nacional de Saúde Mental (participação nas reuniões da Comissão Técnica de Acompanhamento)
3. Acompanhamento da atividade da Rede Nacional de Apoio (RNA) aos portadores de perturbação psicológica crónica resultante da exposição a fatores traumáticos de stress durante a vida militar e prestar apoio técnico à CNA
4. Acompanhamento da execução dos protocolos celebrados entre o MDN e as ONGs (Ass. de Antigos Combatentes) no âmbito da RNA
5. Revisão da metodologia de acompanhamento dos protocolos com as ONG’s com vista à implementação de procedimentos comuns no preenchimento da Proposta de Orçamento e dos Relatórios de Atividades

Resultados

Participação na Equipa de Projeto para o “Redesenho do Processo de Qualificação como DFA”

Implementação do “Centro de Recursos em Stress em Contexto militar”, (CRSCM) designadamente através do estabelecimento de parcerias científicas com Centros de Investigação de Universidades, firmadas através de protocolos/acordos de cooperação

Acolhimento e orientação científica de estágio curricular no âmbito do CRSCM

Apreciação e prestação de contributos relativamente a projeto de protocolo a celebrar entre a DGRDN e estabelecimentos de ensino superior, no âmbito do CRSCM

Acompanhamento da implementação da Reforma da Saúde Mental – Plano Nacional de Saúde Mental, nomeadamente através da participação nas reuniões da Comissão Técnica de Acompanhamento

Acompanhamento da atividade da Rede Nacional de Apoio (RNA) aos portadores de perturbação psicológica crónica resultante da exposição a fatores traumáticos de stress durante a vida militar

Acompanhamento da execução dos protocolos celebrados entre o MDN e as ONGs (Ass. de Antigos Combatentes) no âmbito da RNA, elaboração de informações e prestação de apoio técnico-jurídico ao Presidente da CNA

Revisão da metodologia de acompanhamento dos protocolos com as ONG’s com vista à implementação de procedimentos comuns no preenchimento da Proposta de Orçamento e dos Relatórios de Atividades – estudo de novos critérios



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

07-10	Coordenação do Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas
--------------	--

Objetivo

Presidir e coordenar o Grupo Coordenador para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – ES

Outras entidades intervenientes – Ramos/PJM, EMGFA (CISMIL, DIRSAM, HFAR, UTITA, UMT), ESSM/UEFISM, MS/SICAD

Subações

1. Apoio à coordenação do novo Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas (PPCACDFA)
2. Desenvolvimento de trabalhos atinentes à implementação do PPCACDFA
3. Elaboração e apresentação superior do PA e RA anuais e monitorização das respetivas atividades
4. Participação em ações de formação
5. Realização de informações, estudos, propostas e pareceres técnicos e jurídicos no âmbito dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas FFAA
6. Implementação de mecanismos de avaliação do PPCACDFA, tendo em vista o aperfeiçoamento das medidas preconizadas, o ajustamento das atividades e a melhoria dos resultados obtidos
7. Promoção do intercâmbio e a cooperação com organismos institucionais responsáveis pela definição de políticas no âmbito da Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências
8. Acompanhamento das iniciativas no âmbito do Fórum Nacional Álcool e Saúde, nomeadamente as assumidas na sequência da assinatura da Carta de Compromisso

Resultados

Prestação de apoio ao Grupo Coordenador do novo Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas (PPCACDFA), nomeadamente nas reuniões

Elaboração de novas matrizes para o Plano de Atividades (PA) e Relatório de Atividades (RA) do PPCACDFA, após recolha de contributos das entidades envolvidas

Elaboração e apresentação superior do PA e RA anuais, após recolha e análise crítica dos contributos das entidades envolvida, e monitorização das respetivas atividades

Conceção de um Plano de comunicação do PPCACDFA

Realização de palestra de divulgação do PPCACDFA no Campo de Tiro da Força Aérea

Coordenação pedagógica do Curso de Operadores de Prevenção de Alcoolismo e Toxicodependências (COPATD)

Ações de formação sobre o PPCACDFA ministradas em 2 edições do COPATD

Participação em eventos científicos no âmbito dos Comportamentos Aditivos e Dependências, nomeadamente no Congresso SICAD e no Encontro RHARA

Articulação com entidades e parceiros internos (SG/MDN) e externos (Fundação Calouste Gulbenkian) às Forças Armadas, com vista à organização e realização das “I Jornadas de Defesa & Saúde”, elaboração do respetivo programa e convite dos palestrantes



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Implementação de mecanismos de avaliação do PPCACDFA, tendo em vista o aperfeiçoamento das medidas preconizadas, o ajustamento das atividades e a melhoria dos resultados obtidos

Cooperação com organismos responsáveis pela definição de políticas no âmbito da Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências, designadamente com o SICAD, através de reuniões

Acompanhamento das iniciativas no âmbito do Fórum Nacional Álcool e Saúde, nomeadamente as assumidas na sequência da assinatura da Carta de Compromisso, participação nas reuniões e apresentação de relatório final ciclo 2014-16

Participação no estudo de reestruturação do Curso de Operadores de Prevenção de Alcoolismo e Toxicodependência (COPATD)

07-11 Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho (SHST)

Objetivo

Colaborar com a SG/MDN na definição, organização e implementação de um serviço de SHST destinadas à prevenção de riscos profissionais e à promoção da saúde dos trabalhadores da DGRDN, enquadrado na legislação em vigor.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – SG/MDN

Subações

1. Participação na organização das atividades de SHST destinadas aos trabalhadores da DGRDN
2. Participação em ações de formação/informação/sensibilização no âmbito da SHST

Resultados

Participação na organização das atividades de SHST destinadas aos trabalhadores da DGRDN

Participação em ações de formação, informação e /sensibilização no âmbito da SHST

Análise da transposição de Diretiva da UE sobre campos eletromagnéticos e necessidade de norma derogatória para as Forças Armadas

07-12 Consultadoria

Objetivo

Consultadoria técnica e jurídica em matéria de saúde militar.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CON

Outras entidades intervenientes –



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Resultados

Análise e contributos relativamente ao Acordo Coletivo de Emprego Público para os médicos civis do HFAR

Prestação de contributos para o doc. “Orientação e Linhas de Ação Governativa na Área da Defesa Nacional (2017-19)

Prestação de esclarecimentos sobre as Tabelas gerais de inaptidão e incapacidade para prestação de serviço militar e inexistência de discriminação na sua aplicação

Análise e prestação de contributos relativamente à PLOE 2017

Elaboração de respostas a solicitações institucionais ou de particulares relativas a pedidos de assistência médica no HFAR ou de utentes da RNA

Análise e prestação de contributos relativamente à proposta de lei – Lei de Saúde Pública

Análise e prestação de contributos sobre o projeto de decreto-lei que aprova o regime da formação profissional na Administração Pública

Análise e prestação de contributos relativamente ao projeto de diploma que cria o Fundo de Inovação, Tecnologia e Economia Circular

Apreciação do projeto de DL sobre Execução Orçamental

Representação e prestação de contributos nos trabalhos conducentes à aplicação do Classificador documental MEF na DGRDN, no âmbito da DSM

Apreciação e prestação de contributos relativamente ao projeto de diploma que aprova o Estatuto da GNR, no que concerne às carreiras da saúde

Análise do projeto de RCM que aprova o Programa “Capacitar a Indústria Portuguesa”

Análise do projeto de RCM que autoriza a Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública a contrair empréstimos

Análise e prestação de contributos sobre proposta de lei que aprova o regime jurídico de promoção da segurança e saúde no trabalho

Apreciação do projeto de DL que aprova o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios

Análise de projeto de decreto-lei sobre o funcionamento e esquema de benefícios da ADSE

Apreciação do projeto de diploma relativo ao regime jurídico do ensino do português no estrangeiro

Apresentação da missão, competências e atividades da DSM no âmbito do “Plano de Estágio Adidos” – Timor, Marrocos, Moçambique, Turquia, Brasil e França

Esclarecimento do direito aplicável e promoção da igualdade, justiça e imparcialidade,

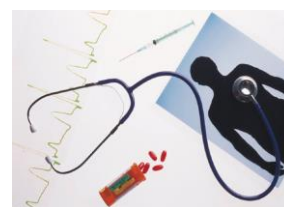


Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

contribuindo para aproximar a Administração ao cidadão
--

Legenda (natureza das ações)

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.



PROGRAMA 8

**Fomentar o Bem-Estar Social dos RH,
apoiar os Deficientes Militares
e os Antigos Combatentes**



Programa 8

Fomentar o Bem-Estar Social dos RH, apoiar os deficientes militares e os antigos combatentes

Unidade responsável – Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais/Divisão de Assuntos Sociais e Apoio aos Deficientes Militares e Antigos Combatentes

Ações

8-01	Medidas de política de proteção social
------	--

Objetivo

Estudar, conceber e propor as medidas de política de proteção social dirigidas aos militares das FA e avaliar os respetivos impactos

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – MFinanças/MSESSocial/Ramos

Subações

1. Acompanhar as alterações legislativas na área da proteção social

Resultados

Foram elaboradas a n//informação n.º 1109, de 28/06/2016, e n/nota interna n.º 1951, de 26/10/2016, com a análise do projeto de Decreto-Lei sobre o Regime de Aposentação de Militares e Polícias;

Participação nos trabalhos desenvolvidos em sede do projeto de diploma respeitante ao regime de reforma de militares – PDL323/2016.

8-02	Ação Social Complementar e assistência na doença aos deficientes militares
------	--

Objetivo

Conceber e propor medidas, no âmbito dos regimes da segurança social, da ação social complementar e da assistência na doença, que contribuam para a melhoria das condições de vida dos deficientes militares

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CON

Outras entidades intervenientes – IASFA/Ramos

Resultados

Apreciação crítica da proposta de alteração ao DL n.º 193/2012, de 23 de agosto, que aprova a orgânica do IASFA, I.P.;

Desenvolvimento de diligências junto dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, no âmbito das vicissitudes decorrentes da implementação da receita eletrónica, visando a salvaguarda do regime especial aplicável a deficientes militares, constante da Portaria n.º



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

1034/2009, de 11 de setembro;

Elaboração de contributos para a reunião sobre Sistema de Saúde Militar – Implementação do regime de faturação e liquidação de encargos da prestação de cuidados de saúde: «Regime de faturação do SSM/Fornecimento de produtos de apoio, dispositivos médicos e medicamentos a DFA»;

Apreciação crítica da proposta de Plano de Atividades para o ano de 2017, do IASFA;

Apreciação crítica do PDL337/2016, que procede à criação da ADSE, I.P.;

Promoveu-se a adoção de medidas necessárias para a melhoria do bem-estar social da dos ex-militares que têm processo por acidente/doença a decorrer para a qualificação de DFA, nomeadamente junto da Ação Social da Área da residência de alguns ex-militares;

Foram efetuados contactos com os diversos departamentos dos Ramos, HFAR, Caixa Geral de Aposentações e Centro Nacional de Pensões, seguindo de perto a evolução do percurso dos referidos processos;

Foram, ainda, efetuados 839 atendimentos telefónicos.

8-03 Reabilitação dos deficientes militares

Objetivo

Estudar, conceber e propor as políticas de reabilitação dos deficientes das Forças Armadas (DFA) e avaliar os respetivos impactos; assegurar a atualização permanente dos dados de caracterização dos deficientes militares, tendo em conta os indicadores de incapacidade e deficiência definidos no âmbito da OCDE.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – ES

Outras entidades intervenientes – Ramos/Associações

Subações

1. Implementação do Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares (PADM)
2. Assegurar, em articulação com as entidades fornecedoras de dados (Ramos; IASFA, I.P./ADM CGA), o sistema de informação de suporte à base de dados dos deficientes militares
3. Prosseguir estudo que promova a codificação dos vários regimes visando a elaboração do Estatuto do Deficiente Militar
4. Coordenar o processo de monitorização das medidas inscritas na “Estratégia e Guidelines para a Deficiência 2015-2020” (ENDEF), da responsabilidade do MDN

Resultados

Elaborado pedido de esclarecimento à CGA, respeitante aos critérios e práticas da junta médica no âmbito da atribuição do subsídio para readaptação de habitação;

Elaboração de informação de suporte para os técnicos do Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares (PADM): «Quadro de Direitos e Benefícios dos Deficientes Militares»;

Entrada em funcionamento da Linha de Apoio ao Deficiente Militar (LADM), funcionando das 8H00 às 20H00, tendo sido efetuados 160 atendimentos telefónicos;



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Elaborada nota de divulgação da LADM;

Elaboração de informação de suporte para os técnicos do PADM: «Deficientes Militares - Quadro de Apoios disponíveis, Entidades responsáveis e Mecanismos de acesso»;

Proposta de medida para atribuição de subsídio para adaptação de habitação;

Apreciação crítica do Regulamento de atribuição de apoio financeiro extraordinário a deficientes militares em situação de carência económica;

Atendimento de deficientes militares no âmbito da LADM, preenchimento e encaminhamento de ficha de sinalização de deficientes militares para os técnicos de serviço social;

Participação na Jornada de Trabalho da Equipa de Implementação;

Elaboração do projeto de despacho com vista à aprovação da versão revista do «Manual do processo de qualificação como DFA para Antigos Combatentes no Ex-ultramar», bem como de excerto, a integrar, respeitante às «Especificidades dos processos de qualificação DFA de ex-militares do recrutamento ultramarino».

8-04 Qualificação de deficientes das Forças Armadas

Objetivo

Apreciar e elaborar as propostas de decisão dos processos instruídos com fundamento em qualquer dos factos previstos no n.º 2 do artigo 1.º do Decreto -Lei n.º 43/76, de 20 de janeiro.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CON

Outras entidades intervenientes – Ramos/HFAR

Resultados

Foram analisados, juridicamente, um total de 469 processos;

Atendimento telefónico de 839 ex-militares com processos para qualificação de DFA em curso.

8-05 Participação em Comissões e GT no âmbito dos Assuntos Sociais

Objetivo

Participar nas reuniões e atividades das diversas Comissões e GT, em representação do MDN ou DGRDN, bem como coordenar as da sua responsabilidade.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CIN

Outras entidades intervenientes – Diversas entidades

Subações

1. Conselho Consultivo do IASFA
2. Conselho Consultivo para a Promoção do Voluntariado
3. Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (CNRIPD)
4. Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas (CCADFA)
5. Conselho Consultivo de Apoio aos Antigos Combatentes (CCAAC)



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Resultados

- 1 - Assegurada a representação e participação da DGRDN nas reuniões do Conselho Consultivo do IASFA;
- 2 - Nada a referir;
- 3 - Nada a referir;
- 4 - Acompanhamento da Reunião do Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas, em 22.09.2016;
- 5 - Nada a referir;

Outras:

Acompanhamento das reuniões da Equipa de Projeto “A Qualificação como DFA – Redesenho do Processo” e elaboração das respetivas súmulas das reuniões;

Acompanhamento das reuniões da Equipa de Projeto do PADM e elaboração das respetivas súmulas das reuniões;

Participação nas reuniões da Comissão Científica do Centro de Recursos de Stress (em contexto) Militar – CRSCM.

8-06 Medir a satisfação dos antigos combatentes

Objetivo

Melhorar o índice de satisfação dos antigos combatentes em relação ao modo como são atendidos no Balcão Único da Defesa (BUD)

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – AA

Outras entidades intervenientes –

Subações

1. Nomear responsável
2. Aplicar um inquérito de satisfação aos Antigos Combatentes elaborando análise estatística trimestral

Resultados

A qualidade do atendimento presencial e telefónico no Balcão Único da Defesa verificou uma ligeira subida no elevado padrão de qualidade traduzido num grau de satisfação dos utentes de 100% (medido através da realização de 1.015 inquéritos realizados até ao final do mês de outubro). Foram efetuados 1.015 atendimentos presenciais e 3.332 atendimentos telefónicos.

8-07 Consultadoria

Objetivo

Consultadoria geral e jurídica, nomeadamente ao nível da elaboração de estudos e pareceres sobre projetos de diploma e resposta a exposições e reclamações relativas a pensões (reforma, aposentação e sobrevivência, entre outras), assistência na doença (comparticipação medicamentosa, inscrição de beneficiários, etc.), propinas, complementos de pensão e outras prestações sociais.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CON
Outras entidades intervenientes – Ramos/CGA/Outros

Resultados

Elaboração da proposta de medida legislativa para a alteração da composição do Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas (Despacho n.º 13305/2016, de 8 de novembro);

Apreciação da Proposta orçamental da ADFA para o exercício de 2016;

Apreciação do pedido da CVP relativo à subvenção do MDN/Orçamento de 2016;

Elaboração de Nota informativa relativa às questões reivindicativas da ADFA, no âmbito das audiências MDN;

Esclarecimento ao Adido de Defesa junto da Embaixada de Portugal na Guiné-Bissau respeitante a pedidos de consulta médica em Portugal para ex-combatentes;

Apreciação crítica e contributos no âmbito da PLOE2016;

Elaboração de respostas a solicitações institucionais ou de particulares relativas a pedidos de assistência médica em hospital militar, isenção de taxas moderadoras para Antigos Combatentes, realização de JMU, responsabilidades nos processos de deslocação de DFA's para efeitos de tratamento hospitalar e/ou adaptação protésica e protocolos estabelecidos no estrangeiro, inscrição na ADM, direito a complemento de pensão do FPMFA, pagamento de complemento de pensão nos termos da Lei n.º 25/2000, de 23AGO, processo de qualificação DFA, isenção de cortes nas pensões de Antigos Combatentes, meios de prova da qualidade de deficiente militar;

Elaboração de nota de esclarecimento na sequência de notícia do CM, de 25-04-2016: «Ex-combatentes sem acesso a pensão»;

Apreciação crítica do Relatório remetido pela ADFA ao GAB/SEDN, respeitante ao LMCVP;

Apreciação crítica da PDLEO;

Elaboração do projeto de despacho constitutivo do GT com a missão de proceder à revisão do Regulamento do LMCVP;

Elaboração do despacho constitutivo da EP com a missão de elaborar uma proposta de «Carta Magna dos Deficientes Militares»;

Apreciação crítica de um conjunto de Memorandos da ADFA, inventariando as questões prioritárias constantes da proposta reivindicativa aprovada na AGNO de 16ABR2016;

Elaboração de pontos de situação; Atualização do «Tableau de Bord»;

Representação nos trabalhos conducentes à aplicação do Classificador documental MEF na DGRDN e co-elaboração da proposta de classificador da DASADMAC;

Contributos, no âmbito dos “Assuntos Sociais” para o documento estratégico da Ação Governativa na área da Defesa Nacional (2017/19);



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Apreciação crítica da proposta de alteração do Estatuto da GNR no respeitante a “deficientes”;

Elaboração de projeto de protocolo de cooperação científica no âmbito do CRSCM;

Participação nos trabalhos conducentes à elaboração do projeto de Regulamento do LMCVP;

Participação nas reuniões de trabalho no âmbito da Unificação dos planos de classificação existentes na DGRDN;

Elaboração de resposta a pedido de informação da Embaixada da Hungria relativo ao «Sistema de Assistência Militar»;

Elaboração de proposta de alteração do artigo 56.º, do CIV, a aplicar a deficientes militares: “Dispensa de habilitação legal para a condução”;

Esclarecimento do direito aplicável;

Proposta de soluções para casos particulares;

Promoção da igualdade, justiça e imparcialidade;

Aproximação da Administração aos cidadãos.

Legenda (natureza das ações)

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.



PROGRAMA 09

Armamento e Equipamento (Planeamento e Programação)



Programa 9

Armamento e Equipamento (Planeamento e Programação)

Unidade responsável – Direção de Serviços de Armamento e Equipamento/Divisão de Planeamento e Programação

Ações

09-01	Cooperação Internacional
-------	--------------------------

Objetivo

Desenvolver os protocolos, projetos e outras atividades de cooperação nos domínios do armamento e dos equipamentos da Defesa Nacional com Entidades Internacionais

Tipo de ação – Atividade corrente

Natureza da ação CAT / CII

Outras entidades intervenientes – GabMDN, SG/MDN, DGPDN, EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea, REPER EU e DEL NATO.

Subações

1. Assegurar, no âmbito das suas competências, a participação em organizações, entidades e grupos de trabalho nacionais e internacionais de âmbito bilateral e multilateral
2. Propor e desenvolver, no âmbito das suas competências, protocolos, programas, projetos e atividades de cooperação de âmbito nacional e internacional

Resultados

Durante 2016 foi mantido o acompanhamento de diversas iniciativas do âmbito do *Pooling & Sharing* da égide da *European Defence Agency* (EDA) e de *Smart Defence* da égide da NATO que contribuem para o desenvolvimento de capacidades militares. Foram desenvolvidos acordos de cooperação multinacional com vista a potenciar a eficiência e a redução de custos;

Foi assegurada a participação nos diversos grupos de trabalho no âmbito da EU/EDA/NATO, envolvendo a DGRDN e outras entidades;

Foram propostos e desenvolvidos protocolos, programas e projetos no âmbito da participação nacional na EDA e NATO, correspondendo à assinatura de Program Arrangements, nomeadamente para a participação nacional em projetos e programas internacionais aos quais Portugal aderiu (podemos especificar quais os PA assinados).

09-02	Planos de Edificação de Capacidades Militares
-------	---

Objetivo

Acompanhar a execução dos programas relativos ao reequipamento das FFAA, contribuindo para a elaboração e revisão dos respetivos planos

Tipo de ação – Atividade corrente

Natureza da ação AA / CAT / CII

Outras entidades intervenientes – GabMDN, DGPDN, EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Subações

1. Elaborar, propor e atualizar, com a colaboração das FFAA, os planos decorrentes da análise das necessidades previstas nas capacidades militares e acompanhar a respetiva execução.
2. Participar nas atividades de programação inerentes ao ciclo de planeamento de forças e desenvolvimento de capacidades militares de âmbito nacional e internacional.
3. Acompanhar a execução dos programas relativos ao reequipamento das FFAA contribuindo para a elaboração e revisão dos respetivos planos.

Resultados

No ano de 2016 foram lançados 2 processos de aquisição para o Exército, nomeadamente, aquisição de viaturas blindadas ligeiras 4 x 4 e aquisição de viaturas médias blindadas e não blindadas para Sistema SIC-T os quais contribuem para o incremento da capacidade de Proteção de Forças e capacidade de Comando e Controlo.

Foi efetuado o acompanhamento da execução dos projetos e programas de reequipamento das FAA por via da execução da LPM e participação em iniciativas da EDA;

Foram desenvolvidas atividades de planeamento conducentes ao planeamento e desenvolvimento das capacidades militares, tendo-se participado processo de revisão do Capability Development Plan da EDA, ainda em curso e que se prolonga até 2018.

Foram acompanhados os processos de reajustamento do planeamento de edificação das capacidades nacionais conforme requisitos do EMGFA e Ramos;

09-03 Lei de Programação Militar

Objetivo

Contribuir para a eficiente coordenação e execução das políticas de armamento e equipamentos necessárias às Forças Armadas e à defesa nacional, atento o previsto na Lei de Programação Militar

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – GabMDN, SG/MDN, DGPDN, EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea.

Subações

1. Acompanhar a execução dos programas relativos ao reequipamento das FA contribuindo para a elaboração e revisão dos respetivos planos.
2. Assegurar a execução (projetos dos Serviços Centrais) e controlo da Lei de Programação Militar (LPM).
3. Assegurar o apoio técnico e a emissão de pareceres e propostas de procedimentos de contratação pública relativos à aquisição de armamento e equipamento, em articulação com as FA.

Resultados

Durante o ano de 2016 foram realizadas 2 reuniões do NAELPM e 8 da EqTécNAELPM. As tarefas dos projetos dos Serviços Centrais, planeadas para o ano de 2016, foram concretizadas na sua maioria, tendo sido assegurado o correto controlo da execução, através de pontos de situação e dos relatórios trimestrais da LPM.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Foi garantido o necessário apoio técnico e emitidos pareceres para a contratação pública sempre que requeridos pelo GABMDN e Ramos

09-04 Apoio à Gestão de Projetos

Objetivo

Promover e coordenar, em cooperação com o EMGFA, os ramos das FA e outras entidades intervenientes, projetos no âmbito do armamento, equipamentos e sistemas de defesa.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – *Bright Partners*, SG/MDN, EMGFA, Marinha, Exército e Força Aérea.

Subações:

1. Apoiar, enquanto Serviços Centrais, as entidades que cooperam com a DGRDN, no âmbito dos projetos de armamento, equipamentos e sistemas de defesa.
2. Desenvolver ações de formação, com o apoio da *Bright Partners* e da Secretaria Geral do MDN, em EPM.
3. Desenvolver uma proposta de nomeação de gestores de projeto.

Resultados

No ano de 2016 foram efetuadas reuniões de coordenação ao nível do NAELPM e EqTécNAELPM com o objetivo de alinhar procedimentos respeitantes à gestão de projetos; efetuar pontos de situação relativos ao EPM e LPM.

Ao nível técnico, efetuou-se uma visita de trabalho à Marinha e ao Exército, com a participação de elementos de todas as entidades envolvidas no processo de Gestão de Projetos da Defesa Nacional, com o objetivo de trocar sinergias e promover a partilha de experiências.

Foram realizadas ações de formação em Aplicação Funcional dos Modelos LPM; Administração Funcional do EPM e Administração de Sistemas EPM, tendo sido elaborado e divulgado o relatório da formação, que inclui somente as duas primeiras formações.

Relativamente à proposta de nomeação de gestores de projeto, foi elaborada uma informação e ofício, endereçado a SEXA o MDN, em que um dos itens é a nomeação de gestores de projeto, pelas entidades executantes da LPM.

Legenda (natureza das ações)

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.



PROGRAMA 10

Armamento e Equipamento (Indústria, Logística e Investigação e Desenvolvimento)



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Programa 10

Armamento e Equipamento (Indústria, Logística e Investigação e Desenvolvimento)

Unidade responsável – Direção de Serviços de Armamento e Equipamento/Divisão de Indústria, Logística e Investigação e Desenvolvimento

Ações

10-01 Licenciamento

Objetivo

Desenvolver ações de atualização de normas e procedimentos relativos à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades

Tipo de ação – Atividade corrente

Natureza da ação CAT / CIN / CII / DIV

Outras entidades intervenientes – GabMDN, DGPE/MNE, AT, DGPDN, Marinha, Exército, Força Aérea, COARM

Subações

1. No âmbito das suas competências, a atualização das normas e procedimentos relativos à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades, através da transposição de legislação comunitária;
2. Assegurar, no âmbito das suas competências, a participação em organizações, entidades e grupos de trabalho nacionais e internacionais sobre a transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa;
3. Organização de ações de divulgação junto dos operadores económicos.

Resultados

Decreto-Lei n.º 78/2016 de 23NOV – 5.ª alteração Lista Militar Comum

10-02 Controlo

Objetivo

Zelar pelo cumprimento da legislação relativa à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades.

Tipo de ação – Atividade corrente

Natureza da ação CAT / CIN / CII / DIV

Outras entidades intervenientes – GabMDN, DGPE/MNE, AT, DGPDN, Marinha, Exército, Força Aérea, Operadores económicos, COARM

Subações

1. Gerir os processos relativos à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e emitir as respetivas licenças e certificados;
2. Elaborar e propor, em articulação com os ministérios competentes, a legislação referente ao controlo da atividade de indústria e comércio de produtos relacionados com a defesa;
3. Proceder a ações de autoria junto dos operadores económicos autorizados.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Resultados

Autorizados/Emitidos:

- 45 Certificados de Destino Final
- 507 Certificados de Garantia de Entrega
- 256 Certificados Internacionais de Importação
- 485 Certificados para Equipamento Militar
- 14 Licenças de trânsito
- 1 Intermediação
- 21 Licenças Globais
- 383 Licenças Individuais
- 2 Recusas

10-03 Estratégia no âmbito da Logística

Objetivo

Estudar e propor, em coordenação com as Forças Armadas, as medidas de política, doutrina e procedimentos relativos ao seu apoio logístico

Tipo de ação – Atividade corrente

Natureza da ação CAT / CIN / CII

Outras entidades intervenientes – DGPDN, EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea, REPER EU e DEL NATO

Subações

1. Propor e desenvolver, no âmbito das suas competências, documentos contendo as medidas de política, doutrina e procedimentos relativos ao seu apoio logístico.

Resultados

Sem registo de atividade no ano de 2016.

10-04 Estratégia de I&D

Objetivo

Estudar e propor, em articulação com os centros de investigação e desenvolvimento dos ramos e do IUM e com a idD, as medidas de política de investigação, desenvolvimento e inovação da defesa nacional

Tipo de ação – Atividade corrente

Natureza da ação CAT / CIN / CII

Outras entidades intervenientes – DGPDN, EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea, EU, NATO, EDA, STCN, BTID, IUM, idD

Subações

1. Elaborar e propor a atualização, no âmbito das suas competências, do documento da estratégia de investigação, desenvolvimento e inovação da defesa nacional;
2. Proceder a ações de divulgação junto das Forças Armadas, do IUM, SCTN e BTID.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Resultados

Sem registo de atividade no ano de 2016.

10-05 Gestão de Projetos em I&D

Objetivo

Promover e coordenar, em cooperação com as FA e, no aplicável, com o Ministério da Administração Interna, em estreita colaboração com a idD, os planos e projetos de investigação e desenvolvimento nas áreas tecnológicas de interesse para a defesa nacional

Tipo de ação – Atividade corrente e projeto

Natureza da ação CAT / CIN / CII / CON

Outras entidades intervenientes – MAI, DGPDN, EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea, EU, NATO, EDA, STCN, BTID, IUM, idD

Subações

1. Promover reuniões de acompanhamento junto das entidades dos consórcios;
2. Promover reuniões das “Comissões de Gestão e Acompanhamento” (CGA) dos projetos;
3. Controlar o efetivo cumprimento da execução do planeamento do projeto através da análise dos relatórios produzidos pelos respetivos consórcios.

Resultados

Sem registo de atividade no ano de 2016.

Legenda (natureza das ações)

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.



PROGRAMA 11

Infraestruturas e Património (Infraestruturas)



Programa 11

Infraestruturas e Património (Infraestruturas)

Unidade responsável – Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Infraestruturas

Ações

11-01	Transferência para Portugal da Escola NATO de Comunicações e Sistemas de Informação (NCISS)
-------	---

Objetivo

Cumprir a decisão NATO, aprovada pela Capability Package 9C0101, que aprovou a realocação da NCISS de Latina - Itália para Oeiras-Portugal

Tipo de ação – projeto **Natureza da ação** AA/CAT

Outras entidades intervenientes – empresas de projeto e empreitada contratadas

Subações

1. Apresentação de relatórios periódicos, no âmbito do comité de acompanhamento das novas estruturas de comando NATO (CANEC), sobre o ponto de situação do desenvolvimento deste projeto NATO.
2. Representação da DGRDN no “Steering Committee” criado pela Agência NATO NCI para acompanhamento da transferência da Escola.
3. Revisão do projeto de execução por entidade externa.
4. Submissão do projeto final à NATO.
5. Elaboração dos Cadernos de Encargos para lançar procedimentos pré-contratuais de serviços de fiscalização e coordenação de segurança e saúde em obra.
6. Elaboração dos procedimentos pré-contratuais para adjudicação das empreitadas e das prestações de serviços.

Resultados

Foi disponibilizada informação relativa ao desenvolvimento do projeto da Escola para todos os relatórios do CANEC e assegurada a representação da DGRDN nas reuniões do Steering Committee.

Foram ainda concretizadas cinco reuniões do Grupo de Trabalho entretanto constituído para assuntos relacionados com a materialização da transferência da Escola, o Program Management Board.

Concretizou-se o procedimento pré-contratual da revisão do projeto e foi acompanhada a execução do trabalho, e promovidos os contatos com os projetistas para acertos finais. O projeto final foi submetido à NATO e foi cumprida a respetiva aprovação. O Caderno de Encargos para a contratação da empreitada de execução foi elaborado e submetido a aprovação superior.

Decorreram os procedimentos pré-contratuais para dois concursos públicos: Empreitada de Adaptação das Instalações da Messe, com uma estimativa de €380.000,00, e Empreitada de Construção do Edifício da Escola, com uma estimativa de €21.500.000,00.

A Empreitada de adaptação das Instalações da Messe foi adjudicada e iniciada a obra em 9 de novembro de 2016; a Empreitada de Construção do Edifício da Escola teve uma proposta



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

de adjudicação no início de 2017.

11-02	Gestão das infraestruturas NATO em Portugal
--------------	--

Objetivo

Manter as infraestruturas dentro dos parâmetros operacionais e de segurança, para os quais foram designados pela NATO, com programas de manutenção anual geridos através do orçamento das receitas com IE NATO

Tipo de ação – atividade corrente/projeto **Natureza da ação** AA/CAT

Outras entidades intervenientes – NATO, Ramos

Subações

1. Preparação e acompanhamento das inspeções NATO em território nacional.
2. Elaboração de cadernos de encargos para projetos e obras dentro dos programas de manutenção estabelecidos para cada infraestrutura.
3. Elaboração de procedimentos pré-contratuais de empreitada/serviços.
4. Gestão dos contratos de armazenamento da capacidade sobrança das Infraestruturas NATO.

Resultados

Foram adquiridos serviços e realizadas empreitadas de manutenção nas infraestruturas NATO num valor global de cerca de € 900.000,00.
Releva-se a operacionalização completa do sistema de oleodutos na Infraestrutura NATO de Porto Santo.

Preparação e coordenação com outras entidades (Marinha e DGTF) do processo para cedência de utilização das Instalações do Depósito POL NATO de Lisboa à Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis EPE. Auto de cedência formalizado em julho de 2016.

11-03	Construção/manutenção de infraestruturas
--------------	---

Objetivo

Cumprir decisões de implementação de projetos de construção de infraestruturas transversais à Defesa (serviços centrais do MDN/EMGFA/Ramos e outros) bem como de projetos de âmbito NATO.

Tipo de ação – atividade de manutenção/projeto **Natureza da ação** AA/CAT

Outras entidades intervenientes – adjudicatários/outras entidades da Defesa

Subações:

1. Implementação do projeto NATO para Beneficiação da Estação de Tratamento de Águas de Lastro no Depósito POL NATO de Ponta Delgada (DPNPD).
2. Verificação e aprovação do projeto para alteração do oleoduto aéreo no DPNPD.
3. Operacionalização de intervenções em infraestruturas da DGRDN (DDN/ BUD/outras).
4. Operacionalização de intervenções em infraestruturas por solicitação do EMGFA/ Ramos e outros.
5. Colaboração com a área financeira no acompanhamento do controlo financeiro dos projetos NATO.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Resultados

Procedeu-se à adjudicação da empreitada de Beneficiação da Estação de Tratamento de Águas de Lastro do DPNPD, pelo valor de € 790.000,00, prevendo-se a sua conclusão em fevereiro de 2017.

Concluiu-se o projeto de execução e preparou-se o Processo de Concurso com vista à realização do procedimento pré-contratual por concurso público para adjudicação da empreitada de alteração do oleoduto aéreo no DPNPD., no início de 2017, com um preço base de € 420.000,00.

Concluiu-se ainda o projeto de execução para reposição das condições de operacionalidade do cais NATO de Ponta Delgada, com uma estimativa de € 5.400.000,00 permitindo a realização do procedimento pré-contratual por concurso público para adjudicação da empreitada no início de 2017.

Foram ainda levadas a cabo diversas intervenções em infraestruturas da DGRDN, dos Ramos e do EMGFA, nomeadamente: Beneficiação de edifício no Quartel da Serra do Pilar e Beneficiação de auditório no RI14, para o DDN; Beneficiação de áreas no IGDN; Beneficiação de portões na Zona oficial do EMGFA e de Salas na área CISMIL do EMGFA.

11-04 Preparação do ciclo de planeamento NATO

Objetivo

Planeamento/Elaboração de novos projetos a submeter à NATO, atualização do inventário das infraestruturas NATO em Portugal, bem como elaboração de pareceres/respostas a diversa documentação NATO no âmbito do NSIP

Tipo de ação – atividade corrente **Natureza da ação** AA

Outras entidades intervenientes – EMGFA/Ramos

Resultados

Ação não cumprida devido à ausência de recursos humanos qualificados.

11-05 Consultadoria

Objetivo

Elaboração de informações, estudos e pareceres no âmbito do projeto, construção e manutenção de infraestruturas

Tipo de ação – atividade corrente **Natureza da ação** AA/CAT

Outras entidades intervenientes – EMGFA/Serviços Centrais do MDN

Subações

1. Consultadoria no âmbito da realocação do Centro de serviços partilhados da NATO.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Resultados

Ação integralmente cumprida com participação em vistorias técnicas a infraestruturas e respetiva elaboração de relatórios de avaliação. Elaboração de uma proposta de plano de ocupação para o Quartel da Medrosa. Participação em reuniões e na elaboração de proposta final para apresentação à NATO de candidatura de Portugal com vista a receber os Serviços Partilhados.

Elaboração de estimativas orçamentais para suporte ao “Host Nation Support” que caberá ao EMGFA com a vinda da Agência NCI (NCI Academy) para Portugal.

11-np	Atividades/projetos não previstos
--------------	--

Resultados

Acompanhamento de ações decorrentes da implementação de intervenções no âmbito da presença das forças norte-americanas na Base das Lajes: Empreitadas de remoção de elementos contaminantes em edifícios e de sondagens e recolha de amostras em terrenos contaminados.

Legenda (natureza das ações)

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; projeto



PROGRAMA 12

Património imobiliário do Estado afeto à Defesa Nacional



Programa 12

Património imobiliário do Estado afeto à Defesa Nacional

Unidade responsável – Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Património e Turismo Militar

Ações

12-01	Cumprir as competências da Unidade de Gestão Patrimonial
--------------	---

Objetivo (1)

Assegurar que o inventário dos imóveis afetos à defesa nacional se encontra devidamente atualizado

Tipo de ação – atividade de manutenção **Natureza da ação** AA

Outras entidades intervenientes – Todas as entidades tuteladas pelo MDN

Resultados

Concretizado

Objetivo (2)

Iniciar no SIIE o preenchimento de valências com informação que até agora não têm estado a ser incluída, designadamente quanto à melhor especificação da caracterização física dos imóveis

Tipo de ação – projeto **Natureza da ação** CAT, CIN

Outras entidades intervenientes –

Resultados

Não concretizado

Objetivo (3)

Assegurar o cumprimento das disposições legais relativamente à obediência ao princípio da onerosidade

Tipo de ação – atividade de manutenção **Natureza da ação** CAT

Outras entidades intervenientes –

Resultados

Foi assegurada a notificação das contrapartidas a pagar pelos serviços e organismos que se encontram abrangidos pelo princípio da onerosidade. Contudo nem todos deram cumprimento à notificação.

Objetivo (4)

Promover a revisão ou esclarecer o quadro legal e regulamentar de elegibilidade ao Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial

Tipo de ação – projeto **Natureza da ação** AA

Outras entidades intervenientes – DGTF



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Resultados

Não obstante diversas iniciativas demonstrando a elegibilidade das iniciativas da defesa nacional a este fundo não foi aprovada nenhuma das propostas submetidas.
O OE2017 veio a retirar ao MDN a possibilidade de futuras candidaturas.

12-02	Representar o Ministério da Defesa Nacional na elaboração dos instrumentos de gestão territorial
--------------	---

Objetivo (1)

Garantir que nos instrumentos de gestão territorial fiquem salvaguardados todos os interesses e condicionantes essenciais para garante da segurança de pessoas e bens

Tipo de ação – atividade corrente **Natureza da ação** AA
Outras entidades intervenientes – Ramos das FA

Resultados

Concretizado em todas as situações que foram dadas a conhecer a esta DPTM

Objetivo (2)

Assegurar a eficiência na emissão de pareceres sobre a possibilidade de intervenção em território sujeito a servidão militar

Tipo de ação – atividade corrente **Natureza da ação** AA
Outras entidades intervenientes – Ramos FA

Resultados

Concretizado

Objetivo (3)

Promover a consulta pública e propor a emissão de instrumentos constitutivos ou modificativos de servidões militares

Tipo de ação – projeto **Natureza da ação** AA
Outras entidades intervenientes – Ramos das FA e EMGFA

Resultados

Concretizado

12-03	Representar o MDN na secção especializada permanente do Património Arqueológico e Arquitetónico do Conselho Nacional de Cultura
--------------	--

Objetivo

Contribuir para a emissão de pareceres e formulação de propostas por solicitação do Diretor-Geral do Património Cultural, no âmbito do património arqueológico e arquitetónico



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Tipo de ação – atividade corrente **Natureza da ação** AA
Outras entidades intervenientes –

Resultados

Foi assegurada a participação nas reuniões previstas e concretizada a elaboração e posterior aprovação dos pareceres requeridos sobre classificação de imóveis

12-04 Cartografia e Cadastro

Objetivo

Implementar estrutura de sistemas de informação geográfica e serviços de cartografia

Tipo de ação – projeto **Natureza da ação** AA
Outras entidades intervenientes –

Resultados

Não concretizado

12-np Atividades/projetos não previstos

Resultados

Participação e coordenação dos seguintes Grupos de Trabalho:

“Grupo de Trabalho para a utilização da infraestrutura aeronáutica da BA6 no Montijo enquanto aeroporto complementar de Lisboa”

“Grupo de Trabalho para o programa de recuperação e valorização da Fortaleza de S. João Batista da Foz do Douro”.

“Grupos de trabalho para análise e proposta sobre o património imobiliário afeto à defesa nacional nos municípios de Cascais e de Oeiras”

Legenda (natureza das ações)

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; projeto



PROGRAMA 13

Rentabilização do Património imobiliário afeto à Defesa Nacional



Programa 13

Rentabilização do património imobiliário afeto à Defesa Nacional

Unidade responsável – Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Património e Turismo Militar

Ações

13-01 Identificar os imóveis excedentários e assegurar a sua rentabilização

Objetivo (1)

Elencar os imóveis suscetíveis de rentabilização através da Lei de Infraestruturas Militares

Tipo de ação – atividade corrente **Natureza da ação** AA

Outras entidades intervenientes – Ramos das FA

Resultados

Concretizado.

Objetivo (2)

Assegurar a elaboração dos instrumentos legais para autorização das operações de rentabilização de cada imóvel

Tipo de ação – atividade corrente **Natureza da ação** AA

Outras entidades intervenientes –

Resultados

Tarefa concretizada para todas as situações requeridas.

13-02 Satisfazer os requisitos legais necessários à prévia rentabilização de imóveis

Objetivo (1)

Promover a avaliação dos imóveis suscetíveis de rentabilização

Tipo de ação – atividade corrente **Natureza da ação** AA

Outras entidades intervenientes –

Resultados

Promovidas todas as avaliações necessárias e requeridas no período em causa.

Objetivo (2)

Promover e atualizar a inscrição matricial e registo predial dos imóveis disponibilizados

Tipo de ação – atividade corrente **Natureza da ação** CAT

Outras entidades intervenientes – DGTF, DGT, Repartições de Finanças e Conservatórias do Registo Predial



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Resultados

Regularizados alguns imóveis, contudo a dependência de ações da responsabilidade de outras entidades condicionou significativamente esta atividade

Objetivo (3)

Promover a emissão de Certificações Energéticas

Tipo de ação – atividade corrente **Natureza da ação** CAT

Outras entidades intervenientes –

Resultados

Concretizado para todas as situações do período em causa em que tal foi necessário

13-03 Informação

Objetivo

Disponibilizar a entidades externas informação sobre os imóveis a rentabilizar

Tipo de ação – atividade corrente **Natureza da ação** DIV

Outras entidades intervenientes –

Resultados

Concretizado para as necessidades do período em causa. É uma atividade contínua.

13-04 Protocolos

Objetivo

Análise e parecer sobre propostas de utilização por terceiros de infraestruturas afetas à defesa nacional

Tipo de ação – atividade corrente **Natureza da ação** AA

Outras entidades intervenientes –

Resultado esperado

Conformidade legal dos protocolos de utilização por terceiros de infraestruturas afetas à defesa nacional

Resultados

Foram analisadas e redigidas todas as situações que no período em causa se concretizaram na celebração de protocolos

13-05 Receitas da Lei de Infraestruturas Militares

Objetivo

Coordenar a proposta de aplicação de receitas e controlar a sua execução



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Tipo de ação – atividade corrente **Natureza da ação** CAT
Outras entidades intervenientes – EMGFA e Ramos

Resultados

A proposta de aplicação de receitas da LIM mereceu parecer favorável

13-06 Consultadoria

Objetivo

Elaborar informações, estudos e pareceres, preparar respostas a exposições e pedidos de informação no âmbito da gestão, utilização e rentabilização das infraestruturas afetas à defesa nacional

Tipo de ação – atividade corrente **Natureza da ação** CON
Outras entidades intervenientes –

Resultados

Atividade contínua e corrente que resultou num significativo conjunto documental o qual, na generalidade, contribuiu para o andamento e resolução de processos de gestão patrimonial

13-np Atividades/projetos não previstos

Resultados

Acompanhar diversas entidades públicas e privadas em visitas a instalações militares disponibilizadas para rentabilização.

Legenda (natureza das ações)

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; projeto



PROGRAMA 14

Acordo Bilateral de Defesa Portugal – Estados Unidos da América (Comissão Técnica)



Programa 14

Acordo Bilateral de Defesa Portugal – Estados Unidos da América (Comissão Técnica)

Unidade responsável – Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Património e Turismo Militar

14-01 Reuniões da Comissão Técnica

Objetivo

Coordenar a delegação portuguesa

Tipo de ação – atividade corrente **Natureza da ação** - AA
Outras entidades intervenientes –

Resultados

Foi promovida e coordenada a realização de duas reuniões da Comissão Técnica
Foi ainda assegurada a participação de especialistas externos sobre questões ambientais

14-02 Projetos de infraestruturas

Objetivo

Analisar e emitir parecer sobre anteprojetos de infraestruturas a implementar ao abrigo do Acordo de Cooperação e Defesa

Tipo de ação – atividade corrente **Natureza da ação** - AA
Outras entidades intervenientes –

Resultados

Em consequência de decisões políticas não foram apresentados projetos para parecer

14-03 Comissão Bilateral Permanente

Objetivo

Reporte interministerial no âmbito de reuniões bi-anuais entre Portugal e os Estados Unidos da América do ponto de situação dos trabalhos da Comissão Técnica

Tipo de ação – atividade corrente **Natureza da ação** - AA
Outras entidades intervenientes – DGPDN

Resultados

Executado



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

14-04	Infraestruturas de uso partilhado ou de uso comum
--------------	--

Objetivo

Assegurar a disponibilização de dados sobre infraestruturas

Tipo de ação – atividade corrente **Natureza da ação** - CAT

Outras entidades intervenientes – ZAA

Resultados

Cumpriu-se o fornecimento de dados sempre que solicitado

14-05	Ambiente
--------------	-----------------

Objetivo

Conhecer a situação ambiental e promover ações de remediação quando necessárias

Tipo de ação – projeto **Natureza da ação**

Outras entidades intervenientes – LNEC

Resultados

Acionamento da realização pelo LNEC de um relatório sobre a situação ambiental existente na Base das Lajes e coordenada a recolha de dados.

Promoção e acompanhamento de várias reuniões entre peritos ambientais do LNEC e peritos ambientais norte-americanos.

Implementação e participação em comissão de acompanhamento da empreitada de desativação dos pipelines do Cabrito e da Cova das Cinzas na Ilha Terceira.

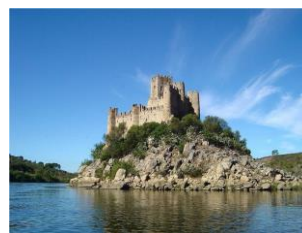
Execução das ações de contenção e da recolha de amostras e análise de solo contaminado com o derrame de combustível no pit 18 do pipeline do Cabrito.

Empreitada de remoção dos elementos contaminantes (amianto e chumbo) de 11 moradias abandonadas na Base das Lajes.

Legenda (natureza das ações)

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; projeto



PROGRAMA 15

Turismo Militar



Programa 15

Turismo Militar

Unidade responsável – *Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Património e Turismo Militar*

Ações

15-01 Iniciar a estruturação da valência

Objetivo

Estudar e propor a implementação desta valência na Direção-Geral

Tipo de ação – projeto **Natureza da ação**
Outras entidades intervenientes –

Resultados

As ações no âmbito do Turismo Militar foram, no ano objeto deste relatório, desenvolvidas fora desta unidade orgânica.

15-02 Associação de Turismo Militar

Objetivo

Acompanhar e apoiar as atividades da Associação de Turismo Militar

Tipo de ação – **Natureza da ação**
Outras entidades intervenientes –

Resultados

Realização de várias reuniões e concretização de outros contatos com a ATMP no sentido de solicitar esclarecimentos relativos às verbas entregues nos anos de 2015 e 2016, e aos Planos de Atividades para 2016 e 2017.

Procedeu-se à elaboração de vários pareceres no âmbito das atividades da ATMP em resposta a pedidos da Direção.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

15-np	Atividades/projetos não previstos
--------------	--

Resultados

Promoção e Divulgação do Turismo Militar

No último semestre de 2016 foi organizada e implementada, a nível nacional, uma ação de promoção do Turismo Militar, através de uma parceria com o Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo da Universidade de Aveiro e com o Regimento de Infantaria 10. Esta ação, exequível em duas etapas, consistiu numa 1ª Etapa, a 16 de novembro, na abertura do concurso de ideias “Concurso Mentes Brilhantes para o Turismo Militar” destinado aos alunos do ensino secundário, profissional, politécnico e universitário da área do Turismo. Contou com a presença de cerca de 1950 alunos e professores que se deslocaram ao RI10 para a apresentação do concurso e para usufruir de diversas atividades relacionadas com os três ramos das forças armadas num convívio salutar. Esta iniciativa contou com a presença de especialistas da área do Turismo de países como o Brasil, a Inglaterra, Espanha e de Portugal. Estiveram presentes neste evento, S. Exa. o Secretário de Estado da Defesa Nacional, Dr. Marcos Perestrello e S. Exa. o Chefe de Estado-Maior do Exército, General Rovisco Duarte, bem como entidades do domínio autárquico e universitário. A 2ª Etapa será concretizada em 2017 com a avaliação dos projetos a concurso e participação num congresso internacional de turismo.

Consolidação da Estratégia Nacional para o Turismo Militar

Com o objetivo de implementar uma Estratégia Nacional para o Turismo Militar, foi produzido um documento que serviu de fundamento para a criação do Grupo de Trabalho Interministerial do Turismo Militar. Este grupo interministerial conta com um coordenador da DGRDN designado por S. Exa. o SEDN um elemento designado pelo Ministério da Economia e Turismo e um elemento designado pelo Ministério da Ciência e Ensino Superior.

Legenda (natureza das ações)

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; projeto



PROGRAMA 16

**Qualidade e Ambiente
(Alienação, Desmilitarização,
Ambiente e Qualidade)**



Programa 16

Qualidade e Ambiente (Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade)

Unidade responsável – Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente/Divisão de Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade

Ações

16-01	Inventariação dos edifícios, infraestruturas e equipamentos do MDN com amianto
-------	--

Objetivo

Atualizar com a informação recebida em 2016 os parâmetros do inventário de amianto do MDN no Sistema de Informação de Imóveis do Estado (SIIE).

Tipo de ação – Manutenção **Natureza da ação** - AA

Outras entidades intervenientes – Ramos das Forças Armadas, Serviços afetos ao MDN

Resultados

Foram recebidas as atualizações (Ramos e IASFA) do inventário dos edifícios que contém amianto. Foi dado início à atualização do Sistema de Inventariação dos Imóveis do Estado (SIIE), da DGTF. Participação no Grupo de trabalho Interministerial para a remoção do Amianto na Administração Pública

16-02	Implementação de Sistemas de Gestão Ambiental
-------	---

Objetivo

Em 2016, assegurar a manutenção da certificação dos sistemas de gestão ambiental das unidades certificadas, através da realização de auditorias e promover a implementação de novos sistemas.

Tipo de ação – Manutenção **Natureza da ação** – AA

Outras entidades intervenientes – Força Aérea

Subações

1. Realização de auditorias;
2. Acompanhamento do registo EMAS da Base Aérea n.º 5

Resultados

Foi concluído o processo conducente à verificação e registo no EMAS na Base Aérea Nº5, em Monte Real. Foi realizada uma auditoria ao SGA por parte da DADAQ, unidade orgânica que também apoiou a BA5 na reformulação da demonstração da conformidade legal. Foi promovida a auditoria externa pelo verificador ambiental. Em setembro de 2016, a BA5 foi registada pela Agência Portuguesa do Ambiente.

Foi reiniciado o apoio da implementação do EMAS na Estação Radar 2.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

16-03	Cooperação institucional nacional e internacional no âmbito do ambiente
--------------	--

Objetivo

Promover a cooperação institucional internacional da DGRDN no âmbito do ambiente ao longo de 2016

Tipo de ação – Atividade Corrente **Natureza da ação** – CII/CIN

Outras entidades intervenientes – EDA, NATO, APA, ADENE

Resultados

Participação em 1 (uma) reunião plenária do REACH na EDA, em 2 (duas) reuniões do Energy and Environmental Working Group, na EDA, em 1 (uma) reunião do Environmental Protection Working Group (EPWG) na NATO e 3 (três) reuniões do Fórum de Consulta para a Sustentabilidade Energética no Sector da Defesa e Segurança (Bruxelas, Dublin e Roma).

Foram realizadas várias reuniões com a APA no âmbito do EMAS e com a ADENE no âmbito da Certificação Energética.

16-04	Coordenação do Prémio Defesa Nacional e Ambiente
--------------	---

Objetivo

Promover as boas práticas ambientais das unidades, estabelecimentos ou órgãos das Forças Armadas

Tipo de ação – Atividade Periódica **Natureza da ação** - CAT

Outras entidades intervenientes – SGMDN, Forças Armadas

Subações

1. Atualizar os critérios de apreciação das candidaturas ao prémio;
2. Solicitar à SG/MDN a conceção da imagem da edição de 2016 do prémio;
3. Efetuar a proposta de divulgação do prémio nas páginas de internet e intranet;
4. Atualizar os conteúdos da página do prémio com as candidaturas, regulamento e matriz de votação;
5. Analisar candidaturas recebidas;
6. Presidir à reunião do júri para a atribuição do prémio.

Resultados

Foram desenvolvidas todas as atividades relativas ao Prémio Defesa Nacional e Ambiente. Foram analisadas as candidaturas do PDNA 2015 e atribuído o Prémio por indicação do Júri no Forte de S. Julião da Barra. Adicionalmente foi efetuada uma proposta de alteração do regulamento do prémio com novos critérios de apreciação das candidaturas.

16-05	Coordenação do Plano de Ação Ambiental da Diretiva Ambiental
--------------	---

Objetivo

Promover a consecução dos objetivos estratégicos da Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional através da elaboração do Plano de Ação Ambiental em 2016



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Tipo de ação – Projeto **Natureza da ação** - CAT

Outras entidades intervenientes – Estrutura Coordenadora dos Assuntos Ambientais do Ministério da Defesa Nacional (ECAA – Despacho n.º 10447/2012, de 3 de agosto)

Subações

1. Efetuar uma proposta de revisão dos objetivos da Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional;
2. Apresentar um conjunto de indicadores associados aos objetivos para validação;
3. Analisar o feedback e contributos das entidades representadas na ECAA;
4. Efetuar proposta do plano:

Resultados

Não foi possível realizar estas atividades – Revisão da Diretiva e consequentemente a elaboração do Plano Ambiental, com o qual se pretende materializar os objetivos da Diretiva – por falta de Recursos Humanos na área do Ambiente.

16-06	Aplicação do regulamento REACH na Defesa Nacional
--------------	--

Objetivo

Promover a definição de um procedimento para a atribuição de isenções de defesa do REACH através da colaboração com as entidades competentes REACH e da participação no grupo especialistas RECAH da EDA

Tipo de ação – Projeto **Natureza da ação** - CAT

Outras entidades intervenientes – Forças Armadas; APA; DGAE e DGS

Resultados

No âmbito do REACH foram acompanhados os trabalhos desenvolvidos na EDA, no que se refere às implicações da sua aplicação na Defesa

16-07	Apoio ao cumprimento da legislação ambiental aplicável à Defesa Nacional
--------------	---

Objetivo

Assegurar o apoio às Forças Armadas no cumprimento dos requisitos legais aplicáveis

Tipo de ação – Atividade Periódica **Natureza da ação** - AA

Outras entidades intervenientes –

Resultados

Foram analisados e elaborados vários pareceres sobre projetos de diplomas de abordagem ambiental, com interesse específico para o sector da Defesa.

Quando solicitado, existiu um acompanhamento do ponto de vista ambiental dos projetos de infraestruturas e de armamento.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

16-08	Integração de critérios ambientais nos processos aquisitivos
--------------	---

Objetivo

Promover a integração de critérios ambientais nos processos aquisitivos através da apresentação de proposta no ano de 2016

Tipo de ação – Atividade Periódica **Natureza da ação** - CAT

Outras entidades intervenientes –

Resultados

Este objetivo consta da Diretiva Ambiental, nunca foi solicitado qualquer apoio por parte de qualquer entidade.

Após aprovação da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas aprovada pela RCM nº 38/2016, a DADAQ disponibilizou-se mais uma vez em apoiar na construção dos critérios ambientais e da sua inclusão nos contratos, até à presente data não obteve qualquer resposta.

16-09	Implementação de medidas de eficiência energética e a utilização de renováveis em edifícios, infraestruturas e equipamentos do MDN
--------------	---

Objetivo

Promover a implementação de medidas de eficiência energética e a utilização de renováveis através da apresentação de propostas, do acompanhamento de projetos e da indicação de possíveis fontes de financiamento

Tipo de ação – Periódica/Projeto **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – Unidades das Forças Armadas

Resultados

Continuidade ao projeto de auditorias energéticas nos Edifícios do EMGFA/MDN; Foram realizadas várias visitas técnicas e elaborados diagnósticos energéticos em infraestruturas afetas à Defesa Nacional. De acordo com o potencial das Unidades foram implementadas algumas medidas subsequentes.

16-10	Coordenação da Qualidade na Defesa Nacional
--------------	--

Objetivo

Definir as políticas da Qualidade na Defesa Nacional nos setores aplicáveis e coordenar as medidas definidas em sede da Estrutura Coordenadora da Qualidade para a Defesa Nacional

Tipo de ação – Projeto **Natureza da ação** - CIN

Outras entidades intervenientes – Entidades intervenientes na Estrutura Coordenadora da Qualidade para a Defesa Nacional (ECQDN)

Resultados

Foram levantadas as necessidades e analisado o enquadramento legal mas por falta de recursos humanos só no final do ano foi possível consolidar o estudo para uma proposta de despacho para a Estrutura e Funcionamento da Autoridade para a Garantia Governamental



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

da Qualidade.

16-11 Exercício da Garantia Governamental da Qualidade (GGQ)

Objetivo

Coordenar as ações necessárias ao cumprimento dos compromissos assumidos por Portugal resultantes da ratificação do STANAG 4107, bem como coordenar os pedidos de Portugal a outros Estados membro da OTAN para acompanhamento de contratos da Defesa Nacional no âmbito da Garantia Governamental da Qualidade (GGQ) e realizar atividades como “*Governmental Quality Assurance Representative*” (GQAR).

Tipo de ação – Atividade de Manutenção e Periódica **Natureza da ação** – CII/CIN

Outras entidades intervenientes – Estados membro da OTAN, Marinha, Exército e Força Aérea

Resultados

Acompanhamento da atividade de seguimento de contratos no âmbito do STANAG 4107 e dos respetivos AQAP, de vários contratos de manutenção de aeronaves e atribuição vários certificados de conformidade (CoC) com as normas NATO; por competências próprias contrato de alienação F16 Roménia; ETI (NH90); OGMA (motor C130), e por delegação na OGMA e na TAP.

16-12 Certificação de Sistemas de Gestão da Qualidade enquadrados com as Normas NATO/AQAP

Objetivo

Proporcionar à Indústria de Defesa Nacional a igualdade competitiva perante as Indústrias de Defesa de outros Estados membro da OTAN em sede de Certificação dos seus Sistemas de Gestão da Qualidade enquadrados nas normas da Qualidade NATO/AQAP

Tipo de ação – Atividade Periódica **Natureza da ação** - CIN

Outras entidades intervenientes – Empresas da Indústria de Defesa.

Resultados

Realização de auditorias a empresas, no âmbito das publicações NATO Allied Quality Assurance Publication (AQAP), tendo sido atribuídas certificações a duas empresas ao abrigo dos AQAP 2120 e renovadas seis certificações.

16-13 Implementação de técnicas LEAN na DGRDN

Objetivo

Prosseguir a adoção das melhores práticas de melhoria contínua e de eliminação de desperdício na DGRDN visando uma otimização de serviços e obtenção da melhor eficiência da nossa atuação.

Tipo de ação – Projeto **Natureza da ação** - CAT

Outras entidades intervenientes – n.a.

Resultados



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Não foi dado continuidade a este projeto por falta de Recursos Humanos

16-14 Representação nos fora nacionais e internacionais da Qualidade

Objetivo

Assegurar a representação nacional nos fora da Qualidade em território nacional e no estrangeiro a fim de defender a posição da Defesa Nacional e recolher informação pertinente para a tomada de decisão neste âmbito.

Tipo de ação – Atividade Corrente **Natureza da ação** - CAT
Outras entidades intervenientes – Nações NATO.

Resultados

Participação nas reuniões a nível da NATO do AC327/WG2 e do LCMG.

16-15 Desmilitarização de munições e explosivos oriundos das Forças Armadas

Objetivo

Assegurar a desmilitarização das munições e explosivos obsoletos, oriundos dos ramos das Forças Armadas, através da execução de um contrato com empresa certificada e qualificada para o efeito.

Tipo de ação- Atividade Corrente **Natureza da ação** – APL
Outras entidades intervenientes – Ramos das Forças Armadas.

Resultados

Foi executado na totalidade o contrato de desmilitarização de explosivos de 2016.

16-16 Alienação de material de guerra das Forças Armadas

Objetivo

Instruir e executar, em estreita colaboração com os ramos das Forças Armadas, os processos de alienação de material de guerra das Forças Armadas, garantidos que estejam todos os preceitos legais.

Tipo de ação- Atividade Corrente **Natureza da ação** – APL
Outras entidades intervenientes – Ramos das Forças Armadas.

Resultados

Foram obtidos os documentos em falta para a conclusão do processo de alienação de aeronaves Aviocar.

Foi executadas como previsto as “milestones” do projeto de alienação de aeronaves F-16 para a República da Roménia.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Legenda (natureza das ações)

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; projeto



PROGRAMA 17

Qualidade e Ambiente (Normalização e Catalogação)



Programa 17

Qualidade e Ambiente (Normalização e Catalogação)

Unidade responsável – Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente/Divisão de Normalização e Catalogação

Ações

17-01 Elaboração dos Processos de Ratificação

Objetivo

Contribuir para a elaboração dos processos de ratificação, nomeadamente a sua publicação em DR

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** CIN

Outras entidades intervenientes – SG, EMGFA e Ramos

Resultados

100% (Foram Ratificados e publicados em DR todas as propostas recebidas)

17-02 Representação do Ministério da Defesa Nacional no âmbito das competências do Materiel Standardization Group (MSG), Materiel Standardization and Harmonization Team (MSHT)

Objetivo

Assegurar a representação do MDN nas reuniões dos Grupos de Trabalho [Materiel Standardization Group (MSG) e Materiel Standardization and Harmonization Team (MSHT)] no âmbito das suas competências específicas.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** CII

Outras entidades intervenientes – MDN

Resultados

75% (Das 4 reuniões convocadas pela EDA, apenas foi possível estar presente em 3)

17-03 Representação do Ministério da Defesa Nacional no âmbito das competências do Committee for Standardization (CS) da NATO

Objetivo

Assegurar a representação do MDN nas reuniões do Committee for Standardization (CS) no âmbito das suas competências específicas.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** CII

Outras entidades intervenientes –

Resultados

50% (Das 2 reuniões convocadas pela NATO, apenas foi possível estar presente em 1)



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

17-04	Assegurar a resposta aos documentos no âmbito dos grupos de trabalho MSG e MSHT
--------------	--

Objetivo

Assegurar a resposta em tempo às solicitações dos grupos de trabalho MSG e MSHT

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** CAT

Outras entidades intervenientes –

Resultados

100% (Todos os documentos dos grupos MSG/MSHT foram respondidos em tempo)

17-05	Garantir a qualidade da Catalogação nacional (1)
--------------	---

Objetivo

Proceder à catalogação dos pedidos nacionais e internacionais dentro dos parâmetros temporais e definidos pelo Comité OTAN AC/135

Tipo de ação – Atividade Corrente **Natureza da ação**

Outras entidades intervenientes – Secções de Catalogação dos Ramos das Forças Armadas; “National Codification Bureaux” (NCB) dos países estrangeiros.

Resultados

Número médio de dias de resposta: 10 dias.

17-06	Garantir a qualidade da Catalogação nacional (2)
--------------	---

Objetivo

Proceder à catalogação dos pedidos nacionais e internacionais dentro dos parâmetros de qualidade definidos pelo Comité OTAN AC/135

Tipo de ação – Atividade Corrente **Natureza da ação**

Outras entidades intervenientes – “National Codification Bureaux” (NCB) dos países estrangeiros.

Resultados

Percentagem de rejeições: 7.88%.

17-07	Garantir a atribuição dos Códigos de Organização (CORG)
--------------	--

Objetivo

Proceder à atribuição de Código de Organização (CORG) dentro dos parâmetros de qualidade definidos pelo Comité OTAN AC/135

Tipo de ação – Atividade Corrente **Natureza da ação**

Outras entidades intervenientes – Secções de Catalogação dos Ramos das Forças Armadas; “National Codification Bureaux” (NCB) dos países estrangeiros; Empresas e organizações nacionais;



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Resultados

Número médio de dias para atribuição de CORG: 3 dias.

17-08 Garantir a atribuição de Números de Abastecimento Provisórios (NAP)

Objetivo

Proceder à atribuição de NAP's, a pedido dos utilizadores nacionais (Ramos das Forças Armadas, EMGFA, IASFA e SG/MDN), de acordo com parâmetros de qualidade e rapidez auto-impostos

Tipo de ação – Atividade Corrente **Natureza da ação**

Outras entidades intervenientes – Secções de Catalogação dos Ramos das Forças Armadas, Serviços de Identificação e Classificação de Material do EMGFA, IASFA e SG/MDN.

Resultados

Número médio de dias de resposta: 2 dias.

17-09 Garantir os carregamentos SIG/DN

Objetivo

Proceder ao carregamento dos NNAs/NAPs ou pedido de evolução (NAPs-MD para NNA) em SIG/DN; proceder às alterações em SIG/DN dos NNAs/NAPs solicitadas pelos Ramos das Forças Armadas e Serviços de Identificação e Classificação de Material do EMGFA, IASFA e SG/MDN

Tipo de ação – Atividade Corrente **Natureza da ação**

Outras entidades intervenientes – Secções de Catalogação dos Ramos das Forças Armadas, Serviços de Identificação e Classificação de Material do EMGFA, IASFA e SG/MDN.

Resultados

Número médio de dias de resposta: 2 dias.

17-10 Traduzir para língua portuguesa conteúdos do “NATO Master Catalogue of References for Logistics” (NMCRL)

Objetivo

Proceder à tradução e carregamento dos menus de entrada e de pesquisa do NMCRL, bem como promover integração da versão portuguesa do ACodP-2 (Grupos/Classe de material), possibilitando com isso a pesquisa em língua portuguesa a todos os utilizadores

Tipo de ação – Projeto **Natureza da ação**

Outras entidades intervenientes – NATO Supply and Procurement Agency.

Resultados

Tradução e carregamento dos menus de entrada e de pesquisa do NMCRL – Ainda em trabalho;



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Tradução para língua portuguesa e “upload” do ACodP-2 (Grupos/Classe de material) no NMCRL – Efetuada em Jun16.

Legenda (natureza das ações)

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; projeto



PROGRAMA 18

Gerir os Recursos da DGRDN



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Programa 18

Gerir os Recursos da DG de Recursos da Defesa Nacional

Unidade responsável – Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio/Divisão de Gestão Financeira, Recursos Humanos e Apoio Geral (atuais DGFP e DGRHA)

Ações

18-01 Gerir os recursos financeiros da DGRDN

Objetivo

Otimização dos recursos financeiros afetos à DGRDN.

Tipo de ação – Atividade de manutenção **Natureza da ação** – APL

Outras entidades intervenientes –

Subações

1. Proceder à elaboração da proposta orçamental, integrando as várias fontes de financiamento – receitas gerais, próprias e investimento (orçamentos de Funcionamento, DAAC, LPM, LIM, Receitas Próprias, Investimento, Polo NSPA, Infraestruturas NATO) de acordo com as orientações da DGO e *plafond* atribuído superiormente e acompanhar permanentemente os níveis da sua execução.
2. Acompanhamento da execução dos orçamentos financiados pela Lei do Serviço Militar (Dia da Defesa Nacional, CIOFE, Incentivos, *PALOP's*, OCRD, Recrutamento e Divulgação).
3. Gestão financeira e orçamental dos projetos do NATO Security Investment Programme (NSIP) e proceder à sua análise, acompanhamento e reporte no CIRIS.
4. Proceder à preparação e acompanhamento das auditorias nacionais e internacionais (NATO).
5. Proceder ao fornecimento de dados financeiros para o reporte do SIOE, do Balanço Social, Plano de Atividades, Relatório de Atividades, QUAR, Rescisões e Aposentações.
6. Preparar, elaborar e remeter à Secretaria-Geral do MDN os elementos necessários para a elaboração da Conta de Gerência.
7. Gerir a frota automóvel no Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado (SGPVE) da ESPAP.
8. Levantamento, mapeamento e avaliação de processos no âmbito financeiro.

Resultados

A execução orçamental da DGRDN, em 2016, foi acompanhada pelo grupo de 6 técnicos da DGFRH, através da análise detalhada dos mapas emitidos pelo Sistema Integrado de Gestão (SIG).

A DGRDN, relativamente ao ano de 2016, apresenta uma execução orçamental no montante de 143.013.428,62 €, o que representa 96,70% de execução do orçamento total face ao planeado.

No que diz respeito ao orçamento de funcionamento, verificou-se uma execução total da despesa, no montante de 9 421 446,48 €, dos quais, 8.706.691,28 € decorrem das Receitas Gerais e os restantes 714.755,20 € das Receitas Próprias. Em termos percentuais as Receitas Gerais representam 92,41 % da execução total da despesa do orçamento de funcionamento e os restantes 7,59% são relativos da execução das Receitas Próprias.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

O Departamento de Apoio aos Antigos Combatentes teve uma execução total de 825.574,13 €.

A execução das atividades que decorrem do financiamento das verbas da Lei do Serviço Militar, designadamente, os encargos referentes à organização e realização do DDN totalizaram o montante de 1.329.867,27 €, o CIOFE no valor de 129.815,66 €, bem como as verbas a atribuir de acordo com o Regulamento de Incentivos à Prestação do Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado no valor de 231.836,46 €. O apoio prestado aos Cidadãos Deficientes das Forças Armadas e dos Cidadãos dos PALOP's no montante de 48.620,76 €.

Na sequência da celebração do Protocolo entre a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional e a APORVELA visando a participação e a organização do «THE TALL SHIPS RACES LISBOA 2016» no montante de 250.000,00 € e a organização da LISBOA INTERNACIONAL AIR SHOW 2016, com a ARC no valor de 25.000,00 €.

18-02 | Gerir os recursos patrimoniais

Objetivo

Elaborar e manter atualizado o inventário do património afeto à DGRDN.

Tipo de ação – Atividade de manutenção **Natureza da ação** – APL

Outras entidades intervenientes –

Subações

1. Assegurar a disponibilização e distribuição do imobilizado, de acordo com as necessidades de cada serviço.

Resultados

Foi elaborado e atualizado o cadastro relativo ao imobilizado da DGRDN.

18-03 | Análise e Controlo da execução orçamental

Objetivo

Acompanhar e controlar a execução dos vários orçamentos

Tipo de ação – Atividade de manutenção **Natureza da ação** – APL

Outras entidades intervenientes –

Subações

1. Proceder à análise da informação financeira registada no Sistema Integrado de Gestão, SIG, alertando para eventuais incorreções nos lançamentos efetuados pela Secretaria-geral.
2. Preparar as propostas das alterações orçamentais, propostas de transição de saldos e propostas de abertura de crédito especial.
3. Implementar o Sistema Integrado de Gestão Orçamental da DGRDN.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

4. Registrar e controlar a execução dos projetos da NATO no CIRIS.
5. Criação de um sistema de Gestão do NSIP.
6. Registrar nominalmente as regularizações financeiras dos projetos da NATO em território nacional.
7. Gerir o Fundo de Maneio.
8. Verificar a conformidade jurídico-financeira dos documentos de despesa, promover o respetivo pagamento e executar a contabilização de todos os movimentos financeiros.
9. Assegurar os procedimentos inerentes à cobrança e entrega das receitas próprias.
10. Assegurar a execução financeira e o controlo dos orçamentos da LPM, LIM e Investimento.
11. Entrega do Imposto sobre o Valores Acrescentado dos Contratos de manutenção.
12. Reembolso de Imposto sobre o Valor Acrescentado a fornecedores de Obras NATO.
13. Gerir tarefas inerentes à contratação pública de bens e serviços, assegurando a gestão do aprovisionamento dos bens de consumo corrente.
14. Acompanhar e controlar a execução do Plano de Deslocações na plataforma de controlo interno.
15. Acompanhar e controlar a execução do Plano de Formação.

Resultados

Elaboração e análise de mapas financeiros de apoio à gestão;
Elaboração mensal dos Fundos Disponíveis no SIGO, Site da DGO;
Elaboração dos mapas mensais sobre Pagamentos em atraso, no Site da DGO;
Elaboração mensal da Unidade de Tesouraria, no Site da DGO;
Elaboração da previsão mensal da despesa numa perspetiva mensal, no site da DGO;
Criação de um sistema de Gestão do NSIP.

18-04 | Reportes Financeiros

Objetivo

Elaboração dos reportes referentes aos Serviços Integrados no site da Direção-Geral do Orçamento

Tipo de Ação – Atividade de manutenção **Natureza da Ação** – APL

Outras entidades intervenientes –

Subações

1. Gestão mensal do lançamento dos reportes financeiros no portal da DGO (Fundos Disponíveis, Previsão Mensal de Execução, Pagamentos em atraso e validação do SIPI).
2. Gestão anual no portal da DGO da Transição de saldos.
3. Proceder trimestralmente ao acompanhamento e controlo dos encargos plurianuais na plataforma de reporte SCEP da DGO.
4. Proceder ao acompanhamento e reporte mensal das deslocações e estadas em território nacional e internacional, assim como o reporte da unidade de tesouraria.
5. Proceder ao fornecimento de dados financeiros para o reporte do SIOE.

Resultados

Acompanhamento mensal dos Fundos Disponíveis, pagamentos em atraso, unidade de Tesouraria, Deslocações ao estrangeiro (anual), execução mensal e análise de desvios.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

18-05 | Gestão de economato

Objetivo

Disponibilização e distribuição atempada do material de escritório.

Tipo de ação – Atividade de manutenção **Natureza da ação** – APL

Outras entidades intervenientes –

Subações

1. Distribuição e controlo dos artigos de consumo corrente, assegurando os níveis de stock

Resultados

Distribuição e controlo dos artigos de consumo corrente, assegurando os níveis de stock.

18-06 | Gerir os Recursos Humanos afetos à DGRDN

Objetivo

Contribuir para a prossecução da missão da DGRDN, garantindo o funcionamento do sistema de gestão e administração dos recursos humanos.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – APL

Outras entidades intervenientes –

Subações

1. Assegurar os procedimentos relativos à administração do pessoal da DGRDN (executar os instrumentos relativos à constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego)
2. Desmaterializar os processos individuais dos trabalhadores

Resultados

Elaboração de ofícios relativos a mobilidades internas e mobilidades intercarreiras;
Elaboração de despachos de consolidação de mobilidades, e de períodos experimentais;
Elaboração de ofícios relativos aos diversos tipos de licenças;
Elaboração do Mapa de Pessoal;

Colaboração nos diversos instrumentos de gestão da Direção-Geral.

Utilização e Atualização de Bases de Dados com conteúdos respeitantes aos recursos humanos da Direção-Geral.

Utilização e manutenção do SRH Plus no processamento da assiduidade dos trabalhadores da Direção-Geral.

Elaboração de ofícios respeitantes à prestação de serviço de militares na Direção-Geral e posterior integração dos novos elementos nas plataformas de gestão de assiduidade, nas bases de dados e no processamento de vencimentos (efetuado pela Secretaria-Geral do MDN).



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

18-07 Contribuir para o desenvolvimento e motivação dos trabalhadores da DGRDN

Objetivo

Potenciar o desenvolvimento pessoal e contribuir para o aumento do nível de motivação dos trabalhadores (formação).

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – FOR

Outras entidades intervenientes – Toda a DGRDN/INA

Subações

1. Diagnosticar as necessidades de formação
2. Elaborar a proposta do Plano Anual de Formação
3. Gerir o Plano de formação
4. Promover a formação e aperfeiçoamento profissional do pessoal afeto à DGRDN

Resultados

Promoção e divulgação de oferta formativa e inscrição dos trabalhadores da DGRDN em formação.

Elaboração de Base de Dados no âmbito da frequência de formação.

Desenho de modelo de gestão da formação da DGRDN (a decorrer e a aguardar desenvolvimentos no âmbito da aplicação do novo diploma que rege a formação na Administração Pública).

Colaboração na atualização da Gestão Documental para a utilização de documentos de proposta de formação.

18-08 Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho na Administração Pública (SIADAP)

Objetivo

Coordenação e monitorização do SIADAP 2 e 3 (participação coordenadora do GAT na elaboração do SIADAP 1 - QUAR)

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – AA

Outras entidades intervenientes – Toda a DGRDN

Resultados

SIADAP 1 - Acompanhamento das monitorizações do QUAR 2016 (ver ação 23.1 GAT)

SIADAP 2 e 3 – Tratando-se do ciclo bienal de 2015-2016, durante o ano de 2016, as principais ações desenvolvidas foram de monitorização do processo;

Despacho n.º 16/DGRDN/2016 – Eleição da Comissão Paritária ciclos 2015/2016 e 2017/2018;

Despacho n.º 17/DGRDN/2016 – Constituição do Conselho Coordenador de Avaliação;

Despacho n.º 19/DGRDN/2016 – Constituição da Comissão Paritária.

Aprovação do Regulamento do Conselho Coordenador de Avaliação.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

18-09	Modernização e simplificação administrativa da DGRDN
--------------	---

Objetivo

Estudar e implementar novos mecanismos organizacionais e de sistemas de informação, necessários à melhoria da eficiência e eficácia dos processos de funcionamento da DGRDN, particularmente na relação com o cidadão.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – Toda a DGPRM

Subações

1. Acompanhar as medidas de simplificação propostas pelas unidades orgânicas e aprovadas superiormente.
2. Apoiar tecnicamente na área dos sistemas de informação.
3. Participação na iniciativa “Macroestrutura funcional para a classificação de documentos e para a interoperabilidade semântica entre os sistemas de informação na Administração Pública” (Projeto MEF – DGLAB) (Participação do GAT).

Resultados

Durante este período foi prestada a colaboração a todos os serviços na exploração dos recursos informáticos existentes e procedeu-se a algumas melhorias com o objetivo de melhorar e aligeirar os processos de funcionamento da DGRDN.

18-10	Prestar informações que sejam solicitadas pelos diversos Serviços Centrais do MDN e Serviços da AP
--------------	---

Objetivo

Promover a divulgação das atividades da DGRDN ou de outras matérias ao nível dos RH's das FAs de interesse para a comunidade;
Colaborar com as demais entidades do Ministério na divulgação das suas atividades.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – DIV

Outras entidades intervenientes – Toda a DGRDN

Subações

1. Manter atualizado o sítio da DGRDN na Internet, com as informações relativas aos instrumentos de gestão e outras matérias relevantes

Resultados

Prestação regular e em tempo de informação respeitante ao SIOE na plataforma da DGAEP.
Prestação regular e em tempo de informação respeitante ao RAF na plataforma do INA.
Prestação regular e em tempo de informação respeitante às rescisões e aposentações, solicitada pela Secretaria-Geral do MDN.
Prestação regular de informação, solicitada pela Secretaria-Geral do MDN, no âmbito do Princípio do Utilizador-Pagador.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

18-11	Consultadoria
--------------	----------------------

Objetivo

Elaborar informações, estudos e pareceres sobre assuntos que não se enquadrem nas ações previamente programadas pela DSGFA, nomeadamente funções consultivas, estudo e elaboração de pareceres técnico-jurídicos no âmbito da relação jurídica de emprego público e recursos humanos, acompanhamento de inspeções e auditorias à Direção-Geral

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CON

Outras entidades intervenientes –

Resultados

Elaboração de pareceres, informações, notas internas no âmbito de matérias diretamente relacionadas com os recursos humanos, nomeadamente, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, Código do Trabalho, Estatuto do Pessoal Dirigente, Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na AP, Processo de Recrutamento e Seleção, Código dos Contratos Públicos, Leis do Orçamento do Estado e Leis de Execução Orçamental, e de outras matérias transversais à Direção-Geral, designadamente, Estatuto dos Militares das Forças Armadas, Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, Lei de Defesa Nacional, Lei de Bases do Estatuto da Condição Militar, e demais legislação complementar da mesma natureza.

Legenda (natureza das ações)

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; projeto



PROGRAMA 19

**Acompanhar, analisar e controlar os Sistemas
de Informação da DGRDN**



Programa 19

Acompanhar, analisar e controlar os Sistemas de Informação da DGRDN

Unidade responsável – Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio/Divisão de Gestão Financeira, Recursos Humanos e Apoio Geral

Ações

19-01 | Gestão e Controlo de Pessoal

Objetivo

Manter atualizada a base de dados de Recursos Humanos da DGRDN.

Tipo de ação – Atividade de manutenção **Natureza da ação** – APL

Outras entidades intervenientes –

Subações

1. Garantir o funcionamento e a atualização da informação relativa aos trabalhadores

Resultados

A atualização da informação é efetuada em média no dia seguinte, pelo que em 8 dos 12 meses foi superada e nos restantes cumprido.

19-02 | Sistema de Gestão Documental

Objetivo

Controlo da entrada e saída de documentos

Tipo de ação – Atividade de manutenção **Natureza da ação** – APL

Outras entidades intervenientes –

Subações

1. Efetuar o registo das entradas e saídas dos documentos
2. Protocolar a informação

Resultados

No ano de 2016 foram registadas na aplicação de Gestão Documental 23.261 entradas e 12.285 saídas.
Internamente a aplicação faz os encaminhamentos sem protocolos (só há documentos protocolados quando entregues a entidades externas em mão).

19-03 | Sistema de Informação e Gestão (SIG)

Objetivo

Planeamento orçamental no SIG, módulo "SEM-BW" do MDN, através da elaboração de diferentes cenários para o orçamento dos Serviços Próprios e para a Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais (antigos combatentes).



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Tipo de ação – Atividade de manutenção **Natureza da ação** – APL

Outras entidades intervenientes –

Subações

1. Elaboração de documentos de suporte à análise de custo/benefício das atividades a desenvolver
2. Elaboração de vários cenários orçamentais a remeter à Secretaria-Geral, em cumprimento de Despacho Ministerial

Resultados

Elaboração do mapa final para a Proposta de Orçamento da DGRDN, de acordo com as normas estabelecidas na Circular da DGO bem como dos Plafonds atribuídos pela Secretaria Geral do Ministério da Defesa Nacional.

19-04	Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública - SIADAP (informatização)
--------------	--

Objetivo

Planeamento e monitorização do desempenho da organização, das unidades orgânicas e respetivos trabalhadores

Tipo de ação – Atividade de manutenção **Natureza da ação** – APL

Outras entidades intervenientes – DGRDN

Resultados

No âmbito das atividades tendentes ao processo do SIADAP, foi possível aferir com exatidão o nível de concretização dos objetivos correspondentes a cada trabalhador. Neste particular, e das atividades desenvolvidas, importa realçar a realização dos diversos relatórios de apoio de monitorização e acompanhamento do processo de avaliação do SIADAP, assim como, a implementação do sistema de alarmística, que visa apoiar os diversos intervenientes no processo na condução das respetivas atividades.

19-05	Base de Dados do Sistema de Informação de Organização do Estado (SIOE)
--------------	---

Objetivo

Recolha de dados relativos aos efetivos e prestadores de serviço na Administração Pública.

Tipo de ação – Atividade de manutenção **Natureza da ação** – APL

Outras entidades intervenientes –

Subações

1. Introdução dos dados relativos ao número de efetivos e suas variáveis

Resultados

Os dados SIOE, foram cumpridos com sucesso, todos os prazos de carregamento dos dados semestrais, mercê de um controlo diário dos mesmos, tornando mais expedita a resposta, quando solicitada.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

19-06 | Gestão das Bases de Dados

Objetivo

Proceder à gestão das Bases de Dados em exploração.

Tipo de ação – Atividade de manutenção **Natureza da ação** – APL

Outras entidades intervenientes –

Subações

1. Garantir a integridade do sistema de informação
2. Garantir a otimização do acesso aos dados
3. Definição da estratégia relativa aos procedimentos de segurança e restauro da informação

Resultados

Neste âmbito foram assegurados os procedimentos referentes à gestão dos sistemas de base de dados, nomeadamente a atualização e correção da informação e verificação da integridade dos dados, recorrendo a processos de comparação e cruzamento de informação. Adicionalmente, importa realçar, a atempada calendarização e verificação da integridade da informação que foi alvo de cópia de segurança.

19-07 | Desenvolvimento de soluções informáticas

Objetivo

Proceder à análise e ao desenvolvimento de soluções informáticas tendo por base as necessidades dos serviços.

Tipo de ação – Atividade de manutenção **Natureza da ação** – APL

Outras entidades intervenientes –

Resultados

Foram concretizadas diversos desenvolvimentos que consubstanciaram melhorias na interação dos cidadãos com a DGRDN, nomeadamente naquilo que se refere ao processo de confirmação de presença dos cidadão que se apresentam nos centros de divulgação para cumprir o Dia da Defesa Nacional.

19-08 | Gestão dos sistemas de informação

Objetivo

Disponibilizar os meios de tratamento automático de informação necessários ao funcionamento da Direção-Geral, proceder ao desenvolvimento e atualização dos sistemas informáticos, assim como apoiar os seus utilizadores.

Tipo de ação – Atividade de manutenção **Natureza da ação** – APL

Outras entidades intervenientes – Toda a DGRDN/SG

Subações

1. Garantir o funcionamento e a atualização das diversas aplicações informáticas
2. Prestar apoio e formação aos utilizadores



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

3. Manter atualizados e com uma elevada taxa de disponibilidade os serviços prestados *online* ao cidadão

Resultados

A ação em apreço reveste-se de importância capital e estratégica uma vez que influencia claramente o regular funcionamento do organismo.

Nessa perspetiva, a infraestrutura foi alvo de um investimento no que concerne à renovação do parque informático, nomeadamente através da aquisição de novos equipamentos e subsequente renovação dos equipamentos considerados obsoletos, de acordo com o plano estratégico definido pela DSGFA para 2016.

Foi ainda realizado um reforço da capacidade disponível para o alojamento dos diversos serviços que dão suporte ao bom funcionamento da DGRDN.

Legenda (natureza das ações)

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; projeto



PROGRAMA 20

Análise Jurídica e Contratual no âmbito da DGRDN



Programa 20

Análise Jurídica e Contratual no âmbito da DGRDN

Unidade responsável – Divisão de Análise Jurídica e Contratual

Ações

20-01	Contratação pública no âmbito da Defesa
-------	---

Objetivo

Assegurar o apoio técnico-jurídico aos procedimentos de contratação pública.

Tipo de ação – projeto/atividade corrente **Natureza da ação** - AA/CON

Outras entidades intervenientes – DSAE, DSQA, DSGFA, Ramos das FA

Subações

1. Apoio técnico-jurídico à promoção e instrução de procedimentos de contratação pública relativos à aquisição de armamento e equipamentos militares, em particular os referentes a projetos inscritos nas capacidades da Lei de Programação Militar (LPM);
2. Apoio técnico-jurídico à promoção e instrução de procedimentos que visam o desenvolvimento de projetos de I&D da Defesa;
3. Apoio técnico-jurídico aos procedimentos de alienação e desmilitarização de material de guerra;
4. Acompanhamento jurídico da execução dos contratos, incluindo gestão e liberação das garantias bancárias;
5. Elaboração de pareceres sobre propostas de procedimentos de contratação pública a realizar pelos Ramos das Forças Armadas.

Resultados

Análise às subações:

1. Assegurada a participação e/ou apoio técnico jurídico em 34 procedimentos aquisitivos de contratação pública conduzidos pela DGRDN, dos quais 8 relativos a aquisições de equipamentos militares, aquisição de serviços e projetos de I&D financiados através da LPM representando um montante global estimado de 40,6 milhões de euros (sem IVA). Dos 34 procedimentos aquisitivos foram concluídos até final do ano 29, encontrando-se em curso 5. A duração média por tipo de procedimento foi de 19 dias úteis, no caso dos procedimentos de ajuste direto ou similares, e de 93 dias, no caso dos procedimentos de natureza concursal.

Ainda nesta subação, destaca-se a instrução do processo de instrução de visto, conduzido pela DGRDN, quanto ao Contrato de aquisição de serviços de desmilitarização - Contrato n.º 07/DGRDN/2016 de 4/4/2016 e Aditamento N.º 1 de 24/5/2016 - cujo visto foi concedido pelo Tribunal de Contas em 2-6-2016. A DAJC apoiou igualmente a redação das minutas de dois Contratos excluídos - "Sales Agreement" com a NSPA, Contrato de Aquisição de 35 VTMB 4X4 Exército de 10-8-2016 e Contrato de Aquisição de Viaturas para o SIC-T Exército de 5-12-2016 – tendo em vista a sua submissão a visto prévio pelo Exército, tendo os vistos pelo TC sido concedidos em 13-9-2016 e 28-12-2016, respetivamente.

2. Apoio técnico-jurídico a 4 procedimentos de contratação excluída relativos a 4 projetos cooperativos de I&D, desenvolvidos no âmbito da Agência Europeia de Defesa (EDA),



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

tendo sido aprovados e assinados até final do ano os *Project Arrangements* (PA) e Protocolos de Cooperação Nacionais relativos a 3 desses projetos cooperativos.

3. Participação e apoio técnico-jurídico a 4 procedimentos de alienação de material guerra, dos quais 2 foram concluídos no ano de 2016, gerando uma receita aproximada de 434 mil euros;
4. Instrução de 14 processos de liberação de caução contratuais, tendo sido concluídos até final do ano 13, que originaram um montante global liberado de 66,3 milhões de euros. No âmbito de acompanhamento jurídico da execução dos contratos foram ainda elaboradas 7 Informações/pareceres relativas a questões de execução e/ou fiscalização contratual; bem como mais 14 informações e/ou pareceres em matérias diversas relacionadas com a contratação pública.
5. Foram elaboradas 5 informações/pareceres sobre propostas de abertura de procedimentos a executar pelos Ramos das FA's: aquisição de 2 baterias para os submarinos da classe Tridente (10M€); aquisição de 167 VTLB 4X4 para o Exército (60,8M€); modernização do sistema de armas C-130 da FAP (29M€); aquisição de 35 VTMB e 12 VTMNB para o SIC-T (13,3M€); e substituição da frota de helicópteros Alouette III da FAP (20,5M€). Foi ainda elaborado ofício-parecer sobre a proposta de minuta de contrato relativo à Manutenção Planeada do Submarinos NRP Tridente (23,9M), e colaboração no projeto de despacho tendo em vista autorizar o procedimento relativo ao contrato GSP de manutenção dos motores dos helicópteros EH-101 da FAP, a realizar pela Defloc (81M€). Total investimento estimado a ser financiado pela LPM 238,5M€, dos quais autorizados até final do ano 218,0M€ (valores sem IVA).

20-02 **Legislação e Regulamentos em matérias específicas**

Objetivo

Assegurar o apoio jurídico à elaboração de projetos legislativos e de regulamentos

Tipo de ação – projeto/atividade corrente **Natureza da ação** – CAT/CON

Outras entidades intervenientes – DSAE, DSQA.

Subações

1. Participação na elaboração e/ou revisão de legislação e regulamentos em áreas específicas tais como contratação pública no domínio da Defesa, atividade de indústria e comércio de produtos da Defesa, I&D, Qualidade e Ambiente.
2. Acompanhamento da evolução da legislação da União Europeia nas áreas matérias específicas identificadas e sua transposição e aplicação no âmbito da Defesa.
3. Elaboração e apresentação de propostas de regulamentos internos tendo em vista a sistematização e harmonização de procedimentos de contratação pública ou similares no âmbito da DGRDN.

Resultados

Análise às subações:

1. Participação na redação e/ou revisão dos seguintes projetos legislativos e/ou propostas



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

de regulamentos ou despachos:

- Proposta de despacho para a implementação da estrutura de gestão nacional do MOU, celebrado entre o MDN e a NCIO, relativo à "CO-OPERATION ON C4ISR AND CYBER DEFENCE ACTIVITIES. Concluído com a publicação do Despacho MDN n.º 7861/2016 de 1/6/2016 (DR, 2ª S, n.º 114, de 16-6-2016);
- Protocolo MDN/DGRDN e Startup Lisboa (AIEL) – desenvolvimento do programa «Defesa Empreende»;
- Protocolo de Colaboração no âmbito do Programa de Eficiência Energética na Administração Pública (Adene/MDN);
- Projeto de RCM que determina a Participação de Portugal no Programa Space Surveillance and Tracking (SST) e a Criação da Estrutura de Missão SST.

2. Em termos de acompanhamento da evolução da legislação da EU e sua transposição, destaca-se:

- Revisão final do Projeto de Decreto-Lei relativo à 5ª Alteração da Lei n.º 37/2011, de 22/6, tendo em vista transpor para o ordenamento jurídico nacional a DIRETIVA EU 2016/970 CE 27/5/2016 relativa à simplificação dos procedimentos aplicáveis à transmissão e à circulação de produtos relacionados com a defesa e que procedeu à atualização da Lista Militar Comum da União Europeia. Concluído com a publicação do Decreto-Lei n.º 78/2016, de 23 de novembro;
- Comentários ao anteprojeto de alteração do Código dos Contratos Públicos (CCP) que visa transpor as Diretivas Europeias sobre contratação Pública (Diretivas n.º 2014/23/UE, n.º 2014/24/EU e n.º 2014/25/EU, de 26 de fevereiro, e 2014/55/UE, de 16 de abril de 2014) e revogar o DL 104/2011 que transpõe a Diretiva 2009/81/CE Contratação Pública Defesa e Segurança. Elaboração de quadro comparativo (contratação excluída no âmbito da Defesa).

3. Não foi possível concretizar a subação 3. devido à falta de funcionários e à necessidade de assegurar inúmeros trabalhos não previstos.

20-03	Consultadoria
--------------	----------------------

Objetivo

Assegurar o apoio e tratamento técnico-jurídico de todos os assuntos remetidos pela Direção.

Tipo de ação – atividade corrente **Natureza da ação** - CON
Outras entidades intervenientes –

Subações

1. Elaboração de estudos, informações e pareceres técnico-jurídicos sobre assuntos, matérias e procedimentos administrativos da competência da DGRDN, que não se enquadrem nas ações 20-01 e 20-02.

Resultados

Elaboração de estudos, informações e pareceres técnico-jurídicos sobre as seguintes matérias:



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

- Nomeação do Oficial de Ligação junto da Agência OTAN NSPA;
- Artigo 30.º RLSM – Suspensão da aplicação do incentivo por força das LOE;
- Turismo Militar – Enquadramento jurídico da ATMPT do ponto de vista da contratação pública;
- Execução de Sentença do TACL Proc. Nº 867/16 Intimação interposta por Anabela Campos (cópia do contrato de aditamento de 26-9-2014 ao contrato de contrapartidas de 15-2-2005 Pandur);
- Aplicação do Acordo Suplementar ao Protocolo sobre o Estatuto dos Quartéis-Generais Militares Internacionais (questão fiscal);
- Acervo histórico legislativo da DGRDN e ex-direções DGAIED e NAMSA;
- Projeto de despacho de constituição de júri de avaliação no âmbito do SIADAP - Despacho DG n.º 6/DGRDN/2016 de 9/6.
- Instrução de 5 processos de reclamação de avaliação de desempenho (na qualidade de membro da comissão paritária), tendo sido produzidos os respetivos Relatórios e Atas.

No total das subações incluídas em 20-01, 20-02 e 20-03, foram elaborados 52 estudos, informações ou pareceres, cujo Tempo Médio de Resposta (TMR) foi de 5,8 dias (úteis).

20-np	Atividades/projetos não previstos
-------	-----------------------------------

Resultados

Representação nacional no **‘Expert Group on Defence & Security Procurement’**, Comissão Europeia – participação na reunião de 18FEV2016, em Bruxelas, e acompanhamento dos respetivos trabalhos de avaliação da Diretiva n.º 2009/81/CE sobre Contratação Pública nos domínios da Defesa e Segurança.

Representação nacional no **‘Defence Acquisition Expert Network’**, Agência Europeia de Defesa (EDA) – assegurada a participação na 10ª reunião, que se realizou no dia 14-12-2016, via VTC, e acompanhamento dos trabalhos em curso.

Legenda (natureza das ações)

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.



PROGRAMA 21

Apoiar o Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas e de Segurança



Programa 21

Apoiar o Serviço de Assistência Religiosa (Forças Armadas e de Segurança)

Unidade responsável – Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas e das Forças de Segurança

Ações

21-01 Atividades do SARFAFS em Portugal

Objetivo

Apoiar o desenvolvimento das atividades necessárias à prossecução da ação do SARFAFS em Portugal.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CIN

Outras entidades intervenientes –

Resultados

Curso de Capelães; Peregrinação a Fátima a pé; apoio às diversas peregrinações ciclo motoras ao Santuário de Fátima promovido pelas capelanias doa Ramos e das Forças de Segurança; Apoio à peregrinação a pé ao Santuário de N. S. da Conceição em vila Viçosa; Apoio nas Unidades que promoveram ações de ação social, realização da Peregrinação a Fátima pelas Forças de Armadas e Forças de Segurança; encontros de Militares e civis da Família Militar; Apoio na BA6 ao Agrupamento de Escuteiros do AR; Dádivas de Sangue.

21-02 Atividade internacional do SARFAFS

Objetivo

Apoiar o desenvolvimento das atividades necessárias à prossecução da ação do SARFAFS no estrangeiro.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CII

Outras entidades intervenientes –

Resultados

Peregrinação Internacional Militar a Lourdes; participação em Congressos de âmbito internacional.

21-03 Atividades editoriais da SARFAFS

Objetivo

Apoiar a publicação de edições do SARFAFS, nomeadamente o Jornal Centurião.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – DIV

Outras entidades intervenientes –

Resultados



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Publicação trimestral do Jornal “O Centurião”; lançamento do Livro “Quero Acordar a Aurora”

Legenda (natureza das ações)

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; projeto



PROGRAMA 22

Gestão e Planeamento Estratégico no âmbito da DGRDN



Programa 22

Gestão e Planeamento Estratégico no âmbito da DGRDN

Unidade responsável – Gabinete de Gestão e Planeamento Estratégico (Equipa Multidisciplinar)

Ações

22-01 Análise e apreciação de documentos transversais à DGRDN

Objetivo

Coordenação de documentos de índole transversal a todos os objetivos estratégicos da DGRDN

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** - AA
Outras entidades intervenientes –

Resultados

Elaboração de documentos relativos a elementos indicativos de cooperação com: Brasil, Espanha, Argélia, Turquia, Uruguai, Venezuela, Ucrânia, Itália, Paraguai, Marrocos, Reino Unido, EUA (AA/CAT/CII)

Briefings ao Curso de Estado-Maior Conjunto e a Adidos Militares; (AA/CIN/DIV)

Preparação de documentos de apoio a reuniões de SEXAMDN e SEXASEDN com os seus homólogos de diferentes países aliados; (AA/CAT/CIN)

Preparação de documentos relativos a diplomas para entrar em circuito legislativo (AA/CAT/CIN);

Elaboração de documentos de apoio para a Direção – Diretor e Subdirector (AA/CAT)

22-02 Ações externas da DGRDN

Objetivo

Coordenação das ações externas da DGRDN – NATO, EU e outras instâncias internacionais

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** - AA
Outras entidades intervenientes –

Resultados

Participação em reuniões NATO e EU; (AA/CAT)

Participação como representante da DGRDN nas reuniões do “Grupo de Acompanhamento do Planeamento de Defesa (GPAD); (AA/CAT/CIN)

Participação em eventos relacionados com armamento e indústrias de Defesa; (AA/CAT)

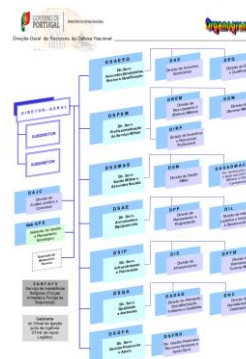


Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Legenda (natureza das ações)

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; projeto



PROGRAMA 23

Coordenar a elaboração dos Instrumentos de Gestão estratégica da DGRDN e execução de matérias no âmbito organizacional



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Programa 23

Coordenar a elaboração dos instrumentos de gestão estratégica da DGRDN e execução de matérias no âmbito organizacional

Unidade responsável – Gabinete de Assessoria Técnica ao Diretor

Ações

23-01 | Controlo de Execução da Atividade da DGRDN

Objetivo

Elaborar e coordenar os instrumentos necessários ao controlo de execução da atividade da Direção-Geral, nomeadamente aqueles que estão previstos na legislação em vigor.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – APL

Outras entidades intervenientes – Toda a DGRDN

Subações

1. Elaborar o Relatório de Atividades de 2015.
2. Elaborar e coordenar o Plano de Atividades para 2017.
3. Elaborar o Balanço Social de 2015.
4. Coordenar a elaboração do QUAR 2016 (SIADAP 1).

Resultados

Elaboração do Relatório de Atividades 2015 da DGPRM.

O Relatório de Atividades tem por objetivo descrever o percurso feito pela organização e os desvios obtidos, bem como avaliar os resultados e estruturar a informação relevante daquilo que foi executado. Assim, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de Setembro, elaborou-se com a participação das unidades orgânicas o Relatório de Atividades.

Elaboração do Plano de Atividades 2017 da DGRDN.

A DGPRM elabora anualmente o seu Plano de Atividades apoiado na gestão previsional das suas ações que se baseiam nas diversas atribuições do serviço. Este documento enquadra-se ainda no SIADAP 1 de acordo com a Lei nº 66-B/2007 de 28 de Dezembro, especialmente na definição de objetivos estratégicos e das unidades orgânicas que se materializam em programas e ações.

Elaboração do Balanço Social 2015 da DGPRM.

O Balanço Social estabelece e destaca o que é fundamental na política de recursos humanos definida pela Direção. Analisa ainda retrospectivamente elementos estatísticos, estudá-los e possibilitar a tomada de decisão tendo em vista a gestão previsional de pessoal

Acompanhamento das monitorizações do QUAR 2016 e preparação do QUAR 2017.

Conforme o previsto na Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, o QUAR (Quadro de Avaliação e Responsabilização) é desenvolvido anualmente, sendo elaborado de acordo com os contributos solicitados às unidades orgânicas da DGRDN, (definição de objetivos,



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

metas e indicadores de medida associados e fontes de verificação de cada objetivo).

A metodologia adotada para a monitorização do Quar foi a mesma para a sua construção, pelo que solicitou os contributos às diversas unidades orgânicas de forma a refletir o grau de cumprimento e os desvios de cada indicador.

23-02 | Divulgar e produzir informação de interesse da DGRDN

Objetivo

Divulgar informações provenientes de outros Organismos da AP, meios de comunicação social e outros com importância para a DGRDN;
Dar a conhecer as atividades internas do serviço.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – DIV
Outras entidades intervenientes – Toda a DGRDN

Subações

1. Manter atualizado o «Guia Informativo» da DGRDN para dirigentes, trabalhadores e visitantes.
2. Apoiar a DGRDN na elaboração de trabalhos específicos do âmbito organizacional (estudos, mapas, cronogramas, organogramas, estatísticas e outros).
3. Distribuir informação.

Resultados

Gestão do acervo de documentação especializada enviada a esta direção-geral e remetida ao GAT; difusão de informação especializada em matérias de defesa nacional e segurança, via correio eletrónico, à direção e às unidades orgânicas; divulgação de informações recolhidas através de imprensa escrita e outras fontes, nomeadamente páginas eletrónicas das seguintes estruturas: EMGFA, Exército, Marinha, Força Aérea, Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana, associações, revistas, clubes e blogues militares, sindicatos da administração pública, tribunais administrativos, comissão de defesa nacional, embaixadas/adidos militares, direções-gerais do MDN e de diversos departamentos governamentais que incidam nas áreas de avaliação, estudos, formação, planeamento e políticas públicas.

Apoio ao Diretor-Geral na preparação de documentos (intervenções, dissertações), elaboração de apresentações em diversas instituições e outros.

Participação em reuniões no âmbito da gestão documental que adaptaram o classificador utilizado na ex-DGPRM para a versão MEF-ASIA já em utilização pela ex-DGAIED, tendo em vista construir uma versão que abrangesse todas as áreas de atividade da DGRDN. Reuniões sobre a implementação do projeto ASIA na Administração Pública na DGLAB (Torre do Tombo).

Apoio na elaboração de trabalhos específicos do âmbito organizacional (estudos, mapas, cronogramas, organogramas, estatísticas e outros).



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

23-03	Estrutura de Pilotagem e Técnica no âmbito da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR)
-------	---

Objetivo

Participar no projeto em que a Defesa Nacional integra a estrutura de pilotagem responsável pela avaliação e acompanhamento de várias ações que incorporam a Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária (ENSR), bem como a estrutura técnica por si coordenada, na medida em que a ANSR considerou pertinente incluir no novo plano uma atividade que incida sobre “o ensino das matérias relacionadas com a segurança rodoviária junto das Forças Armadas”.

Tipo de ação – Projeto **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – DSAEEQ/DGRDN, ANSR, Dir. Geral Educação e Ramos

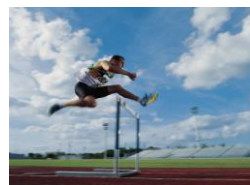
Resultados

Participação no projeto em que a Defesa Nacional integra a estrutura de pilotagem responsável pela avaliação e acompanhamento de várias ações que incorporam a Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária (ENSR), bem como a estrutura técnica por si coordenada, na medida em que a ANSR considerou pertinente incluir no novo plano uma atividade que incida sobre “o ensino das matérias relacionadas com a segurança rodoviária junto das Forças Armadas”.

Continuação da formação sobre segurança rodoviária ministrada nos Ramos das FA e coordenação dessa atividade pelo GAT.

Legenda (natureza das ações)

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.



PROGRAMA 24

Fomentar a Educação Física e Desporto Militar



Programa 24

Fomentar a Educação Física e Desporto Militar

Unidade responsável – Comissão de Educação Física e Desporto Militar

Ações

24-01 Competições Desportivas Militares Nacionais

Objetivo

Promover o intercâmbio entre os militares dos Ramos das Forças Armadas e Forças de Segurança, organizando e coordenando a realização de Campeonatos Nacionais Militares, em várias modalidades desportivas.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CIN

Outras entidades intervenientes – Ramos/FS

Subações

1. Corrida do CISM + I CNM Atletismo de Estrada, 17 e 18 de fevereiro (Marinha);
2. XXXVIII CNM de Corta-Mato, 31 de março e 01 de abril (FAP);
3. XLVII CNM de Tiro, 31 de maio a 03 de junho (PSP);
4. VII CNM de Voleibol de Praia, 06 a 08 de julho (FAP);
5. XXXIX CNM de Orientação, 10 a 14 de outubro (Exército);
6. VII CNM de Duetlo BTT, 27 e 28 de outubro (GNR);
7. XXXII CNM de Futsal, 22 a 25 de novembro (PSP).

Resultados

Análise das subações

1. Corrida do CISM e I CNM de Estrada, organizados pela Marinha na Base Naval de Lisboa (Alfeite), em 17 e 18 de fevereiro, com a participação da Marinha, Exército, Força Aérea, Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública;
2. XXXVIII CNM de Corta-Mato, organizado pela Força Aérea no Campo de Tiro em Alcochete, em 31 de março e 01 de abril, com a participação da Marinha, Exército, Força Aérea, Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública;
3. XLVII CNM de Tiro, organizado pela Polícia de Segurança Pública na Unidade Especial da Polícia e Estádio Nacional, de 06 a 09 de junho, com a participação da Marinha, Exército, Força Aérea, Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública;
4. VII CNM de Voleibol de Praia, organizado pela Força Aérea na Base Aérea Nº6 no Montijo, de 06 a 08 de julho, com a participação da Marinha, Força Aérea e Polícia de Segurança Pública;
5. XXXIX CNM de Orientação, organizado pelo Exército no Regimento de Artilharia Nº4 em Leiria, de 10 a 14 de outubro, com a participação da Marinha, Exército, Força Aérea, Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública;
6. VII CNM de Duetlo BTT, organizado pela Guarda Nacional Republicana na Escola da Guarda em Queluz, a 27 e 28 de outubro, com a participação da Marinha, Exército,



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Força Aérea, Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública;

7. XXXII CNM de Futsal, organizado pela Polícia de Segurança Pública na escola Prática da Polícia em Torres Novas, de 23 a 25 de novembro, com a participação da Marinha, Força Aérea e Polícia de Segurança Pública.

24-02 Política Desportiva Militar

Objetivo

Estudo e elaboração de legislação e regulamentos que permita uma uniformização do sistema desportivo militar.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – Ramos

Resultados

Em curso.

24-03 Torneios e Campeonatos Mundiais de Desporto Militar

Objetivo

Promover o intercâmbio com entidades congéneres das FAs estrangeiras, nomeadamente através da participação em Campeonatos Mundiais (CM) e Torneios Internacionais (TI) de Desporto Militar.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CII

Outras entidades intervenientes –

Subações

1. Participação da Seleção Nacional de Tiro no XLVIII Campeonato Mundial Militar de Tiro, 11 a 20 de novembro, Doha/Qatar

Resultados

Participação da seleção nacional militar de pistola (constituída por 4 elementos: dois do Exército, um da Força Aérea e um da Polícia de Segurança Pública) no XLVIII Campeonato Mundial Militar de Tiro, organizado pelas Forças Armadas do Qatar em Doha/Qatar de 12 a 20 de novembro.

24-04 Conselho Internacional de Desporto Militar (CISM)

Objetivo

Coordenar a ação da delegação portuguesa junto do Conselho Internacional do Desporto Militar (CISM).

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CII

Outras entidades intervenientes –

Subações



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

1. Participação da CEFDM, na LXXI Assembleia Geral do CISM, 25 de abril a 1 de maio, Tartu/Estónia;
2. Participação da CEFDM, na Conferência Europeia do CISM, 3 a 8 de outubro, Riga/Letónia.

Resultados

Análise das subações

1. Participação da CEFDM (um elemento) na LXXI Assembleia Geral do CISM, realizada em Tartu/Estónia de 25 de abril a 01 de maio;
2. Participação da CEFDM (um elemento) na Conferência Europeia do CISM, realizada em Riga/Letónia de 03 a 08 de outubro.

Legenda (natureza das ações)

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; projeto



ANEXOS

Balanço Social

Execução Orçamental da DGRDN

Relatório - Questionário de satisfação
aplicado às entidades no que respeita ao nível
de qualidade do apoio prestado ao
desenvolvimento dos contributos no domínio
da cooperação com a EDA, NATO e a EU

Organograma



Balanço Social

BALANÇO SOCIAL

2016

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**
DEFESA NACIONAL



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
BALANÇO SOCIAL 2016

Ficha Técnica

Título – Balanço Social 2016 da DGRDN

Data de finalização – Março de 2017

Coordenação – Gabinete de Assessoria Técnica

Colaboração – Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

Av. Ilha da Madeira, 1 – 4º Piso 1400-204 Lisboa

Tel.: (21)3028500

Fax: (21)3027221

E-mail: dgrdn@defesa.pt

URL: <http://www.portugal.gov.pt>



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
BALANÇO SOCIAL 2016

INDICE

Nota de apresentação ... 3

RECURSOS HUMANOS

EFETIVOS, VÍNCULOS E ESTRUTURA ORGÂNICA ... 5

ESTRUTURA ETÁRIA E DE ANTIGUIDADE ... 9

ESTRUTURA HABILITACIONAL ... 11

MOBILIDADE DO PESSOAL ... 13

MODALIDADE DE HORÁRIO E ASSIDUIDADE ... 15

REMUNERAÇÕES E ENCARGOS COM PESSOAL ... 17

HIGIENE E SEGURANÇA ... 20

FORMAÇÃO PROFISSIONAL ... 21

RELAÇÕES PROFISSIONAIS ... 24

PERFIL DOS RECURSOS HUMANOS DA DGRDN ... 25

Anexos

Anexo 1 – Índices de Gestão de Pessoal ... 26

Anexo 2 – Mapas anexos ao DL nº 190/96, de 9 de Outubro ... 29



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
BALANÇO SOCIAL 2016

NOTA DE APRESENTAÇÃO

A elaboração do Balanço Social como instrumento de gestão para todos os serviços da Administração Pública Central, Regional e Local que tenham um mínimo de 50 trabalhadores foi instituído obrigatoriamente pelo Decreto-Lei nº. 190/96, de 9 de outubro (vide quadros oficiais, Anexo 2).

Em observância e no cumprimento do referido Decreto-Lei e inerentes dados estatísticos formais solicitados, o documento elaborado pela Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN) comenta, confronta e informa a situação socioprofissional do serviço, de modo a obter o aperfeiçoamento qualitativo das funções realizadas, quantitativos e eventuais projeções.

Apresentam-se assim os elementos respeitantes a 2016 no âmbito dos recursos humanos da DGRDN, que têm como objetivo um planeamento assente numa melhor coordenação e racionalização dos meios existentes. Os indicadores expostos permitirão ser o apoio de futuras tomadas de decisão nesta área.

O prosseguimento de uma política de pessoal baseada no avanço organizacional em geral e nos dirigentes e trabalhadores em particular, tem-se manifestado na prática em:

- Melhoramento das condições gerais de trabalho, designadamente instalações e equipamentos;
- Valorização das pessoas contemplando o acesso à formação profissional como incentivo e aumento da motivação;
- Gestão e racionalização eficiente dos encargos com pessoal, considerando as verdadeiras necessidades de funcionamento.

Resumem-se os mais importantes resultados e indicadores no âmbito dos RH em 2016, face a 2015:

Em 31 de dezembro o número de trabalhadores era de **255 efetivos** (+9%). No exercício de «funções técnicas» encontravam-se 181 trabalhadores. O **índice de tecnicidade** foi de **45,4%** (+2,4%). Em relação à estrutura etária, a **idade média** do pessoal da direção-geral aumentou para **45 anos e meio**. A **taxa de emprego jovem** (menos de 25 anos), foi de **3,1%** (+2,2%). A **taxa de envelhecimento (19,6%)** manteve-se praticamente idêntica (idade igual/superior a 55 anos).



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
BALANÇO SOCIAL 2016

O tempo de **antiguidade** na Administração Pública é de **22 anos** de serviço (+0,6%).

O **índice de formação superior** foi de **55%** e aumentou 1,6%. O grupo de trabalhadores com ensino até 9 anos diminuiu 3% (8%) e o secundário/bacharelato aumentou 1% (37%).

Verificou-se a subida do indicador da **rotatividade de efetivos** em mais +0,3 pontos (**0,71**). Esta taxa, a maior valor absoluto (entre 0 e 1) corresponde a diminuição da mobilidade externa. Os **índices de entradas e saídas** constatados, respetivamente **28,6%** (+11,6%) e **20,4%** (-3,6%) reafirma a relativa mobilidade de pessoal durante o ano, requerendo controlo e ponderação no acolhimento dos novos trabalhadores e sua adaptação às funções. A **taxa de cobertura** ou compensação entradas/saídas foi de **140%**.

A **taxa de absentismo** foi de **3,4%** (+0,5%). Assiduidade geral dos trabalhadores: 96,6% (presenças).

Os **encargos com pessoal** aumentaram 90,6% e as **prestações sociais** tiveram igualmente um incremento de 13,6% (explicitação no texto p.p. 17-18).

O nº de ações formativas frequentadas pelo pessoal da direção-geral manteve-se praticamente idêntico: 177. No ano de 2016 o **índice de participação** na formação foi de **45,8%** (-4,6%). O encargo global com a formação diminuiu significativamente (-190 %) (explicitação no texto p.p. 22).

Concluindo, a observação global dos índices e taxas obtidos, revelam que a política de gestão de pessoal na DGRDN, tem sido sustentada e abrangendo todos os trabalhadores, tendo como objetivo o aumento da motivação e aperfeiçoamento do desempenho individual e coletivo do serviço.

Lisboa, 6 de março de 2017

Alberto Rodrigues Coelho
Diretor-Geral
(assinatura digitalizada)



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
BALANÇO SOCIAL 2016

RECURSOS HUMANOS
EFETIVOS, VÍNCULOS E ESTRUTURA ORGÂNICA

A 31 de dezembro de 2016 a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN) apresentava um efetivo de **255 trabalhadores**, distribuindo-se por dois grupos de pessoal: **civil (49,8%)** e **militar (50,2%)** (Figura 1). Face a 2015 verificou-se um aumento de 21 elementos (9%). Na repartição por género, 166 trabalhadores eram do sexo masculino e 89 do sexo feminino, equivalendo à **taxa de masculinização** de **65%** e **taxa de feminização** de **35%** (Gráfico 1) (detalhe em Anexo 2, quadro 1).

Relativamente à **distribuição dos trabalhadores por Grupos Profissionais** (Figura 1) ocupavam cargos de Direção (superior e intermédia) 26 dirigentes (10,2%). O Grupo de Pessoal Técnico Superior e Assistente Técnico abrange 181 trabalhadores (71%) (incluindo os militares com estatuto equivalente), o Grupo de Pessoal Informático integra 7 efetivos (2,7%) e o Grupo de Pessoal Assistente Operacional, 41 trabalhadores (16,1%) (envolvendo militares com funções análogas)¹.

As **taxas de pessoal** seguintes resultam da divisão profissional através da análise do grupo/cargo/carreira (detalhe em Anexo 2, quadro 1), e distribui os recursos humanos da DGRDN:

- dirigente superior 1º grau – 1 (0,40%)
- dirigente superior 2º grau – 2 (0,80%)
- dirigente intermédio 1º grau – 7 (2,8%)
- dirigente intermédio 2º grau – 16 (6,3%)
- técnico superior – 64 (25%)
- assistente técnico – 21 (8,2%)
- assistente operacional – 17 (6,7%)
- informático – 7 (2,7%)
- **forças armadas**/oficiais, sargentos, praças (excluindo dirigentes) – 120 (47,1%)

¹ Foram integrados no quadro da Figura 1 como exercendo funções de TS, AT e AO, 1 oficial, 17 sargentos e 8 praças, provenientes da Estação Ibérica NATO (IENATO) como desempenhando as correspondentes competências de TS, AT e AO, quando as funções desempenhadas são de carácter militar.



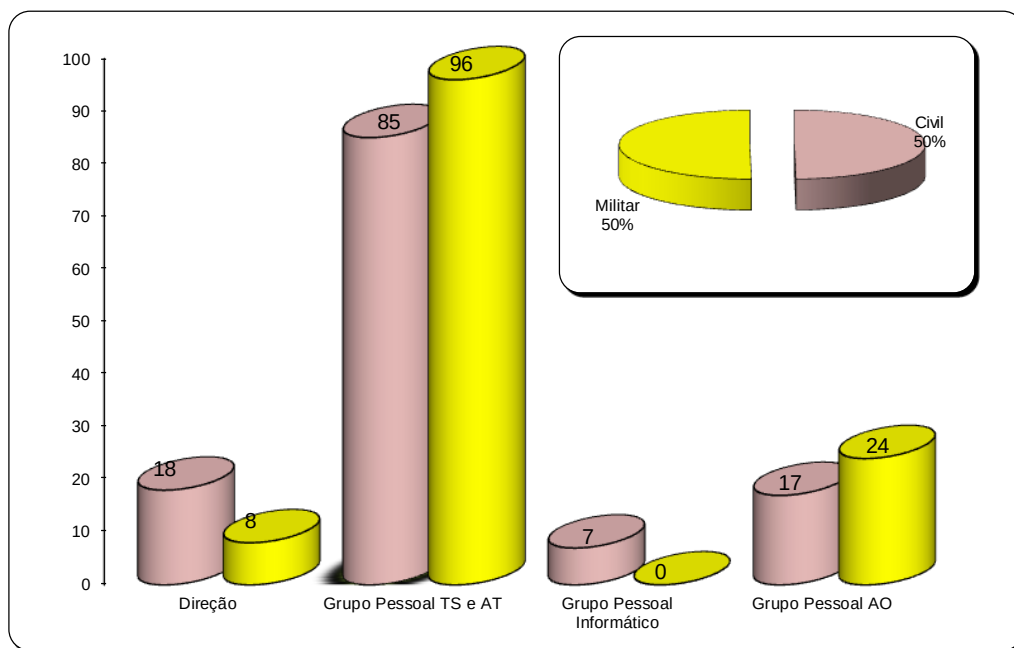
Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
BALANÇO SOCIAL 2016

Considerando as funções dirigentes o **índice de enquadramento** foi de **10,2%** (Gráfico 1). O **enquadramento feminino** apresentava **3,9%** (considerando o grupo dirigente – 38,4%).

O **índice de tecnicidade** (sentido restrito) (**45,4%**), abrange todos os trabalhadores na carreira técnica superior, especialistas de informática e militares equivalentes no desempenho do mesmo tipo de funções (Gráfico 1).

Figura 1

Distribuição de Efetivos (Pessoal civil e militar)



Grupos/Cargos/Carreiras	Pessoal Civil			Pessoal Militar/Militarizado					TOTAL	
	DGRDN	Outros	SubTOT	MAR	EXE	FAP	GNR	SubTOT		
Direção superior	2		2		1			1	3	1,2%
Direção intermédia	16		16	3	2	2		7	23	9,0%
Direção	18	0	18	3	3	2	0	8	26	10,2%
Técnico superior	64		64	6	19	20		45	109	42,7%
Assistente técnico	21		21	15	16	20		51	72	28,2%
Grupo Pessoal TS e AT	85	0	85	21	35	40	0	96	181	71,0%
Informático	7		7					0	7	2,7%
Grupo Pessoal Informático	7	0	7	0	0	0	0	0	7	2,7%
Assistente operacional	17		17	10	8	5	1	24	41	16,1%
Grupo Pessoal AO	17	0	17	10	8	5	1	24	41	16,1%
Total	127	0	127	34	46	47	1	128	255	100,0%
%	49,8%	0,0%	49,8%	13,3%	18,0%	18,4%	0,4%	50,2%	100,0%	



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
BALANÇO SOCIAL 2016

Apresenta-se da seguinte forma as **taxas de pessoal** com origem na distribuição dos efetivos segundo a **modalidade de vinculação**:

Nomeação definitiva – 93 (36,5%)

Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado – 109 (42,8%)

Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo certo – 27 (10,5%)

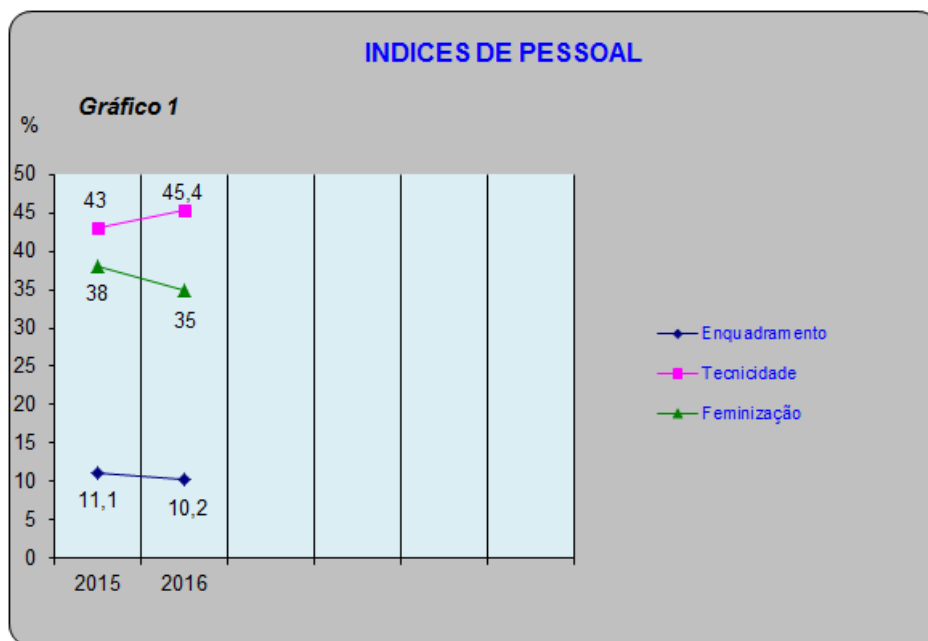
Comissão de Serviço no âmbito da LTFP – 26 (10,2%)

A direção-geral detinha no exercício de funções, 7 trabalhadores portadores de deficiência (5 técnicos superiores, 1 assistente técnico e 1 militar).

A organização dos recursos humanos pela estrutura orgânica da DGRDN expressa-se na Figura 2². Excluindo a Direção (enquanto unidade orgânica), a Direção de Serviços de Profissionalização do Serviço Militar (DSPSM) apresenta o maior número absoluto de trabalhadores (67), seguido pela Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio (DSGFA) (40) e Direção de Serviços de Infraestruturas e Património (DSIP) (21).

O pessoal dos grupos técnicos predomina na DSGFA (20), DSPSM (17) e Direção de Serviços Saúde Militar e Assuntos Sociais (DSSMAS) (13).

Os trabalhadores assistentes operacionais desempenham funções quase unicamente na DSGFA (12).



² Foram considerados na Direção, 1 oficial, 17 sargentos e 8 praças, provenientes da Estação Ibéria NATO (IENATO)

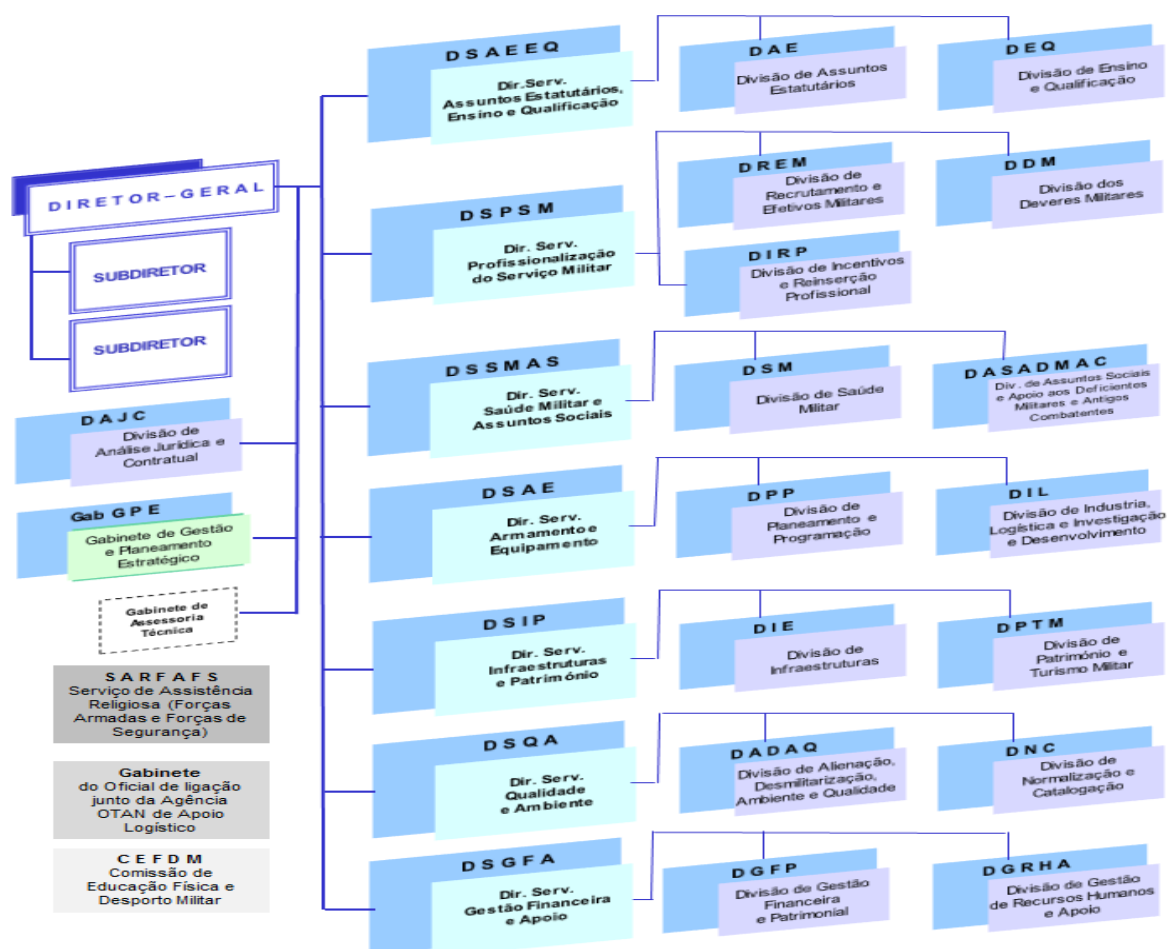


Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
BALANÇO SOCIAL 2016

Figura 2
Distribuição de Efetivos pela Estrutura Orgânica

Grupos/Cargos/Carreiras	DIR	DSAEQ	DSPSM	DSSMAS	DSAE	DSIP	DSQA	DSGFA	DAJC	GABGPE	GabOTAN	SARFAFS	GAT	CEFDM	Total
Direção superior	3														3
Direção intermédia		3	3	3	3	3	3	3	1	1					23
Direção	3	3	3	3	3	3	3	3	1	1	0	0	0	0	26
Técnico superior	1	8	15	8	3	11	5	9	1			1	2		64
Assistente técnico	1		2	5		1		11					1		21
Grupo Pessoal TS e AT	2	8	17	13	3	12	5	20	1	0	0	1	3	0	85
Informático			1		1		1	4							7
Grupo Pessoal Informático	0	0	1	0	1	0	1	4	0	0	0	0	0	0	7
Assistente operacional	2		3					12							17
Grupo Pessoal AO	2	0	3	0	0	0	0	12	0	0	0	0	0	0	17
Oficiais	11	2	12	2	3	6	6	1			1			1	45
Sargentos	20		17	1	1	4	7					1			51
Praças	8		14									2			24
Grupo Pessoal Militar	39	2	43	3	4	10	13	1	0	0	1	3	0	1	120
Total	46	13	67	19	11	25	22	40	2	1	1	4	3	1	255

Organograma da DGRDN





Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
BALANÇO SOCIAL 2016

RECURSOS HUMANOS
ESTRUTURA ETÁRIA E DE ANTIGUIDADE

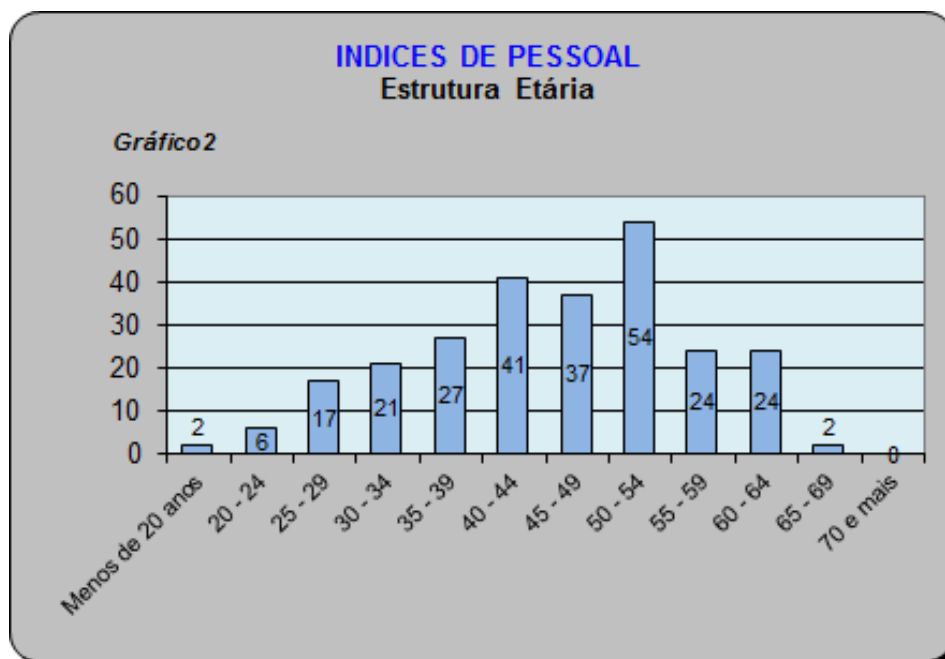
A **idade média** dos trabalhadores da direção-geral ultrapassa ligeiramente os **45 anos e meio** (detalhe em Anexo 2, quadro 2 e Gráfico 2).

Na análise por género, nos homens a média de idades é de 44,4 anos e nas mulheres de 47 anos.

O grupo etário predominante situa-se entre os 50 e 54 anos (21%), seguido pelo dos 40 aos 44 anos de idade (16%) e do grupo dos 45 aos 49 anos (14,5%), perfazendo 51,5% dos trabalhadores da DGRDN.

Constata-se que a **taxa de emprego jovem** no grupo etário inferior aos 25 anos é relativamente baixa situando-se em **3,1%** (Gráfico 2). Contudo aumentou 2,2% em relação a 2015.

No conjunto de idades igual ou superior a 55 anos, destaca-se a **taxa de envelhecimento** de **19,6%**.



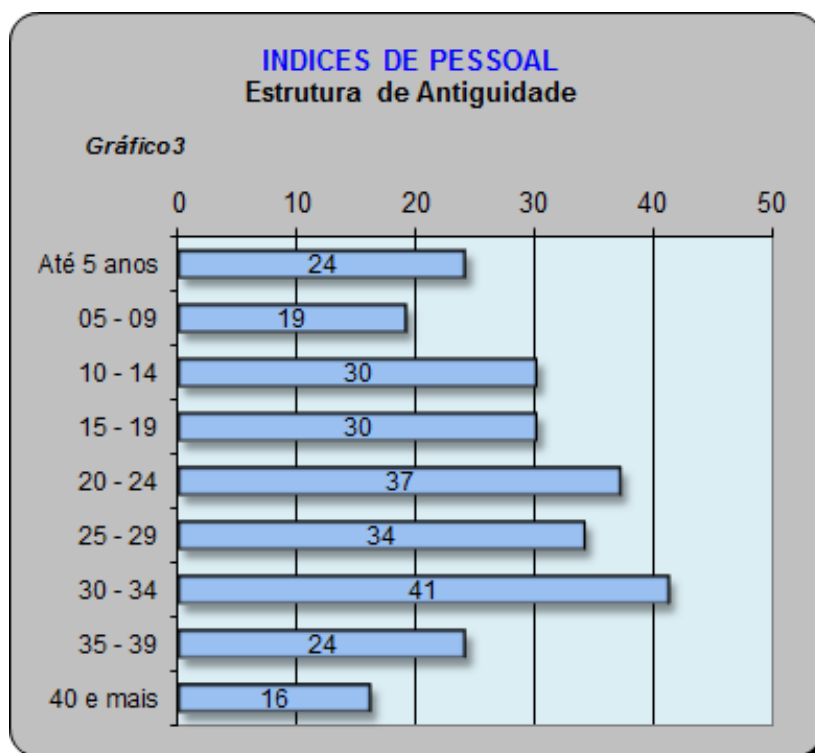


Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
BALANÇO SOCIAL 2016

O **nível médio de antiguidade na administração pública é de 22 anos** (detalhe em Anexo 2, quadro 3 e Gráfico 3).

O grupo de pessoal de antiguidade que se situa dos 30 aos 34 anos de serviço é o mais relevante (16%), seguido do conjunto entre os 20 e 24 anos (14,5%) (Gráfico 3).

Na distribuição por género, a antiguidade no serviço dos trabalhadores do sexo feminino, é de 21,8 anos e dos trabalhadores do sexo masculino 22,3 anos.





Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
BALANÇO SOCIAL 2016

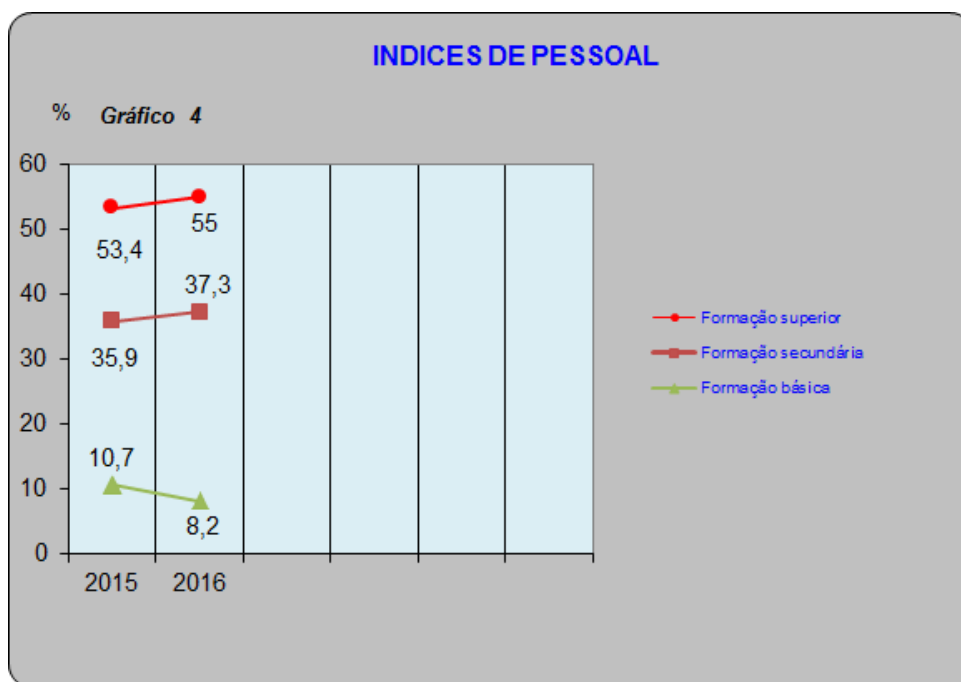
RECURSOS HUMANOS
ESTRUTURA HABILITACIONAL

Na análise à estrutura de habilitações dos trabalhadores da DGRDN obtêm-se diversos indicadores nesta área (detalhe em Anexo 2, quadro 4, Gráfico 4 e Figura 3).

Relativamente ao grau académico de nível superior o serviço possuía 99 licenciados, 36 mestres e 4 doutorados que desempenhavam funções de direção e/ou técnicas. O **índice de formação superior** foi de **55%**.

A **taxa de formação secundária** é de **37,3%** e a **taxa de formação básica** de **8,2%**.

A caracterização do nível habitacional por grupos profissionais/carreiras ilustra-se na Figura 3.



No contexto da escolaridade por género, 32,2% dos efetivos homens possui formação superior (82) e 32,9% o ensino básico/secundário (84).

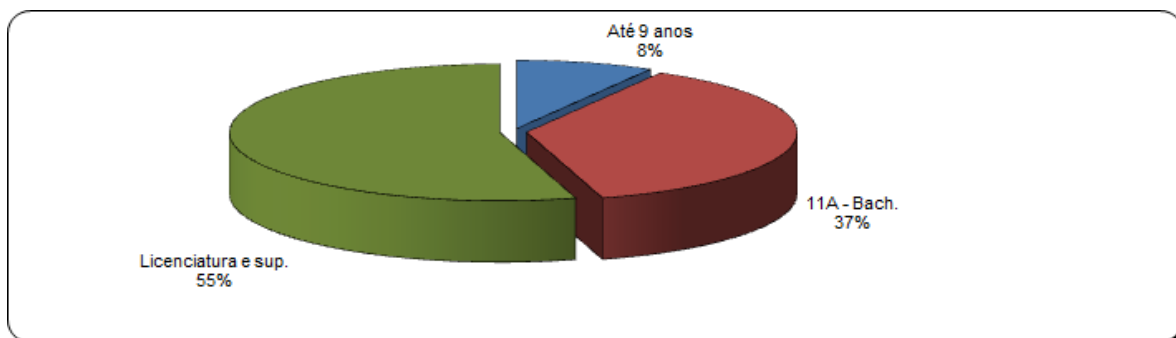
A taxa de formação superior nas mulheres é de 22,4% (57). Detêm o ensino básico/secundário 12,5% das trabalhadoras (32).



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
 BALANÇO SOCIAL 2016

Figura 3
Habilitações Literárias

Grupos/Cargos/Carreiras	Até 9 anos	11A - Bach.	Licenciatura e sup.	Total
Dirigentes	0,0%	0,0%	26	100,0%
Técnico Superior	0,0%	3	61	95,3%
Assistente Técnico	2	19	0,0%	21
Assistente Operacional	14	3	0,0%	17
Informático	0,0%	3	4	57,1%
Militares	5	67	48	120
Total	21	95	139	255





Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
BALANÇO SOCIAL 2016

RECURSOS HUMANOS
MOBILIDADE DO PESSOAL

Foram admitidos ou regressaram à DGRDN no período de 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2016, **73 trabalhadores** (60 homens e 13 mulheres), equivalendo a um **índice de entradas** de **28,6%**. A divisão por grupos, cargos e carreiras foi a seguinte (Anexo 2, quadro 7, Gráfico 5):

- Dirigente superior 2º grau – 1 (1,3%)
- Dirigente intermédio 1º grau – 1 (1,3 %)
- Dirigente intermédio 2º grau – 2 (2,7%)
- Técnico superior – 11 (15,1%)
- Assistente técnico – 1 (1,3%)
- Assistente operacional – 1 (1,3%)
- Informático – 1 (1,3%)
- Militares (oficiais, sargentos, praças) – 55 (75,7%)

Segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação, 4 trabalhadores entraram por *procedimento concursal*, 1 por *cedência*, 8 por *mobilidade*, 4 em *comissão de serviço* e 56 em *outras situações* (p. e. militares).

Saíram da Direção-Geral em 2016, **52 trabalhadores** (40 homens e 12 mulheres), correspondendo ao **índice de saídas** de **20,4%** (Gráfico 5).

Relativamente aos *nomeados* ou em *comissão de serviço*, 6 concluíram a devida comissão e 39 em *outras situações*, nomeadamente militares que voltaram ao ramo (detalhe em Anexo 2, quadro 8). Caracteriza-se em seguida por grupos, cargos e carreiras:

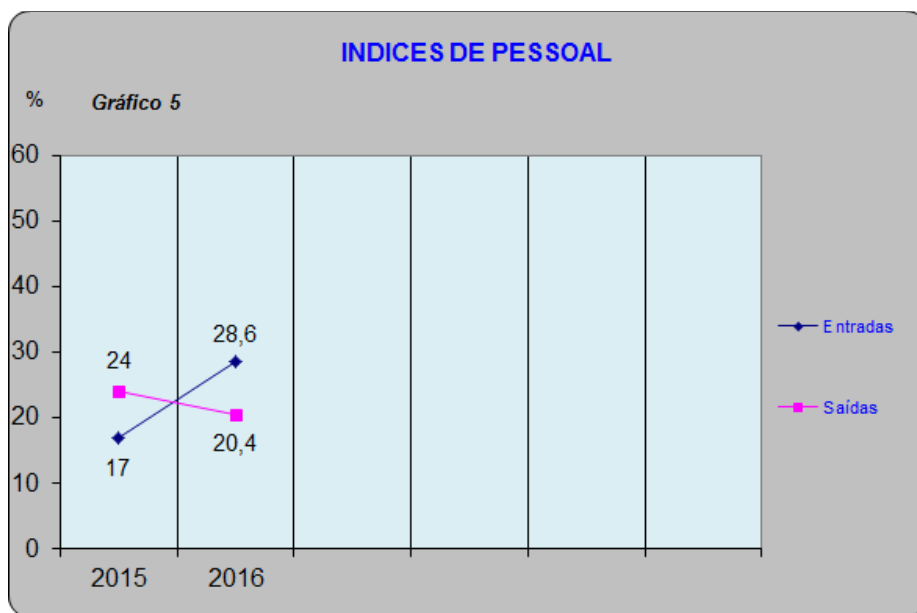
- Dirigente superior 2º grau – 1 (2,2%)
- Dirigente intermédio 1º grau – 2 (4,4%)
- Dirigente intermédio 2º grau – 1 (2,2%)
- Militares (oficiais, sargentos, praças) – 41 (91,2%)

Em relação à saída de contratados, 1 trabalhador aposentou-se, 1 por *limite de idade*, 3 por *mobilidade* e 2 *outra situação* (Anexo 2, quadro 9). Destaca-se a seguinte distribuição:

- Técnico superior – 2 (28,7%)
- Assistente técnico – 3 (42,9%)
- Assistente operacional – 1 (14,2%)
- Informático – 1 (14,2%)



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
BALANÇO SOCIAL 2016

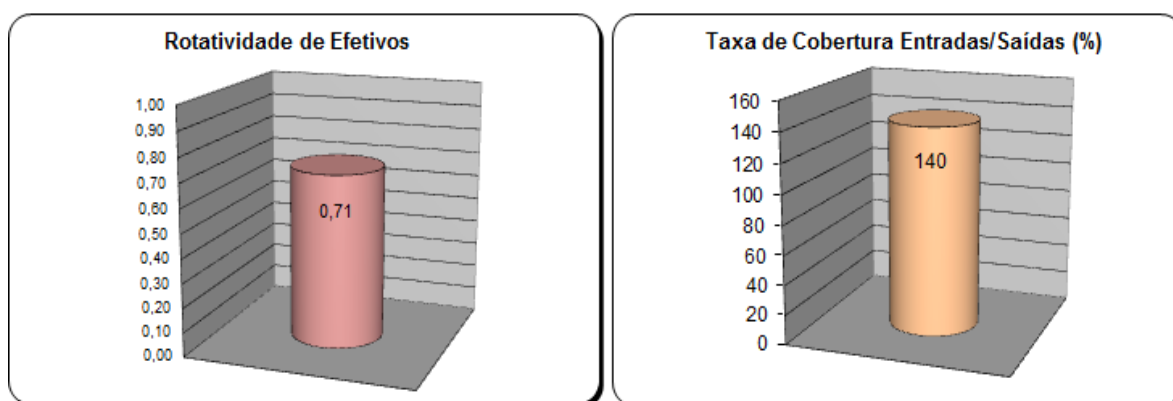


Constata-se um incremento positivo de 21 trabalhadores na relação entre entradas e saídas (Figura 4) e no que respeita à movimentação de pessoal.

Assim a **taxa de cobertura** foi de **140%** (avalia em que proporção a entrada de funcionários cobre a saída, espelhando o acréscimo ou diminuição do número de RH existente).

O **índice de rotatividade de efetivos** assinalou o valor **0,71** (1 = nula).

Figura 4
Movimentos de Pessoal



Considerando a dificuldade de recrutamento (Anexo 2, quadro 10), verificam-se duas situações: 1 trabalhador em “procedimento concursal improcedente” e 5 em “desenvolvimento concursal”

No que refere à contagem das mudanças de situação dos trabalhadores (detalhe em Anexo 2, quadro 11), 4 consolidaram a mobilidade na categoria.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
BALANÇO SOCIAL 2016

RECURSOS HUMANOS
MODALIDADE DE HORÁRIO E ASSIDUIDADE

A distribuição dos trabalhadores do serviço segundo as **modalidades de horário de trabalho** apresentam-se em seguida (detalhe em Anexo 2, quadro 12):

- Rígido – 5 (1,9%)
- Flexível – 167 (65,5%)
- Jornada contínua – 26 (10,2%)
- Trabalho por turnos (militares EINATO) – 26 (10,2%)
- Isenção de horário – 31 (12,2%)

Relativamente à caracterização dos trabalhadores pelo **período normal de trabalho** (PNT) no desempenho das suas funções, destaca-se (detalhe em Anexo 2, quadro 13):

- Tempo completo de 35 h/semana – 229 (89,8%)
- Tempo parcial de 30 h/semana (jornada contínua) – 26 (10,2%)

Em relação às modalidades de **trabalho suplementar** durante o ano, registam-se no total 4.551:30 h (trabalho extraordinário diurno: 1 assistente técnico – 191:30 h; 1 assistente operacional – 4.360 h) (detalhe em Anexo 2, quadro 14).

A **taxa de absentismo** na DGRDN em 2016 foi de **3,4%** (+ 0,5%) (Anexo 2, quadro 15, Figura 5 e Gráfico 6). O **índice de presença** fixou-se em **96,6%**. Por género, nos trabalhadores do sexo masculino verificou-se um absentismo de 2,4% e nos trabalhadores do sexo feminino 5,3%.

Relativamente ao tipo de ausências, as faltas por *doença ou doença prolongada* (52%) e *parentalidade* (22%) são as que evidenciam maior significado.

Os grupos profissionais que registaram maior número de ausências foram o de Técnico Superior (755,5 dias), Oficial das FA (299 dias), Sargento das FA (229 dias) e Praças das FA (177 dias).

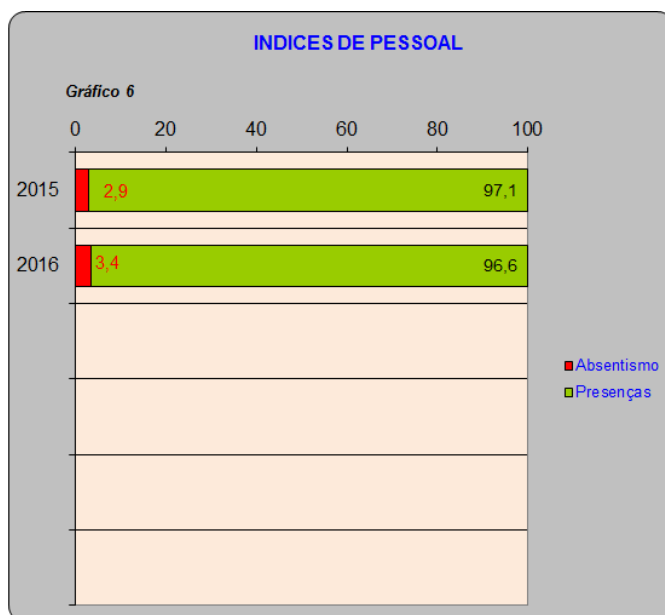
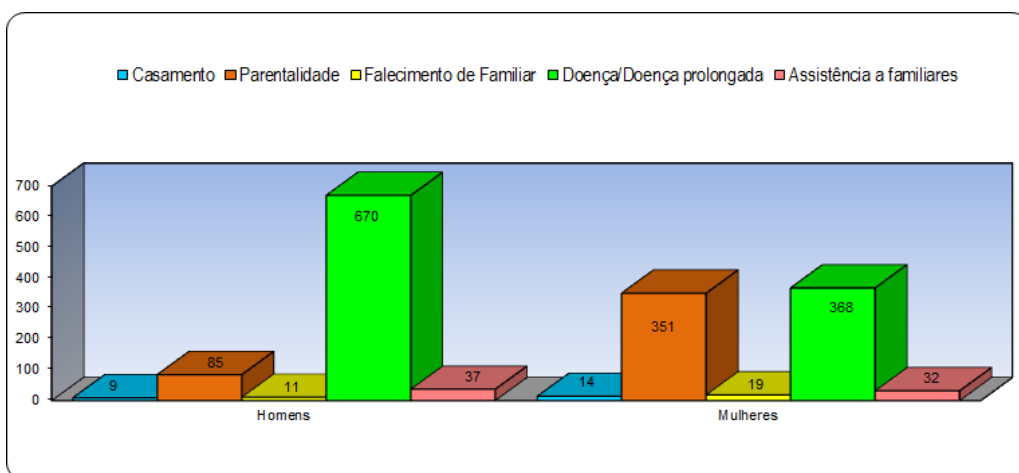
Não se apuraram faltas injustificadas.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
 BALANÇO SOCIAL 2016

Figura 5
Assiduidade

Tipo de Ausências	Homens		Mulheres		Total	
Casamento	9	39,1%	14	60,9%	23	1,2%
Parentalidade	85	19,5%	351	80,5%	436	21,8%
Falecimento de Familiar	11	36,7%	19	63,3%	30	1,5%
Doença/Doença prolongada	670	64,5%	368	35,5%	1038	51,9%
Assistência a familiares	37	53,6%	32	46,4%	69	3,5%
Acidente serviço/Doença profissional	21	17,1%	102	82,9%	123	6,2%
Trabalhador estudante	63	53,8%	54	46,2%	117	5,9%
Outras	25	15,3%	138	84,7%	163	8,2%
Total de dias de Faltas [DF]	921	46,1%	1078	53,9%	1999	100,0%
Total de Trabalhadores [NT]	166	65,1%	89	34,9%	255	100,0%
Dias de Trabalho [DT] (NT*228)	37.848	65,1%	20.292	34,9%	58.140	100,0%
Taxa de Absentismo (DF/DT*100)	2,4%		5,3%		3,4%	



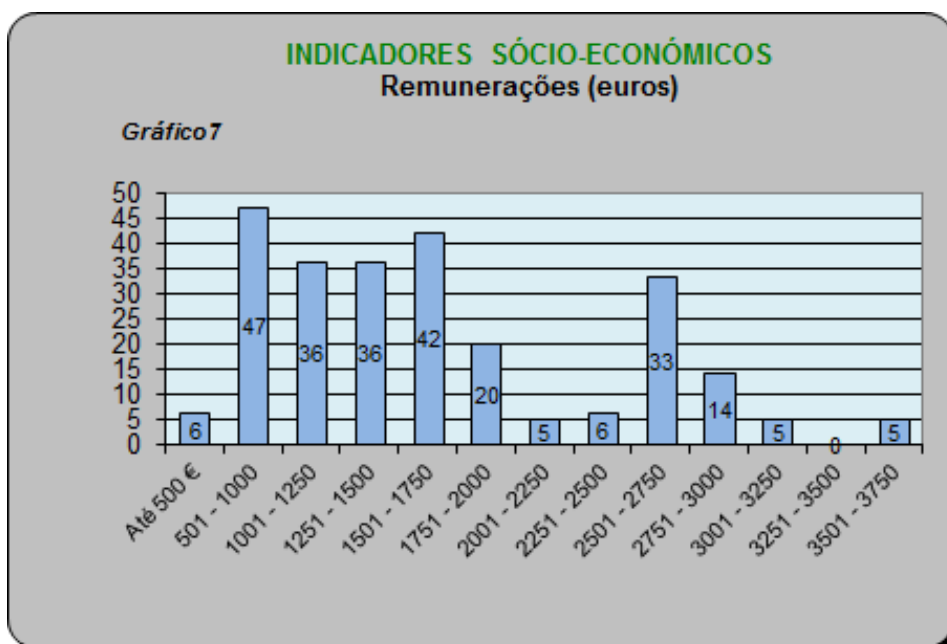


Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
 BALANÇO SOCIAL 2016

REMUNERAÇÕES E ENCARGOS COM PESSOAL

A **estrutura remuneratória** dos trabalhadores da DGRDN a 31 de dezembro de 2016 distribuía-se entre os grupos salariais “até 500 €” (vencimento mínimo 485 €) e “entre 3.501 e 3.750 €” (vencimento máximo 3.734,06 €) (detalhe em Anexo 2, quadro 17, Gráfico 7).

O **leque salarial líquido** foi de **7,7**.



Em 2016 os **encargos com pessoal** determinaram uma despesa de 6.542.366,21 € (detalhe em Anexo 2, quadro 18 e Gráfico 8). Na globalidade estes custos reúnem parcelas como a *remuneração base*, *suplementos remuneratórios*, *prémios de desempenho*, *prestações sociais*, *benefícios sociais* e *Outros encargos com pessoal*.

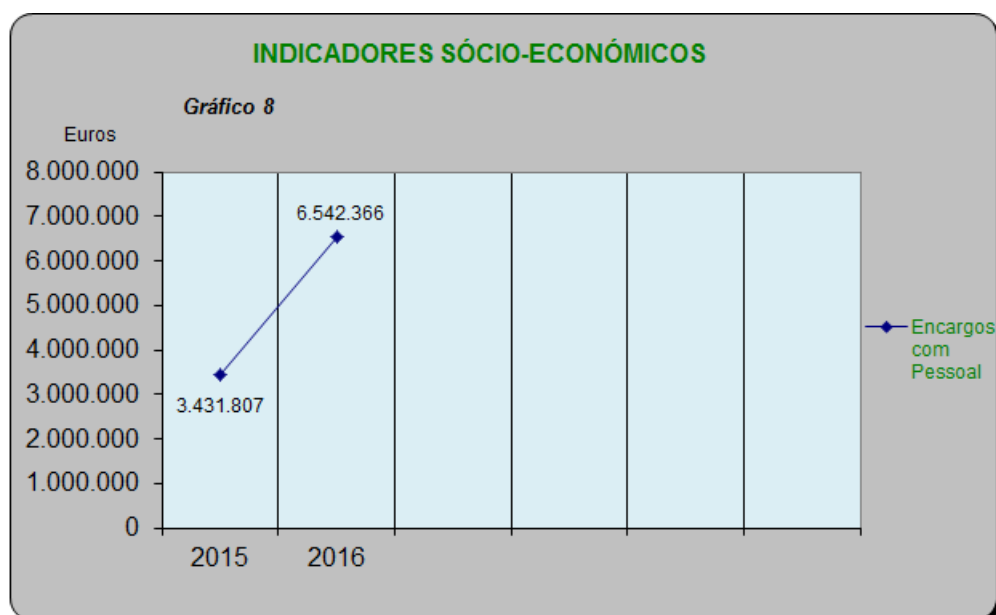
Estes valores refletiram um aumento de 90,6% em relação a 2015, justificados porque no ano em apreço foram assumidos encargos com a remuneração dos militares que exercem funções na DGRDN, decorrente da aplicação do art. 147.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas-EMFAR (Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio), bem como os demais encargos associados.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
BALANÇO SOCIAL 2016

Salienta-se também que ao contrário do BS de 2015, e de acordo com as notas orientadoras, foram registados no BS de 2016 os encargos da entidade patronal com a CGA e a Segurança Social.

Contribuíram principalmente para este total os gastos em remunerações (4.549.845,99 € - 69,5%), suplementos remuneratórios (719.216,08 € - 11%) e outros encargos com pessoal (1.107.500,91 € - 17%).



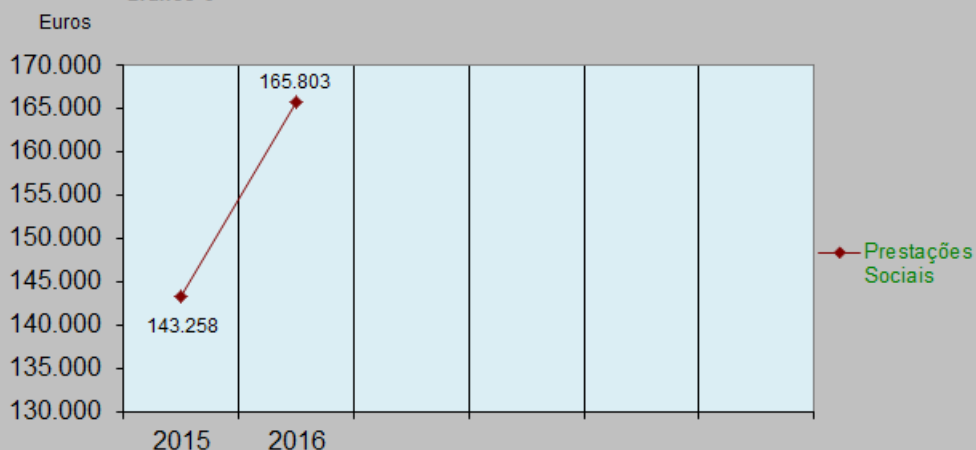
Relativamente à divisão entre os encargos com prestações sociais e o total de despesa com a remuneração base, a **taxa de encargos sociais** atingiu o valor de **3,6%** (menos 1% do que em 2015) (Anexo 2, quadro 18).



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
BALANÇO SOCIAL 2016

INDICADORES SÓCIO-ECONÓMICOS

Gráfico 9



Complementarmente à despesa com os **suplementos remuneratórios** (concretamente trabalho suplementar, ajudas de custo, representação, secretariado e outros suplementos) os encargos com **prestações sociais** registaram um quantitativo de 165.803,23 €, reunindo custos referentes a *subsídios no âmbito da proteção da parentalidade, abono de família e subsídio de refeição* (Anexo 2, quadro 18.1 e 18.2, Gráfico 9)



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
BALANÇO SOCIAL 2016

HIGIENE E SEGURANÇA

No que respeita aos **acidentes de trabalho** (AT) ocorridos em serviço em 2016 verificaram-se (detalhe Anexo 2, quadro 19):

No local de trabalho

- Nº total de acidentes – 2 (1 masculino e 1 feminino)
- Nº de AT com baixa – 2 (1 masculino e 1 feminino)
- Nº dias trabalho perdidos – 63 (17 masculinos e 46 femininos)

Em itinerário/deslocamento

- Nº total de acidentes – 2 (femininos)
- Nº de AT com baixa – 2 (femininos)
- Nº de dias de trabalho perdidos - 30 (femininos)

Constata-se assim que a **taxa de acidentes de trabalho** foi de **1,56%** (mais 0,71% que em 2015).

Não se verificaram atividades no âmbito da **medicina no trabalho** (Anexo 2, quadro 22).

Ocorreram 6 ações de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho (Anexo 2, quadro 25) abrangendo 6 trabalhadores.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
 BALANÇO SOCIAL 2016

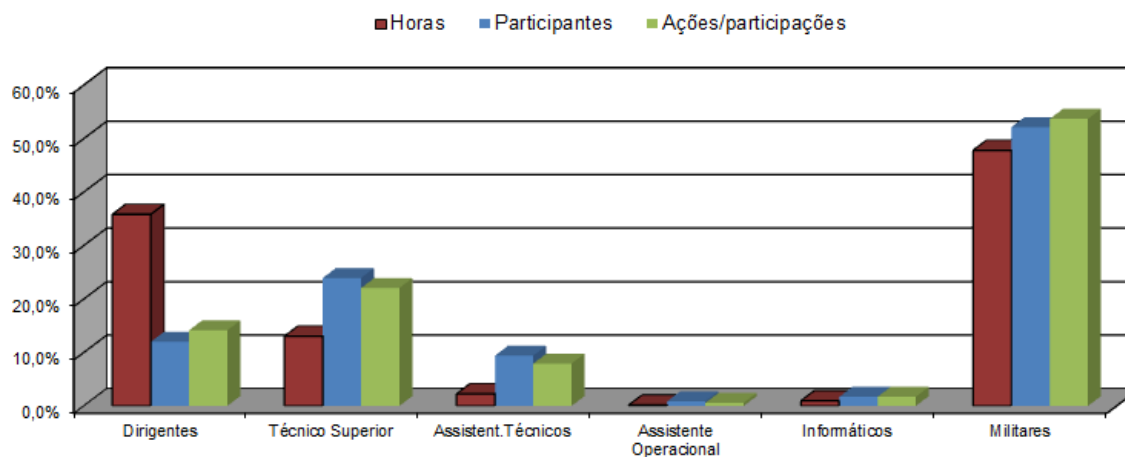
FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Proporcionar o desenvolvimento dos recursos humanos a nível pessoal e profissional tem sido e manteve-se no quadro de uma política de formação característica da DGRDN.

Neste sentido a formação tem sido considerada um investimento no capital humano do serviço. Procura-se primeiro um efetivo diagnóstico de necessidades que procura no seu objetivo compatibilizar as carências detetadas com a motivação e interesses dos trabalhadores.

Figura 6
Formação
Profissional

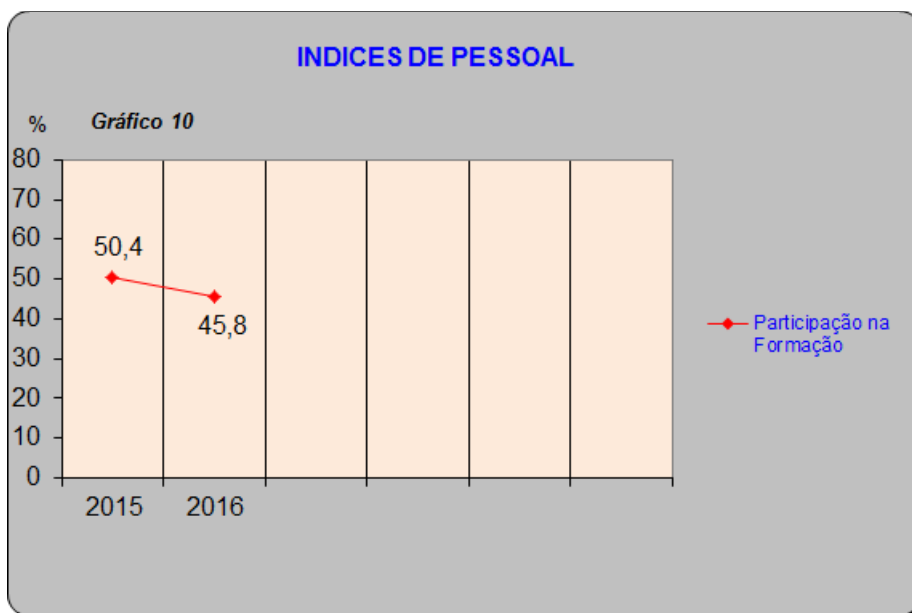
Grupos/Cargos/Carreiras	Participantes		Ações/participações		Horas		Custos
Dirigentes	14	12,0%	25	14,1%	919	35,8%	
Técnico Superior	28	23,9%	39	22,0%	334,3	13,0%	
Assistente Técnico	11	9,4%	14	7,9%	58	2,3%	
Assistente Operacional	1	0,9%	1	0,6%	4	0,2%	
Informático	2	1,7%	3	1,7%	24,3	0,9%	
Militares	61	52,1%	95	53,7%	1226,3	47,8%	
Total	117	100,0%	177	100,0%	2.566	100,0%	13.700 €



Durante o ano de 2016 foram frequentadas 177 ações e 117 o nº de participantes (detalhe em Anexo 2, quadros 27 a 30, Figura 6 e Gráfico 10). O **índice de participação** na formação foi de **45,8%** (- 4,6%).



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
 BALANÇO SOCIAL 2016



Em relação à distribuição das horas de formação despendidas, pelos grupos profissionais/cargos/carreiras, destacam-se primeiro os militares (47,8%), seguido dos dirigentes (35,8%) e dos técnicos superiores (13%) (Figura. 6).

Relativamente às participações/ações frequentadas destacam-se os militares (53,7%), os técnicos superiores (22%) e os dirigentes (14,1%) (Figura 6). No respeitante aos formandos o nº mais elevado de participantes pertenceu ao grupo de militares (52,1%), seguidamente aos técnicos superiores (23,9%) e por último aos dirigentes (12%) (Figura 6).

A maioria das participações em ações de formação frequentadas, 145 (82%) foi de curta duração (inferior a 30 horas), seguida de 26 participações em ações de 30 a 59 horas (14,6%) e 6 participações em ações iguais ou superiores a 120 h (3,4%) (Anexo 2, quadro 27).

Em 2016 a **taxa de investimento em formação** foi de **0,21%**. O custo absoluto situou-se em 13.700 € (Gráfico 11) uma diminuição de 190% em relação a 2015 explicada por um incremento da formação interna (menos onerosa) e à comparativamente fraca adesão à formação no exterior, o que também elucida sobre a diminuição significativa da taxa de investimento (- 0,99%).

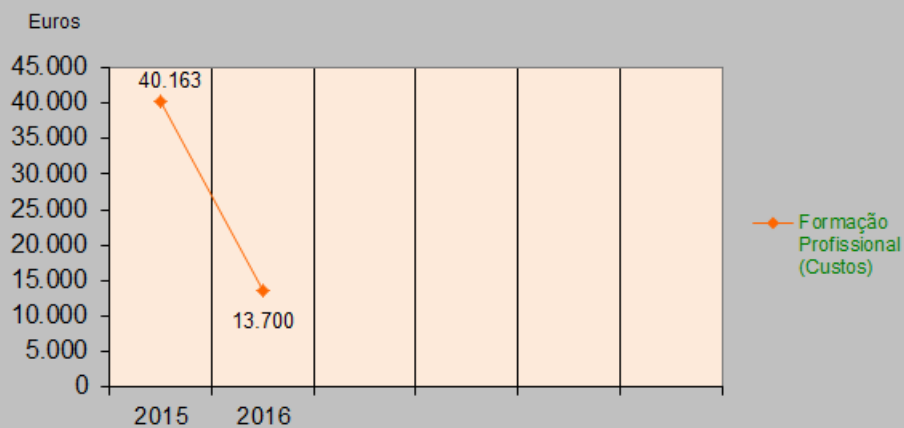


Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
BALANÇO SOCIAL 2016

Observando ainda outros encargos, destacam-se os seguintes indicadores: o **custo médio (despesa) da formação por participante ficou em 117 €** e o **custo médio por trabalhador em 53,7 €**.

INDICADORES SÓCIO-ECONÓMICOS

Gráfico 11





Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
BALANÇO SOCIAL 2016

RELAÇÕES PROFISSIONAIS

A **taxa de sindicalização** em 2016 foi de **2,3%** (Anexo 2, quadro 31). Verificaram-se 6 trabalhadores sindicalizados.

Quanto à disciplina, não se registaram processos transitados ou instaurados.



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
BALANÇO SOCIAL 2016

PERFIL DOS RECURSOS HUMANOS DA DGRDN

Caracterização dos aspetos mais relevantes do **perfil profissional do pessoal da DGRDN**:

- Grupo de pessoal – civil e militar (ambos aprox. 50%);
- Grupos profissionais (dominância) – militar (47,1%) e técnico superior (25%);
- Tipo de funções exercidas (dominância) – técnicas (71%);
- Modalidade de vinculação – contrato de trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado – (42,8%);
- Colocação dos recursos humanos pela estrutura orgânica – DSPSM (26,2%);
- Sexo – masculino (65%);
- Idade – média 45 anos e meio;
(grupos etários dominantes: 50 a 54 anos – 21% e 40 a 44 anos – 16%)



- Antiguidade na AP – 22 anos (média);
- Habilitações – formação superior (55%);
- Assiduidade – 7,8 dias/faltas (média absentismo/trabalhador);
- Formação profissional – 10 h (média horas de formação/trabalhador).



ANEXO 1

Índices de Gestão de Pessoal



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
BALANÇO SOCIAL 2016

PRINCIPAIS INDICES DE GESTÃO DE PESSOAL UTILIZADOS NO BALANÇO SOCIAL DA DGRDN

índice de enquadramento (pessoal dirigente / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal técnico superior (técnicos superiores / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal assistente técnico (assistentes técnicos / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal assistente operacional (assistentes operacionais / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal informático (informáticos / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal das Forças Armadas (militares / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal com nomeação definitiva (Nº trabalhadores com ND / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado
(Nº trabalhadores com CTFPTI / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal com contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo
(Nº trabalhadores com CTFPTRC / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal em comissão de serviço (Nº trabalhadores em CS / total de efetivos, x 100)

taxa de feminização (Nº de efetivos do sexo feminino / total de efetivos, x 100)

taxa de masculinização (Nº de efetivos do sexo masculino / total de efetivos, x 100)

índice de tecnicidade - sentido restrito (grupo de pessoal técnico superior + esp. informáticos + militares equiparados / efetivos globais, x 100)

idade média (soma das idades dos trabalhadores 31 de dezembro / total de efetivos, x 100)

taxa de emprego jovem (total efetivos < 25 anos / efetivos globais, x 100)

taxa de envelhecimento (total efetivos => 55 anos / efetivos globais, x 100)

antiguidade média (soma das antiguidades dos trabalhadores 31 de dezembro / total de efetivos, x 100)

índice de formação superior (licenciatura+mestrado+doutoramento / total de efetivos, x 100)

índice de formação secundária (11º ano+12º ano / total de efetivos, x 100)



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
BALANÇO SOCIAL 2016

índice de formação básica (4^{o} ano + 6^{o} ano + 9^{o} ano / total de efetivos, x 100)

índice de entradas (N^{o} de admissões / total de efetivos, x 100)

índice de saídas (N^{o} de saídas / total de efetivos, x 100)

índice de rotatividade ou “turn-over” – a rotação máxima de efetivos equivale ao índice 0 e a rotação nula ao índice 1 (efetivo final a 31 Dez / efetivo inicial a 1 Jan + entradas + saídas)

taxa de cobertura – compensação entradas/saídas (total de admissões / total de saídas, x 100)

taxa de absentismo (total dias de ausência / 233 dias úteis x efetivos, x 100) (2015)

leque salarial ilíquido (maior remuneração base ilíquida / menor remuneração base ilíquida)

taxa de encargos sociais (total encargos com prestações sociais / total encargo remuneração base, x 100)

taxa de acidentes de trabalho (N^{o} de acidentes de trabalho / total de efetivos, x 100)

índice de participação na formação interna/externa (N^{o} de participantes em ações / total de efetivos, x 100)

taxa de investimento na formação (total despesa em formação / total encargos com pessoal, x 100)

taxa de sindicalização (N^{o} de trabalhadores sindicalizados / total de efetivos, x 100)



ANEXO 2

Mapas previstos no Decreto-Lei 190/96 de 9 de outubro
(modelo da DGAEP)

BALANÇO SOCIAL

Decreto-Lei nº 190/96, de 9 de Outubro

2016

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO / ENTIDADE

Código SIOE: 875792095

Ministério: Defesa Nacional

Serviço / Entidade: Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

NÚMERO DE PESSOAS EM EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NO SERVIÇO (Não incluir Prestações de Serviços)

Em 1 de Janeiro de 2016 234

Em 31 de Dezembro de 2016 255

Nota: Em caso de processo de fusão/reestruturação da entidade existente a 31/12/2016 indicar o critério adotado para o registo dos dados do Balanço Social 2016 na folha "Criterio"

Contato(s) do(s) responsável(eis) pelo preenchimento

Nome Luís Pinheiro

Tel: 213027284

E-mail: luis.mpinheiro@defesa.pt

Data 22-fev-17

Notas Explicativas:

Em caso de processo de fusão/reestruturação da entidade existente a 31/12/2016 deverá ser indicado o critério adotado para o registo dos dados do Balanço Social 2016.

Por exemplo: caso de uma entidade que resulta da fusão de 2 entidades, em que a nova entidade iniciou o seu funcionamento a 1 de junho 2016:

Deverá registrar os dados da entidade nova referente ao período de 1 junho a 31 dezembro, especificando em baixo na descrição da entidade a data de início da nova entidade e o número de trabalhadores em exercício de funções nessa data, em substituição do n.º de trabalhadores a 1 de janeiro 2016 na folha de identificação.

Caso este critério não seja aplicável para algum dos quadros, deverá também ser descrita neste campo de descrição o critério adotado.

Critério adotado (descrição da entidade):

[illegible]

BALANÇO SOCIAL 2016

ÍNDICE DE QUADROS

CAPÍTULO 1 - RECURSOS HUMANOS

[Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 2: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 4: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 5: Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação](#)

[Quadro 8: Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género](#)

[Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género](#)

[Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento](#)

[Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género](#)

[Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 13: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho \(PNT\) e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 14: Contagem das horas de trabalho suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género](#)

[Quadro 14.1: Contagem das horas de trabalho nocturno, normal e suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o género](#)

[Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género](#)

[Quadro 16 : Contagem dos trabalhadores em greve durante o ano, por escalão de PNT e tempo de paralisação](#)

CAPÍTULO 2 - REMUNERAÇÕES E ENCARGOS

[Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género](#)

[Quadro 18: Total dos encargos anuais com pessoal](#)

[Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios](#)

[Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais](#)

[Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais](#)

CAPÍTULO 3 - HIGIENE E SEGURANÇA

[Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa durante o ano, por género](#)

[Quadro 20: Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho](#)

[Quadro 21: Número de situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos durante o ano](#)

[Quadro 22: Número e encargos das actividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano](#)

[Quadro 23: Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo](#)

[Quadro 24: Número de trabalhadores sujeitos a acções de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional durante o ano](#)

[Quadro 25: Número de acções de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho](#)

[Quadro 26: Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais durante o ano](#)

CAPÍTULO 4 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL

[Quadro 27: Contagem relativa a participações em acções de formação profissional durante o ano, por tipo de acção, segundo a duração](#)

[Quadro 28: Contagem relativa a participações em acções de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção](#)

[Quadro 29: Contagem das horas dispendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção](#)

[Quadro 30: Despesas anuais com formação](#)

CAPÍTULO 5 - RELAÇÕES PROFISSIONAIS

[Quadro 31: Relações profissionais](#)

[Quadro 32: Disciplina](#)

Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e gênero, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	Cargo Político / Mandato		Nomeação definitiva		Nomeação Transitória por tempo determinado		Nomeação Transitória por tempo determinável		CT em Funções Públicas por tempo indeterminado		CT em Funções Públicas a termo resolutivo certo		CT em Funções Públicas a termo resolutivo incerto		Comissão de Serviço no âmbito da LTFP		CT no âmbito do Código do Trabalho por tempo indeterminado		CT no âmbito do Código do Trabalho a termo (certo ou incerto)		Comissão de Serviço no âmbito do Código do Trabalho		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																							0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)															1								1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)															1	1							1	1	2
Dirigente intermédio de 1º grau a)															4	3							4	3	7
Dirigente intermédio de 2º grau a)															10	6							10	6	16
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																							0	0	0
Técnico Superior									21	43													21	43	64
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo									4	17													4	17	21
Assistente operacional, operário, auxiliar									9	8													9	8	17
Aprendizes e praticantes																							0	0	0
Informático									6	1													6	1	7
Magistrado																							0	0	0
Diplomata																							0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																							0	0	0
Pessoal de Inspeção																							0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																							0	0	0
Docente Ensino Universitário																							0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																							0	0	0
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																							0	0	0
Médico																							0	0	0
Enfermeiro																							0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																							0	0	0
Técnico Superior de Saúde																							0	0	0
Chefia Tributária																							0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																							0	0	0
Pessoal Aduaneiro																							0	0	0
Conservador e Notário																							0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																							0	0	0
Oficial de Justiça																							0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)			30	2							10	3											40	5	45
Forças Armadas - Sargento b)			48	2							1												49	2	51

Forças Armadas - Praça b)			10							10	3											20	3	23
Polícia Judiciária																						0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																						0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																						0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																						0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																						0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																						0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda			1																			1	0	1
Serviço Estrangeiros Fronteiras																						0	0	0
Guarda Prisional																						0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																						0	0	0
Bombeiro																						0	0	0
Polícia Municipal																						0	0	0
Total	0	0	89	4	0	0	0	0	40	69	21	6	0	0	16	10	0	0	0	0	0	166	89	255

Prestações de Serviços	M	F	Total
Tarefa			0
Avença			0
Total	0	0	0

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

[illegible]

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea),

d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

Polícia Judiciária																			0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																			0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																			0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																			0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																			0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																			0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda									1										1	0	1
Serviço Estrangeiros Fronteiras																			0	0	0
Guarda Prisional																			0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																			0	0	0
Bombeiro																			0	0	0
Polícia Municipal																			0	0	0
Total	17	7	12	7	14	16	20	10	21	16	29	5	32	9	16	8	5	11	166	89	255

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

A antiguidade reporta-se ao tempo de serviço na Administração Pública.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																					0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																					0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																					0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																					0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda															1						1	0	1
Serviço Estrangeiros Fronteiras																					0	0	0
Guarda Prisional																					0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																					0	0	0
Bombeiro																					0	0	0
Polícia Municipal																					0	0	0
Total	0	0	2	5	2	1	9	2	7	0	64	24	0	0	54	45	24	12	4	0	166	89	255

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Tarefa																					0	0	0
Avença																					0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

NOTAS:
Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.
a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);
b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);
d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

Serviço Estrangeiros Fronteiras							0	0	0
Guarda Prisional							0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)							0	0	0
Bombeiro							0	0	0
Polícia Municipal							0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Prestações de Serviços / Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Tarefa							0	0	0
Avença							0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0

NOTAS:
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
Considerar o total de trabalhadores estrangeiros, **não naturalizados**, em efectividade de funções no serviço em 31 de Dezembro, de acordo com a naturalidade;
a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);
b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);
d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e gênero, em 31 de dezembro

[illegible]

Outro Pessoal de Segurança c)																									0	0	0
Bombeiro																									0	0	0
Polícia Municipal																									0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	1	2	0	1	0	0	0	0	3	4	7

Prestações de Serviços	menos de 20 anos		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 - 44		45 - 49		50 - 54		55 - 59		60 - 64		65 - 69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Tarefa																									0	0	0
Avença																									0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

NOTAS:

Considere o total de trabalhadores que beneficiem de redução fiscal por motivo da sua deficiência;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação

[illegible]

Pessoal de Administração Tributária															0	0	0
Pessoal Aduaneiro															0	0	0
Conservador e Notário															0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado															0	0	0
Oficial de Justiça															0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)													23	3	23	3	26
Forças Armadas - Sargento b)													19		19	0	19
Forças Armadas - Praça b)													7	2	7	2	9
Polícia Judiciária															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda													1		1	0	1
Serviço Estrangeiros Fronteiras															0	0	0
Guarda Prisional															0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)															0	0	0
Bombeiro															0	0	0
Polícia Municipal															0	0	0
Total	2	2	0	1	4	4	0	0	3	1	0	0	51	5	60	13	73

Prestações de Serviços (Modalidades de vinculação)	M	F	Total
Tarefa			0
Avença			0
Total	0	0	0

Notas:
Considerar o total de efectivos admitidos pela 1ª vez ou regressados ao serviço entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro inclusive;
* Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública. No caso de órgãos autárquicos considere, ainda, os formandos do CEAGPA;
a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);
b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																						0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																						0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																						0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																						0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																						0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																						0	0	0
Guarda Prisional																						0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																						0	0	0
Bombeiro																						0	0	0
Polícia Municipal																						0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	1	31	8	36	9	45

NOTAS:
Incluir todos os trabalhadores em regime de Nomeação ao abrigo do art. 8º e em Comissão de Serviço ao abrigo do art. 9º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho
a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);
b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e gênero

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de saída (durante o ano)	Morte		Caducidade (termo)		Reforma/ /Aposentação		Limite de idade		Conclusão sem sucesso do período experimental		Revogação (cessação por mútuo acordo)		Resolução (por iniciativa do trabalhador)		Denúncia (por iniciativa do trabalhador)		Despedimento por inadaptação		Despedimento colectivo		Despedimento por extinção do posto de trabalho		Mobilidade		Cedência		Outras situações		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																													0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)																													0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)																													0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)																													0	0	0
Dirigente intermédio de 2º grau a)																													0	0	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																													0	0	0
Técnico Superior																							1				1		2	0	2
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo							1																1		1				1	2	3
Assistente operacional, operário, auxiliar									1																				0	1	1
Aprendizes e praticantes																													0	0	0
Informático																											1		1	0	1
Magistrado																													0	0	0
Diplomata																													0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																													0	0	0
Pessoal de Inspeção																													0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																													0	0	0
Docente Ensino Universitário																													0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																													0	0	0
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																													0	0	0
Médico																													0	0	0
Enfermeiro																													0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																													0	0	0
Técnico Superior de Saúde																													0	0	0
Chefia Tributária																													0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																													0	0	0
Pessoal Aduaneiro																													0	0	0
Conservador e Notário																													0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																													0	0	0
Oficial de Justiça																													0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																													0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																													0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																													0	0	0
Polícia Judiciária																													0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																													0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																													0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																													0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																													0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																													0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																													0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																													0	0	0
Guarda Prisional																													0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																													0	0	0
Bombeiro																													0	0	0
Polícia Municipal																													0	0	0

Total	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0	2	0	4	3	7
-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

NOTAS:

Incluir todos os trabalhadores em Contrato de Trabalho em Funções Públicas, e com Contrato de Trabalho no âmbito do Código do Trabalho;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento

Grupo/cargo/carreira/ Dificuldades de recrutamento	Não abertura de procedimento concursal	Impugnação do procedimento concursal	Falta de autorização da entidade competente	Procedimento concursal improcedente	Procedimento concursal em desenvolvimento	Total
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos						0
Dirigente superior de 1º grau a)						0
Dirigente superior de 2º grau a)						0
Dirigente intermédio de 1º grau a)						0
Dirigente intermédio de 2º grau a)						0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)						0
Técnico Superior				1	5	6
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo						0
Assistente operacional, operário, auxiliar						0
Aprendizes e praticantes						0
Informático						0
Magistrado						0
Diplomata						0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência						0
Pessoal de Inspeção						0
Pessoal de Investigação Científica						0
Docente Ensino Universitário						0
Docente Ensino Superior Politécnico						0
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário						0
Médico						0
Enfermeiro						0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica						0
Técnico Superior de Saúde						0
Chefia Tributária						0
Pessoal de Administração Tributária						0
Pessoal Aduaneiro						0
Conservador e Notário						0
Oficial dos Registos e do Notariado						0
Oficial de Justiça						0
Forças Armadas - Oficial b)						0
Forças Armadas - Sargento b)						0
Forças Armadas - Praça b)						0
Polícia Judiciária						0
Polícia de Segurança Pública - Oficial						0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia						0
Polícia de Segurança Pública - Agente						0
Guarda Nacional Republicana - Oficial						0
Guarda Nacional Republicana - Sargento						0
Guarda Nacional Republicana - Guarda						0
Serviço Estrangeiros Fronteiras						0
Guarda Prisional						0
Outro Pessoal de Segurança c)						0
Bombeiro						0
Polícia Municipal						0
Total	0	0	0	1	5	6

Notas:

- Para cada grupo, cargo ou carreira, indique o número de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, mas não ocupados durante o ano, por motivo de:

- não abertura de procedimento concursal, por razões imputáveis ao serviço;
- impugnação do procedimento concursal, devido a recurso com efeitos suspensivos ou anulação do procedimento;
- recrutamento não autorizado por não satisfação do pedido formulado à entidade competente;
- procedimento concursal improcedente, deserto, inexistência ou desistência dos candidatos aprovados;
- procedimento concursal em desenvolvimento.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e gênero

[illegible]

[illegible]

Bombeiro											0	0	0
Polícia Municipal											0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	1	3	4

NOTAS:

(1) e (2) - Artigos 156º,157º e 158 da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho

(3) - Artigo 99º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e gênero, em 31 de dezembro

**SE Células a vermelho - Totais não
estão iguais aos do Quadro1**

[illegible]

Forças Armadas - Oficial b)			37	5					1				2		40	5	45
Forças Armadas - Sargento b)			32	2					17						49	2	51
Forças Armadas - Praça b)			12	3					8						20	3	23
Polícia Judiciária															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda			1												1	0	1
Serviço Estrangeiros Fronteiras															0	0	0
Guarda Prisional															0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)															0	0	0
Bombeiro															0	0	0
Polícia Municipal															0	0	0
Total	4	1	110	57	0	0	7	19	26	0	0	0	19	12	166	89	255

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

(*) Artigo 110º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Considerar a meia jornada (Lei 84/2015, de 7/08)

Quadro 13: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho (PNT) e género, em 31 de dezembro																		SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro1			
Grupo/cargo/carreira	Tempo completo								PNT inferior ao praticado a tempo completo										TOTAL		Total
									Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		M	F	
	células abertas para indicar n° horas/semana								células abertas para indicar n° horas/semana												
	35 horas		40 horas		42 horas		30 horas														
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																		0	0	0	
Dirigente superior de 1º grau a)	1																	1	0	1	
Dirigente superior de 2º grau a)	1	1																1	1	2	
Dirigente intermédio de 1º grau a)	4	3																4	3	7	
Dirigente intermédio de 2º grau a)	10	6																10	6	16	
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																		0	0	0	
Técnico Superior	18	30					3	13										21	43	64	
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	1	17					3											4	17	21	
Assistente operacional, operário, auxiliar	9	2						6										9	8	17	
Aprendizes e praticantes																		0	0	0	
Informático	5	1					1											6	1	7	
Magistrado																		0	0	0	
Diplomata																		0	0	0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																		0	0	0	
Pessoal de Inspeção																		0	0	0	
Pessoal de Investigação Científica																		0	0	0	
Docente Ensino Universitário																		0	0	0	
Docente Ensino Superior Politécnico																		0	0	0	
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																		0	0	0	
Médico																		0	0	0	
Enfermeiro																		0	0	0	
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																		0	0	0	
Técnico Superior de Saúde																		0	0	0	
Chefia Tributária																		0	0	0	
Pessoal de Administração Tributária																		0	0	0	
Pessoal Aduaneiro																		0	0	0	
Conservador e Notário																		0	0	0	
Oficial dos Registos e do Notariado																		0	0	0	
Oficial de Justiça																		0	0	0	
Forças Armadas - Oficial b)	40	5																40	5	45	
Forças Armadas - Sargento b)	49	2																49	2	51	

Forças Armadas - Praça b)	20	3																20	3	23
Polícia Judiciária																		0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																		0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																		0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																		0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																		0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																		0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda	1																	1	0	1
Serviço Estrangeiros Fronteiras																		0	0	0
Guarda Prisional																		0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																		0	0	0
Bombeiro																		0	0	0
Polícia Municipal																		0	0	0
Total	159	70	0	0	0	0	7	19	0	0	0	0	0	0	0	0	0	166	89	255

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

Indique para cada um dos horários de trabalho semanal, assinalados ou a assinalar, o **número de trabalhadores** que o praticam;

PNT - Número de horas de trabalho semanal em vigor no serviço, fixado ou autorizado por lei. No mesmo serviço pode haver diferentes períodos normais de trabalho;

(*) - Trabalho a tempo parcial, meia jornada ou outro regime: indicar o número de horas de trabalho semanais, se inferior ao praticado a tempo completo;

Quando existirem mais do que 3 horários a tempo parcial (incompletos) deve optar por estabelecer escalões em cada uma das células abertas de modo a contemplar todos os horários incompletos.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

Quadro 14: Contagem das horas de trabalho suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género

Grupo/cargo/carreira/ Modalidade de prestação do trabalho suplementar	Trabalho suplementar diurno		Trabalho suplementar nocturno		Trabalho em dias de descanso semanal obrigatório		Trabalho em dias de descanso semanal complementar		Trabalho em dias feriados		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos											0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 1º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 2º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 2º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)											0:00	0:00	0:00
Técnico Superior											0:00	0:00	0:00
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo		191:30									0:00	191:30	191:30
Assistente operacional, operário, auxiliar	4360:00										4360:00	0:00	4360:00
Aprendizes e praticantes											0:00	0:00	0:00
Informático											0:00	0:00	0:00
Magistrado											0:00	0:00	0:00
Diplomata											0:00	0:00	0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência											0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspeção											0:00	0:00	0:00
Pessoal de Investigação Científica											0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Universitário											0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Superior Politécnico											0:00	0:00	0:00
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário											0:00	0:00	0:00
Médico											0:00	0:00	0:00
Enfermeiro											0:00	0:00	0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica											0:00	0:00	0:00
Técnico Superior de Saúde											0:00	0:00	0:00
Chefia Tributária											0:00	0:00	0:00
Pessoal de Administração Tributária											0:00	0:00	0:00
Pessoal Aduaneiro											0:00	0:00	0:00
Conservador e Notário											0:00	0:00	0:00
Oficial dos Registos e do Notariado											0:00	0:00	0:00
Oficial de Justiça											0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Oficial b)											0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Sargento b)											0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Praça b)											0:00	0:00	0:00
Polícia Judiciária											0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial											0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia											0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente											0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial											0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento											0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda											0:00	0:00	0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras											0:00	0:00	0:00
Guarda Prisional											0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal de Segurança c)											0:00	0:00	0:00
Bombeiro											0:00	0:00	0:00
Polícia Municipal											0:00	0:00	0:00

Total	4360:00	191:30	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	4360:00	191:30	4551:30
-------	---------	--------	------	------	------	------	------	------	------	------	---------	--------	---------

NOTAS:

Considerar o total de horas suplementares/extraordinárias efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;

O trabalho suplementar diurno e nocturno só contempla o trabalho suplementar efectuado em dias normais de trabalho (primeiras 2 colunas).

As 3 colunas seguintes são específicas para o trabalho suplementar em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados.

- a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);
- b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
- c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 14.1: Contagem das horas de trabalho nocturno, normal e suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o género

Grupo/cargo/carreira/ Horas de trabalho noturno	Trabalho nocturno normal		Trabalho nocturno suplementar		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos					0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 1º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 2º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 2º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)					0:00	0:00	0:00
Técnico Superior					0:00	0:00	0:00
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo					0:00	0:00	0:00
Assistente operacional, operário, auxiliar					0:00	0:00	0:00
Aprendizes e praticantes					0:00	0:00	0:00
Informático					0:00	0:00	0:00
Magistrado					0:00	0:00	0:00
Diplomata					0:00	0:00	0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspeção					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Investigação Científica					0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Universitário					0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Superior Politécnico					0:00	0:00	0:00
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário					0:00	0:00	0:00
Médico					0:00	0:00	0:00
Enfermeiro					0:00	0:00	0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica					0:00	0:00	0:00
Técnico Superior de Saúde					0:00	0:00	0:00
Chefia Tributária					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Administração Tributária					0:00	0:00	0:00
Pessoal Aduaneiro					0:00	0:00	0:00
Conservador e Notário					0:00	0:00	0:00
Oficial dos Registos e do Notariado					0:00	0:00	0:00
Oficial de Justiça					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Oficial b)					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Sargento b)					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Praça b)					0:00	0:00	0:00
Polícia Judiciária					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda					0:00	0:00	0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras					0:00	0:00	0:00
Guarda Prisional					0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal de Segurança c)					0:00	0:00	0:00
Bombeiro					0:00	0:00	0:00
Polícia Municipal					0:00	0:00	0:00
Total	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00

NOTAS:
Considerar o total de horas efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;

Este quadro refere-se **apenas a trabalho nocturno**. Para o preenchimento da coluna “**trabalho nocturno suplementar**” neste quadro deve-se considerar o trabalho suplementar efectuado em dias normais e em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados.
 a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);
 b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
 c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de ausência	Casamento		Protecção na parentalidade		Falecimento de familiar		Doença		Por acidente em serviço ou doença profissional		Assistência a familiares		Trabalhador-estudante		Por conta do período de férias		Com perda de vencimento		Cumprimento de pena disciplinar		Greve		Injustificadas		Outros		Total		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																										0,0	0,0	0,0	
Dirigente superior de 1º grau a)																										0,0	0,0	0,0	
Dirigente superior de 2º grau a)																										0,0	0,0	0,0	
Dirigente intermédio de 1º grau a)							3,0				6,0														0,5	9,0	0,5	9,5	
Dirigente intermédio de 2º grau a)					2,0			46,0																	3,0	2,0	49,0	51,0	
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																										0,0	0,0	0,0	
Técnico Superior		14,0	30,0	30,0	2,0	14,0	242,0	202,0		74,0	7,0	30,0				5,0									3,0	102,5	284,0	471,5	755,5
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo			9,0			5,0		21,0				2,0	52,0	54,0		3,0									13,0	10,0	74,0	95,0	169,0
Assistente operacional, operário, auxiliar	9,0				7,0		2,0	87,0	21,0	28,0						3,0									4,0	10,0	43,0	128,0	171,0
Aprendizes e praticantes																											0,0	0,0	0,0
Informático							125,0	12,0																	1,0	125,0	13,0	138,0	
Magistrado																											0,0	0,0	0,0
Diplomata																											0,0	0,0	0,0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																											0,0	0,0	0,0
Pessoal de Inspeção																											0,0	0,0	0,0
Pessoal de Investigação Científica																											0,0	0,0	0,0
Docente Ensino Universitário																											0,0	0,0	0,0
Docente Ensino Superior Politécnico																											0,0	0,0	0,0
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																											0,0	0,0	0,0
Médico																											0,0	0,0	0,0
Enfermeiro																											0,0	0,0	0,0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																											0,0	0,0	0,0
Técnico Superior de Saúde																											0,0	0,0	0,0
Chefia Tributária																											0,0	0,0	0,0
Pessoal de Administração Tributária																											0,0	0,0	0,0
Pessoal Aduaneiro																											0,0	0,0	0,0
Conservador e Notário																											0,0	0,0	0,0
Oficial dos Registos e do Notariado																											0,0	0,0	0,0
Oficial de Justiça																											0,0	0,0	0,0
Forças Armadas - Oficial b)				170,0			92,0				24,0		11,0												2,0		129,0	170,0	299,0
Forças Armadas - Sargento b)			25,0				201,0																		3,0		229,0	0,0	229,0
Forças Armadas - Praça b)			21,0	151,0			5,0																				26,0	151,0	177,0
Polícia Judiciária																											0,0	0,0	0,0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																											0,0	0,0	0,0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																											0,0	0,0	0,0
Polícia de Segurança Pública - Agente																											0,0	0,0	0,0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																											0,0	0,0	0,0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																											0,0	0,0	0,0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																											0,0	0,0	0,0

Quadro 16 : Contagem dos trabalhadores em greve durante o ano, por escalão de PNT e tempo de paralisação

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponive!

(**) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponive!

(**) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponive!

(**) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponive!

(**) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto

Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género

A - Remunerações mensais ilíquidas (brutas)

Mês de referência: Dezembro

(Indicar o N° de trabalhadores de acordo com a respectiva posição remuneratória, independentemente de terem ou não recebido a remuneração ou outros abonos no mês de Dezembro)

(Excluindo prestações de serviço)	Número de trabalhadores		
Género / Escalão de remunerações	Masculino	Feminino	Total
Até 500 €	1	5	6
501-1000 €	30	17	47
1001-1250 €	16	20	36
1251-1500 €	26	10	36
1501-1750 €	26	16	42
1751-2000€	17	3	20
2001-2250 €	3	2	5
2251-2500 €	2	4	6
2501-2750 €	27	6	33
2751-3000 €	10	4	14
3001-3250 €	3	2	5
3251-3500 €			0
3501-3750 €	5		5
3751-4000 €			0
4001-4250 €			0
4251-4500 €			0
4501-4750 €			0
4751-5000 €			0
5001-5250 €			0
5251-5500 €			0
5501-5750 €			0
5751-6000 €			0
Mais de 6000 €			0
Total	166	89	255

- NOTAS:
- i) Deve indicar o número de trabalhadores em cada escalão por género;
 - ii) O total do quadro 17 deve ser igual ao total dos quadros 1, 2, 3, 4, 12 e 13, por género;
 - iii) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro;
 - iv) Remunerações mensais ilíquidas (brutas): Considerar remuneração mensal base ilíquida mais suplementos regulares e/ou adicionais/diferenciais remuneratórios de natureza permanente;
 - v) Não incluir prestações sociais, subsídio de refeição e outros benefícios sociais;
 - vi) Não considerar o duodécimo do subsídio de natal.

B - Remunerações máximas e mínimas dos trabalhadores a tempo completo

Período de referência: mês de Dezembro

Remuneração (€)	Euros	
	Masculino	Feminino
Mínima (€)	485,00 €	485,00 €
Máxima (€)	3.734,06 €	3.173,95 €

NOTA:

Na remuneração deve incluir o valor (euros) das remunerações, mínima e máxima;

Reportar a remuneração mensal base ilíquida mais os suplementos regulares e/ou adicionais/ referenciais remuneratórios de natureza permanente.

Quadro 18: Total dos encargos anuais com pessoal

Encargos com pessoal	Valor (Euros)
Remuneração base (*)	4.549.845,99 €
Suplementos remuneratórios	719.216,08 €
Prémios de desempenho	
Prestações sociais	165.803,23 €
Benefícios sociais	0,00 €
Outros encargos com pessoal (**)	1.107.500,91 €
Total	6.542.366,21 €

Nota:

Não incluir prestadores de serviços.

(*) - incluindo o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

(**) registar:

- as indemnizações por férias não gozadas;
- as compensações por caducidade dos contratos dos trabalhadores saídos;
- os encargos da entidade patronal com a CGA e a Segurança Social;
- os abonos pagos ao trabalhador a aguardar aposentação até que a pensão passe a ser paga pela entidade competente.

Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios

Suplementos remuneratórios	Valor (Euros)
Trabalho suplementar (diurno e nocturno)	17.971,43 €
Trabalho normal nocturno	
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (*)	
Isenção de horário de trabalho	
Disponibilidade permanente	
Outros regimes especiais de prestação de trabalho (**)	
Risco, penosidade e insalubridade	
Fixação na periferia	
Trabalho por turnos	
Abono para falhas	
Participação em reuniões	
Ajudas de custo	229.148,81 €
Representação	86.182,31 €
Secretariado	1.399,56 €
Outros suplementos remuneratórios (***)	384.513,97 €
Total	719.216,08 €

Nota:

(*) - caso não tenha sido incluído em trabalho suplementar (diurno e nocturno);

(**) - incluir também tempo prolongado na carreira médica e suplemento de comando;

(***) - incluir também os prémios de desempenho e o subsidio de residência.

Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais

Prestações sociais	Valor (Euros)
Subsídios no âmbito da protecção da parentalidade (maternidade, paternidade e adopção)	5.723,71 €
Abono de família	3.853,03 €
Subsídio de educação especial	
Subsídio mensal vitalício	
Subsídio para assistência de 3ª pessoa	
Subsídio de funeral	
Subsídio por morte	
Acidente de trabalho e doença profissional	
Subsídio de desemprego	
Subsídio de refeição	156.226,49 €
Outras prestações sociais (incluindo Pensões)	
Total	165.803,23 €

Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais

Benefícios de apoio social	Valor (Euros)
Grupos desportivos/casa do pessoal	
Refeitórios	
Subsídio de frequência de creche e de educação pré-escolar	
Colónias de férias	
Subsídio de estudos	
Apoio socio-económico	
Outros benefícios sociais	
Total	0,00 €

Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa durante o ano, por gênero

Acidentes de trabalho		No local de trabalho						In itinere					
		Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal	Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal
Nº total de acidentes de trabalho (AT) ocorridos no ano de referência	M	1			1			0					
	F	1				1		2			2		
Nº de acidentes de trabalho (AT) com baixa ocorridos no ano de referência	M	1			1			0					
	F	1				1		2			2		
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	M	17			17			0					
	F	46				46		30			30		
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	M	0						0					
	F	0						0					

Notas:

Considerar os acidentes de trabalho registados num auto de notícia.

O "Nº total de acidentes" refere-se ao total de ocorrências, com baixa, sem baixa e mortais. O "Nº de acidentes com baixa" exclui os mortais. Excluir os acidentes mortais no cálculo dos dias de trabalho perdidos na sequência de acidentes de trabalho.

Quadro 20: Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho

Casos de incapacidade	Nº de casos
Casos de incapacidade permanente:	0
- absoluta	0
- parcial	0
- absoluta para o trabalho habitual	0
Casos de incapacidade temporária e absoluta	0
Casos de incapacidade temporária e parcial	0
Total	0

Quadro 21: Número de situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos durante o ano

Doenças profissionais		Nº de casos	Nº de dias de ausência
Código(*)	Designação		

Nota:

(*) - Conforme lista constante do DR nº 6/2001, de 3 de Maio, actualizado pelo DR nº 76/2007, de 17 de Julho.

Quadro 22: Número e encargos das actividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano

Actividades de medicina no trabalho	Número	Valor (Euros)
Total dos exames médicos efectuados:	0	0,00 €
Exames de admissão	0	0,00 €
Exames periódicos	0	0,00 €
Exames ocasionais e complementares	0	0,00 €
Exames de cessação de funções	0	0,00 €
Despesas com a medicina no trabalho (*)		0,00 €
Visitas aos postos de trabalho	0	

Nota:

(*) incluir os montantes pagos aos médicos, enfermeiros, outros técnicos de saúde e técnicos de higiene e segurança no trabalho que prestaram serviço durante o ano, desde que não tenham sido contabilizados no quadro 1. ("pessoas ao serviço em 31 de Dezembro"), as despesas efectuadas com a aquisição de medicamentos, meios auxiliares de diagnóstico, exames médicos e todo e qualquer gasto relacionado com a medicina do trabalho, à exceção dos montantes investidos em infraestruturas.

Quadro 23: Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo

Segurança e saúde no trabalho Intervenções das comissões	Número
Reuniões da Comissão	0
Visitas aos locais de trabalho	0
Outras	0

Quadro 24: Número de trabalhadores sujeitos a acções de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional durante o ano

Segurança e saúde no trabalho Acções de reintegração profissional	Número
Alteração das funções exercidas	0
Formação profissional	0
Adaptação do posto de trabalho	0
Alteração do regime de duração do trabalho	0
Mobilidade interna	0

Nota:

Artigo 23º do Decreto-Lei nº 503/99, de 20 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 50-C/2007, de 6 de Março e pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro.

Quadro 25: Número de acções de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho

Segurança e saúde no trabalho Acções de formação	Número
Acções realizadas durante o ano	6
Trabalhadores abrangidos pelas acções realizadas	6

Quadro 26: Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais durante o ano

Segurança e saúde no trabalho Custos	Valor (Euros)
Encargos de estrutura de medicina e segurança no trabalho (a)	0,00 €
Equipamento de protecção (b)	0,00 €
Formação em prevenção de riscos (c)	0,00 €
Outros custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais (d)	0,00 €

- Nota:**
- (a) Encargos na organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho e encargos na organização / modificação dos espaços de trabalho
 - (b) Encargos na aquisição de bens ou equipamentos
 - (c) Encargos na formação, informação e consulta
 - (d) Incluir única e exclusivamente os encargos com a criação e manutenção de estruturas destinadas à medicina do trabalho e à segurança do trabalhador no exercício da sua profissão.

Quadro 27: Contagem relativa a participações em acções de formação profissional durante o ano, por tipo de acção, segundo a duração

Tipo de acção/duração	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	de 60 a 119 horas	120 horas ou mais	Total
Internas	89				89
Externas	56	26		6	88
Total	145	26	0	6	177

Notas:

Relativamente às acções de formação profissional realizadas durante o ano e em que tenham participado os efectivos do serviço, considerar como:

- acção interna, organizada pela entidade;
- acção externa, organizada por outras entidades;

- N.º de participações = n.º trabalhadores na acção 1 + n.º trabalhadores na acção 2 +...+ n.º trabalhadores na acção n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);

Quadro 28: Contagem relativa a participações em acções de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção

Grupo/cargo/carreira/ Nº de participações e de participantes	Acções internas	Acções externas	TOTAL	
	Nº de participações	Nº de participações	Nº de participações (*)	Nº de participantes (**)
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos			0	
Dirigente superior de 1º grau a)			0	
Dirigente superior de 2º grau a)		2	2	1
Dirigente intermédio de 1º grau a)	5	4	9	5
Dirigente intermédio de 2º grau a)	5	9	14	8
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)			0	
Técnico Superior	19	20	39	28
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	9	5	14	11
Assistente operacional, operário, auxiliar	1		1	1
Aprendizes e praticantes			0	
Informático	1	2	3	2
Magistrado			0	
Diplomata			0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo			0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional			0	
Pessoal de Inspeção			0	
Pessoal de Investigação Científica			0	
Docente Ensino Universitário			0	
Docente Ensino Superior Politécnico			0	
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário			0	
Médico			0	
Enfermeiro			0	
Téc. Diagnóstico e Terapêutica			0	
Técnico Superior de Saúde			0	
Chefia Tributária			0	
Pessoal de Administração Tributária			0	
Pessoal Aduaneiro			0	
Conservador e Notário			0	
Oficial dos Registos e do Notariado			0	
Oficial de Justiça			0	

Forças Armadas - Oficial b)	21	32	53	30
Forças Armadas - Sargento b)	16	11	27	19
Forças Armadas - Praça b)	12	3	15	12
Polícia Judiciária			0	
Polícia de Segurança Pública - Oficial			0	
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia			0	
Polícia de Segurança Pública - Agente			0	
Guarda Nacional Republicana - Oficial			0	
Guarda Nacional Republicana - Sargento			0	
Guarda Nacional Republicana - Guarda			0	
Serviço Estrangeiros Fronteiras			0	
Guarda Prisional			0	
Outro Pessoal de Segurança c)			0	
Bombeiro			0	
Polícia Municipal			0	
Total	89	88	177	117
Totais devem ser iguais aos do Q. 27				

Notas:

(*) - N.º de participações = n.º trabalhadores na acção 1 + n.º trabalhadores na acção 2 +...+ n.º trabalhadores na acção n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);

(**) - Considerar o total de trabalhadores que, em cada grupo/cargo/carreira, participou em pelo menos 1 acção de formação (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta apenas como 1 participante);

- a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);
- b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
- c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 29: Contagem das horas dispendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção

Grupo/cargo/carreira/ dEspendidas	Horas	Horas dEspendidas em acções internas	Horas dEspendidas em acções externas	Total de horas em acções de formação
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos				0:00
Dirigente superior de 1º grau a)				0:00
Dirigente superior de 2º grau a)			19:00	19:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)		19:00	223:00	242:00
Dirigente intermédio de 2º grau a)		19:00	639:00	658:00
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)				0:00
Técnico Superior		74:00	260:30	334:30
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo		35:00	23:00	58:00
Assistente operacional, operário, auxiliar		4:00		4:00
Aprendizes e praticantes				0:00
Informático		4:00	20:30	24:30
Magistrado				0:00
Diplomata				0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo				0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional				0:00
Pessoal de Inspeção				0:00

Pessoal de Investigação Científica			0:00
Docente Ensino Universitário			0:00
Docente Ensino Superior Politécnico			0:00
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário			0:00
Médico			0:00
Enfermeiro			0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica			0:00
Técnico Superior de Saúde			0:00
Chefia Tributária			0:00
Pessoal de Administração Tributária			0:00
Pessoal Aduaneiro			0:00
Conservador e Notário			0:00
Oficial dos Registos e do Notariado			0:00
Oficial de Justiça			0:00
Forças Armadas - Oficial b)	104:00	558:30	662:30
Forças Armadas - Sargento b)	94:00	308:00	402:00
Forças Armadas - Praça b)	72:00	90:00	162:00
Polícia Judiciária			0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial			0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia			0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente			0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial			0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento			0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda			0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras			0:00
Guarda Prisional			0:00
Outro Pessoal de Segurança c)			0:00
Bombeiro			0:00
Polícia Municipal			0:00

Notas:
Considerar as horas despendidas por todos os efectivos do serviço em cada um dos tipos de acções de formação realizadas durante o ano;
a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);
b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 30: Despesas anuais com formação

Tipo de acção/valor	Valor (Euros)
Despesa com acções internas	
Despesa com acções externas	13.700,00 €
Total	13.700,00 €

Notas:
i) Considerar as despesas efectuadas durante ano em actividades de formação e suportadas pelo orçamento da entidade;
ii) Considerar também as despesas de deslocação relacionadas com a formação.

Quadro 31: Relações profissionais

Relações profissionais	Número
Trabalhadores sindicalizados	6
Elementos pertencentes a comissões de trabalhadores	0
Total de votantes para comissões de trabalhadores	0

Quadro 32: Disciplina

Disciplina	Número
Processos transitados do ano anterior	0
Processos instaurados durante o ano	0
Processos transitados para o ano seguinte	0
Processos decididos - total:	0
* Arquivados	0
* Repreensão escrita	0
* Multa	0
* Suspensão	0
* Demissão (1)	0
* Despedimento por facto imputável ao trabalhador (2)	0
* Cessação da comissão de serviço	0

Notas:

(1) - para trabalhadores Nomeados

(2) - para trabalhadores em Contratos de Trabalho em Funções Públicas



Execução Orçamental da DGRDN



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGPRM, DGRDN (Turismo Militar)
Exercício: 2016
Mês(es): Janeiro..Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2016 a 31-12-2016
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1350.10 - MDN/Não atribuído/13
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

Unidade monetária: EURO														
Actividade	Classificação Económica		Dotações corrigidas	Cativos ou Congelamentos	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas
	Código	Descrição			No Período	Em Períodos anteriores	Total	No Período	Em Períodos anteriores	Total	Dotação não comprometida	Dotação por pagar	Compromissos por pagar	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)=(6)+(7)	(9)	(10)	(11)=(9)+(10)	(12)=(4)-(5)-(8)	(13)=(4)-(5)-(11)	(14)=(8)-(11)	(15)=(11)/(4)x100
256	02.02.09.F0.00	Out Serv Comunicações	14.399,00	2.160,00							12.239,00	12.239,00		
256	02.02.10	Transportes	14.443,00	2.167,00							12.276,00	12.276,00		
256	02.02.13	Deslocações e estadas	13.256,00	1.988,00	3.924,45		3.924,45	3.465,03		3.465,03	7.343,55	7.802,97	459,42	26,14%
256	02.02.17	Publicidade	2.895,00	434,00							2.461,00	2.461,00		
256	02.02.20.C0.00	Outros	5.856,00	879,00	4.972,78		4.972,78	4.972,78		4.972,78	4,22	4,22		84,92%
256	02.02.25	Outros serviços	23.805,00	3.571,00	18.320,30		18.320,30	18.320,30		18.320,30	1.913,70	1.913,70		76,96%
256	04.07.01	Instituições s/ fins lucrativos	756,00								756,00	756,00		
256	07.01.08.A0.B0	Software inform-Administ Central-Estado-Outros	3.690,00								3.690,00	3.690,00		
Total			79.100,00	11.199,00	27.217,53		27.217,53	26.758,11		26.758,11	40.683,47	41.142,89	459,42	33,83%

-
03 de janeiro de 2017
-
-

-
-



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN (Atividades)
Exercício: 2016
Mês(es): Janeiro..Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2016 a 31-12-2016
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1350.01 - MDN/Não atribuído/13
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

EV

Unidade monetária: EURO

Actividade	Classificação Económica		Dotações corrigidas	Cativos ou Congelamentos	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas
	Código	Descrição			No Período	Em Períodos anteriores	Total	No Período	Em Períodos anteriores	Total	Dotação não comprometida	Dotação por pagar	Compromissos por pagar	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)=(6)+(7)	(9)	(10)	(11)=(9)+(10)	(12)=(4)-(5)-(8)	(13)=(4)-(5)-(11)	(14)=(8)-(11)	(15)=(11)/(4)x100
244	01.02.04	Ajudas de custo	13.000,00		995,24		995,24	970,14		970,14	12.004,76	12.029,86	25,10	7,46%
244	02.02.03	Conservação de bens	1.393.000,00	225.000,00	149.270,00		149.270,00	149.270,00		149.270,00	1.018.730,00	1.018.730,00		10,72%
244	02.02.04.A0.00	Princípio da Onerosidade	244.640,00	31.896,00	212.640,00		212.640,00	212.640,00		212.640,00	104,00	104,00		86,92%
244	02.02.13	Deslocações e estadas	18.000,00		3.003,57		3.003,57	2.395,02		2.395,02	14.996,43	15.604,98	608,55	13,31%
244	02.02.14.B0.00	Estudos, pareceres,projectos-Outros	124.000,00	19.500,00							104.500,00	104.500,00		
244	02.02.20.C0.00	Outros	110.000,00	7.500,00	70.859,73		70.859,73	62.000,98		62.000,98	31.640,27	40.499,02	8.858,75	56,36%
244	02.02.25	Outros serviços	495.517,00	74.327,00	2.262,68		2.262,68	2.262,68		2.262,68	418.927,32	418.927,32		0,46%
244	07.01.08.A0.B0	Software inform-Administ Central-Estado-Outros	15.000,00		4.907,39		4.907,39	4.907,39		4.907,39	10.092,61	10.092,61		32,72%
244	07.01.14	Investimentos militares	28.761.130,00		151.990,65		151.990,65	151.990,65		151.990,65	28.609.139,35	28.609.139,35		0,53%
256	01.01.03	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	2.491.396,00	86.063,00	2.237.052,71		2.237.052,71	2.237.052,71		2.237.052,71	168.280,29	168.280,29		89,79%
256	01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	10.000,00		4.101,21		4.101,21	4.101,21		4.101,21	5.898,79	5.898,79		41,01%
256	01.01.09	Pessoal em qualquer outra situ	1.245.716,00		1.232.820,16		1.232.820,16	1.232.820,16		1.232.820,16	12.895,84	12.895,84		98,96%
256	01.01.11	Representação	95.545,00		86.182,31		86.182,31	86.182,31		86.182,31	9.362,69	9.362,69		90,20%
256	01.01.12	Suplementos e prémios	331.688,00		257.090,90		257.090,90	257.090,90		257.090,90	74.597,10	74.597,10		77,51%
256	01.01.13	Subsídio de refeição	156.565,00		156.132,55		156.132,55	156.132,55		156.132,55	432,45	432,45		99,72%
256	01.01.14.SF.00	Subsídio de Férias	348.773,00		348.762,99		348.762,99	348.762,99		348.762,99	10,01	10,01		100,00%
256	01.01.14.SN.00	Subsídio de Natal	317.710,00		312.549,20		312.549,20	312.549,20		312.549,20	5.160,80	5.160,80		98,38%
256	01.02.02	Horas extraordinárias	19.220,00		17.971,43		17.971,43	17.971,43		17.971,43	1.248,57	1.248,57		93,50%
256	01.02.03	Alimentação e alojamento	23.939,00								23.939,00	23.939,00		
256	01.02.04	Ajudas de custo	27.812,00		24.159,29		24.159,29	22.519,74		22.519,74	3.652,71	5.292,26	1.639,55	80,97%
256	01.02.08	Ab-Sub abonos de fixação, residência alojamento	4.969,00								4.969,00	4.969,00		
256	01.02.12	Indemnização por cessação funções	2.100,00		2.010,07		2.010,07	2.010,07		2.010,07	89,93	89,93		95,72%
256	01.02.13.PD.00	Prémios de Desempenho	7.000,00								7.000,00	7.000,00		
256	01.02.14	Outros abonos em numerário ou espécie	28.560,00		10.742,89		10.742,89	9.544,79		9.544,79	17.817,11	19.015,21	1.198,10	33,42%
256	01.03.01.A0.00	Contribuição da Entidade Patronal para a ADSE	300,00		102,60		102,60	102,60		102,60	197,40	197,40		34,20%
256	01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	3.745,00		3.593,17		3.593,17	3.593,17		3.593,17	151,83	151,83		95,95%
256	01.03.04	Outras prestações familia	2.282,00								2.282,00	2.282,00		
256	01.03.05.A0.A0	Contrib p/segurança social-CaixaGeral Aposentações	1.052.961,00		860.101,71		860.101,71	860.101,71		860.101,71	192.859,29	192.859,29		81,68%
256	01.03.05.A0.B0	Contrib para segurança social - Segurança Social	234.594,00		208.510,43		208.510,43	208.510,43		208.510,43	26.083,57	26.083,57		88,88%
256	01.03.10.P0	Parentalidade	12.000,00		4.082,05		4.082,05	4.082,05		4.082,05	7.917,95	7.917,95		34,02%
256	02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	32.855,00	4.950,00	27.368,93		27.368,93	25.071,53		25.071,53	2.833,47	2.833,47	2.297,40	76,31%
256	02.01.04	Limpeza e higiene	6.100,00	1.050,00	4.869,70		4.869,70	4.849,63		4.849,63	180,30	200,37	20,07	79,50%
256	02.01.05	Alimentação-Refeições confeccionadas	3.500,00	525,00							2.975,00	2.975,00		
256	02.01.07	Vestuário e artigos pessoais	1.000,00	60,00	559,93		559,93	559,93		559,93	380,07	380,07		55,99%
256	02.01.08	Material de escritório	13.920,00	2.340,00	11.111,90		11.111,90	10.943,45		10.943,45	468,10	636,55	168,45	78,62%
256	02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	20.100,00	1.125,00	12.994,33		12.994,33	12.864,28		12.864,28	5.980,67	6.110,72	130,05	64,00%
256	02.01.18	Livros e documentação técnica	650,00	98,00	51,00		51,00	51,00		51,00	501,00	501,00		7,85%
256	02.01.21	Outros bens	8.123,00	3.004,00	3.934,91		3.934,91	3.914,91		3.914,91	1.184,09	1.204,09	20,00	48,20%
256	02.02.02	Limpeza e higiene.	86.950,00	11.340,00	75.590,13		75.590,13	75.560,52		75.560,52	19,87	49,48	29,61	86,90%
256	02.02.03	Conservação de bens	13.452,00	3.000,00	9.646,93		9.646,93	9.646,93		9.646,93	805,07	805,07		71,71%
256	02.02.06	Locação de material de transporte	13.000,00	3.300,00	8.206,29		8.206,29	8.156,61		8.156,61	1.493,71	1.543,39	49,68	62,74%
256	02.02.08	Locação de outros bens	10.400,00	900,00	9.021,85		9.021,85	5.169,63		5.169,63	478,15	4.330,37	3.852,22	49,71%
256	02.02.09.A0.00	Acessos à internet	4.000,00	600,00	3.317,79		3.317,79	3.317,79		3.317,79	82,21	82,21		82,94%
256	02.02.09.B0.00	Comunicações fixas de dados	4.000,00	900,00							3.100,00	3.100,00		
256	02.02.09.C0.00	Comunicações fixas de voz	4.824,00	2.400,00							2.424,00	2.424,00		
256	02.02.09.D0.00	Comunicações móveis	8.506,00	1.050,00	5.383,24		5.383,24	5.381,97		5.381,97	2.072,76	2.074,03	1,27	63,27%
256	02.02.09.F0.00	Out Serv Comunicações	10.000,00	1.200,00	7.597,98		7.597,98	7.597,98		7.597,98	1.202,02	1.202,02		75,98%
256	02.02.10	Transportes	5.500,00	675,00	2.079,02		2.079,02	2.011,26		2.011,26	2.745,98	2.813,74	67,76	36,57%
256	02.02.11	Representação dos serviços	4.000,00	600,00	3.073,63		3.073,63	3.065,63		3.065,63	334,37	334,37	8,00	76,64%
256	02.02.12.B0.00	Seguros-Outras	3.500,00	525,00	923,69		923,69	914,19		914,19	2.051,31	2.060,81	9,50	26,12%
256	02.02.13	Deslocações e estadas	79.229,00	2.730,00	72.249,68		72.249,68	64.094,01		64.094,01	4.249,32	12.404,99	8.155,67	80,90%
256	02.02.14.B0.00	Estudos, pareceres,projectos-Outros	20.000,00								20.000,00	20.000,00		
256	02.02.15.B0.00	Formação - Outras	6.570,00	2.250,00	330,00		330,00	190,00		190,00	3.990,00	4.130,00	140,00	2,89%
256	02.02.16	Seminários, exposições e similares	6.500,00		3.157,28		3.157,28	3.157,28		3.157,28	3.342,72	3.342,72		48,57%
256	02.02.17	Publicidade	1.500,00	150,00	734,81		734,81	734,81		734,81	615,19	615,19		48,99%
256	02.02.18	Vigilância e segurança	5.000,00		2.551,57		2.551,57	2.551,57		2.551,57	2.448,43	2.448,43		51,03%
256	02.02.19.C0.00	Assistência técnica - Outros	41.160,00	3.600,00	34.505,62		34.505,62	33.693,91		33.693,91	3.054,38	3.866,09	811,71	81,86%
256	02.02.20.C0.00	Outros	22.500,00	3.000,00	13.412,80		13.412,80	12.442,31		12.442,31	6.087,20	7.057,69	970,49	55,30%



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2016
Mês(es): Janeiro..Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2016 a 31-12-2016
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1350.01 - MDN/Não atribuído/13
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

EV

Unidade monetária: EURO

Actividade	Classificação Económica		Dotações corrigidas	Cativos ou Congelamentos	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas
	Código	Descrição			No Período	Em Períodos anteriores	Total	No Período	Em Períodos anteriores	Total	Dotação não comprometida	Dotação por pagar	Compromissos por pagar	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)=(6)+(7)	(9)	(10)	(11)=(9)+(10)	(12)=(4)-(5)-(8)	(13)=(4)-(5)-(11)	(14)=(8)-(11)	(15)=(11)/(4)x100
256	02.02.25	Outros serviços	26.100,00	1.050,00	20.010,99		20.010,99	19.070,99		19.070,99	5.039,01	5.979,01	940,00	73,07%
256	04.09.03	Resto mundo-Países terceiros e organizações intern	15.200,00		14.628,13		14.628,13	14.628,13		14.628,13	571,87	571,87		96,24%
256	07.01.07.A0.B0	Eq informática-Admin Central-Estado-Outros	23.950,00		22.962,39		22.962,39	22.962,39		22.962,39	987,61	987,61		95,88%
256	07.01.08.A0.B0	Software inform-Administ Central-Estado-Outros	21.600,00		19.885,19		19.885,19	5.115,36		5.115,36	1.714,81	16.484,64	14.769,83	23,68%
256	07.01.09.A0.B0	Eq administrativo-Admin Central-Estado-Outros	14.050,00		12.964,51		12.964,51	12.964,51		12.964,51	1.085,49	1.085,49		92,27%
256	07.01.10.A0.B0	Eq Básico-Admin Central-Estado-Outros	30.490,00		23.080,95		23.080,95	23.080,95		23.080,95	7.409,05	7.409,05		75,70%
258	01.02.04	Ajudas de custo	30.000,00	2.920,00	5.448,42		5.448,42	5.102,07		5.102,07	21.631,58	21.977,93	346,35	17,01%
258	02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	5.000,00	750,00	155,29		155,29	155,29		155,29	4.094,71	4.094,71		3,11%
258	02.01.12	Material de transporte-peças	7.000,00		5.980,84		5.980,84	5.980,84		5.980,84	1.019,16	1.019,16		85,44%
258	02.01.21	Outros bens	15.000,00	2.250,00	12.335,79		12.335,79	10.837,46		10.837,46	414,21	1.912,54	1.498,33	72,25%
258	02.02.03	Conservação de bens	907.000,00	165.000,00	124.937,69		124.937,69	124.627,82		124.627,82	617.062,31	617.372,18	309,87	13,74%
258	02.02.10	Transportes	5.000,00	750,00	2.601,26		2.601,26	2.601,26		2.601,26	1.648,74	1.648,74		52,03%
258	02.02.13	Deslocações e estadas	45.000,00	2.250,00	18.930,93		18.930,93	17.261,34		17.261,34	23.819,07	25.488,66	1.669,59	38,36%
258	02.02.17	Publicidade	3.000,00	450,00	241,89		241,89	241,89		241,89	2.308,11	2.308,11		8,06%
258	02.02.19.C0.00	Assistência técnica - Outros	13.000,00		11.629,81		11.629,81	11.575,50		11.575,50	1.370,19	1.424,50	54,31	89,04%
258	02.02.20.C0.00	Outros	300.000,00	22.500,00	95.771,57		95.771,57	92.108,42		92.108,42	181.728,43	185.391,58	3.663,15	30,70%
258	02.02.25	Outros serviços	33.000,00	6.000,00	14.929,04		14.929,04	14.929,04		14.929,04	12.070,96	12.070,96		45,24%
258	06.02.01	Impostos e taxas	175.000,00		170.775,07		170.775,07	170.775,07		170.775,07	4.224,93	4.224,93		97,59%
258	07.01.07.A0.B0	Eq informática-Admin Central-Estado-Outros	5.000,00								5.000,00	5.000,00		
258	07.01.08.A0.B0	Software inform-Administ Central-Estado-Outros	1.500,00								1.500,00	1.500,00		
258	07.01.09.A0.B0	Eq administrativo-Admin Central-Estado-Outros	12.000,00		9.194,45		9.194,45	9.194,45		9.194,45	2.805,55	2.805,55		76,62%
258	07.01.10.A0.B0	Eq Básico-Admin Central-Estado-Outros	225.000,00		33.312,67		33.312,67	33.289,44		33.289,44	191.687,33	191.710,56	23,23	14,80%
258	07.01.14	Investimentos militares	218.500,00		138.343,72		138.343,72	138.343,71		138.343,71	80.156,28	80.156,29	0,01	63,32%
957	06.02.03.R0.00	Outras Desp.Correntes - Diversas - Outras -Reserva	457.588,00	457.588,00										
Total			40.616.979,00	1.157.166,00	7.432.688,54		7.432.688,54	7.380.351,94		7.380.351,94	32.027.124,46	32.079.461,06	52.336,60	18,17%

-

03 de janeiro de 2017

-

-

-

-



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGPRM, DGRDN (CIOFE)
Exercício: 2016
Mês(es): Janeiro..Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2016 a 31-12-2016
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1350.06 - MDN/Não atribuído/13
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

FV

Unidade monetária: EURO

Actividade	Classificação Económica		Dotações corrigidas	Cativos ou Congelamentos	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas
	Código	Descrição			No Período	Em Períodos anteriores	Total	No Período	Em Períodos anteriores	Total	Dotação não comprometida	Dotação por pagar	Compromissos por pagar	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)=(6)+(7)	(9)	(10)	(11)=(9)+(10)	(12)=(4)-(5)-(8)	(13)=(4)-(5)-(11)	(14)=(8)-(11)	(15)=(11)/(4)x100
256	01.02.04	Ajudas de custo	2.027,00		283,54		283,54	283,54		283,54	1.743,46	1.743,46		13,99%
256	02.01.08	Material de escritório	3.000,00		2.662,45		2.662,45	2.662,45		2.662,45	337,55	337,55		88,75%
256	02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	200,00								200,00	200,00		
256	02.01.18	Livros e documentação técnica	400,00		359,88		359,88	348,59		348,59	40,12	51,41	11,29	87,15%
256	02.01.21	Outros bens	2.000,00		225,00		225,00	221,59		221,59	1.775,00	1.778,41	3,41	11,08%
256	02.02.02	Limpeza e higiene.	3.300,00		3.271,80		3.271,80	3.271,80		3.271,80	28,20	28,20		99,15%
256	02.02.10	Transportes	200,00		25,88		25,88	25,88		25,88	174,12	174,12		12,94%
256	02.02.13	Deslocações e estadas	1.105,00		200,55		200,55	200,55		200,55	904,45	904,45		18,15%
256	02.02.14.B0.00	Estudos, pareceres,projectos-Outros	90.955,00		79.937,70		79.937,70	79.937,70		79.937,70	11.017,30	11.017,30		87,89%
256	02.02.15.B0.00	Formação - Outras	30.080,00		21.864,50		21.864,50	18.144,50		18.144,50	8.215,50	11.935,50	3.720,00	60,32%
256	02.02.16	Seminários, exposições e similares	500,00								500,00	500,00		
256	02.02.19.C0.00	Assistência técnica - Outros	1.000,00								1.000,00	1.000,00		
256	02.02.20.C0.00	Outros	23.000,00		15.438,23		15.438,23	15.438,23		15.438,23	7.561,77	7.561,77		67,12%
256	02.02.25	Outros serviços	1.606,00		102,90		102,90	102,90		102,90	1.503,10	1.503,10		6,41%
256	07.01.08.A0.B0	Software inform-Administ Central-Estado-Outros	1.950,00		1.278,19		1.278,19	1.159,44		1.159,44	671,81	790,56	118,75	59,46%
256	07.01.09.A0.B0	Eq administrativo-Admin Central-Estado-Outros	10.560,00		8.022,59		8.022,59	8.018,49		8.018,49	2.537,41	2.541,51	4,10	75,93%
Total			171.883,00		133.673,21		133.673,21	129.815,66		129.815,66	38.209,79	42.067,34	3.857,55	75,53%

-
03 de janeiro de 2017

-

-

-

-



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN (Estação NATO)
Exercício: 2016
Mês(es): Janeiro..Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2016 a 31-12-2016
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1350.08 - MDN/Não atribuído/13
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

FV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
124	01.01.03	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	102.270,00		102.269,03		102.269,03	102.269,03		102.269,03	0,97	0,97		100,00%
124	01.01.12	Suplementos e prémios	22.808,00		22.807,81		22.807,81	22.807,81		22.807,81	0,19	0,19		100,00%
124	01.01.14.SF.00	Subsídio de Férias	57,00		56,04		56,04	56,04		56,04	0,96	0,96		98,32%
124	01.01.14.SN.00	Subsídio de Natal	10.532,00		10.531,62		10.531,62	10.531,62		10.531,62	0,38	0,38		100,00%
124	01.02.03	Alimentação e alojamento	15.529,00		15.528,24		15.528,24	15.528,24		15.528,24	0,76	0,76		100,00%
124	01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	260,00		259,86		259,86	259,86		259,86	0,14	0,14		99,95%
124	01.03.05.A0.A0	Contrib p/segurança social-CaixaGeral Aposentações	29.332,00		29.331,64		29.331,64	29.331,64		29.331,64	0,36	0,36		100,00%
124	01.03.05.A0.B0	Contrib para segurança social - Segurança Social	2.908,00		2.907,84		2.907,84	2.907,84		2.907,84	0,16	0,16		99,99%
124	01.03.10.P0	Parentalidade	1.642,00		1.641,66		1.641,66	1.641,66		1.641,66	0,34	0,34		99,98%
256	01.01.03	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	36.775,00		31.465,72		31.465,72	31.465,72		31.465,72	5.309,28	5.309,28		85,56%
256	01.01.09	Pessoal em qualquer outra situ	270.659,00		270.634,77		270.634,77	270.634,77		270.634,77	24,23	24,23		99,99%
256	01.01.12	Suplementos e prémios	84.137,00		67.285,63		67.285,63	67.285,63		67.285,63	16.851,37	16.851,37		79,97%
256	01.01.14.SF.00	Subsídio de Férias	40.789,00		40.713,44		40.713,44	40.713,44		40.713,44	75,56	75,56		99,81%
256	01.01.14.SN.00	Subsídio de Natal	31.614,00		31.072,25		31.072,25	31.072,25		31.072,25	541,75	541,75		98,29%
256	01.02.03	Alimentação e alojamento	49.542,00		39.929,76		39.929,76	39.929,76		39.929,76	9.612,24	9.612,24		80,60%
256	01.02.04	Ajudas de custo	10.000,00								10.000,00	10.000,00		
256	01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	1.046,00		1.014,52		1.014,52	1.014,52		1.014,52	31,48	31,48		96,99%
256	01.03.05.A0.A0	Contrib p/segurança social-CaixaGeral Aposentações	98.074,00		97.545,62		97.545,62	97.545,62		97.545,62	528,38	528,38		99,46%
256	01.03.05.A0.B0	Contrib para segurança social - Segurança Social	16.374,00		7.232,77		7.232,77	7.232,77		7.232,77	9.141,23	9.141,23		44,17%
256	01.03.10.P0	Parentalidade	10.000,00		3.409,30		3.409,30	3.409,30		3.409,30	6.590,70	6.590,70		34,09%
Total			834.348,00		775.637,52		775.637,52	775.637,52		775.637,52	58.710,48	58.710,48		92,96%

22 de março de 2017



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGPRM, DGRDN (DAAC)
Exercício: 2016
Mês(es): Janeiro..Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2016 a 31-12-2016
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1350.02 - MDN/Não atribuído/13
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

FV

Unidade monetária: EURO

Actividade	Classificação Económica		Dotações corrigidas	Cativos ou Congelamentos	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas
	Código	Descrição			No Período	Em Períodos anteriores	Total	No Período	Em Períodos anteriores	Total	Dotação não comprometida	Dotação por pagar	Compromissos por pagar	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)=(6)+(7)	(9)	(10)	(11)=(9)+(10)	(12)=(4)-(5)-(8)	(13)=(4)-(5)-(11)	(14)=(8)-(11)	(15)=(11)/(4)x100
256	02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	11.679,00	1.752,00	3.008,75		3.008,75	3.008,75		3.008,75	6.918,25	6.918,25		25,76%
256	02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	1.500,00	225,00							1.275,00	1.275,00		
256	02.01.18	Livros e documentação técnica	500,00	75,00							425,00	425,00		
256	02.01.21	Outros bens	5.900,00	885,00							5.015,00	5.015,00		
256	02.02.06	Locação de material de transporte	5.000,00		2.718,87		2.718,87	2.718,87		2.718,87	2.281,13	2.281,13		54,38%
256	02.02.09.C0.00	Comunicações fixas de voz	12.000,00	3.000,00							9.000,00	9.000,00		
256	02.02.09.F0.00	Out Serv Comunicações	23.100,00	4.800,00	78,65		78,65	78,65		78,65	18.221,35	18.221,35		0,34%
256	02.02.10	Transportes	17.000,00	2.550,00	14.450,00		14.450,00	641,71		641,71	13.808,29	13.808,29	13.808,29	3,77%
256	02.02.13	Deslocações e estadas	6.500,00	1.125,00	3.522,01		3.522,01	2.943,70		2.943,70	1.852,99	2.431,30	578,31	45,29%
256	02.02.14.B0.00	Estudos, pareceres,projectos-Outros	146.500,00	26.250,00	120.249,60		120.249,60	63.446,00		63.446,00	0,40	56.804,00	56.803,60	43,31%
256	02.02.16	Seminários, exposições e similares	12.300,00	3.945,00	3.874,50		3.874,50	3.874,50		3.874,50	4.480,50	4.480,50		31,50%
256	02.02.18	Vigilância e segurança	74.000,00	9.000,00	65.000,00		65.000,00	18.009,82		18.009,82		46.990,18	46.990,18	24,34%
256	02.02.25	Outros serviços	4.500,00	675,00	3.576,84		3.576,84	3.576,84		3.576,84	248,16	248,16		79,49%
256	04.03.05	Adm Cent-Serviços e Fundos Autónomos	360.000,00		300.000,00		300.000,00	300.000,00		300.000,00	60.000,00	60.000,00		83,33%
256	04.07.01	Instituições s/ fins lucrativos	468.269,00		455.469,24		455.469,24	410.661,29		410.661,29	12.799,76	57.607,71	44.807,95	87,70%
256	04.09.03	Resto mundo-Países terceiros e organizações intern	2.030,00								2.030,00	2.030,00		
256	05.08.03	Outras	22.150,00		16.614,00		16.614,00	16.614,00		16.614,00	5.536,00	5.536,00		75,01%
Total			1.172.928,00	54.282,00	988.562,46		988.562,46	825.574,13		825.574,13	130.083,54	293.071,87	162.988,33	70,39%

-
03 de janeiro de 2017

-
-

-
-



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGPRM, DGRDN (DDN)
Exercício: 2016
Mês(es): Janeiro..Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2016 a 31-12-2016
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1350.03 - MDN/Não atribuído/13
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

FV

Unidade monetária: EURO

Actividade	Classificação Económica		Dotações corrigidas	Cativos ou Congelamentos	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas
	Código	Descrição			No Período	Em Períodos anteriores	Total	No Período	Em Períodos anteriores	Total	Dotação não comprometida	Dotação por pagar	Compromissos por pagar	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)=(6)+(7)	(9)	(10)	(11)=(9)+(10)	(12)=(4)-(5)-(8)	(13)=(4)-(5)-(11)	(14)=(8)-(11)	(15)=(11)/(4)x100
256	01.02.04	Ajudas de custo	228.547,00		204.702,79		204.702,79	204.541,48		204.541,48	23.844,21	24.005,52	161,31	89,50%
256	02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	3.045,00		2.840,54		2.840,54	2.840,54		2.840,54	204,46	204,46		93,29%
256	02.01.08	Material de escritório	10.000,00		7.284,19		7.284,19	6.701,24		6.701,24	2.715,81	3.298,76	582,95	67,01%
256	02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	5.100,00		5.049,03		5.049,03	5.049,03		5.049,03	50,97	50,97		99,00%
256	02.01.18	Livros e documentação técnica	1.000,00		845,58		845,58	817,68		817,68	154,42	182,32	27,90	81,77%
256	02.01.21	Outros bens	31.800,00		21.224,21		21.224,21	21.224,21		21.224,21	10.575,79	10.575,79		66,74%
256	02.02.03	Conservação de bens	171.027,00		154.387,64		154.387,64	154.387,61		154.387,61	16.639,36	16.639,39	0,03	90,27%
256	02.02.08	Locação de outros bens	4.200,00		1.022,56		1.022,56	826,56		826,56	3.177,44	3.373,44	196,00	19,68%
256	02.02.09.A0.00	Acessos à internet	3.900,00		2.528,71		2.528,71	1.624,96		1.624,96	1.371,29	2.275,04	903,75	41,67%
256	02.02.09.C0.00	Comunicações fixas de voz	100,00								100,00	100,00		
256	02.02.09.D0.00	Comunicações móveis	4.494,00		3.576,24		3.576,24	2.245,57		2.245,57	917,76	2.248,43	1.330,67	49,97%
256	02.02.09.F0.00	Out Serv Comunicações	52.321,00		52.247,10		52.247,10	52.247,10		52.247,10	73,90	73,90		99,86%
256	02.02.10	Transportes	416.245,00		413.072,70		413.072,70	412.751,90		412.751,90	3.172,30	3.493,10	320,80	99,16%
256	02.02.12.B0.00	Seguros-Outras	1.500,00								1.500,00	1.500,00		
256	02.02.13	Deslocações e estadas	124.566,00		123.480,07		123.480,07	114.401,07		114.401,07	1.085,93	10.164,93	9.079,00	91,84%
256	02.02.14.B0.00	Estudos, pareceres,projectos-Outros	20.800,00		16.271,67		16.271,67	16.271,67		16.271,67	4.528,33	4.528,33		78,23%
256	02.02.15.B0.00	Formação - Outras	36.800,00		22.461,42		22.461,42	21.363,85		21.363,85	14.338,58	15.436,15	1.097,57	58,05%
256	02.02.19.C0.00	Assistência técnica - Outros	18.100,00		17.121,60		17.121,60	17.121,60		17.121,60	978,40	978,40		94,59%
256	02.02.20.C0.00	Outros	108.200,00		105.765,97		105.765,97	104.545,99		104.545,99	2.434,03	3.654,01	1.219,98	96,62%
256	02.02.25	Outros serviços	34.710,00		31.656,66		31.656,66	27.308,60		27.308,60	3.053,34	7.401,40	4.348,06	78,68%
256	06.02.03.A0.00	Outras Despesas Correntes - Diversas - Outros	45.835,00		45.231,78		45.231,78	45.231,78		45.231,78	603,22	603,22		98,68%
256	07.01.07.A0.B0	Eq informática-Admin Central-Estado-Outros	79.700,00		70.339,76		70.339,76	56.494,88		56.494,88	9.360,24	23.205,12	13.844,88	70,88%
256	07.01.08.A0.B0	Software inform-Administ Central-Estado-Outros	40.000,00		25.893,71		25.893,71	25.893,71		25.893,71	14.106,29	14.106,29		64,73%
256	07.01.09.A0.B0	Eq administrativo-Admin Central-Estado-Outros	43.000,00		35.977,14		35.977,14	35.976,24		35.976,24	7.022,86	7.023,76	0,90	83,67%
Total			1.484.990,00		1.362.981,07		1.362.981,07	1.329.867,27		1.329.867,27	122.008,93	155.122,73	33.113,80	89,55%

-
03 de janeiro de 2017

-
-

-
-



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGPRM, DGRDN (Divulgação)
Exercício: 2016
Mês(es): Janeiro..Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2016 a 31-12-2016
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1350.04 - MDN/Não atribuído/13
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

Unidade monetária: EURO														
Actividade	Classificação Económica		Dotações corrigidas	Cativos ou Congelamentos	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas
	Código	Descrição			No Período	Em Períodos anteriores	Total	No Período	Em Períodos anteriores	Total	Dotação não comprometida	Dotação por pagar	Compromissos por pagar	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)=(6)+(7)	(9)	(10)	(11)=(9)+(10)	(12)=(4)-(5)-(8)	(13)=(4)-(5)-(11)	(14)=(8)-(11)	(15)=(11)/(4)x100
256	02.02.14.B0.00	Estudos, pareceres,projectos-Outros	20.000,00								20.000,00	20.000,00		
256	02.02.16	Seminários, exposições e similares	5.000,00								5.000,00	5.000,00		
256	02.02.20.C0.00	Outros	13.000,00								13.000,00	13.000,00		
256	04.01.02	Transf correntes Soci e quase nfinan-Privadas	25.000,00		25.000,00		25.000,00	25.000,00		25.000,00				100,00%
256	04.07.01	Instituições s/ fins lucrativos	250.000,00		250.000,00		250.000,00	250.000,00		250.000,00				100,00%
Total			313.000,00		275.000,00		275.000,00	275.000,00		275.000,00	38.000,00	38.000,00		87,86%

-
03 de janeiro de 2017

-
-

-
-



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGPRM, DGRDN (INCENTIVOS)
Exercício: 2016
Mês(es): Janeiro..Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2016 a 31-12-2016
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1350.05 - MDN/Não atribuído/13
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

Unidade monetária: EURO														
Actividade	Classificação Económica		Dotações corrigidas	Cativos ou Congelamentos	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas
	Código	Descrição			No Período	Em Períodos anteriores	Total	No Período	Em Períodos anteriores	Total	Dotação não comprometida	Dotação por pagar	Compromissos por pagar	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)=(6)+(7)	(9)	(10)	(11)=(9)+(10)	(12)=(4)-(5)-(8)	(13)=(4)-(5)-(11)	(14)=(8)-(11)	(15)=(11)/(4)x100
256	05.08.03	Outras	232.900,00		231.836,46		231.836,46	231.836,46		231.836,46	1.063,54	1.063,54		99,54%
Total			232.900,00		231.836,46		231.836,46	231.836,46		231.836,46	1.063,54	1.063,54		99,54%

03 de janeiro de 2017



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGPRM, DGRDN (LIM)
Exercício: 2016
Mês(es): Janeiro..Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2016 a 31-12-2016
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1352.00 - MDN/Não atribuído/13
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

Unidade monetária: EURO														
Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
258	04.03.01.27.91	Transf. Cor - Marinha	230.000,00		230.000,00		230.000,00	230.000,00		230.000,00				100,00%
258	04.03.01.27.92	Transf. Cor - Exército	101.032,00		101.032,00		101.032,00	101.032,00		101.032,00				100,00%
258	07.01.14	Investimentos militares	681.968,00		89.175,00		89.175,00	88.269,72		88.269,72	592.793,00	593.698,28	905,28	12,94%
258	08.03.01.27.92	Transf. Cap - Exército	800.000,00		800.000,00		800.000,00	800.000,00		800.000,00				100,00%
Total			1.813.000,00		1.220.207,00		1.220.207,00	1.219.301,72		1.219.301,72	592.793,00	593.698,28	905,28	67,25%

-
03 de janeiro de 2017

-
-

-
-



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGPRM, DGRDN (LPM)
Exercício: 2016
Mês(es): Janeiro..Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2016 a 31-12-2016
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1351.00 - MDN/Não atribuído/13
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

FV

Unidade monetária: EURO

Actividade	Classificação Económica		Dotações corrigidas	Cativos ou Congelamentos	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas
	Código	Descrição			No Período	Em Períodos anteriores	Total	No Período	Em Períodos anteriores	Total	Dotação não comprometida	Dotação por pagar	Compromissos por pagar	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)=(6)+(7)	(9)	(10)	(11)=(9)+(10)	(12)=(4)-(5)-(8)	(13)=(4)-(5)-(11)	(14)=(8)-(11)	(15)=(11)/(4)x100
125	01.02.04	Ajudas de custo	185.000,00		95.710,17		95.710,17	92.696,27		92.696,27	89.289,83	92.303,73	3.013,90	50,11%
125	02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	2.000,00		582,30		582,30	302,30		302,30	1.417,70	1.697,70	280,00	15,12%
125	02.01.21	Outros bens	800,00		774,90		774,90	774,90		774,90	25,10	25,10		96,86%
125	02.02.06	Locação de material de transporte	1.500,00								1.500,00	1.500,00		
125	02.02.07	Locação de bens de defesa	60.988.000,00		60.987.999,98		60.987.999,98	60.987.999,98		60.987.999,98	0,02	0,02		100,00%
125	02.02.10	Transportes	8.000,00		6.413,35		6.413,35	5.471,11		5.471,11	1.586,65	2.528,89	942,24	68,39%
125	02.02.11	Representação dos serviços	9.130,00		8.832,45		8.832,45	6.136,60		6.136,60	297,55	2.993,40	2.695,85	67,21%
125	02.02.13	Deslocações e estadas	286.500,00		261.218,68		261.218,68	250.018,94		250.018,94	25.281,32	36.481,06	11.199,74	87,27%
125	02.02.14.B0.00	Estudos, pareceres,projectos-Outros	290.000,00		102.548,67		102.548,67	102.548,67		102.548,67	187.451,33	187.451,33		35,36%
125	02.02.15.B0.00	Formação - Outras	25.000,00		7.405,44		7.405,44	7.185,44		7.185,44	17.594,56	17.814,56	220,00	28,74%
125	02.02.19.C0.00	Assistência técnica - Outros	8.000,00		6.529,78		6.529,78	5.092,20		5.092,20	1.470,22	2.907,80	1.437,58	63,65%
125	02.02.20.C0.00	Outros	31.008.171,00		30.939.110,72		30.939.110,72	30.938.833,97		30.938.833,97	69.060,28	69.337,03	276,75	99,78%
125	02.02.25	Outros serviços	7.870,00		3.729,15		3.729,15	3.729,15		3.729,15	4.140,85	4.140,85		47,38%
125	04.03.01.27.93	Transferências Correntes Administração Central	7.092.967,00		7.092.966,30		7.092.966,30	7.092.966,30		7.092.966,30	0,70	0,70		100,00%
125	04.07.01	Instituições s/ fins lucrativos	4.028.133,00		2.513.133,18		2.513.133,18	2.513.133,18		2.513.133,18	1.514.999,82	1.514.999,82		62,39%
125	04.09.03	Resto mundo-Países terceiros e organizações intern	1.022.000,00		1.021.999,03		1.021.999,03	1.021.999,03		1.021.999,03	0,97	0,97		100,00%
125	07.01.14	Investimentos militares	7.735.012,00		21.824,64		21.824,64	21.824,64		21.824,64	7.713.187,36	7.713.187,36		0,28%
125	08.03.01.27.91	Transf. Cap - Marinha	16.437.000,00		16.437.000,00		16.437.000,00	16.437.000,00		16.437.000,00				100,00%
125	08.03.01.27.92	Transf. Cap - Exército	3.791.635,00		3.000.000,00		3.000.000,00	3.000.000,00		3.000.000,00	791.635,00	791.635,00		79,12%
125	08.03.01.27.93	Transferências de Capital Administração Central	5.000.000,00		5.000.000,00		5.000.000,00	5.000.000,00		5.000.000,00				100,00%
Total			137.926.718,00		127.507.778,74		127.507.778,74	127.487.712,68		127.487.712,68	10.418.939,26	10.439.005,32	20.066,06	92,43%

-
03 de janeiro de 2017

-
-

-
-



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGPRM, DGRDN (PALOP'S)
Exercício: 2016
Mês(es): Janeiro..Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2016 a 31-12-2016
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1350.07 - MDN/Não atribuído/13
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

Unidade monetária: EURO														
Actividade	Classificação Económica		Dotações corrigidas	Cativos ou Congelamentos	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas
	Código	Descrição			No Período	Em Períodos anteriores	Total	No Período	Em Períodos anteriores	Total	Dotação não comprometida	Dotação por pagar	Compromissos por pagar	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)=(6)+(7)	(9)	(10)	(11)=(9)+(10)	(12)=(4)-(5)-(8)	(13)=(4)-(5)-(11)	(14)=(8)-(11)	(15)=(11)/(4)x100
256	02.01.05	Alimentação-Refeições confeccionadas	43.922,00	3.898,00	29.998,56		29.998,56	29.998,56		29.998,56	10.025,44	10.025,44		68,30%
256	02.02.01	Encargos das instalações	15.107,00	1.572,00	10.528,80		10.528,80	10.528,80		10.528,80	3.006,20	3.006,20		69,69%
256	02.02.13	Deslocações e estadas	10.910,00	843,00	8.093,40		8.093,40	8.093,40		8.093,40	1.973,60	1.973,60		74,18%
Total			69.939,00	6.313,00	48.620,76		48.620,76	48.620,76		48.620,76	15.005,24	15.005,24		69,52%

03 de janeiro de 2017



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGPRM, DGRDN (Polo NAMSA)
Exercício: 2016
Mês(es): Janeiro..Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2016 a 31-12-2016
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1350.09 - MDN/Não atribuído/13
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

FV

Unidade monetária: EURO

Actividade	Classificação Económica		Dotações corrigidas	Cativos ou Congelamentos	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas
	Código	Descrição			No Período	Em Períodos anteriores	Total	No Período	Em Períodos anteriores	Total	Dotação não comprometida	Dotação por pagar	Compromissos por pagar	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)=(6)+(7)	(9)	(10)	(11)=(9)+(10)	(12)=(4)-(5)-(8)	(13)=(4)-(5)-(11)	(14)=(8)-(11)	(15)=(11)/(4)x100
125	01.01.03	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	8.181,00		8.180,04		8.180,04	8.180,04		8.180,04	0,96	0,96		99,99%
125	01.01.12	Suplementos e prémios	1.724,00		1.723,53		1.723,53	1.723,53		1.723,53	0,47	0,47		99,97%
125	01.01.14.SN.00	Subsídio de Natal	826,00		825,30		825,30	825,30		825,30	0,70	0,70		99,92%
125	01.02.08	Ab-Sub abonos de fixação, residência alojamento	24.042,00		24.041,34		24.041,34	24.041,34		24.041,34	0,66	0,66		100,00%
125	01.03.05.A0.A0	Contrib p/segurança social-CaixaGeral Aposentações	2.549,00		2.548,08		2.548,08	2.548,08		2.548,08	0,92	0,92		99,96%
125	02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	197,00		196,97		196,97	196,97		196,97	0,03	0,03		99,98%
125	02.01.04	Limpeza e higiene	7,00		6,49		6,49	6,49		6,49	0,51	0,51		92,71%
125	02.01.21	Outros bens	148,00		147,55		147,55	147,55		147,55	0,45	0,45		99,70%
125	02.02.09.B0.00	Comunicações fixas de dados	19,00		18,59		18,59	18,59		18,59	0,41	0,41		97,84%
125	02.02.09.D0.00	Comunicações móveis	100,00		100,00		100,00	100,00		100,00				100,00%
125	02.02.13	Deslocações e estadas	225,00		224,90		224,90	224,90		224,90	0,10	0,10		99,96%
125	02.02.25	Outros serviços	36,00		36,00		36,00	36,00		36,00				100,00%
125	04.09.03	Resto mundo-Países terceiros e organizações intern	9.871,00		9.871,00		9.871,00	9.871,00		9.871,00				100,00%
256	01.01.03	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	2.785,00		2.784,69		2.784,69	2.784,69		2.784,69	0,31	0,31		99,99%
256	01.01.09	Pessoal em qualquer outra situ	23.164,00		22.776,99		22.776,99	22.776,99		22.776,99	387,01	387,01		98,33%
256	01.01.12	Suplementos e prémios	6.148,00		5.386,14		5.386,14	5.386,14		5.386,14	761,86	761,86		87,61%
256	01.01.13	Subsídio de refeição	94,00		93,94		93,94	93,94		93,94	0,06	0,06		99,94%
256	01.01.14.SF.00	Subsídio de Férias	3.669,00		3.387,14		3.387,14	3.387,14		3.387,14	281,86	281,86		92,32%
256	01.01.14.SN.00	Subsídio de Natal	2.643,00		2.584,21		2.584,21	2.584,21		2.584,21	58,79	58,79		97,78%
256	01.02.04	Ajudas de custo	1.000,00		833,91		833,91	833,91		833,91	166,09	166,09		83,39%
256	01.02.08	Ab-Sub abonos de fixação, residência alojamento	86.958,00		86.000,00		86.000,00	80.249,95		80.249,95	958,00	6.708,05	5.750,05	92,29%
256	01.03.05.A0.A0	Contrib p/segurança social-CaixaGeral Aposentações	9.527,00		8.768,28		8.768,28	8.768,28		8.768,28	758,72	758,72		92,04%
256	02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	1.728,00	289,00	1.231,29		1.231,29	1.231,29		1.231,29	207,71	207,71		71,26%
256	02.01.04	Limpeza e higiene	194,00	30,00	48,91		48,91	48,91		48,91	115,09	115,09		25,21%
256	02.01.08	Material de escritório	360,00	54,00							306,00	306,00		
256	02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	77,00	41,00	35,51		35,51	35,51		35,51	0,49	0,49		46,12%
256	02.01.21	Outros bens	603,00	83,00	413,24		413,24	413,24		413,24	106,76	106,76		68,53%
256	02.02.03	Conservação de bens	920,00	213,00	132,09		132,09	132,09		132,09	574,91	574,91		14,36%
256	02.02.09.B0.00	Comunicações fixas de dados	384,00	23,00	91,84		91,84	91,84		91,84	269,16	269,16		23,92%
256	02.02.09.D0.00	Comunicações móveis	700,00	83,00	450,00		450,00	450,00		450,00	167,00	167,00		64,29%
256	02.02.09.F0.00	Out Serv Comunicações	25,00	3,00							22,00	22,00		
256	02.02.10	Transportes	600,00	600,00										
256	02.02.11	Representação dos serviços	2.866,00	205,00	1.918,90		1.918,90	1.918,90		1.918,90	742,10	742,10		66,95%
256	02.02.12.B0.00	Seguros-Outras	1.470,00	220,00	496,18		496,18	496,18		496,18	753,82	753,82		33,75%
256	02.02.13	Deslocações e estadas	3.875,00	600,00	1.177,72		1.177,72	1.177,72		1.177,72	2.097,28	2.097,28		30,39%
256	02.02.25	Outros serviços	5.724,00	69,00	5.206,40		5.206,40	5.206,40		5.206,40	448,60	448,60		90,96%
256	04.09.03	Resto mundo-Países terceiros e organizações intern	30.129,00		24.809,57		24.809,57	24.809,57		24.809,57	5.319,43	5.319,43		82,34%
256	07.01.07.A0.B0	Eq informática-Admin Central-Estado-Outros	1.000,00								1.000,00	1.000,00		
256	07.01.08.A0.B0	Software inform-Administ Central-Estado-Outros	700,00								700,00	700,00		
256	07.01.09.A0.B0	Eq administrativo-Admin Central-Estado-Outros	500,00								500,00	500,00		
Total			235.768,00	2.513,00	216.546,74		216.546,74	210.796,69		210.796,69	16.708,26	22.458,31	5.750,05	89,41%

03 de janeiro de 2017



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGPRM, DGRDN (Projetos)
Exercício: 2016
Mês(es): Janeiro..Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2016 a 31-12-2016
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1354.00 - MDN/Não atribuído/13
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

Unidade monetária: EURO														
Actividade	Classificação Económica		Dotações corrigidas	Cativos ou Congelamentos	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas
	Código	Descrição			No Período	Em Períodos anteriores	Total	No Período	Em Períodos anteriores	Total	Dotação não comprometida	Dotação por pagar	Compromissos por pagar	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)=(6)+(7)	(9)	(10)	(11)=(9)+(10)	(12)=(4)-(5)-(8)	(13)=(4)-(5)-(11)	(14)=(8)-(11)	(15)=(11)/(4)x100
000	01.02.04	Ajudas de custo	40.000,00		4.254,21		4.254,21	4.204,01		4.204,01	35.745,79	35.795,99	50,20	10,51%
000	02.02.10	Transportes	8.000,00	1.000,00	129,50		129,50	129,50		129,50	6.870,50	6.870,50		1,62%
000	02.02.13	Deslocações e estadas	52.500,00	7.500,00	10.859,07		10.859,07	9.216,22		9.216,22	34.140,93	35.783,78	1.642,85	17,55%
000	02.02.25	Outros serviços	7.500,00		7.068,55		7.068,55	7.068,55		7.068,55	431,45	431,45		94,25%
000	07.01.10.A0.B0	Eq Básico-Admin Central-Estado-Outros	1.392.000,00	174.000,00	1.189.200,68		1.189.200,68	1.189.022,99		1.189.022,99	28.799,32	28.977,01	177,69	85,42%
Total			1.500.000,00	182.500,00	1.211.512,01		1.211.512,01	1.209.641,27		1.209.641,27	105.987,99	107.858,73	1.870,74	80,64%

-
03 de janeiro de 2017

-

-



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN (Quotização NATO)
Exercício: 2016
Mês(es): Janeiro..Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2016 a 31-12-2016
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1353.00 - MDN/Não atribuído/13
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

FV

Unidade monetária: EURO

Actividade	Classificação Económica		Dotações corrigidas	Cativos ou Congelamentos	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas
	Código	Descrição			No Período	Em Períodos anteriores	Total	No Período	Em Períodos anteriores	Total	Dotação não comprometida	Dotação por pagar	Compromissos por pagar	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)=(6)+(7)	(9)	(10)	(11)=(9)+(10)	(12)=(4)-(5)-(8)	(13)=(4)-(5)-(11)	(14)=(8)-(11)	(15)=(11)/(4)x100
236	01.02.04	Ajudas de custo	37.000,00	24.000,00	3.595,21		3.595,21	3.490,80		3.490,80	9.404,79	9.509,20	104,41	9,43%
236	02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	225,00	225,00										
236	02.02.10	Transportes	780,00		730,46		730,46	730,46		730,46	49,54	49,54		93,65%
236	02.02.11	Representação dos serviços	503,00	450,00	52,78		52,78	52,78		52,78	0,22	0,22		10,49%
236	02.02.13	Deslocações e estadas	20.542,00	3.750,00	12.673,40		12.673,40	12.442,81		12.442,81	4.118,60	4.349,19	230,59	60,57%
236	02.02.17	Publicidade	1.950,00	375,00	861,99		861,99	861,99		861,99	713,01	713,01		44,20%
236	02.02.20.C0.00	Outros	8.000,00		7.995,00		7.995,00	7.995,00		7.995,00	5,00	5,00		99,94%
236	04.09.03	Resto mundo-Países terceiros e organizações intern	133.876,00		133.876,00		133.876,00	133.876,00		133.876,00				100,00%
236	07.01.14	Investimentos militares	5.797.124,00		2.695.438,54		2.695.438,54	1.703.064,57		1.703.064,57	3.101.685,46	4.094.059,43	992.373,97	29,38%
Total			6.000.000,00	28.800,00	2.855.223,38		2.855.223,38	1.862.514,41		1.862.514,41	3.115.976,62	4.108.685,59	992.708,97	31,04%

-
03 de janeiro de 2017

-
-

-
-



**Relatório - Questionário de satisfação
aplicado às entidades no que respeita ao nível
de qualidade do apoio prestado ao
desenvolvimento dos contributos no domínio
da cooperação com a EDA, NATO e a UE**

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

Relatório - Questionário de satisfação aplicado às entidades no que respeita ao nível de qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos contributos no domínio da cooperação com a EDA, NATO e a UE.

2016

03 de março de 2017



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

DEFESA NACIONAL

Ficha Técnica

Título: Relatório - Questionário de satisfação aplicado às entidades no que respeita ao nível de qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos contributos no domínio da cooperação com a EDA, NATO e a UE.

Coordenação: Direção de Serviços de Armamento e Equipamento

Data de finalização: 03 de março de 2017

Ministério da Defesa Nacional

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

Av. Ilha da Madeira

1400-204 Lisboa

Tel.: 213 028 500

Fax: 213 027 221

e-mail: dgrdn@defesa.pt

www.portugal.gov.pt

Breve enquadramento

A avaliação do serviço que é prestado a entidades externas é um processo de conhecimento de como as entidades avaliam os serviços prestados por esta Direção de Serviços (DSAE) e um mecanismo de correção e melhoria contínua.

Para alcançar os objetivos da avaliação foi preparado pela primeira vez um pequeno questionário de preenchimento *on-line*, através do qual a DSAE/DPP pretende aferir o grau de satisfação dos seus “clientes”, em relação ao nível de qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos contributos no domínio da cooperação com a EDA, NATO e a UE.

Das 6 entidades contactadas, e no universo de 31 elementos, com quem a DSAE trata diretamente assuntos relacionados com a EDA, NATO e EU, apenas **9 elementos responderam** ao questionário de satisfação, correspondendo o universo de respostas a 29%.

Ao analisar as respostas obtidas, não é só possível verificar se as entidades se encontram globalmente satisfeitas com o desempenho dos serviços prestados, verificar o grau de envolvimento com as mesmas assim como a projeção da imagem dos serviços prestados pela DSAE ao nível da EDA, NATO e UE, de forma a obter indicadores, para uma melhoria contínua dos serviços prestados e um maior envolvimento entre ambas as partes.

CAPÍTULO I - METODOLOGIA

O inquérito por questionário foi estruturado e difundido pela DSAE, através da aplicação dos Formulários do GOOGLE, cuja implementação ocorreu 23 e 3 de fevereiro de 2017.

Os dados quantitativos foram extraídos dos questionários e tratados através do *Excel*.

A amostra, em que se baseou este pequeno estudo, é constituída por 9 elementos respondentes, do universo de 31 elementos das 6 entidades contatadas, pertencentes ao Ministério da Defesa Nacional e Ministério dos Negócios Estrangeiros, que durante o ano de 2016 a DSAE prestou serviço, representando assim, uma amostra de 29% de respostas.

Não foram consideradas as respostas incompletas ou questionários não submetidos.

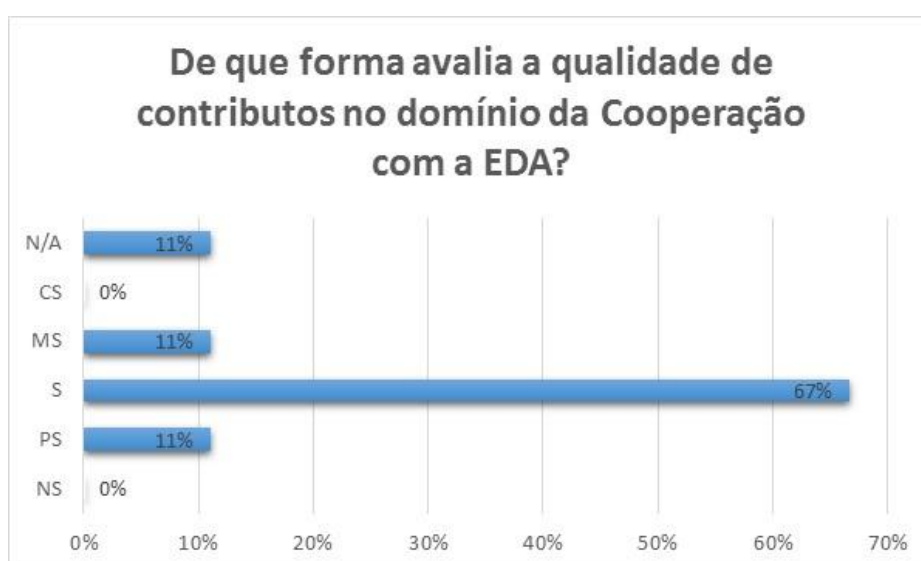
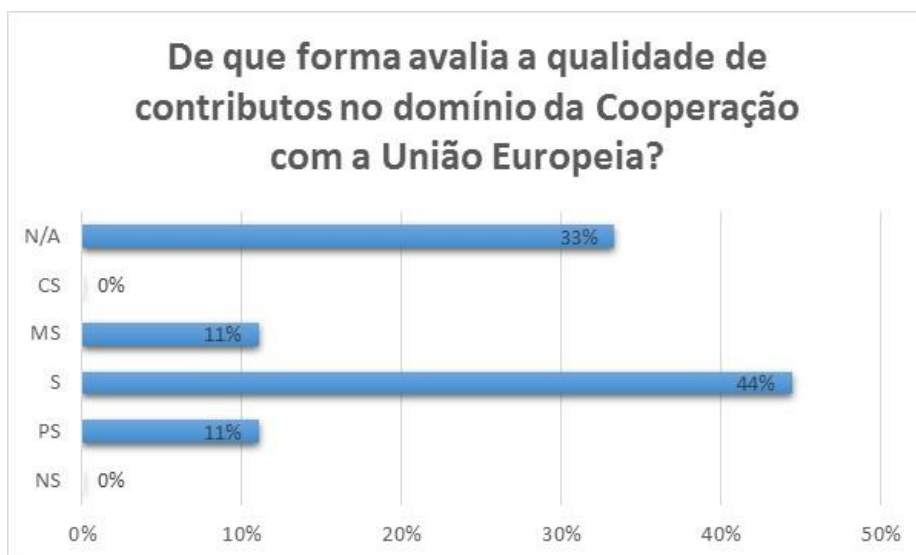
A escala utilizada no inquérito foi de 1 a 5, em que 1 corresponde a uma avaliação de pouco satisfeito e 5 equivale a uma avaliação de completamente satisfeito.

CAPÍTULO II - RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO

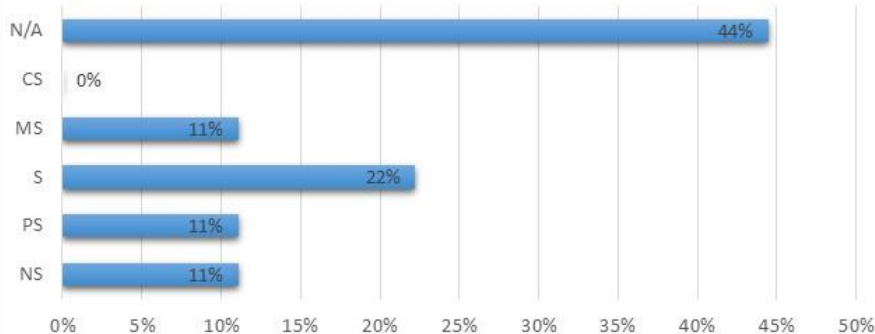
Neste capítulo apresenta-se os resultados obtidos no referido questionário:

Universo de respostas: 9						
Nível de Satisfação	1	2	3	4	5	
Caracterização	Não Satisfeito	Pouco Satisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito	Completamente Satisfeito	Não Aplicável

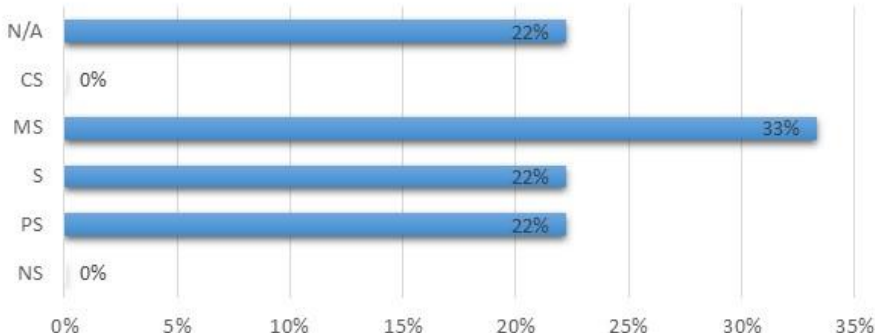
- Relativamente à União Europeia e à Agência Europeia de Defesa (EDA)



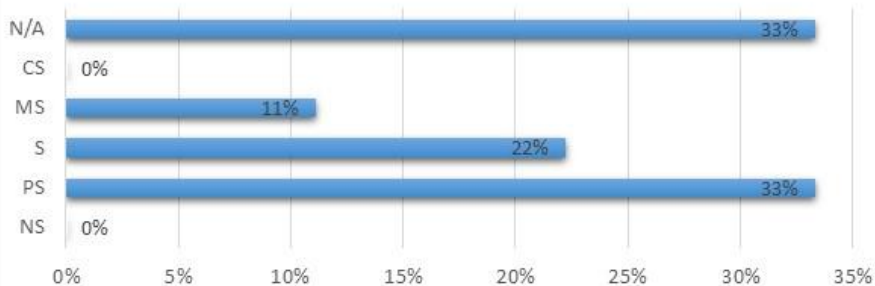
**De que forma avalia a qualidade do apoio
prestado ao desenvolvimento dos projetos a
decorrer no âmbito da UE?**



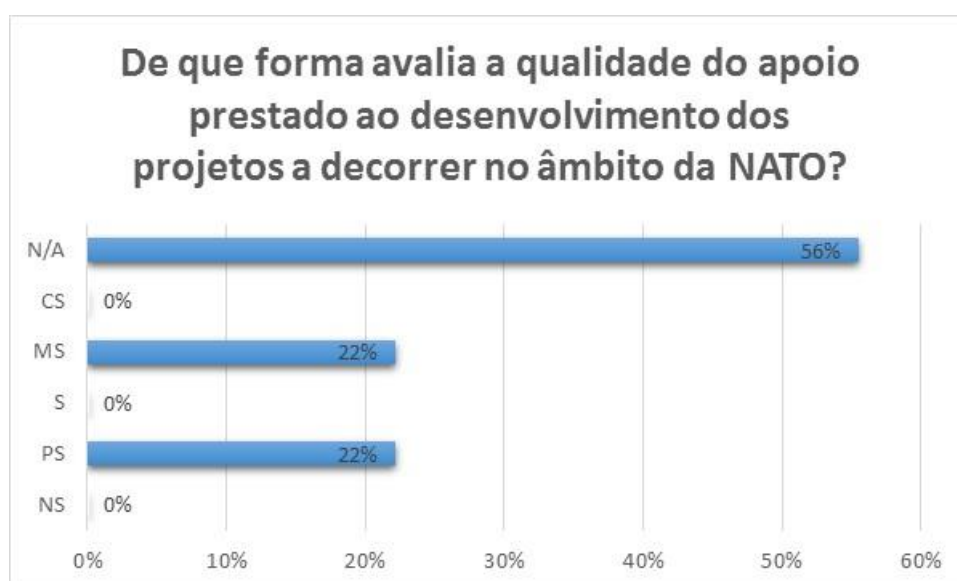
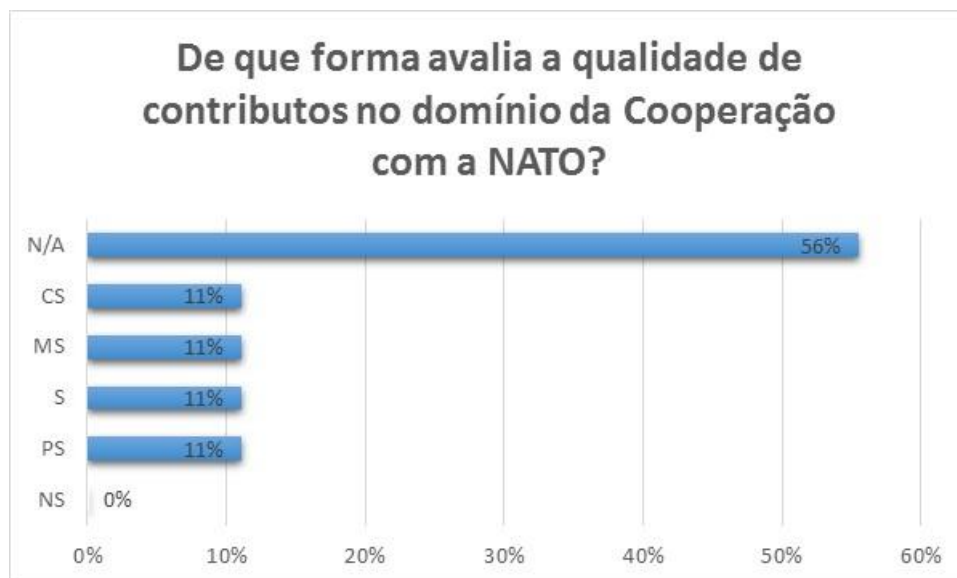
**De que forma avalia a qualidade do apoio
prestado ao desenvolvimento dos
projetos a decorrer no âmbito da EDA?**



**De que forma avalia a qualidade dos
contributos e apoio prestado à tomada de
decisão de S.Exa. o Ministro da Defesa
Nacional no âmbito da EDA e/ou UE?**



- Relativamente à NATO:



No que respeita ao grau de satisfação, dos elementos pertencentes às entidades contatadas, obtiveram-se os seguintes resultados:

- Relativamente à União Europeia e à Agência Europeia de Defesa (EDA)

EDA + EU						
Nível de Satisfação	1	2	3	4	5	
Caracterização	NS	PS	S	MS	CS	N/A
Questões						
De que forma avalia a qualidade de contributos no domínio da Cooperação com a União Europeia?	0	1	4	1	0	3
De que forma avalia a qualidade de contributos no domínio da Cooperação com a EDA?	0	1	6	1	0	1
De que forma avalia a qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos projetos a decorrer no âmbito da UE?	1	1	2	1	0	4
De que forma avalia a qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos projetos a decorrer no âmbito da EDA?	0	2	2	3	0	2
De que forma avalia a qualidade dos contributos e apoio prestado à tomada de decisão de S.Exa. o Ministro da Defesa Nacional no âmbito da EDA e/ou UE?	0	3	2	1	0	3
Média	0	2	3	1	0	3
Avaliação quantitativa	3					
Avaliação qualitativa	Satisfeito					

- Relativamente à NATO:

NATO						
Nível de Satisfação	1	2	3	4	5	
Caracterização	NS	PS	S	MS	CS	N/A
Questões						
De que forma avalia a qualidade de contributos no domínio da Cooperação com a NATO?	0	1	1	1	1	5
De que forma avalia a qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos projetos a decorrer no âmbito da NATO?	0	2	0	2	0	5
Média	0	2	1	2	1	5
Avaliação quantitativa	3					
Avaliação qualitativa	Satisfeito					

Para além das respostas acima apresentadas foram colocadas as seguintes questões:

- Quais os aspetos que considera que deveriam melhorar nos contributos e apoio dados no âmbito da EDA?

A esta questão os respondentes salientaram a necessidade de um *“maior envolvimento nos assuntos e possibilidade de perceber a interligação das diferentes áreas que contribuem para o desenvolvimento dos projetos e para a edificação das capacidades, no aspeto científico e tecnológico”*. Acrescentaram ainda que *“A programação/financiamento dos projetos aprovados superiormente deverá ocorrer com a maior antecipação possível, para permitir o planeamento credível do desenvolvimento das estruturas/mecanismos operacionais associados.”*

De salientar *“a total disponibilidade e excelente comunicação já existente com os interlocutores responsáveis por esta área na DGRDN, talvez fosse importante estabelecer:*

1. o envio regular (quinzenal/mensal) de um ponto de situação sobre a participação da DGRDN nas reuniões da EDA, eventualmente seguido de uma reunião de coordenação DGRDN/DGPDN e,

2., no referente à preparação dos Conselhos CNE/Defesa, a elaboração de contributos que relevem

i) o que, politicamente, importa

(a) projetos em que PT participa,

b) projetos/iniciativas que se defende que PT deva passar a participar, atenta a relação custo/benefício,

c) uma análise sobre a tendência de evolução dos projetos da Agência, no futuro próximo, com interesse para PT e

d) identificação de oportunidades & desafios), incluindo uma visão de conjunto, que destaque as questões mais relevantes e que proponha mensagens a passar.

Foi igualmente referido *“A atual mudança de paradigma da EDA, sobretudo em resultado do SES/SESAR, poderá justificar, também, uma alteração do paradigma de apoio da DGRDN à participação de peritos nacionais nas atividades da Agência.”*

Por último os respondentes sugeriram que *“No âmbito da EDA, a DGRDN poderia contribuir com uma análise crítica avaliativa dos recursos humanos, financeiros e materiais existentes em Portugal, e os necessários para se alcançar os objetivos propostos e em discussão.”*

- Quais os aspetos que considera que deveriam melhorar nos contributos e apoios dados no âmbito da UE?

Os respondentes nesta questão referiram a necessidade de uma “Participação efetiva nos GT” e que “Poderia haver uma abordagem mais abrangente no que se refere a captar financiamento europeu e uma maior clarificação das prioridades na edificação de capacidades EU”.

Acrescentaram ainda que “*Seria importante ter uma assessoria militar adequada aos novos desafios europeus, na Representação Nacional Permanente junto da UE. Seria de tomar em consideração os bons exemplos da Holanda, UK, Alemanha e Itália, neste capítulo.*” e que “*Caso fosse possível, realização de reuniões de atualização de informação, com alguma periodicidade.*”

- Quais os aspetos que considera que deveriam melhorar nos contributos e apoios dados no âmbito da NATO?

A esta questão foi manifestada a necessidade de um “*Maior envolvimento nos assuntos e possibilidade de perceber a interligação das diferentes áreas que contribuem para o desenvolvimento dos projetos e para a edificação das capacidades, no aspeto científico e tecnológico*”. Foi sugerido ainda “*a formação de um grupo de trabalho interno à DGRDN para coordenação das atividades em curso no âmbito NATO e melhorar a estratégia de submissão de novos projetos a suportar pelo NSIP. Paralelamente, sugere-se a promoção de contactos regulares com os Ramos e o EMGFA tendo em vista a divulgação de informação relativa ao acesso a fundos NSIP e a identificação de projetos candidatos a financiamento NSIP.*”

Por último foi referido “*A crónica falta de financiamento para a participação de peritos nacionais em vários grupos técnicos da NATO, limita o desenvolvimento de competências e experiência por parte daqueles elementos. Seria importante uma criteriosa seleção para encontrar entre os grupos para os quais os ramos não têm orçamento, aqueles que deverão merecer apoio da DGRDN, face ao interesse Nacional.*”

CAPÍTULO III - CONCLUSÃO

Tendo em conta os resultados do questionário, do ponto de vista quantitativo, e das questões 1 a 5, decorre que o nível médio de satisfação global é de 3 o que se traduz num desempenho satisfatório, do serviço prestado junto das entidades que se relacionaram com a DSAE.

Assim, de uma forma geral os 9 respondentes consideram-se satisfeitos com o desempenho desta DS.

Atendendo às conclusões obtidas resultantes da análise efetuada, a DSAE, deve no próximo ano elevar o índice médio de satisfação em relação às entidades respondentes, tendo como orientação alguns itens apresentados nas respostas de escrita livre.

Deve igualmente dar prioridade e atenção aos índices mais baixos adotando ações de melhoria e de correção.

(Página intencionalmente deixada em branco)



Organograma



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

